



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
Área de Concentração: Infra-estrutura e Meio Ambiente

ANICOLI ROMANINI

PLANEJAMENTO URBANO & EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:
O CASO DE PASSO FUNDO/RS.

Passo Fundo

2007

Anicoli Romanini

PLANEJAMENTO URBANO & EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:
O CASO DE PASSO FUNDO/RS.

Dissertação de Mestrado

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Anicoli Romanini

**PLANEJAMENTO URBANO & EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:
O CASO DE PASSO FUNDO/RS.**

Orientador: Professora Arq. Adriana Gelpi, Dra.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia para obtenção do grau de Mestre em Engenharia na Área de concentração Infra-estrutura e Meio Ambiente na Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo

Passo Fundo

2007

Anicoli Romanini

Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: O Caso de Passo Fundo/RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia para obtenção do grau de Mestre em Engenharia na Área de concentração Infra-estrutura e Meio Ambiente na Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo

Data de aprovação: Passo Fundo, 15 de junho de 2007.

Os membros componentes da Banca Examinadora abaixo aprovam a Dissertação.

Arq. Adriana Gelpi, Dra.
Orientador

Rosa Maria Locatelli Kalil, Dra.
Universidade de Passo Fundo

Juan José Mascaró, Dr.
Universidade de Passo Fundo

Oberon da Silva Mello, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Passo Fundo
2007

A minha família, meu alicerce! Muito obrigada pelo estímulo para que mais este sonho se realizasse, e pelo dedicado amor em toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

À **Deus** pela oportunidade da vida.

Aos meus pais **Alfeu** e **Lourdes**, pelas oportunidades que me possibilitaram chegar até aqui, pelo amor e apoio incondicionais. Sem vocês tudo isso seria impossível.

As minhas irmãs **Graziela** e **Grasiane**, pela paciência, apoio e estímulo, carinho e incentivo.

A professora **Dra. Adriana Gelpi**, minha orientadora, pelo incentivo e motivação, por sua amizade e paciência, pelo conhecimento transmitido e pela forma incansável com que conduziu a orientação desse trabalho e principalmente por acreditar no meu potencial.

Aos professores **Dra. Rosa Maria Locatelli Kalil** e **Dr. Juan José Mascaró**, membros da banca, pelo incentivo e carinho, e pelas importantes contribuições e questionamentos, que me fizeram refletir e sair em busca de respostas.

Ao professor **Msc. Luiz Roberto Medeiros Gosch** pelas importantes informações prestadas durante a fase de qualificação

Aos professores, colegas, amigos e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo, em especial aos professores **Dr. Antônio Thomé** e **Dra. Evanisa Fátima Reginato Quevedo Mello**, e a secretaria **Marli Tagliari**, pelo carinho e amizade.

À **CAPES** pelo apoio financeiro.

Aos **moradores dos Bairros Petrópolis, Santa Marta e São José**, que contribuíram com suas informações essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

A **Prefeitura Municipal de Passo Fundo**, em especial minha amiga e arquiteta **Sibele Fiori**, por sua amizade, conselhos e pelo fornecimento de dados.

A **todos** enfim, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca identificar os equipamentos comunitários da cidade de Passo Fundo/RS, urbe de porte médio localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul e avaliar se os mesmos atendem às demandas municipais de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.766/1979, e por autores que abordam o assunto. O trabalho analisa os Equipamentos Comunitários de uso público de Saúde, Educação, Segurança, Cultura, Lazer e Esporte, e concentra-se no levantamento destes, em três setores da cidade, selecionados em função de dados disponíveis sobre sua população, nível de renda e poder aquisitivo. A localização, implantação, dimensionamento e situação real, dos equipamentos comunitários foram comparados a parâmetros mínimos de referência, extraídos da bibliografia pesquisada sobre o tema. Constatou-se que os setores analisados possuem apenas os equipamentos comunitários de saúde, educação e segurança. Verificou-se também, que a maioria dos equipamentos de cultura implantados nos setores são equipamentos culturais e que existem apenas um equipamento de lazer não-público e dois equipamentos esportivos, que não cumprem com sua função social, para uma população de mais de 23.000 habitantes. Neste sentido o trabalho salienta a importância e faz recomendações para o planejamento e adequação dos Equipamentos Comunitários nos setores estudados. O trabalho constata ainda, a necessidade de aprofundar o tema para futuros estudos, pois são poucos os autores que abordam o tema, a legislação é pouco detalhada e os parâmetros muito amplos. Assim, a contribuição na discussão das questões relativas ao planejamento urbano e em especial aos equipamentos comunitários é uma ferramenta para o desenvolvimento organizado de qualquer cidade, uma vez que proporciona acima de tudo condições dignas de habitabilidade para os municípios em geral. Entende-se ainda, que a efetiva e concreta incorporação dos elementos com relativo grau de relevância no processo de pensar o planejamento urbano e de promover a urbanização podem efetivamente contribuir para a qualidade de vida do cidadão urbano, na obtenção de um meio urbano mais equilibrado, mais justo, mais diversificado no uso dos equipamentos, com maior qualidade dos espaços, especialmente aqueles de uso público e comunitário.


Palavras-chaves: Planejamento Urbano, Equipamentos Comunitários, Infra-Estrutura Urbana, Equilíbrio social da população.

ABSTRACT

This present study tries to identify the community equipments of the city of Passo Fundo/RS, a medium-sized city located in the North of Rio Grande do Sul, as well as to evaluate if they grant the municipal demands according to the criteria established by the Law 6.766/1979, and by the authors who approach the subject. The work analyses the Community Equipments of public use of Health, Education, Security, Culture, Leisure and Sport, and it concentrates in their survey, in three sectors of the city, selected as a result of the available data about population, income level and purchasing power. The location, the implantation and the real dimension of the community equipments were compared to minimum parameters of reference, extracted from the bibliography researched about the theme. It was certified that the analyzed sectors have only the community equipments of health, education and security. It could also be observed that, the most part of the culture equipments implanted in the sectors are cultural and that they exist only one non public leisure equipment and two sportive ones, that do not carry out their social function, to a population of more than 23.000 inhabitants. In this sense, the work points out the importance and recommends the planning and adjustment of the Community Equipments in the sectors studied. The work still notes the necessity of deepen the theme for further studies, since that there are few authors who approach the theme, the legislation is little detailed and the parameters are very broad. Therefore, the contribution on the matters regarding the urban planning and, specially, to the community equipments, is a tool for the organized development of any city, since that it provides, above all, worthy conditions of housing to the towns in general. It is also seen that, the effective and concrete incorporation of the elements with relative relevance degree in the process of thinking about the urban planning and promoting the urbanization can effectively contribute for the urban citizen's quality of life, in obtaining a more balanced urban way, fairer, more diversified in the use of the equipments, with more quality of the spaces, specially those of public and community use.

Keywords: Urban Planning, Community Equipments, Urban Infrastructure, Social Balance of the Population.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 A QUESTÃO REGIONAL.....	16
1.2 PLANEJAMENTO, EQUIPAMENTOS E DEMOCRATIZAÇÃO URBANA.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO	18
1.4 OBJETIVOS.....	22
1.4.1 OBJETIVO GERAL	22
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	24
2.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO	24
2.2 O PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO LOCAL	26
2.3 PLANEJAMENTO E OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	32
2.4 FUNÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	37
2.4.1 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.....	43
2.4.2 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO.....	46
2.4.3 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.....	56
2.4.4 EQUIPAMENTOS DE CULTURA	59
 EQUIPAMENTOS CULTUAIS	60
2.4.5 EQUIPAMENTOS DE LAZER	61
2.4.6 EQUIPAMENTOS DE ESPORTE	67
2.5 PASSO FUNDO COMO ESTUDO DE CASO	69
2.5.1 A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO	69
2.5.2 A ESTRUTURAÇÃO URBANA: CENTRALIDADE X PERIFERIAS	73
3 MÉTODOS E MATERIAIS	80
3.1 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS SETORES URBANOS A SEREM PESQUISADOS	81
3.2 METODOLOGIA PARA ESTUDO COMPARATIVO: SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA	83
3.3 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS	86
3.4 LEVANTAMENTO DE DADOS DE ARQUIVO	86
3.5 LEVANTAMENTO DE CAMPO	86
3.6 QUESTIONÁRIOS	87
3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	88
4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NOS SETORES PESQUISADOS, RESULTADO COMPARATIVO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	89
4.1 SETOR 4 - REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS	90
4.1.1 PERFIL DO SETOR DO BAIRRO PETRÓPOLIS	92
4.1.2 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DO SETOR DO BAIRRO PETRÓPOLIS	93
4.1.3 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	94
4.1.4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL	99
4.1.5 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	101
4.1.6 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA	105

4.1.7	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE CULTURA	108
4.1.8	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE LAZER	111
4.1.9	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE	111
4.2	SETOR 8 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA	116
4.2.1	PERFIL DO SETOR DO BAIRRO SANTA MARTA	118
4.2.2	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DO SETOR DO BAIRRO SANTA MARTA	119
4.2.3	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	120
4.2.4	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL	124
4.2.5	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	128
4.2.6	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA	133
4.2.7	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE CULTURA	135
4.2.8	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE LAZER	139
4.2.9	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE	140
4.3	SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ	144
4.3.1	PERFIL DO SETOR DO BAIRRO SÃO JOSÉ	146
4.3.2	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DO SETOR DO BAIRRO SÃO JOSÉ	146
4.3.3	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	148
4.3.4	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL	152
4.3.5	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	153
4.3.6	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA	158
4.3.7	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE CULTURA	161
4.3.8	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE LAZER	164
4.3.9	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE	165
4.4	ESTUDO COMPARATIVO DOS SETORES PESQUISADOS	169
5 CONSIDERAÇÕES GERAIS		178
5.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	178
5.2	DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO URBANA EM PASSO FUNDO	180
5.2.1	REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS	181
5.2.2	REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA	184
5.2.3	REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ	186
5.3	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		190
ANEXO A - FICHAS DE LEVANTAMENTO		197
ANEXO B - FICHAS DAS AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE CADA EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO		201
ANEXO C - QUESTIONÁRIO		251
ANEXO D - RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS		253

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Questão do Desenvolvimento	29
Figura 2 - Escalonamento urbano.....	39
Figura 3 - Elementos estruturadores das cidades	41
Figura 4 - Transit-Oriented Development (TOD)	41
Figura 5 - Secondary Áreas	41
Figura 6 - Freguesia de Passo Fundo em 1853.....	69
Figura 7 - Vista aérea de Passo Fundo em 1996	73
Figura 8 - O Município do Passo Fundo em 1922	74
Figura 9 - Área urbanizada até 1959	77
Figura 10 – Bairros ou setores da cidade de Passo Fundo, em 2006	79
Figura 11 - Mapa da cidade de Passo Fundo/RS	83
Figura 12 - Imagens aéreas da cidade de Passo Fundo	89
Figura 13 - Implantação do Bairro Petrópolis e de seus respectivos Equipamentos Comunitários	90
Figura 14 – Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Petrópolis.....	91
Figura 15 - Foto aérea do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS.....	91
Figura 16 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Petrópolis	92
Figura 17 - Implantação do Bairro Santa Marta e de seus respectivos Equipamentos Comunitários ..	116
Figura 18 - Foto aérea do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS.....	117
Figura 19 - Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Santa Marta	117
Figura 20 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Santa Marta.....	118
Figura 21 - Implantação do Bairro São José e de seus respectivos Equipamentos Comunitários	144
Figura 22 – Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro São José	145
Figura 23 - Foto aérea do Bairro São José, Passo Fundo/RS	145
Figura 24 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro São José	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área institucional disponível para cada unidade habitacional, em função da densidade	35
Tabela 2 - Dados de planejamento das instalações físicas das Unidades Básicas de Saúde	45
Tabela 3 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Saúde	46
Tabela 4 - Dados de planejamento das instalações físicas das Escolas de Primeiro e Segundo Graus .	52
Tabela 5 - Resumo dos dados de planejamento dos equipamentos básicos de educação	53
Tabela 6 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Educação – Ensino Infantil	54
Tabela 7 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio	55
Tabela 8 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Segurança	59
Tabela 9 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Cultura	61
Tabela 10 - Área verde disponível em função da densidade	64
Tabela 11 - Dimensionamento de playgrounds	65
Tabela 12 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Lazer	67
Tabela 13 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Esporte	68
Tabela 14 - População do Estado e da Região dos últimos 50 anos.....	71
Tabela 15 - Amostra dos questionários aplicados nos setores analisados	88
Tabela 16 - Equipamentos Comunitários do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS	93
Tabela 17 - Área necessária para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Bairro Petrópolis	94
Tabela 18 - Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros	96
Tabela 19 - Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros ...	101
Tabela 20 - Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio quanto ao atendimento dos parâmetros	103
Tabela 21 - Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros	106
Tabela 22 - Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros.....	110
Tabela 23 - Análise dos Equipamentos de Esportes quanto ao atendimento dos parâmetros	113
Tabela 24 - Equipamentos Comunitários do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS	119
Tabela 25 - Área necessária para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Bairro Santa Marta	120
Tabela 26 - Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros	122
Tabela 27 – Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros, em função da Unidade de Vizinhança	127

Tabela 28 - Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros, em função do Setor	128
Tabela 29 - Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio quanto ao atendimento dos parâmetros	130
Tabela 30 – Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros	133
Tabela 31 – Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros	138
Tabela 32 – Análise dos Equipamentos de Esportes quanto ao atendimento dos parâmetros	141
Tabela 33 – Equipamentos Comunitários do Bairro São José, Passo Fundo/RS	147
Tabela 34 - Área necessária para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Bairro São José	148
Tabela 35 - Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros	149
Tabela 36 – Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros ...	153
Tabela 37 – Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio do Setor quanto ao atendimento dos parâmetros	156
Tabela 38 - Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros	159
Tabela 39 - Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros	163
Tabela 40 - Análise dos Equipamentos de Lazer quanto ao atendimento dos parâmetros	165
Tabela 41 - Área necessária para a implantação dos equipamentos nos três setores analisados.....	170
Tabela 42 - Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Petrópolis	170
Tabela 43 - Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Santa Marta	171
Tabela 44 - Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro São José	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro Petrópolis	95
Quadro 2 - Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro Petrópolis	100
Quadro 3 - Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro Petrópolis	102
Quadro 4 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro Petrópolis	106
Quadro 5 - Equipamentos de Cultura implantados no Setor do Bairro Petrópolis	109
Quadro 6 - Equipamentos Culturais implantados no Setor do Bairro Petrópolis	109
Quadro 7 - Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro Petrópolis	111
Quadro 8 - Equipamentos de Esportes implantados no Setor do Bairro Petrópolis	112
Quadro 9 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro Santa Marta	121
Quadro 10 – Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro Santa Marta	126
Quadro 11 - Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro Santa Marta	129
Quadro 12 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro Santa Marta	133
Quadro 13 - Equipamento de Cultura implantado no Setor do Bairro Santa Marta	136
Quadro 14 - Equipamentos Culturais implantados no Setor do Bairro Santa Marta	137
Quadro 15 – Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro Santa Marta	139
Quadro 16 - Equipamentos de Esportes implantados no Setor do Bairro Santa Marta	140
Quadro 17 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro São José	149
Quadro 18 - Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro São José	152
Quadro 19 – Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro São José	155
Quadro 20 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro São José	158
Quadro 21 - Equipamentos de Cultura implantados no Setor do Bairro São José	162
Quadro 22 - Equipamento Cultural implantado no Setor do Bairro São José	163
Quadro 23 – Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro São José	164
Quadro 24 - Equipamentos de Esporte implantados no Setor do Bairro São José	166

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Novick (2005), a literatura mostra, de um modo geral, que desde suas origens o urbanismo, enquanto dimensão de reforma social, bem como política pública moderna, tentou uma ação sobre a totalidade da cidade para responder a problemas de diversas ordens, como a social, a espacial e as técnicas, buscando conciliar interesses privados e coletivos.

Nos séculos XVII, XVIII e XIX o urbanismo passa a fazer parte das Academias de Belas Artes européias, sendo o objeto de sua preocupação, o que hoje se chamaria de “desenho da cidade”, o desenho de “sua boa forma urbana”.

No Brasil, apenas com a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, vai pensar-se, de alguma forma, a questão urbana em território nacional, ou ainda, dar uma “boa forma urbana” às cidades coloniais brasileiras. De acordo com Maricato (2001, p.17),

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e o início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para a eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade.

Conforme Deák e Schiffer (1999) é após meados do século XIX, com a consolidação da Estado brasileiro e a partir da dominação dos movimentos separatistas e republicanos que estouravam no sul e norte do país, que o processo de urbanização brasileiro dará um salto significativo em direção ao desenvolvimento.

Nesse momento, foi importante a visível participação do governo central nas províncias revoltosas, fato que se deu através da colaboração na implementação de planos sanitários e de melhoramentos urbanos, estratégias que buscaram impor e demonstrar ordem, higiene e progresso e que, ao final, formataram os primeiros caminhos das atuais capitais brasileiras.

No início do século XX, a industrialização brasileira a partir dos excedentes cafeeiros do estado de São Paulo, trouxe outra dimensão ao fato urbano, pois as cidades como centro de produção industrial, passaram a atrair mão-de-obra do campo, escravos libertos e imigrantes, que constituíram nova fração social, o operariado urbano, residindo em expansões e subúrbios da cidade, desprovidos das facilidades e dos equipamentos urbanos.

Conforme Bassul (2002), a partir da crise mundial de 1929, que alcançou o ciclo do café paulista e empurrou grandes contingentes de desempregados em direção às cidades, passando pelos efeitos da II Guerra Mundial no estímulo à produção fabril, até o final da década de setenta do século passado, caracterizada por grandes investimentos públicos em infraestrutura de transportes e comunicações, o Brasil foi marcado por um processo de concentração progressiva e acentuada da população em núcleos urbanos.

De acordo com Lecoin (1993), este crescimento também é um fenômeno internacional, pois:

[...] está ligado a um enorme aumento da população mundial como um todo e, ao mesmo tempo, à migração massiva para as cidades (taxa de urbanização). Tal configuração traduz-se, tanto num crescimento do número total de cidades – sobretudo no aumento considerável do número de grandes cidades (com mais de 1 milhão de habitantes) de grandes metrópoles (mais de 10 milhões de habitantes) – mas também por um deslocamento geográfico da localização e relevância das redes urbanas no mundo, desde a Europa e América do Norte em direção à Ásia e à África.

Neste sentido, percebemos que as tendências brasileiras demonstradas a partir dos anos setenta do século vinte, em função dos desdobramentos do processo de industrialização, além de elevarem drasticamente a demanda por empregos, moradias e serviços públicos nas áreas urbanas, que já abrigavam quatro em cada cinco brasileiros, fazem também, parte de um fenômeno internacional.

Desta forma, no início do século XXI, o Brasil abriga a maior parte de sua população em áreas urbanas, e de acordo com Geiger apud Gonçalves (1995, p.24), com características específicas, traduzidas e resultantes de uma cultura historicamente desenvolvida desde os tempos coloniais, que faz hoje, com que as classes médias persigam o consumismo e a liberdade de expressão das sociedades ocidentais, mas por outro lado, que os edifícios de apartamentos das cidades salientem as diferenças de classes sociais, como por exemplo, frente à exclusão social e ao déficit habitacional.

1.1 A QUESTÃO REGIONAL

Para Davidovich (GEIGER apud GONÇALVES, 1995, p.24), “é possível reconhecer no urbano brasileiro as marcas das estratégias do desenvolvimento urbano-industrial, o marco das utopias urbanas, o marco da modernização e o crescimento paralelo da cidade informal”.

Neste contexto, o Rio Grande do Sul, como unidade federativa, refletiu ao longo de sua história e do seu processo de produção do território, a problemática urbana e territorial nacional. Ainda que com especificidades inerentes à questão regional, demarca-se com relevância em sua base territorial, a região metropolitana, concentradora, no nordeste do Estado de boa parte da população e dos investimentos gaúchos.

Contrastando com esta região, registra-se a periferia gaúcha, entendida como os demais municípios que não fazem parte da RMPA e ficaram ao largo dos vultosos e sucessivos investimentos realizados em nível federal e estadual, que geraram emprego e renda local, mas um significativo desequilíbrio regional penalizando suas cidades com expansão urbana periférica, carência de emprego e infra-estrutura.

Passo Fundo, neste cenário, encontra-se entre as cidades médias, e a noroeste do Estado, é um pólo regional no Planalto Médio Gaúcho.

Para entender o processo de evolução urbana da cidade, é preciso, de acordo com Dal Moro (1998) definir os limites de sua configuração histórica em função do processo global ocorrido no Brasil e na região sul.

Conforme a autora, o processo de urbanização atingiu com profundidade, também, a região do Planalto, provocando transformações sociais e o crescimento e modernização de “velhas” sedes urbanas. Refletindo o processo em nível local, observa-se que Passo Fundo, como outros centros mais populosos foram privilegiados e locaram os setores produtivos e de serviço, que acabaram formatando o novo perfil do capital agroindustrial e financeiro.

Como reflexo de uma questão global e nacional, o processo socioeconômico regional atraiu os trabalhadores agrícolas, expulsos pela nova tecnologia no campo, que se instalaram nas margens dos canteiros urbanizados de Passo Fundo, conformando hoje, os cinturões sub-habitados, os cinturões das vilas populares, população carente de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, carente de facilidades urbanas, carentes de democracia espacial e cidadania.

Neste momento, ressalta-se a necessidade de repensar as formas e as estruturas urbanas para fazer face aos problemas que vem se acumulando à décadas. É preciso repensar as

idades, sob a ótica da justiça social, da qualidade de vida urbana, da gestão ambiental e da governabilidade.

1.2 PLANEJAMENTO, EQUIPAMENTOS E DEMOCRATIZAÇÃO URBANA

Para Del Rio (1990), o planejamento deve ser entendido como um processo permanente, e uma atividade indispensável para a tomada de decisões. O planejamento também é uma decisão política, que a partir dos objetivos sociais e econômicos que se pretendam atingir, busca os melhores meios e ações para alcançar as metas propostas.

Ferrari (1977) sintetiza o processo de planejamento em quatro verbos: conhecer, compreender, julgar e intervir ou atuar, ou seja, resume aí, as fases do planejamento.

Para Barcellos (2002), no planejamento da gestão urbana, as decisões focam diretamente a infra-estrutura urbana, o número de residências que serão edificadas, e onde as áreas industriais serão estabelecidas. Tais questões amparadas por políticas municipais de zoneamento podem determinar o desenvolvimento urbano e se haverá crescimento físico de uma área urbana ou não. Por meio de critérios específicos pode-se determinar o abastecimento de água, controlar a drenagem, a morfologia urbana, a disposição do lixo e a mobilidade urbana, podem qualificar o futuro de uma cidade.

Para Lecoin (1993), o planejamento de uma região ou cidade depende, largamente, do quadro constituído por decisões políticas, dispositivos legais e institucionais que podem ser chamadas de políticas urbanas.

Pode-se entender que a contribuição na discussão das questões relativas ao planejamento urbano e na elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento urbanos e municipais se torna uma ferramenta para o desenvolvimento organizado de qualquer cidade.

Dentro deste contexto, a inclusão da distribuição dos equipamentos urbanos comunitários é imprescindível, pois através de sua inserção urbana e democrática acessibilidade é que se dará em plenitude, a justiça social e equidade urbana.

Para Couto (1981), os equipamentos comunitários desempenham importante função para o equilíbrio social, político, cultural e psicológico de uma população, pois funcionam como fator de escape das tensões geradas pela vida contemporânea em comunidade.

É importante perceber que a concreta incorporação dos equipamentos urbanos com relativo grau de relevância no processo de pensar o urbano e de promover a urbanização pode efetivamente contribuir para a qualidade de vida do cidadão, objetivando a obtenção de um

meio urbano equilibrado, de uma cidade mais justa, mais diversificada no uso de equipamentos com fácil acesso, que qualificação os espaços, especialmente àqueles de uso público e comunitário.

Dentro das questões colocadas, e entendendo que os equipamentos urbanos e a democrática acessibilidade aos mesmos, é uma questão importante dentro da cidade, pois o adequado uso e distribuição dos mesmos qualificam a vida urbana, pergunta-se: Os equipamentos comunitários de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte da cidade de Passo Fundo/RS, atendem as demandas municipais quanto ao seu dimensionamento e implantação? E o quão deficitários são esses equipamentos?

1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

A justificativa do trabalho se encontra na asserção de que o crescimento das áreas comunitárias urbanas deve ser proporcional ao crescimento das cidades, para que estas permitam condições de vida a seus habitantes, bem com a disponibilidade de espaços para o seu desenvolvimento e das práticas sociais e comunitárias, questões inerente á vida em sociedade.

As áreas comunitárias de uso comum do povo proporcionam qualidade de vida não só a população local, mas também aos moradores dos bairros vizinhos, sobretudo à comunidade carente, que têm suas necessidades básicas supridas através dos equipamentos comunitários localizados próximos as suas residências, além de praticar seu lazer nas áreas públicas da mesma, como as praças, parques, áreas verdes e espaços afins.

Segundo Arfelli (2004):

[...] enquanto que os equipamentos urbanos integram a infra-estrutura básica à expansão da cidade, destinados portanto, a dar suporte ao seu crescimento e a proporcionar condições dignas de habitabilidade, os equipamentos comunitários são aqueles dos quais se valerá o Poder Público para servir a comunidade, que ocupará lotes criados pelo parcelamento urbano, nas áreas de educação, saúde, assistência social, esportes, cultura, lazer, etc.

A Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979 (alterada pela Lei 9.785, e já em revisão pelo Projeto de Lei 3.057, de 2000), dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras

providências, disciplinando as atividades urbanísticas voltadas ao ordenamento territorial e à expansão da cidade, definindo e diferenciando equipamentos urbanos e equipamentos comunitários. Em seu quarto artigo, cita os equipamentos comunitários:

Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: I – as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais á densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvando o disposto no § 1 deste artigo; **§ 2 – Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.**

O artigo quinto da lei 6.766 refere-se aos equipamentos urbanos:

O poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa *non aedificandi* destinada a equipamentos urbanos. Parágrafo único. **Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.**

A Constituição Federal em seu artigo 182 refere-se ao assunto ao estabelecer que:

[...] “a política de desenvolvimento urbano a ser executado pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (habitação, trabalho, segurança, lazer, circulação, etc) e garantir o bem estar de seus habitantes”.

O que não acontece em âmbito municipal, pois ao analisarmos o Plano Diretor Municipal da cidade de Passo Fundo, vigente até outubro de 2006 (Lei nº 2.133 de 13 de dezembro de 1984), verifica-se que somente refere-se a equipamentos determinando a classificação de seu uso na secção II, artigo 11 (p.9):

- Uso 21 – Serviços de Educação e Cultura Tipo A – estabelecimentos de ensino de primeiro, segundo e terceiro grau.

- Uso 22 – Serviços de Educação e Cultura Tipo B – estabelecimentos de ensino informal, como creches, escolas maternas, centros de cuidados, jardim de infância ou pré-primeiro grau, escolas especiais.
- Uso 23 – Serviços de Educação e Cultura Tipo C – estabelecimentos culturais, como: arquivos, auditórios, bibliotecas, cinemas, ligas e associações assistenciais e beneficentes, museus, teatros e salas de espetáculos.
- Uso 24 – Serviços Médicos – ambulatórios, farmácias e clínicas.
- Uso 25 – Serviços Hospitalares – hospitais.

O novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI do município de Passo Fundo (Lei Complementar nº 170 aprovada em 09 de outubro de 2006) trata do assunto como ‘equipamentos urbanos’ no capítulo VI, art. 40 (p.13), colocando as diretrizes a serem observadas:

III – descentralização dos equipamentos urbanos no sentido de obter a adequada distribuição dos serviços públicos municipais. Parágrafo único. A distribuição espacial dos equipamentos urbanos observará a elaboração de um plano integrado dos equipamentos urbanos municipais.

Ao confrontarmos a legislação federal e municipal, percebe-se que a legislação local não trata do assunto de forma adequada, pois não explicita o que entende por equipamentos urbanos e comunitários, não estabelece parâmetros para implantação nem propõe critérios para estabelecer demandas, mas ressalva, que a descentralização e distribuição dos mesmos, fica dependente da elaboração de um futuro “plano integrado”.

Ao se analisar a literatura, constata-se que as leis em vigor na maioria dos estados brasileiros, tratam de forma superficial quanto à implantação e dimensionamento dos equipamentos comunitários. Menciona apenas a importância de prever áreas reservadas para os usos de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte, sem delimitar, no entanto distâncias ou raios de abrangência para a ‘melhor’ utilização da população atendida.

Neste sentido, Moretti (1997, p.133) coloca que a legislação urbanística de cada município deveria apontar claramente “os estudos e levantamentos que deverão ser realizados para o fornecimento de diretrizes para os novos empreendimentos habitacionais, bem como os elementos que deverão ser incluídos nestas diretrizes”.

Dreux (2004, p.33) complementa, que na análise de alguns Planos Diretores para sua dissertação de mestrado:

Após uma revisão de literatura nessa área, não foi encontrada nenhuma norma urbanística que especifique as melhores distâncias, ou as formas mais adequadas ao planejar uma cidade ou um conjunto habitacional, a fim de facilitar os deslocamentos diários da população que vive nesses lugares, e proporcionar uma qualidade de vida a essas pessoas.

A autora ainda complementa que “a ênfase dada por cada um deles aos critérios de distribuição de equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais, e também os critérios utilizados por alguns autores para distribuição desses equipamentos” demonstra “a falta de unidade de medida quanto ao dimensionamento, já que os autores citam raios de abrangência, hab/m², centímetros por fachada, etc”.

Assim, com a estruturação dos espaços de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte podem-se promover espaços comunitários, que integram e estimulam as vivências cívica, comunitária e comercial, pois segundo Bassul (2001):

[...] investir na democratização do acesso a condições condignas de vida urbana, é mais que uma bandeira de luta política, constitui atalho indispensável para um projeto nacional de combate á pobreza minimamente sincero. Facilitar o acesso á moradia, dotar as cidades de sistemas decentes de transporte público, assegurar a prestação universal dos serviços de abastecimento d’água e esgotamento sanitário, tirar crianças da rua e levá-las à escola, qualificar espaços comunitários com equipamentos e atividades orientadas de lazer e recreação são propostas factíveis e relativamente baratas. Resultam afinal, numa forma eficaz de melhorar a partilha da renda nacional.

Em função destas colocações, vem à importância do presente estudo, que pretende verificar, analisar e questionar se os equipamentos comunitários da cidade de Passo Fundo atendem a demanda local, e a partir dos dados levantados, poder contribuir com diretrizes para os bairros estudados, com a recomendação de quais equipamentos deverão estar incluídos nestas diretrizes.

Através deste estudo procura-se tratar com mais ênfase a necessidade dos equipamentos comunitários, consolidando-os como espaços públicos de uso democrático, onde se desenvolvam atividades de integração social e de concentração de pessoas através da

interação urbana, atuando na valorização dos vazios urbanos ainda existentes, com a implantação dos principais serviços de atendimento à comunidade.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da dissertação Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: o caso de Passo Fundo é identificar os equipamentos comunitários da cidade de Passo Fundo e avaliar se os mesmos atendem às demandas municipais de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, por autores que tratam do assunto, e discutir a validade desses parâmetros diante um caso real.

1.4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são definidos como:

- Identificar e catalogar a implantação dos Equipamentos Comunitários de Saúde, Educação, Segurança, Cultura, Lazer e Esporte de três bairros da cidade de Passo Fundo;
- Verificar se os Equipamentos Comunitários dos bairros atendem suas demandas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979 e autores pertinentes como Campos Filho, Ferrari, Guimarães, Moretti e Santos;
- Analisar através de critérios qualitativos, as condições de uso e utilização dos Equipamentos Comunitários já implantados, e através de métodos quantitativos, verificar a demanda destes equipamentos perante a comunidade local;
- Apontar diretrizes para auxiliar o Planejamento Urbano Municipal nos três bairros analisados, com o dimensionamento dos Equipamentos Comunitários existentes, e aos que suas implantações serão recomendadas;
- Discutir a validade dos parâmetros de implantação e dimensionamento especificado pelos autores pesquisados e pelas Leis que tratam do assunto.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura metodológica do trabalho é composta por sete capítulos:

Capítulo 1 – O presente capítulo descreve o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos e as delimitações do trabalho;

Capítulo 2 – Apresenta-se a revisão da literatura, onde se procurou fazer uma síntese sobre os conceitos tratados na pesquisa, para um melhor entendimento do estudo em questão, bem como, com um breve histórico, buscou-se resgatar a evolução urbana da cidade, e particularmente da evolução histórica dos bairros de Passo Fundo;

Capítulo 3 – Descreve-se o método de pesquisa utilizado no presente trabalho. Ainda, nesse capítulo detalha-se, a estratégia, o delineamento da pesquisa, assim como as atividades realizadas na execução da mesma;

Capítulo 4 – Este capítulo apresenta o estudo de caso da pesquisa através da investigação e análise dos equipamentos comunitários implantados em três setores da área urbana da cidade. Aqui são analisadas e discutidas as características de cada Equipamento Comunitário analisado, bem como a demanda e aspirações dos moradores com a aplicação do questionário. Por fim, em um estudo comparativo, são analisados os resultados da pesquisa obtidos nos três setores da cidade;

Capítulo 5 – São delineadas as conclusões da pesquisa, com observações e recomendações para a cidade. Aqui também são sugeridos novos trabalhos relacionados ao tema estudado e a relevância da importância e necessidade no aprofundamento de questões relativas aos espaços de uso comunitários da população.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO

Conforme Maricato (2001), o Brasil, assim como vários países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX. Em 1940, a população brasileira que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, em 2000 passou a ser de 138 milhões.

De acordo com o Ministério das Cidades (2004), o Brasil urbano atual é representado por cerca de 82% da população. Conseqüentemente a urbanização para 2010 será de 90% e inteiramente urbano por volta de 2030. Essa concentração urbana fica mais explícita, quando se constata que apenas 455 municípios – pouco mais de 8% dos 5 mil e 561 que compõe a nação brasileira – contem mais de 55% do total de habitantes do país.

Isto significa um gigantesco “construir cidades”, pois em apenas sessenta anos, precisou-se e ainda se precisa prover, com alguma infra-estrutura mínima, o habitar de 120 milhões de pessoas, tratando-se de assentamento residencial, trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia e água.

De acordo com a autora (2001, p.16), “ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver neste espaço”.

Foi com o Banco Nacional da Habitação (BNH), criado pelo regime militar em 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política pública controvertida. A morfologia urbana se verticalizou através dos edifícios de apartamentos, mas o financiamento imobiliário não democratizou o acesso a terra pela instituição da função social da propriedade.

Os conjuntos habitacionais populares desse período, também não enfrentaram a questão fundiária urbana. Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos para instalar a população em áreas distantes, inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também os contribuintes, que arcaram com as despesas de implementação e extensão da infra-estrutura.

Nesse período se criou uma nova classe média urbana que se desenvolveu paralela aos grandes contingentes de população sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento.

Por outro lado, um novo debate toma a agenda dos estudiosos da cidade brasileira. Para Veiga (2003, p.44) muitos deles consideram a percentagem total de população urbana brasileira incluindo a população rural, então procuraram contornar a questão através de outros parâmetros:

Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20.000 habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70% [...] todos somos vítimas dessa ficção oficial de que o Brasil será 90% urbano por volta de 2010, e inteiramente urbano por volta de 2030. Mas ninguém tem direito de desconhecer a imensa desigualdade que existe entre o Brasil urbano e o Brasil rural. Uma desigualdade que se manifesta principalmente nas oportunidades, nas escolhas, nas opções e, sobretudo, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos por essas duas partes da população.

O que se constata é que, se considerada as colocações de Veiga (2003) e outros autores, existe uma redução na parcela de população urbana do país, mas mesmo assim, não se pode negar que a partir do final do século XX, a sociedade brasileira passou a concentrar-se nas regiões mais urbanizadas do país, especialmente na periferia das regiões metropolitanas, quer seja pelas dificuldades impostas ao “interior brasileiro”, quer pelas melhores perspectivas que as cidades lhes ofereciam.

Alheia a esta discussão e finalizando esta etapa da dissertação é importante ressaltar uma colocação de Maricato (2001, p.36) sobre as cidades brasileiras hoje, quer sejam maiores ou menores:

Concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras conseqüências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, essa é a fórmula das bombas sócio-ecológicas. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência.

2.2 O PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO LOCAL

O planejamento urbano em um amplo sentido, de acordo com Ferrari (1977, p.3) “é um método de aplicação contínuo e permanente, destinado a resolver racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências”.

Para Déak e Schiffer (1999, p.13), no Brasil, nos anos setenta, entendia-se por planejamento urbano:

[...] o conjunto de ações de ordenação espacial das atividades urbanas que, não podendo ser realizadas ou sequer orientadas pelo mercado, tinham de ser assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção quanto na sua implementação [...] o “planejamento urbano” abrangia todos os aspectos possíveis e imagináveis da vida das cidades, desde obras de infra-estrutura física até a renovação e o desenho urbano, ordenação legal do uso do solo e da paisagem urbana, até a provisão de serviços, tão pouco espacial-específicos, quanto saúde e educação pública. O estímulo governamental ao planejamento urbano manifestava-se de várias formas: se as cidades não eram obrigadas por lei (como viriam a ser mais tarde pela Constituição de 1988) a ter seu plano de desenvolvimento, certamente não poderiam esperar obter financiamento para obras de infra-estrutura se não tivessem – e vários programas, a começar pelo Plano Nacional de Saneamento (Planasa), ofereciam “fundos” de urbanização na forma de créditos subsidiados.

A partir do processo de democratização brasileiro e da Constituinte de 1988, o processo participativo passou a pautar os fóruns de debate e a organização e implementação dos planejamentos municipais.

Rolnik e Pinheiro (2005, p.26) colocam que hoje, para se obter um planejamento urbano de qualquer cidade deve-se, inicialmente, “levantar a legislação urbanística, leis de uso do solo, parcelamento, códigos de obras, posturas ambiental e patrimonial nos âmbitos municipal, estadual e federal que incidem no município” além da análise da atualidade dessa legislação em vigor, pois somente assim poderá ser verificada se a legislação está sendo aplicada, onde há formas de ocupação que podem vir a contrariar, ou já estão contrariando a legislação em vigor e por quê.

A aproximação do planejamento do uso do solo e da administração local, como prescreve Kaiser et al apud Kanaap e Moore (2000, p.3), envolve três passos:

- Identificar a terra atual e a capacidade de infra-estrutura disponível para o desenvolvimento urbano;
- Prever a necessidade para o desenvolvimento urbano para um período de 10 a 20 anos;

- Providenciar amplo fornecimento de terra e capacidade de infra-estrutura para antecipadamente encontrar necessidades.

Portanto a área disponível e sua destinação através do uso do solo, bem como o adequando suprimento de infra-estrutura e equipamentos comunitários são elementos indissociáveis ao planejamento e a qualificação urbana.

Pollock (1998, p.2) coloca que a extensão racional dos serviços urbanos assim como a definição das áreas onde esses serviços são implantados são as condições de um vínculo direto entre o planejamento, uso do solo e o planejamento da infra-estrutura. Da mesma forma, os parques, os espaços de recreação, as áreas de policiamento, os transportes e as redes de água e esgoto são os serviços preliminares que podem direcionar o projeto mestre de uma cidade determinando para onde os serviços deverão ser estendidos, avaliando a questão de tempo e dos tipos de uso do solo.

Para Rodrigues (1986, p.34), o planejamento urbano em termos de concepção, de prática e de desenho, sempre se defrontou com impasses históricos, especialmente nas sociedades subdesenvolvidas, onde se enquadra o caso brasileiro, pois o planejamento:

[...] que não atendia aos interesses do usuário, vinha sendo usado como instrumento de manutenção do autoritarismo do Estado, não contribuía para as necessidades organizativas dos concessionários da produção de bens e serviços, e ainda não merecia a confiança dos grupos sociais que lideravam o processo de transformação social [...] Se admitirmos que o planejamento urbano constitui-se de um processo decisório por equacionamento de variáveis dependentes de decisão política para definição de um modelo urbano dos sistemas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, podemos admitir o desenho urbano como expressão técnica e artística de composição arquitetônica dos espaços urbanos daquele modelo, cujos traçados e ambiências resultantes dependerão também de interpretação de expectativas dos grupos sociais envolvidos.

Mas segundo De Cesare (1998, p.6), no Brasil, “fatores culturais e econômicos ainda parecem encorajar a especulação da terra em lugar de atividades produtivas, e a dificuldade em estabelecer limites entre o interesse público e a propriedade privada realmente, é complexa”.

Neste sentido, questões que Maricato (2005) aborda como que as propostas urbanas devam ir além de uma política fundiária que privilegie a captação da valorização imobiliária, Ferrari (1977, p.11) já abordava na década de setenta do século XX, constatando-se que apesar de ter-se passado uma geração e se avançado no processo democrático, as preocupações sociais do planejamento, que enfrentam a exclusão social e a periferização ainda são latentes, pois:

No campo social, o desenvolvimento também deve ser planejado porque desenvolvimento deve ser entendido, qualitativamente, como “mudança de valores sociais” para melhor. Educação, saúde pública, habitação, alimentação devem ser encaradas como investimentos econômicos dentro de uma correta política desenvolvimentista. O simples crescimento econômico de um País não deve ser confundido com desenvolvimento que pressupõe mudanças qualitativas ao lado do crescimento quantitativo dos valores materiais. O homem deve ser valorizado dentro da comunidade. De passagem, seja lembrado que o “social” aqui não se limita ao sociológico, tendo acepção mais rica, abrangendo além dos fatos sociológicos ou societários, como diria Simmel, os históricos, políticos, culturais, etc, ou seja, todas as relações, atividades e produtos do homem vivendo em regime de sociabilidade.

No início do século XXI, além da inclusão social e o direito à cidade, a questão ambiental e a sustentabilidade agregam-se de forma contundente a questão urbana e ao planejamento municipal. Conforme Acioly e Davidson (1998, p.9), o debate ocorrido na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, realizada em junho de 1996, em Istambul, durante a Conferência Habitat II, concluiu e alertou que as cidades não poderão crescer linear e indefinidamente sobre o seu entorno natural, sem colocar em risco os recursos naturais e essenciais à sua própria sobrevivência. O desenvolvimento sustentável e duradouro necessariamente exigirá uma reformulação dos atuais padrões de urbanização.

Neste sentido, as efetivas condições de vida e trabalho de enormes contingentes populacionais determinam que o grande desafio das políticas econômicas atuais é com a inclusão social (Figura 1), dando enfoque mais conciso às amplas e complexas discussões que sempre envolveram o processo de planejamento e desenvolvimento. É possível considerar que as ações relativas à geração de renda (acessibilidade, cadeias econômicas, serviços públicos,

diferenciação entre empreendimentos e patrimônio e projetos estruturantes) e a ampliação da cidadania (participação social, habitat, serviços básicos – equipamentos comunitários, projetos estruturantes e os serviços públicos), por sua vez, representam os pilares desta desejada inclusão.

A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

**INCLUSÃO SOCIAL =
= RENDA + CIDADANIA**

RENDA

Acessibilidade
(Infra-estrutura física) + Informações
+
Cadeias econômicas
(Produção e Serviços) + Capacitação
+
Serviços Públicos
+
Diferenciação
Empreendimentos, Patrimônio
(natural, histórico, cultural)
+
Projetos Estruturantes

CIDADANIA

Participação Social
+
Habitat
(Infra-Estrutura
+ Moradia Adequada)
+
Serviços Básicos
(Educação, Saúde, Segurança)
+
Projetos Estruturantes
+
Serviços Públicos

Conforme Baptista (2001), o processo de planejamento sempre deve ter a participação dos setores públicos, principalmente nos aspectos referentes à implantação de infraestrutura e a prestação dos serviços sociais básicos.

Desta forma, os princípios que devem ordenar o planejamento democrático de uma estruturação urbana, devem incluir o adequado uso do solo a projetos de integração de transporte e mobilidade urbana, proteção dos espaços abertos, e o abastecimento oportuno e eficiente de infra-estrutura urbana, como é o caso dos equipamentos básicos de uso comunitário.

Conforme Moreno (2002, p.11), “é na cidade que estamos colhendo os frutos, bons e ruins, das rápidas transformações pelas quais a civilização passou nas últimas décadas”. A sociedade está vivendo a emergência dos novos modos de vida e, conseqüentemente, das novas formas de aglomeração urbana, causados pelo esgotamento da economia industrial, da globalização financeira, da diversidade cultural, da transformação da composição familiar, bem como pelos avanços das tecnologias de informação.

Fonte: Baptista, 2001, p.31.

Figura 1 - A questão do desenvolvimento

Para Panizzi (1995), podem ser identificados aspectos positivos no desenvolvimento brasileiro recente, como a ampliação de alguns serviços coletivos, em especial na área de saneamento básico e a renovação do planejamento urbano e regional na esfera de alguns municípios. A autora aborda o ensejo da Constituição de 1988, que pretendeu a descentralização fiscal e administrativa, procurando restituir gerência a Estados e Municípios. Neste sentido, também abriu a possibilidade de gestão democrática e participativa no âmbito da cidade, favorecendo a parceria entre sociedade e governos locais.

De acordo com Bruna (1983, p.266):

A partir do plano municipal integral estabelecem-se às diretrizes que orientarão o planejamento das áreas urbanas, bem como os diversos planos setoriais que detalham a solução dos problemas específicos no âmbito municipal [...] O planejamento municipal, para atender a sua finalidade, deve objetivar o estudo da realidade do Município, visando o seu desenvolvimento integral, a ordenação e ao controle de suas estruturas, a ampliação de suas fontes de recursos e à otimização da atividade administrativa.

Neste contexto de planejamento municipal é que se insere a questão das centralidades urbanas e periferias desorganizadas, pois conforme Ferrari (1977), uma das características da cidade é a centralidade. Para Maricato (1996) é neste contexto do crescimento econômico capitalista, extremamente concentrador de renda, de terra, de poder que as cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social.

O urbano hoje se forma da constituição de um pólo de modernidade e facilidades urbanas em contraponto com um aprofundamento da periferização, ou seja, um maior aumento populacional nas periferias, reproduzindo e expandindo as formas de subabitação e violência em função da indisponibilidade de trabalho, infra-estrutura e equipamentos públicos.

Dados de Bassul (2001) revelam que de cada cinco brasileiros, quatro moram em cidades que enfrentam problemas relativos à precariedade das posses da terra, à ineficiência das redes de transporte, de saneamento e de energia elétrica, sofrendo com o crescimento acelerado dos índices de violência, com a carência de moradias, a escassez de emprego e à especulação imobiliária, entre outros fatores que contribuem para desqualificação e exclusão social.

Maricato (1995) observa que a busca por novos e justos padrões urbanos devem objetivar um patamar mínimo para toda a sociedade e não apenas para alguns. O rompimento com o desenvolvimento da desigualdade exige um compromisso com o empírico. Ou seja, é através do conhecimento da realidade urbana, de sua análise crítica e da intervenção sistemática que

emergirão novos padrões de urbanização e de uma nova ordem legal extensiva a toda a cidade e a todos os cidadãos.

É neste contexto que o plano diretor deve ser entendido, mas ele é uma lei. Ela complementa a Lei Orgânica da localidade naquilo que se refere ao ordenamento do território e à sua ocupação, a qual deve ser planejada de forma permanente, em constante sintonia e de acordo com todos os segmentos que compõem seus habitantes. Conforme Abreu (2005) e Heitor Álvaro Petry, presidente da FAMURS, o Plano Diretor não deveria precisar ser uma imposição de lei, “deveria ser uma demanda natural de cada comunidade para ordenar o desenvolvimento das suas cidades”.

Segundo o coordenador da Câmara de Arquitetura do CREA-RS, o conselheiro Décio Bevilacqua in Abreu (2005, p.16):

[...] um Plano Diretor deve abranger toda a área do município, fixar diretrizes de desenvolvimento e a ocupação futura das áreas, levando em conta os aspectos naturais, como a sua geografia, o tipo de solo, vegetação, clima e recursos hídricos disponíveis. Precisa considerar a infra-estrutura física, como será a pavimentação de ruas, a extensão de redes de água, esgoto e energia elétrica. E a infra-estrutura social: creches, escolas, delegacias, postos de saúde, etc, estabelecendo localizações, distâncias e abrangências.

Para Maricato (2001) os planos diretores devem contribuir para que um novo processo democrático de acesso á cidade seja construído. Um plano de ação que inclua plano de uso e ocupação do solo deve orientar os investimentos públicos e as localizações das obras urbanas, objetivando a regulação dos preços do mercado fundiário e, principalmente, democratizar o acesso á infra-estrutura urbana.

Portanto, essas normas que estabelecem inclusive a provisão de equipamentos de uso comunitário segundo Dreux (2004, p.11) “deveriam estar expostos de forma clara nos planos diretores municipais e nas leis estaduais e federais”, o que não acontece principalmente em âmbito municipal, pois segundo a autora, dos Planos Diretores analisados, poucos mencionam critérios de dimensionamento para a localização destes, principalmente em se tratando de equipamentos urbanos sociais.

Maricato, ainda diz, que não interessa um plano apenas normativo, como a grande maioria, e sim que ele seja comprometido com um processo, com uma esfera de gestão democrática que se preocupe em corrigir rumos, uma esfera operativa com investimentos e ações definidas e também, com fiscalização sobre a implementação.

2.3 PLANEJAMENTO E OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

A fim de devolver a cidade moderna à coletividade desapropriada ao longo do processo de formação das grandes aglomerações urbanas contemporâneas, Arantes (1995, p.97) cita que a partir de meados dos anos 1960, arquitetos e urbanistas entregaram-se a uma verdadeira obsessão pelo ‘lugar público’. Para eles, este era “o antídoto mais indicado para a patologia da cidade funcional” que ocorria após as primeiras separações do Movimento Moderno no pós-guerra. Segundo a autora (p.99):

Arquitetos e urbanista passaram então a criar – ou simplesmente preservar – fatos urbanos, lugares destinados em princípio a reativar formas da vida social, focos em condições de aglutinar um sem-número de objetos arquitetônicos desconexos em torno de um espaço que se apresentasse como “coisa pública”

Por serem os equipamentos comunitários, os estabelecimentos urbanos destinados a atender às necessidades da comunidade, que deveria ter acesso aos mesmos democraticamente, ou seja, sem impasses de distância ou dificultados pela falta de oferta, baixa renda ou localização, já eram mencionados no art. 18 da Carta de Atenas:

É arbitrária a distribuição das condições de uso coletivo dependente da habitação. A moradia abriga a família que constitui por si só todo um programa e coloca um problema cuja solução – que outrora já foi, por vezes, feliz – está hoje entregue, em geral, ao acaso. Mas a família reclama ainda a presença de instituições que, fora da moradia e em suas proximidades, sejam seus verdadeiros prolongamentos. São elas: centros de abastecimento, serviços médicos, creches, jardins de infância, escolas, às quais se somarão organizações intelectuais e esportivas destinadas a proporcionar aos adolescentes a possibilidade de trabalhos ou de jogos adequados a satisfação das aspirações próprias dessa idade e, para completar, os “equipamentos de saúde”, as áreas próprias à cultura física e ao esporte cotidiano de cada um.

De acordo com Silva (2001) os equipamentos comunitários ou “equipamentos urbanos sociais”, desempenham funções conjuntas, que tem como objetivo promover a aproximação dos moradores para o desenvolvimento das relações de boa vizinhança e cidadania. Eles configuram um marco importante do novo patamar de organização a ser alcançado com a urbanização. Ou seja, com um programa funcional com salas de encontros, reuniões e

serviços à população poderá desenvolver diversas atividades, desde assembléias comunitárias até o desenvolvimento de cursos profissionalizantes.

Para Debiagi (1978):

Quando mencionamos “equipamentos sociais urbanos”, referimo-nos a unidades espaciais que tem por função o desenvolvimento de atividades específicas correspondentes a “serviços urbanos sociais”.

De acordo com Couto (1981):

Esses equipamentos, como a própria expressão dá a entender, servirão à comunidade que habitará lotes criados pelo parcelamento urbano e, por isso mesmo, deverão ser proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, tendo por fim satisfazer às necessidades assistenciais e hedonísticas da coletividade.

Santos (1988, p.157), no entanto, diz que os equipamentos comunitários são “aqueles serviços públicos que exigem áreas ou edificações próprias para funcionarem. Têm de ser programados em avanço para atender bem aos fins a que se destinam”. Já Magalhães (1996) considera que ainda deverão ser caracterizadas na localização e projeto de novos equipamentos comunitários as demandas dos moradores, através do levantamento: do existente e desejado pela comunidade; e do existente no bairro com a respectiva avaliação da possibilidade de uso pela comunidade. Moretti (1997, p.132) ainda diz:

Sugere-se que as áreas institucionais, transferidas ao domínio público nos empreendimentos habitacionais, sejam proporcionais à densidade populacional, e sejam dimensionadas prevendo-se a implantação, pelo menos, dos equipamentos básicos de saúde (UBS), escolas de ensino infantil e escolas de primeiro e segundo graus. Os critérios urbanísticos não podem tentar substituir a análise de disponibilidade de equipamentos no entorno da área em que vai ser implantado o empreendimento habitacional. Ou seja, por ocasião do fornecimento das diretrizes ao projeto, compete ao órgão de planejamento municipal analisar as necessidades locais e definir claramente a finalidade, dimensões e localização dos terrenos destinados ao uso institucional. É fácil avaliar a complexidade desta tarefa, na medida em que estão envolvidos dados e decisões de órgãos da administração pública municipal, estadual e, eventualmente, federal, muitas vezes com planejamento autônomo, descentralizado e incompleto. De qualquer forma torna-se indispensável que a administração pública identifique a finalidade do terreno que passará ao domínio público, para que o projeto possa ser feito adequadamente, considerando que os terrenos institucionais tem dimensões e raios de atendimento diferenciados em função da finalidade a que se destinam.

Campos Filho, (1999, p.111) cita ainda que, ao se referir aos equipamentos comunitários, automaticamente estará se referindo a população mais carente, pois:

[...] quanto mais baixa a renda dos moradores, mais eles serão dependentes dos serviços da rede estadual subsidiados. Por isso, a grande maioria da população, com renda familiar da ordem de até dez salários mínimos mensais, preferirão as creches, escolas de primeiro grau, postos de saúde, praças de lazer e áreas verdes do Estado. Essa condição é crucial para a definição do tamanho do bairro de vizinhança. Isso porque a dimensão ótima desses equipamentos é uma condição de fundamental importância para a qualidade de prestação de serviços [...].

Para Ferrari (1977, p.301) “[...] a população ótima para a unidade de vizinhança deve ser tal que permita, no mínimo, a instalação de uma única escola primária e cujo tamanho não provoque sua desintegração, pela duplicação de equipamentos comunais”. Santos (1988) observa que os equipamentos públicos voltados para a vizinhança e os bairros devem ser distribuídos com a maior regularidade possível pelo espaço urbano.

Moretti (1997, p.129), no entanto, coloca que os equipamentos comunitários devem ser localizados em áreas específicas:

[...] chamam-se de áreas institucionais aquelas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários. As necessidades urbanas quanto às áreas institucionais constituem uma lista extensa: além das creches, pré-escolas, escolas de 1º. E 2º. Graus e postos de saúde, têm-se hospitais, universidades, cemitérios, postos policiais e de correios, escritórios administrativos municipais, mercados, bibliotecas, teatros, centros culturais e comunitários, terminais rodoviários, asilos e locais para caixa d’água, estações de tratamento de água e esgoto, entre outros.

Segundo Guimarães (2004, p.173), cada vez mais se deve tentar preservar todos os grandes espaços disponíveis das cidades, pois “o espaço público deve ser a opção aos espaços confinados e socialmente estratificados dos clubes e condomínios”.

Considerando-se os referenciais abordados, surgem dúvidas em relação às categorias de inclusão desses equipamentos, bem como em seu dimensionamento frente às demandas e em relação às áreas disponíveis. Gonzalez (1994, p.31) considera a questão referindo-se especialmente sobre o tema:

No âmbito estritamente local é necessário que se estabeleçam, dentro de um processo integrado e continuado de planejamento, uma ordenação das atividades humanas, através do zoneamento de uso do solo, da fixação de padrões adequados de densidade demográfica e de distribuição de equipamentos e serviços comunitários, do controle das edificações e de um desenho urbano com conteúdos estéticos. Também é necessário a formulação de uma política, que vise a uma estrutura de polarização interna das cidades, através da hierarquia de centros, com base na organização em unidades de habitação e no fortalecimento dos bairros existentes ou a serem criados. Isto permitirá uma distribuição mais eficaz da população, dos equipamentos de bem-estar social, de saúde, de educação, de recreação, de abastecimento e prestação de serviços, bem como, da própria habitação relacionada com os locais de trabalho, principalmente a indústria, o comércio e serviços.

Logo, uma postura antecipativa deveria ser levada em conta na formulação de diretrizes urbanísticas tanto para o planejamento da cidade como um todo, quanto na abertura de novos loteamentos, de acordo com Guimarães (2004, p.134), “da área loteada das cidades serão destinados para uso público, no mínimo 35% (incluindo o sistema viário), dos quais 15% serão utilizados exclusivamente para equipamentos comunitários e áreas livres para uso público”.

Moretti (1997, p.129), também trata especificamente sobre o assunto, citando que nos projetos de parcelamento do solo, os municípios devem estabelecer a exigência de doação de 5% do total da gleba como área institucional, independente da densidade populacional do empreendimento, sugerindo a aplicação da seguinte tabela:

Tabela 1 - Área institucional disponível para cada unidade habitacional, em função da densidade (considerando reserva de 5%, com relação ao total da gleba)

Densidade habitacional (unidades habitacionais por ha)	Área institucional disponível para cada unidade habitacional (m²)
20	25,0
40	12,5
60	8,3
80	6,3
100	5,0
120	4,2
140	3,6
160	3,1
180	2,8
200	2,5
220	2,3

Fonte: Moretti, 1997, p. 130.

Quanto às conclusões que Moretti (1997, p.130) cita sobre a Tabela 1, estão as seguintes:

Por um lado, fica clara a necessidade de revisão dos parâmetros de dimensionamento das áreas institucionais a serem destinadas pelos empreendedores habitacionais, sob risco de não se dispor de área pública sequer para a implantação de escolas. Por outro lado, deve-se considerar que o empreendedor repassa ao preço dos lotes ou habitações o custo dos terrenos transferidos ao domínio do município. A criação de áreas públicas por essa via tem, assim, impacto nos custos habitacionais, sendo preciso estabelecer o equilíbrio entre o que vai ser arcado pelo poder público, através da compra ou desapropriação de terras, e pelo comprador da unidade habitacional.

Constata-se deste modo, que em relação aos equipamentos comunitários e de acordo com Campos Filho (1999, p.128), uma postura antecipativa deve estar inserida dentro das prerrogativas do planejamento, devendo ser levada em conta na formulação de diretrizes urbanísticas, quer na organização dos espaços da cidade como um todo, quer na implantação de novos loteamentos ou ainda na abertura de vias e na adequada locação dos equipamentos sociais como as escolas, creches, postos de saúde e praças.

Em relação ao Estatuto da Cidade e aos equipamentos comunitários, Maricato (2001), coloca que a falta de eficácia dos planos urbanos brasileiros se confrontados com os rumos tomados pelas cidades brasileiras, em seu vertiginoso crescimento, nos anos 1980, são questionáveis. Para ela, as iniciativas e medidas do regime autoritário não só não ampliaram o acesso a moradia como também contribuíram para o aprofundamento das dificuldades do acesso à habitação e a cidade legal por grande parte da população brasileira.

Neste sentido e após 11 anos de negociações e adiamentos, em 10 de julho de 2001, o Congresso Federal aprovou o Estatuto da Cidade, Lei n 10.257, que regulamenta o capítulo de política urbana, ou seja, os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

Rolnik (2001) coloca, que diante do cumprimento da função social e da propriedade urbana, “a nova lei delega esta tarefa para os municípios, oferecendo para as cidades um conjunto inovador de instrumentos de intervenção sobre seus territórios, além de uma nova concepção de planejamento e gestão urbana”. Cita ainda que:

As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltadas para induzir, mais do que normatizar, as formas de uso e ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a idéia de participação direta do cidadão em processo decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal.

Conforme o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 [...] este é uma lei inovadora que busca planejar as cidades para melhorar a qualidade de vida da população ao enfrentar os desafios do século XXI. O detalhamento da lei abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos, sociais e políticos de nossas cidades.

Em relação aos equipamentos comunitários, o Estatuto da Cidade, em seu artigo 2, cita que: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: entre elas – a oferta de equipamentos urbanos e comunitários” – no respectivo inciso V.

Segundo Camargo (2004), não é por outro motivo que a mesma Lei “aponta como um dos objetivos do exercício de direito de preempção pelo Município a implantação de equipamentos urbanos e comunitários. E que mostra, por outro lado, o caráter de instrumento voltado a assegurar o equilíbrio de interesses entre o proprietário e a coletividade na qual ele vive”, pois se a implantação de equipamentos urbanos de uso comunitário é obrigatória para o Poder público, não está totalmente impossibilitada de ser praticada pelo cidadão particular.

2.4 A FUNÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

A leitura da cidade constitui um processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais. Deve contemplar ainda, as possíveis alternativas para a solução dos problemas detectados, procurando focar todo o território do município de Passo Fundo.

Maricato (2001) vincula o processo de urbanização à evolução dos indicadores sociais. Dentre estes, os indicadores que mais evoluíram positivamente no Brasil, nos últimos 50 anos, estão a mortalidade infantil e o da esperança de vida ao nascer, relacionados especialmente, à extensão da rede pública de água, às campanhas de vacinação, ao atendimento das gestantes e a melhoria da escolaridade da mãe.

Nos anos setenta do século XX, os equipamentos urbanos públicos, inseridos no conceito de “comunitários” estavam albergados no § 2º do artigo 4º da Lei 6.766, de 1979. Esta lei que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências diz que: “Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares”.

A Lei 10.257 de 2001, ou Estatuto da Cidade, no seu artigo 26, V, aponta como um dos objetivos do exercício do direito à preempção pelo Município a implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

Como visto os autores e as leis já citadas, referem-se sempre a equipamentos públicos ou comunitários. Conseqüentemente, faz-se necessário ter um melhor entendimento entre equipamentos públicos e não-públicos, porque no parcelamento do uso do solo urbano, as disposições legais do poder público exigem uma doação de área loteada que deve ser destinada especificamente para uso público. Segundo Gasparini (2004, p.713):

para este uso e gozo nada se exige em termos de autorização ou permissão, nem, pelo menos em princípio se cobra pela utilização. A cobrança pela utilização dos bens de uso comum, embora não seja costumeira, é permitida pelo art. 103 do Código Civil, conforme as leis da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios a que pertencem [...].

Ou seja, os bens de uso comum do povo, são diferentes ainda dos espaços privados, que segundo Arantes (1995, p.115) são aqueles espaços “que não aparece (no mundo público comum), é o reino do obscuro, do irrelevante, da mais aguda limitação”. A autora ainda complementa que o espaço público é aquele que consegue conjugar interioridade e exterioridade, ao mesmo tempo aberto e fechado (p.102): “Espaço público, mas arrumado como se fora um ambiente interno de uma casa ou, numa comparação do próprio Sitte, como uma sala *hipetra* para reuniões”.

Assim, de acordo com a Enciclopédia Wikipédia, podem ser assim definidos os conceitos de equipamentos comunitários públicos e não-públicos:

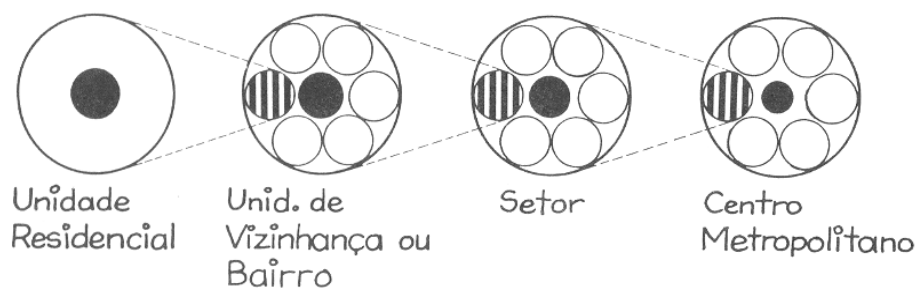
- Os equipamentos comunitários públicos podem se definir como espaços de circulação (como a rua ou a praça), espaços de lazer e recreação (como uma praça ou parque urbano), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica). É um imóvel especialmente construído ou adaptado para albergar serviços administrativos ou outros destinados a servir o público. São em geral, os edifícios e equipamentos públicos, como instituições de ensino, hospitais, centros de cultura etc.
- Os equipamentos comunitários não-públicos são os espaços que pertencem a alguma entidade de cunho institucional que, de certa forma apresentam uma certa restrição ao

acesso e à circulação em seus estabelecimentos, pertencente à esfera do ‘público’ quando alugado para a comunidade, portanto estes lugares, se tornam espaços de uso privado.

No entanto, o que se verifica também, é que os equipamentos comunitários são implantados e dimensionados em função da área, do raio de abrangência, ou do número de pessoas atendidas. Para isso, faz-se necessário ter um entendimento da organização de uma cidade, ou dos conceitos dados à estrutura urbana da cidade, como: setor, bairro, unidade de vizinhança ou unidade residencial.

A definição desses conceitos é importante, pois para a aplicação de diversas análises no planejamento urbano, os autores referem-se de diferentes formas diante da estrutura da cidade, do bairro, ou da unidade de vizinhança. Com o entendimento da diferenciação desses conceitos, a cidade pode ser organizada de forma adequada a suprir as necessidades de cada população, seja ela em nível local, de bairro ou municipal.

Ferrari (1977, p.309), refere-se ao assunto ao tratar da cidade polinucleada, através do escalonamento urbano, onde a unidade básica é a unidade de vizinhança (Figura 2).



Fonte: Ferrari, 1977, p. 300.

Figura 2 - Escalonamento urbano

“A cidade polinucleada dá ao planejamento urbano uma escala humana, dificilmente encontrável sem ela” [...] “Esse tipo de estrutura permite uma distribuição mais uniforme dos equipamentos comunitários a toda a população” (FERRARI, 1977, p.309).

Para o autor (1977, p.302 a 307), a cidade polinucleada é organizada da seguinte forma:

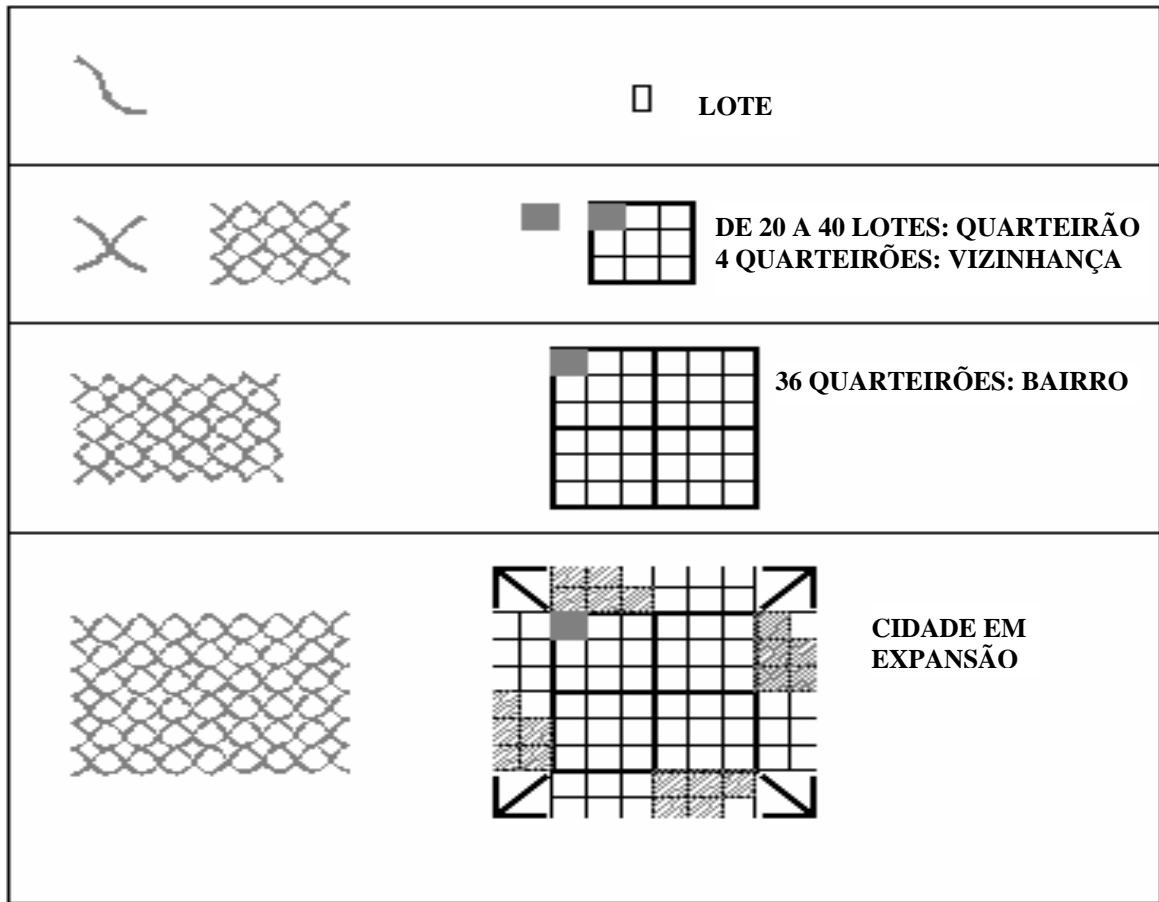
- **Unidade residencial:** é a menor unidade urbana de relação e convivência. É formada por um conjunto de 200 a 600 habitações, abrigando uma população de 1.000 a 3.000 pessoas, em uma área circular de 200m de raio, ou uma área de 12,56 ha. Os equipamentos

comunitários básicos de uma unidade residencial são a creche, a escola maternal e o jardim de infância;

- Unidade de vizinhança ou bairro: é um núcleo populacional urbano de 3.000 a 15.000 pessoas, com 600 a 3.000 habitações, correspondendo a uma área circular de aproximadamente 800 m de raio, ou 201,06 ha. Como equipamentos comunitários mínimos da unidade de vizinhança encontram-se as escolas de 1º grau, capela, centro paroquial, playground, campo de futebol, cinema, posto policial, entre outros;
- Setor: é um núcleo populacional que abriga de 15.000 a 60.000 habitantes (em torno de 5 unidades de vizinhança de 8.000 habitantes cada uma). São equipamentos comunitários que pertencem ao setor, às escolas de 2º grau, o centro cultural, templos ou igrejas, estádio desportivo distrital, entre outros;
- Centro metropolitano ou urbano: composto por diversos setores abrange uma população acima dos 60.000 habitantes. Os equipamentos comunitários de um centro metropolitano, além daqueles que integram os escalões urbanos inferiores, são os estabelecimentos de ensino superior, os hospitais especializados, o estádio desportivo regional, entre outros.

Santos (1988, p.67), em seu esforço teórico cita que na estrutura do espaço urbano, são agrupados elementos primordiais como lote, quarteirão e rua. Conseqüentemente o conjunto de nove quarteirões configura a base de um bairro, a “Unidade de Vizinhança”. Um destes quarteirões da unidade de vizinhança seria para uso público, com a implantação de equipamentos comunitários como praça, escola, creche, posto de saúde, campo de esportes, entre outros serviços de infra-estrutura urbana. Da articulação de quatro conjuntos de unidades de vizinhanças com nove quarteirões cada, chega-se à escala do bairro, elemento estruturador da cidade (Figura 3).

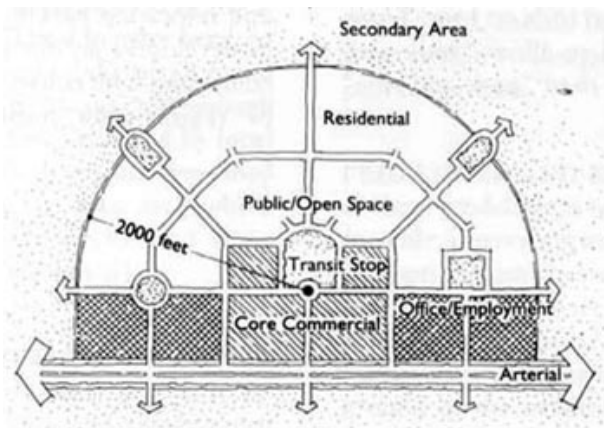
Calthorpe (1993, p.56), no entanto, faz referência a esse tipo de definições com a aplicação de um método de estudo baseado no Desenvolvimento de Trânsito-Orientado (TOD). Através desse método, o autor diz que são estruturadas comunidades de usos mistos com uma distância média de caminhada de 2.000 pés, ou seja, um raio médio de 600 m que represente uma caminhada confortável de aproximadamente 10 minutos. Assim, Calthorpe (1993, p.57) traz o conceito de bairro, como sendo a chave de um programa estruturado no TOD: “Uma área residencial central, circundada por uma área secundária, com densidade residencial moderada, serviços de venda a varejo, espaços de usos públicos para entretenimento e recreação” (Figura 4).



Fonte: Adaptado de Santos, 1988, p.123.

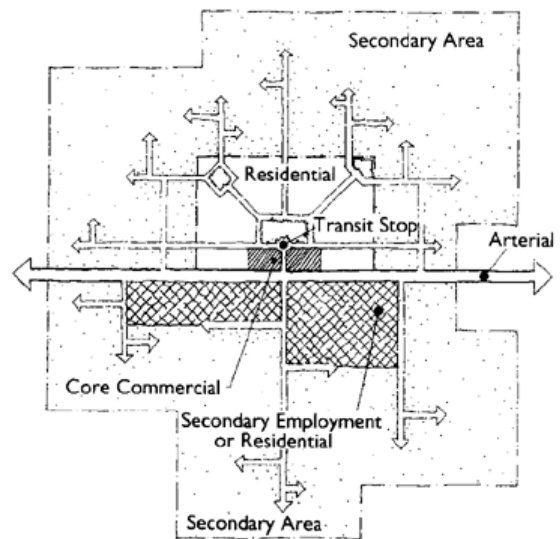
Figura 3 - Elementos estruturadores das cidades

O autor ainda diz que a cidade evoluirá, seguindo os princípios básicos que foram expostos acima, com a multiplicação dos bairros.



Fonte: Calthorpe, 1993, p. 56.

Figura 4 - *Transit-Oriented Development (TOD)*



Fonte: Calthorpe, 1993, p. 60.

Figura 5 - *Secondary Areas*

A área residencial, ou unidade de vizinhança, é um espaço provido de uma alta concentração de pessoas. Logo, os espaços públicos, como parques, praças e edifícios de serviços públicos são exigências para servir as áreas residenciais em um TOD, pois são lugares de encontro da população local. As áreas secundárias (Figura 5), entretanto, incluem áreas mais baixas de habitações simples, escolas públicas, grandes parques comunitários, entretanto com poucos espaços comerciais, mas com redes de tráfego mais conectadas.

Gonzalez (1994, p.88 a 90) estrutura a cidade da mesma forma que Santos, mas com dimensões variadas:

- Unidade de Vizinhança: abrange uma área delimitada dentro da cidade onde estão localizadas as habitações, com raio de 200 a 250 m, ou área equivalente de 16 a 25 ha. Aqui se localizam os equipamentos comunitários de uso mais imediato ou diário, como a creche, a escola de 1º grau, jardins e praças de recreação;
- Bairro: é o organismo mais amplo e integrador da comunidade. Abrange uma área entre 64 e 100 ha, em um raio de 400 a 500 m, formado pela associação de quatro a seis unidades de vizinhança, e polarizadas por um centro onde estão localizados os equipamentos de uso periódico com certa especialização, como a escola de 1º e 2º graus, praças e parques recreativos e esportivos, templos, centros culturais e de saúde;
- Cidade: conjunto urbano composto pela associação de vários bairros com seus centros e as zonas mais especializadas, concentra os equipamentos de uso ocasional, com maior quantidade e variedade do que nos centros de bairro.

O autor ainda afirma que a estrutura de uma cidade e a distribuição espacial de seus equipamentos são decorrentes de fatores locacionais, econômicos, populacionais, institucionais, culturais, e que a necessidade de organização da mesma, proporciona o melhor desenvolvimento e bom desempenho das funções urbanas:

Em nível local, os padrões de qualidade de vida poderão ser elevados pelas condições de conforto e comodidade que poderão ser proporcionados pela existência, organização e proximidade dos equipamentos de bem-estar social, como educação, cultura, recreação e lazer, saúde pública, abastecimento, serviços públicos e privados, bem como pelas redes de infra-estrutura urbanas (água, esgoto, energia, iluminação pública, telefone) e sistema de transporte coletivo eficiente e acessível à população em geral (1994, p.79).

Le Corbusier apud Gonzalez (1994, p.51) afirma também, que:

A qualidade da “morada”, embora necessária, não é suficiente e enfatiza a necessidade da existência e proximidade de equipamentos formando o que chamou de “unidade de habitação”, constituída da “morada e o prolongamento da morada”, com a finalidade de proporcionar condições de existência, facilidades ou “comodidades essenciais”. Esses equipamentos são classificados em “material” (abastecimento, serviço sanitário, manutenção e melhoria do corpo) e o “espiritual” (creche, escola, maternal, escola primária, a oficina da juventude).

Neste contexto, e procurando um denominador para o desenvolvimento do trabalho, considerar-se-á como equipamentos comunitários os estabelecimentos de uso público de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte, que serão definidos e trabalhados no decorrer desta pesquisa.

2.4.1 Equipamentos de Saúde

Conforme Maricato (2001, p.28), alguns dos principais fatores orientadores dessa dinâmica são: socialização das informações, extensão do serviço de água potável, extensão dos serviços de vacinação, acesso a antibióticos, atendimento médico ao parto e à gestante e o aumento da escolaridade, entre outros.

Pode-se perceber que através destas informações, a importância dos equipamentos comunitários no processo de qualificação da vida urbana, e em especial, a importância dos equipamentos comunitários de saúde no processo da qualificação e preservação da vida humana.

Ferrari (1977, p.419) considera como equipamentos de saúde, os seguintes equipamentos comunitários: centro médico, hospital geral, público ou privado, hospital especializado, público ou privado, pronto socorro, dispensário de tratamento, clínica de recuperação e maternidade.

Campos Filho (2003, p.58) define como equipamentos básicos de saúde, o posto de saúde (unidade básica de saúde) e o hospital geral regional. Observa que os padrões de atendimento que têm sido utilizados no Brasil são os seguintes: cada região com cerca de 200 mil habitantes deve ter o seu hospital, enquanto o posto de saúde deve atender a no máximo 20 mil habitantes.

Em 1977, o Ministério da Saúde, buscando especificar normas e padrões sobre construções e instalações de serviços de saúde, através da Portaria N.º 400/MS, estabeleceu diretrizes nacionais para localização e dimensões dos ambientes dentro dos complexos de saúde, como escadas, corredores, vestíbulos, salas em geral, e sanitários, entre outros. Esta norma baseou suas determinações em função do número de leitos de cada estabelecimento.

Em 1994, este mesmo ministério, considerando a necessidade de dotar as Secretarias Estaduais e Municipais de um instrumento norteador das novas construções de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde que atendessem aos princípios de regionalização, hierarquização, acessibilidade e qualidade da assistência prestada à população, aprovou a Portaria nº 1884/GM, destinada ao exame e aprovação de projetos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde em todo território nacional, na área pública ou privada compreendendo:

- As construções novas de estabelecimentos assistenciais de saúde de todo o país;
- As áreas a serem ampliadas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes;
- As reformas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes.

No entanto, esta norma, como as anteriores, não estabelece nenhuma área total mínima que deve atender qualquer equipamento de saúde.

Em 2002, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, aprovou a Resolução - RDC Nº. 50, reforçando e atualizando as normas de 1994 para os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde. Além de manter a portaria anterior, a norma estabeleceu diretrizes para a apresentação dos projetos de instalações (elétrica, hidráulica, de incêndio e de equipamentos), sistemas de abastecimentos e consumo necessários aos equipamentos de saúde.

Esta norma avança no sentido de apresentar determinadas áreas individuais, por unidades funcionais ou atividades, como: ações básicas de saúde, ambulatório, atendimento imediato, internação, apoio ao diagnóstico e terapia, ou seja, os dados de áreas por salas ou ambientes. Mas também, em nenhum momento, a norma especifica a área total de determinado tipo de equipamento como um Posto de Atendimento Médico, por exemplo.

Moretti (1997, p.140) coloca que a filosofia de implantação deste tipo de equipamento, de acordo com o Plano Metropolitano de Saúde de São Paulo, surgido na primeira metade da década de 80, diz que:

[..] A entrada no sistema passou a se dar através das UBS - Unidades Básicas de Saúde que, se necessário, encaminham os pacientes aos hospitais gerais. As UBS, administradas pelo município, passaram então a substituir os antigos Postos de

Atendimento Médico (municipais) e Centros de Saúde (estaduais), com a ampliação do tipo de serviço prestado. Sua concepção prevê o atendimento de uma população entre 2.000 e 20.000 habitantes, situada em um raio de até 2.000 m [...] O Plano Metropolitano de Saúde prevê que 20.000 pessoas representam 270 consultas por dia (1,35% da população), exigindo uma área construída útil de 483,4 m² (CDH, 1985). O equivalente módulo construtivo exige uma área construída de 500 m² em um terreno de 1.200 m². A baixa taxa de ocupação segue as recomendações do Ministério da Saúde e se deve à necessidade de garantir afastamentos dos vizinhos e das vias, fornecer espaços para estacionamento e permitir ampliações. Aponta-se a possibilidade de utilização de terrenos de até 800 m², mediante construção de mais de um pavimento, o que é conveniente evitar por motivos funcionais.

Segundo Guimarães (2004, p.194) os equipamentos de saúde devem ser dimensionados de acordo com as estimativas da população, e atender a população urbana existente. “Deverá ser definido um modelo operacional de ações com hierarquização dos tipos de serviços a serem oferecidos”, mas continua colocando, que “empreendimentos dessa natureza devem ser localizados nas regiões mais carentes em serviços médicos”.

De acordo com Santos, (1988, p.158) “os postos de saúde e hospitais devem servir aos bairros para atendimentos freqüentes e imediatos e obedecer ao seguinte dimensionamento: área mínima de terreno de 1.000 m² e edifício de 200 m² ampliável”.

Para Campos Filho (1999, p.111):

O posto de saúde, segundo recomendação de médicos-sanitaristas, deveria atender 20 mil habitantes. Pelo que deduzimos das discussões com esses médicos, tal dimensão é elástica, podendo existir postos, ou centros de saúde menores para atendimento da população e até postos volantes, que ofereceriam seus serviços a diversos bairros, conforme periodicidade estabelecida em cada caso.

Moretti (1997, p.144) apresenta na Tabela 2, um resumo dos índices de planejamento e implantação das unidades básicas de saúde.

Tabela 2 - Dados de planejamento das instalações físicas das Unidades Básicas de Saúde


Unidades Básicas de Saúde	
Tamanho do terreno	800 a 1.200 m ²
Raio de atendimento	2.000 m ²
Quota do terreno por unidade habitacional (planejamento)	0,16 a 0,48 m ²

Fonte: FDE apud Moretti, 1997, p. 142.

Conclui-se, portanto, que a localização do equipamento de saúde deve garantir a comunidade, um rápido, fácil e eficiente acesso ao serviço, pois quando se trata de equipamentos da rede pública estadual ou municipal, o objetivo desejável para a maioria dos cidadãos, de todas as frações sociais, é o direito a um atendimento de saúde com qualidade.

Para realizar o estudo comparativo dos equipamentos de saúde dos setores urbanos selecionados para este trabalho, organizou-se uma tabela síntese dos referenciais citados pela norma e pelos autores, que balizaram os referenciais bibliográficos desta pesquisa. Buscou-se estabelecer um denominador comum entre os padrões colocados pelos diversos autores, considerando-se que em muitos casos, a situação era repetitiva, permitindo uma avaliação objetiva dos resultados obtidos:

Tabela 3 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Saúde

 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	DE	Parâmetros em função do Setor ou Bairro	Equipamentos	Resultado Parcial
Edifício		≥ 200 m ² e ampliável		
Terreno		≥ 800 m ²		
Quota de terreno por unidade habitacional		0,16 a 0,48 m		
Raio de abrangência		até 2.000 m		
Localização		A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?		
População		Cada região com cerca de 20.000 hab., deve ter no mínimo 1 Posto de Saúde		
Estado de Conservação				
RESULTADO FINAL				

Fonte: Autora, 2006.

2.4.2 Equipamentos de Educação

Em relação à questão dos Equipamentos Comunitários de Educação, retomamos a “Carta de Atenas” (GONZALEZ, 1994, p.47), que estabelece o planejamento através das unidades de habitação e de bairros para a cidade, onde é colocado, que juntamente com as superfícies

verdes deverão estar incluídos os “jardins de infância, as escolas, os centros juvenis e todos os edifícios da comunidade intimamente ligados a habitação”.

Também junto aos referenciais bibliográficos de arquitetura e urbanismo pesquisados, Campos Filho (2003, p.58) coloca que:

[...] no caso da educação, os equipamentos principais são: a creche, a escola maternal, a pré-escola, o primeiro grau até a 4ª série (o antigo primário), da 5ª a 8ª série (o antigo ginásio) e o segundo grau. O ensino de nível superior tem outra lógica de localização, a qual pode ser muito mais distante da moradia que a dos equipamentos do primeiro e segundo graus.

Em específico na educação brasileira, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, citando em seu 1º artigo, que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

No artigo 21º da mesma Lei, se estabelece que a educação escolar é composta pela: educação básica (I), formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e pela educação superior (II).

Este regulamento (Lei 9.394, Cap. II, Seção I), ao tratar da educação básica, diz que a mesma “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

1) A **Educação Infantil** é citada no art. 29º como sendo “a primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. São as creches, pré-escolas, ou entidades equivalentes de responsabilidade dos planos educacionais do município.

A Lei 9.394, estabelece as diretrizes para a educação, porém não especifica índices para implantação e dimensionamento dos equipamentos escolares. Isso acontece através da Portaria de nº 321 desde 26 de maio de 1988.

Essa norma tem por objetivo estabelecer os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação, ampliação, reformas e funcionamento de creches, assim como

fixar medidas de segurança para a criança que convive nestes ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento.

Segundo esta regulamentação, a creche destina-se a crianças de três meses a quatro anos, tendo em vista que essa faixa etária requer um cuidado mais individualizado, sendo que sua capacidade deve ser estabelecida levando-se em conta fatores como a garantia de um bom atendimento, custos com a construção e equipamentos, além dos custos operacionais e de manutenção. A norma define, de acordo com a quantidade de crianças atendidas, a creche terá o seguinte porte:

- Creche de pequeno porte: É a creche com capacidade programada para um número de até 50 crianças;
- Creche de médio porte: É a creche com capacidade programada para um número de 51 a 100 crianças;
- Creche de grande porte: É a creche com capacidade programada para um número de 101 a 200 crianças.

Para se estabelecer a área total de construção por criança, a Portaria considera como satisfatória a creche que apresentar um mínimo de 7,00 m² de construção por criança. Para efeito do cálculo de construção da creche não foram considerados o recreio descoberto e o solário.

Já para a localização da creche e escolha do terreno a norma especifica que devem ser considerados os seguintes aspectos:

- Localização em função de maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento;
- Adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas;
- Disponibilidade do terreno, considerando as necessidades da construção e da previsão de áreas para solário e recreio descobertos;
- Implantação, sempre em pavimento térreo, de modo a possibilitar a integração do ambiente com o exterior, facilitando às crianças o contato com a natureza. Não será permitida a implantação de creches em subsolos ou pavimentos superiores, tendo em vista os perigos à segurança em casos que exijam uma rápida evacuação do local;
- Proximidade do centro da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte, oferecendo-se as seguintes alternativas, por ordem de prioridade: proximidade da residência da família ou do local de trabalho dos pais;

- Afastamento mínimo de 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas, obedecendo-se, além desse parâmetro, às leis estaduais e códigos de posturas municipais.

Em 1989 é aprovada a Resolução Nº 59 - Norma Técnica Especial - NTE que tem por finalidade estabelecer critérios para o funcionamento dos seguintes estabelecimentos: Creches, Pré-Escolas, Hotéis de Bebês, Educandários e/ou estabelecimentos congêneres de atendimento à Criança.

Em relação às áreas de construção, a norma estabelece os seguintes grupos, de acordo com as idades das crianças atendidas:

- Grupo "A" - Crianças de 0 mês a 1 ano
- Grupo "B" - Crianças de 1 a 2 anos
- Grupo "C" - Crianças de 2 a 6 anos

Assim, as instalações mínimas recomendáveis são:

- Área total do prédio: 15,00 m² por criança;
- Área de recreação coberta para abrigar as crianças nos dias chuvosos ou de sol intenso: área mínima de 2,00 m² por criança, com um mínimo de 30,00 m² e diâmetro mínimo de 3,00 m;
- Área de recreação descoberta ou área de lazer: é obrigatória a existência de espaço verde e livre para recreação, com área mínima de 3,00m² por criança
- Em creches mistas, isto é, que recebam crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, deverá haver um lactário, isto é, um local destinado exclusivamente ao preparo das mamadeiras.

Segundo Campos Filho (1999, p.111), a creche tem um 'dimensionamento elástico' e, assim, sua demanda varia muito em relação a cada comunidade. De tal modo, ao fazer o levantamento de suas necessidades, o bairro deverá discutir para que clientela irá inseri-la, pois há vários tipos de creche que podem ser implantados.

Analisando-se os parâmetros de planejamento e dimensionamento de escolas de educação infantil da extinta CONESP - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP 1976), da CECAP - Companhia Estadual de Casas Populares de São Paulo (CECAP, 1979), bem como as recomendações dos livros de Dodi (1953) e Ferrari (1977), verificam-se alguns pontos de convergência, entre os quais cabe citar Moretti (1997, p.141):

As escolas de educação infantil devem comportar não mais que 200 alunos por turno, evitando-se escolas com menos de 100 alunos por turno; devem ser posicionadas para atender unidades habitacionais situadas a distâncias inferiores a

500m; ter como área construída por aluno, em cada turno, da ordem de 4 m² (com exceção do trabalho da CONESP que indica valores da ordem de 8 m² por aluno); taxa de ocupação dos terrenos deve ser limitada a 50%; e a faixa etária enquadrável na escola infantil (4 a 6 anos) é da ordem de 6% do total da população.

Ferrari (1977, p.611) cita que as escolas pré-primárias devem estar localizadas na unidade de residência (200m de raio) e destina-se a crianças de até 6 anos de idade. Considerando-se 2 turnos diários de funcionamento, se aceita comumente para o Brasil uma quota de 10 a 15 m² de área construída por criança (área do edifício, jogos e recreação) ou uma quota geral de 0,5 m² por habitante.

Desta forma, com relação à localização das pré-escolas, por sua frequência de uso diária e pelas questões de segurança que envolve a circulação urbana, as escolas primárias devem exigir dos municípios e das famílias, uma atenção especial. Em relação a esta questão, Campos Filho (2003, p.19) diz que:

[...] de modo geral, pode-se dizer que a proximidade desses equipamentos em relação à moradia é desejável, de modo a permitir que a criança com idade suficiente possa andar a pé sozinha em poucos minutos e com segurança de sua casa até ele. Nos planos de bairros populares desenvolvidos no escritório profissional que tenho com o arquiteto e urbanista Luis Carlos Costa (Urbe Planejamento, Programação e Projetos), 800m tem sido a distância máxima definida como cômoda para se andar a pé até o comércio, serviço ou equipamentos sociais. Essa distância não é definida tecnicamente. É uma definição dependente de uma opção por se andar a pé maiores ou menores distâncias.

Santos (1988, p.157 e 158), entretanto, ao tratar das creches e das pré-escolas, diz que as mesmas devem:

[...] estar localizadas na vizinhança imediata de habitações ou grupos de habitações; estar perto de praças e áreas verdes; evitar ruas de muito movimento; estar em locais protegidos de fontes de poluição de qualquer natureza; obedecer ao seguinte dimensionamento: terreno com 6 m² por criança e edifício com 4 m² por criança (2/3 da área do terreno); as creches - apresentar capacidade limitada a pequenos grupos – 40 crianças no máximo - a fim de descentralizar o atendimento; ocupar uma área de lote entre 240 e 360 m², com área livre arborizada para atividades de recreação; as pré-escolas - e ter a capacidade das turmas limitada a 20 crianças; e apresentar arquitetura e componentes da construção adequados à faixa etária da clientela.

2) Em relação à questão do ensino, a educação básica ainda envolve mais dois tipos de ensino

de acordo com o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o **Ensino Fundamental** e o **Ensino Médio**. Assim, o artigo 32º da mesma lei cita que o ensino fundamental é obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, tendo como objetivo a formação do cidadão, e no art. 35º diz que “o ensino médio, é etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos”.

Quanto à implantação e dimensionamento das edificações do ensino fundamental, Santos (1988, p.158) coloca que as escolas de primeiro grau, devem: se localizar na vizinhança imediata de habitações ou grupos de habitações; atender à aproximadamente 20% do total da população servida; obedecer ao seguinte dimensionamento - terreno com 6,4 m²/aluno (nunca menor que 1.000 m²) e edifício com 3,2 m²/aluno (50% de ocupação da área do terreno para edifícios de um pavimento); ter a capacidade de turmas limitada a 40 alunos; apresentar área livre arborizada para esportes e recreação; e admitir futuras ampliações. Enquanto isso, as escolas do ensino médio, ou escolas de segundo grau, devem: atender a bairros ou, quando especializadas a toda a cidade; e quanto ao dimensionamento, adotar índices das escolas de primeiro Grau.

Moretti (1997, p.141) trata a questão do dimensionamento da seguinte maneira:

O modelo de planejamento adotado pela FDE - Fundação de Desenvolvimento da Educação, prevê o funcionamento das escolas em 3 turnos (2 diurnos e um noturno), com 35 alunos por classe, sendo o funcionamento da 1ª à 4ª série necessariamente no período diurno. Para efeito de planejamento do número de alunos, considera-se um índice de 1,2 alunos por unidade habitacional, para Primeiro e Segundo Graus. Na tabela 4 apresenta-se uma listagem da área construída e área de terreno necessária à construção de escola, em função do número de salas de aula considerado, de acordo com os dados da FDE (FDE, 1991). Adicionou-se, a essas informações da FDE, o número de alunos máximo da escola e o número de unidades habitacionais passível de ser atendido pela instalação física.

Ainda segundo o autor, “os parâmetros de área do terreno das escolas apresentados na Tabela 4 consideram escolas implantadas em um pavimento”. Isto significa, que em áreas de elevada densidade populacional, poderá admitir-se a implantação de escolas em mais de um pavimento, reduzindo-se então em um terço as dimensões dos terrenos analisados. “Quanto à localização das escolas, os técnicos da FDE, indicam uma localização preferencial que possibilite o acesso a pé em não mais que 15 minutos, correspondendo a um raio de atendimento de aproximadamente 800m”.

Tabela 4 - Dados de planejamento das instalações físicas das Escolas de Primeiro e Segundo Grau

n° de salas de aula	área necessária (m ²)		n° total de alunos	n° de unidades	m ² de terreno por unidade habitacional
	terreno	construção			
4	4.400	844	420	350	12,6
5	4.400	912	525	437	10,1
6	4.400	979	630	525	8,4
7	4.400	1.047	735	612	7,2
8	6.300	1.444	840	700	9,0
9	6.300	1.512	945	787	8,0
10	6.300	1.579	1.050	875	7,2
11	6.300	1.647	1.155	962	6,5
12	8.000	1.848	1.260	1.050	7,6
13	8.000	1.915	1.363	1.137	7,0
14	8.000	1.983	1.470	1.225	6,5
15	8.000	2.050	1.575	1.312	6,1
16	9.800	2.352	1.680	1.400	7,0
17	9.800	2.419	1.785	1.487	6,6
18	9.800	2.487	1.890	1.575	6,2
19	9.800	2.554	1.995	1.662	5,9
20	11.400	2.748	2.100	1.750	6,5
21	11.400	2.815	2.205	1.837	6,2
22	11.400	2.883	2.310	1.925	5,9
23	11.400	2.950	2.415	2.012	5,7

Fonte: FDE apud Moretti, 1997, p.142.

Para Guimarães (2004, p.238), o dimensionamento dos equipamentos de ensino é calculado em função da população em idade estudantil de 7 a 17 anos (aproximadamente de 25% a 36% da população brasileira) e com o índice de m² de construção por aluno:

- Ensino Fundamental (Primário): 3,5 m² por aluno x 10,2% da população x 1,25 (coeficiente de aproveitamento) = 0,508 m² por população;
- Ensino Fundamental (Ginásio): 3,5 m² por aluno x 10,2% da população x 1 (coeficiente de aproveitamento) = 0,182 m² por população;
- Ensino Médio/Técnico: 4,6 m² por aluno x 6,6% da população x 0,6 (coeficiente de aproveitamento) = 0,182 m² por população;

- Ensino Fundamental (1º Grau): 0,864 m² por população e um raio de 800 m das unidades residenciais;
- Ensino Médio (2º Grau): 0,182 m² por população e um raio de 1.600 m das residências.

Ferrari (1977, p.612), entretanto, cita que as escolas de 1º Grau devem estar localizadas na unidade de vizinhança e ter uma área mínima para edifícios de 1 pavimento 7,5 m²/aluno e de 2 pavimentos 6,25 m²/aluno, e de área desejável (edificação, pátio de recreação e esportes) se for de 1 pavimento 47 m²/aluno e se tiver 2 pavimentos 38 m²/aluno. Para as escolas de 2º Grau, Ferrari utiliza os mesmo parâmetros de dimensionamento, todavia diz que a escola deve estar localizada no setor, ou seja, atingir uma população de 15.000 a 60.000 habitantes.

Na tabela 5 Moretti (1997, p.143) apresenta uma síntese de dados que entende serem os mais adequados para o planejamento e dimensionamento dos equipamentos básicos de educação:

Tabela 5 - Resumo dos dados de planejamento dos equipamentos básicos de educação

	Escolas de Ensino Infantil	Escolas de 1º e 2º Graus
Tamanho do terreno	1.200 a 2.500 m ²	4.200 a 8.000 m ²
Raio de atendimento	500 m	800 m
Quota do terreno por unidade habitacional (planejamento)	0,6 a 1,3 m ²	4,3 a 7,6 m ²
Quota do terreno por unidade habitacional (baseada em dados das escolas existentes)	1,26 m ²	8,1 m ²

Fonte: Moretti, 1997, p. 144.

O autor (MORETTI, 1997, p. 144) ainda coloca que:


Entende-se, portanto, que os critérios urbanísticos, neste momento, devem prever exigência de transferência ao domínio público de áreas institucionais dimensionadas para possibilitar a implantação dos equipamentos básicos de saúde e educação (UBS, EMEI, Escolas de 1º e 2º), levando-se porém em conta a densidade e prevendo-se a possibilidade de destinação de áreas complementares para outros equipamentos. Propõe-se que os encargos da destinação destas áreas complementares sejam suportados pelo Poder Público, através de compra/desapropriação, ou pela indenização do potencial construtivo não utilizado. Propõe-se ainda que a identificação da necessidade de implantação de outros equipamentos seja avaliada e definida em função das condições específicas do local onde vai ser implantado o empreendimento, por ocasião do fornecimento de diretrizes.

Campos Filho (1999, p.117) relata a experiência educacional de São Paulo:

A experiência da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, através da CONESP, estabeleceu que a escola de maior tamanho com gestão adequada é a de dezesseis classes. Essa escola com dois turnos atende a uma comunidade de 5 mil habitantes ou mil famílias; a de quatro turnos atende a 10 mil habitantes ou 2 mil famílias.

Neste contexto, pelas Leis e vários autores citados tratarem especificamente da implantação dos Equipamentos Comunitários, com parâmetros de implantação e dimensionamento muitas vezes próximos, fez-se uma análise de quais seriam os índices mais adequados a serem aplicados nos equipamentos implantados nos bairros do estudo. Chegou-se deste modo em um denominador comum dos padrões colocados pelos diversos meios, nas seguintes tabelas de análise para os Equipamentos Comunitários de Educação Infantil:


Tabela 6 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Educação - Ensino Infantil

 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	Parâmetros em função:		Equipamentos	Resultado Parcial
	Unidade de Vizinhança	Setor ou Bairro		
Terreno	6 m ² / criança	1.200 a 2.500 m ²		
Quota de terreno por unidade habitacional	-	0,6 a 1,3 m ²		
Edifício	4 m ² / criança	7 m ² / criança		
Área construída	10 a 15 m ² / criança	0,5 m ² / habitante		
Área recreação coberta	2 m ² / criança - Mínimo de 30,00m ²			
Área recreação descoberta	3 m ² / criança			
Raio de abrangência		até 800 m das residências		
Alunos	≤ 40 crianças	de 100 a 200 / turno		
População	-	6% da população		
Estado de Conservação				
RESULTADO FINAL				

Fonte: Autora, 2006.

Já, os Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Fundamental e Médio serão analisados com a aplicação da seguinte tabela:

Tabela 7 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Educação - Ensino Fundamental e Médio

 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	Parâmetros em função:		Equipamentos	Resultado Parcial
	Unidade de Vizinhança	Setor ou Bairro		
Terreno	6,4 m ² / aluno			
Quota de terreno/unid.hab.	-	4,3 a 8,10 m ²		
Edifício	3,2 a 7,5 m ² / aluno 0,864 m ² / população	3,2 a 6,25 m ² / aluno 0,182 m ² por população		
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	1 pavimento = 47 m ² / aluno	2 pavimentos = 38 m ² / aluno		
Salas de aula	-	≤ 16 classes		
Área livre	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?			
Ampliações	Admite futuras ampliações?			
Raio de Abrangência	até 800 m da residência	até 1.600 m das residências		
Alunos	40 / turma	40 / turma		
População	-	20% da população servida		
Estado de Conservação				
RESULTADO FINAL				

Fonte: Autora, 2006.

Além da análise das condições físicas das Escolas, buscou-se avaliar se os equipamentos de educação participam do Programa Escola Aberta do Governo Federal, justamente por ser este contribuir para a melhoria da qualidade da educação e a inclusão social, por meio da ampliação das relações entre escola e comunidade e do aumento das oportunidades de acesso à formação para a cidadania, de maneira a reduzir a violência na comunidade urbana, institucional e familiar. Este Programa proporciona aos alunos da educação básica das escolas públicas e as suas comunidades espaços alternativos, nos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania, além de ações educativas complementares.

2.4.3 Equipamentos de Segurança

Conforme o Comitê de Articulação Federativa (2004), nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado um crescente envolvimento do poder local na busca de movimentos significativos nesta conturbada história recente de insegurança pública no país. Há contudo, um crescente engajamento da União, das prefeituras municipais e da sociedade civil organizada, no desenvolvimento e execução de políticas públicas de segurança e de prevenção à violência e à criminalidade.

Segundo Bronkhorst (2003):

Por toda a América Latina há exemplos do crime e da violência afetando projetos urbanos, tais como melhorias em favelas, fornecimento de água e eletricidade, serviços de saúde e educação e projetos integrados de urbanização. Se por um lado uma infra-estrutura melhorada e comunidades mais integradas, funcionais e organizadas são prioridades para quem as habita, tais mudanças poderiam ameaçar o poder de organizações criminosas sobre as comunidades e facilitar o acesso a agentes estatais, inclusive policiais.

Desde os anos 80, muitas cidades têm desenvolvido experiências de prevenção comum, postas em evidência em vários eventos internacionais: em particular as conferências organizadas por associações em Barcelona (1987), Montreal (1989), Paris (1991), e mais recentemente Johannesburg (1998), destacando a necessidade de descentralizar a responsabilidade da luta contra a violência urbana em nível das cidades.

Em *Safer Cities* (2002) apud BRONKHORST (2003), a questão do aumento da violência é comentada:

Apesar de não ser um fenômeno novo na maior parte da América Latina, o crime e a violência vêm aumentando dramaticamente nas últimas décadas e hoje são reconhecidos como problema econômico e social sério, particularmente nas áreas urbanas da região. A urbanização acelerada, a pobreza e a desigualdade persistentes, a violência política, a natureza mais organizada do crime e a emergência do uso e tráfico de drogas ilegais são fatores citados com frequência como estando à raiz deste aumento. O crime e a violência afetam todos os níveis sociais, ricos e pobres (estes últimos mais), mulheres e homens, jovens e idosos. Os custos econômicos do crime e da violência são altos. Estima-se que na América Latina os homicídios custem aproximadamente USD \$27.737 milhões a cada ano, e que a região perca 14% de seu PIB devido à violência. A criminalidade e a violência urbanas também geram um ambiente de medo. O medo do crime e da violência são “ameaças sérias à estabilidade e ao ambiente social das cidades, ao desenvolvimento sustentável e econômico, à qualidade de vida e aos direitos humanos”.

O tema da segurança municipal encontra-se contemplado com destaque no Plano Nacional de Segurança Pública do novo Governo Federal, na qual a Secretaria Nacional de Segurança Pública vem ampliando seus esforços e investimentos em relação a este, pois existem diversas razões pelas quais governos municipais devem sair na frente na construção de comunidades mais seguras. A prevenção do crime e da violência não é tarefa de apenas um organismo ou organização, diferentes grupos devem trabalhar em parceria, pois estas requerem segundo Bronkhorst (2003): liderança e coordenação, envolvimento sustentado, e contato com a comunidade.

Segundo o Comitê de Articulação Federativa (2004), o que está ocorrendo, porém, é que:

[...] embora visíveis os avanços, a consolidação de uma agenda prática de segurança municipal para o país, sustentada por conceitos e modelos comuns mínimos, enraizada nas estruturas institucionais das prefeituras e nas mentes de seus gestores, harmonizada com Estados e União em termos de cooperação e divisão de competências, e abrigada pelos marcos constitucionais e legais claros e bem definidos, é ainda uma tarefa por ser feita.

Frente aos estados que constituem grande parte dos interessados em responder as necessidades cotidianas da população, mas pequeno para resistir à pressão dos grandes grupos multinacionais que guiam a globalização, Vanderschueren (2005) diz que as cidades oferecem a possibilidade de assegurar aos cidadãos um controle sobre suas próprias vidas. Nesta perspectiva, os governos locais deveriam integrar-se social e culturalmente. Isto supõe que assumam sua organização sócio econômica e gerência política local em matéria de segurança urbana. Em efeito, um dos instrumentos da integração social é precisamente a prevenção da criminalidade.

Neste contexto, e de acordo com Comitê de Articulação Federativa (2004), os municípios dessa forma, têm um papel fundamental para o aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil. “Por isso, sua plena inserção no Sistema Único de Segurança Pública em construção é fundamental e será decisiva para o sucesso do mesmo em promover avanços na redução da criminalidade e da insegurança no país”.

Portanto, envolver a comunidade em todos os aspectos do desenvolvimento e da implementação de estratégias para a promoção da segurança pública é de vital importância, pois a participação comunitária é um elemento essencial do desenvolvimento, planejamento,

implementação e monitoramento, êxitos de uma estratégia de prevenção do crime e da violência. De acordo com Bronkhorst (2003), “é parte integrante de todo o processo e deve governar todos os seus aspectos, do princípio à implementação e ao monitoramento dos projetos que juntos compõe sua estratégia”.

Para o Comitê de Articulação Federativa (2004):


A íntima associação entre a urbanidade e o ordenamento e uso adequados dos espaços urbanos e o favorecimento ou inibição da prática de atos delituosos e de violência e da insegurança difusa é hoje já um dado reconhecido para a formulação de boas políticas públicas de segurança. Assim, tendo em vista a competência eminentemente municipal para a normatização e a fiscalização das posturas urbanas no Brasil, o tema inscreve-se como mais um dos pilares para a segurança municipal [...] Planejamento urbano e qualificação de espaços públicos; (ordenação de áreas de grande circulação de pessoas, planejamento e controle do trânsito, iluminação pública, criação e requalificação de espaços públicos de convivência e lazer, qualificação do entorno das escolas e parques públicos, regularização fundiária, adoção de estratégias que previnam a formação de guetos e zonas urbanas de conflito entre grupos vizinhos, etc).

Neste sentido, Santos (1988, p.159) é um dos únicos autores que trata diretamente do dimensionamento desse tipo de equipamento comunitário. Ele coloca que a implantação do posto policial deve: ser da alçada do Governo do Território; funcionar em prédio com delegacia e cadeia atuando em áreas que podem ir além da urbana, incluindo o meio rural; localizar-se em área periférica ao centro da cidade, afastada de residências, escolas, creches etc.; ocupar terreno com área mínima de 1.000 m²; prever pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais, além de estacionamento defronte ao prédio.

Dados do IBGE (2001) citam que apenas 18,9% dos municípios brasileiros têm guarda municipal, conseqüentemente Ferrari (1977, p.305), entretanto, diz que o Posto Policial deve estar localizado na Unidade de Vizinhança ou no Bairro, ou seja, próximo mais ou menos 800 m das residências.

Em função do Setor, o estudo comparativo dos Equipamentos Comunitários de Segurança, selecionados neste trabalho, organizou-se uma tabela síntese dos referenciais citados pela norma e pelos autores, que balizaram os referenciais bibliográficos da pesquisa. Buscou-se estabelecer um denominador comum entre os padrões colocados pelos diversos autores, considerando-se que em muitos casos, a situação era repetitiva, permitindo uma avaliação objetiva dos resultados obtidos:

Tabela 8 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Segurança

 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	Dados em função do Setor ou Bairro		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.	
Raio de atendimento	Até 800 m		
Terreno	≥ 1.000 m ²		
Localização	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?		
Área livre	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?		
Estacionamento	Possui estacionamento defronte ao prédio?		
Estado de Conservação			
RESULTADO FINAL			

Fonte: Autora, 2006.

2.4.4 Equipamentos de Cultura

Ferreira (1986, p.508), aborda o termo cultura como um “complexo de padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente, ou o desenvolvimento de um grupo social, que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores”. Mas cultura também é o conjunto de ocupações ou atividades, realizadas espontaneamente e de forma construtiva, objetivando a educação, o repouso, o divertimento, o desenvolvimento cultural e físico da comunidade interessada.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério dos Esportes (2006) conceitua a cultura de duas formas distintas:

- Cultura Corporal: “é compreendida como a dimensão da cultura constituída pela interação das práticas sociais esporte, jogo, dança, ginástica, dentre outras, materializadas aos nossos olhos sob a forma de práticas corporais”.
- Cultura Lúdica: “é caracterizada pelo processo de sociabilização pautado pela lógica da aprendizagem social centrada nos jogos, brinquedos e brincadeiras construídos historicamente a partir das referências de inserção social da pessoa e/ou grupos sociais”.

Estas atividades culturais requerem espaços apropriados, como espaços culturais, os museus, os centros de ação social e as Associações de Bairro ou de Moradores, pois aí estão e são preservadas a memória e a história da comunidade, ou ainda conservam a história dos povos e de seus ambientes, guardando ou tratando dos problemas do local onde estão inseridas.

Ferrari (1977, p.616) comenta:

É muito difícil estabelecer-se qualquer quota, proporção ou densidade para esse tipo de uso institucional. São calculados diretamente de conformidade com dados existentes levantados por pesquisa “in loco”, de preferência tais como: acervo de obras de arte a ser exibido, usuários em potencial, modelos de mostruário e arquivos, etc.

Para Santos (1988, p.158) os equipamentos de cultura devem “se localizar em áreas onde seja necessário o desenvolvimento social de populações específicas (bairros carentes favelas) em caráter transitório de dois a cinco anos ou em caráter permanente visando atender a toda a cidade”, em uma área mínima de 1.000 m² e edifício com pelo menos 200 m². Ferrari (1977, p.614), entretanto cita que os mesmos devem estar localizados na unidade de vizinhança e ter uma área construída de 400 m² para cada 6.000 habitantes.



Equipamentos Culturais:


Além dos elementos culturais, também serão tratados neste item, os equipamentos culturais, ou seja: os templos, as igrejas e os centros paroquiais. Isto se justifica pelo fato destes equipamentos e suas atividades congregarem comunidades em ritos de fé, em reuniões, em educação, jogos e campanhas diversas, entre outras atividades. Em trabalhos já realizados (CAU-URCAMP, 1999), ficou demonstrado através de pesquisas de campo, que freqüentar um templo, era a única atividade exercida fora das suas casas, por parte significativa da comunidade.

Ferrari (1977, p.616) é um dos poucos autores que trata especificamente do dimensionamento dos templos. Ele aborda a questão dizendo que se localizam na unidade de vizinhança (Capela), no setor (Igreja) e na metrópole (Catedral), com um tamanho médio de 1.500 a 2.000 m², ou seja, de 2 a 4 m² de área construída para cada fiel, sendo 1 fiel para cada 5 ou 10 habitantes, e a área do terreno deverá ter espaço para festas e cerimônias religiosas ao ar livre. Já os Centros Paroquiais são os equipamentos que se localizam na unidade de vizinhança, inseridos em uma área mínima de 400 m², com uma área construída de 0,1 m² por habitante. Guimarães (2004, p.245), no entanto, cita apenas, que a igreja deve distar 1.600 m das unidades residenciais.

Neste contexto, pelas Leis e vários autores citados tratem especificamente da implantação dos Equipamentos Comunitários de Cultura, com parâmetros de implantação e

dimensionamento muitas vezes próximos, fez-se uma análise de quais seriam os índices mais adequados a serem aplicados nos equipamentos implantados nos bairros do estudo. Logo, os Equipamentos Comunitários de Cultura serão analisados perante a seguinte tabela:

Tabela 9 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Cultura

 EQUIPAMENTOS DE CULTURA	Dados em função:				Resultado Parcial
	Unidade de Vizinhança		Setor		
	Equip.	Parâmetros de referência	Equip.		
Terreno		1.000 m ²	-		
Área do terreno		≥ 400 m ²	Tem espaço para festas e cerimônias religiosas ao ar livre?		
Edifício		200 m ²	1500 a 2000 m ²		
Área construída		0,1 m ² por habitante	2 a 4 m ² por fiel, sendo 1 fiel para cada 5 ou 10 hab.		
Raio máximo das residências		-	1.600 m		
Estado de Conservação					
RESULTADO FINAL					

Fonte: Autora, 2006.

2.4.5 Equipamentos de Lazer

O conceito de lazer pode ser entendido como o tempo ou o espaço no qual o homem se nutre de forças, recuperando-se do esforço despendido no trabalho. Segundo Deleure (1977, p.9) vários estudiosos, “dentre eles Joffre Dumazedier, atribuem ao lazer três funções principais: descanso, diversão e desenvolvimento pessoal”, dentre elas a principal é a diversão.

Mas o que se vê no Brasil, no entanto, é a falta de uma política de organização de programas para o lazer das populações urbanas. De acordo com Yurgel (1977, p.420) “a inexistência desta política permite a exploração urbana por formas comercializadas de lazer a que as massas populares se expõem inadvertidamente, por falta do esclarecimento necessário que se deveria esperar dos órgãos governamentais de defesa, preservação e promoção da cultura”.

Segundo Ferrari (1977, p.420):

A recreação precisa ser encarada pelo planejador, não apenas como uma função urbana ligada aos momentos de ócio de sua população adulta ou destinada ao desenvolvimento físico e mental das crianças. É preciso saber ver na recreação um poderoso instrumento de integração social das populações marginalizadas. Através de um programa recreacional que atinja o maior número possível de pessoas marginalizadas e não marginalizadas (futebol, por exemplo) obter-se-ão ótimos resultados de adaptação dos grupos migratórios ao novo meio. Além disso, todo o cenário urbano deve ser pensado como um espaço de lazer: ruas, praças, o casario e os locais de trabalho. “O fim principal de toda a ação é o lazer” - já afirmara Aristóteles em sua Ética.

Para o autor, de um modo geral, no país, os governos preocupam-se muito com a recreação infantil, ainda que sem nenhum planejamento locacional ou de dimensionamento, deixando a recreação dos jovens e adultos a cargo da iniciativa privada, que a comercializa.

De acordo com Silva (2001), não são somente nos parques infantis que as crianças têm sua oportunidade de lazer, mas também nos espaços destinados a apresentações a céu aberto, como as conchas acústicas, ou mesmo quadras onde se realizam eventos mais diversos, desde competições esportivas e até apresentações, locais onde a maior faixa da população tem acesso, os chamados ‘locais de frequência coletiva’.

A população “confinada” em suas residências, busca ao ar livre a oportunidade de convivência com outras pessoas e o contato com a natureza. Em relação a esse tipo de equipamento comunitário, se enquadra o que se convencionou chamar de áreas verdes. A mesma se encontra na legislação pertinente com as denominações de espaços livres de uso público, sistema de lazer, áreas de recreação, etc.

Segundo Moretti (1997, p.134):

A própria variedade na denominação indica claramente que as áreas verdes acabam englobando funções distintas. Inclui as áreas de interesse ambiental, quer pela vegetação, tipo de solo ou declividade, onde muitas vezes o acesso público, para fins de recreação, é bastante limitado. Inclui as praças e áreas de recreação, com funções, tipologias e dimensões bastante variadas. Inclui parte das instalações esportivas bem como os monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos.

Mello e Cañelas (2000), por exemplo, descrevem as praças como uma parcela do território urbano configurando um espaço público: “Do ponto de vista urbanístico, a praça se caracteriza pelo contraste com a malha urbana que a cerca, é um vazio no meio de cheios, quebra a continuidade dos quarteirões edificados, introduz um elemento de surpresa e descontração”.

Para Guimarães (2004, p.168):

A “*piazza*” é um centro social, e não apenas um espaço físico aberto, envolvida por edifícios, um espaço não preenchido dentro da cidade. Geralmente se localiza na parte central da cidade. Dentro da região geográfica circunscrita do panorama italiano, existem diferenças de função, forma e tipo de praça que estão intimamente relacionadas com a função da cidade, desempenhando um importante papel urbano, seja cívico, municipal, religioso ou comercial.

Menezes (1996) tem uma definição isolada para os parques. Ele coloca que os mesmos geralmente foram construídos como uma alternativa para as mais diferentes necessidades da cidade, apresentando-se em determinados locais como espaços de lazer e novos pontos de encontro dos munícipes, mas também projetados para evitar a habitação nos fundos de vale, preservar as matas ciliares e regular a vazão dos rios em períodos de enchentes.

Santos (1988, p.158) diz que as praças ou áreas verdes devem:

[...] ser pequenas, servindo a grupos de vizinhança ou quarteirões (ver proposta de utilização do miolo dos quarteirões); ser ruas tratadas como “praças lineares”; ser praças de bairro ou centrais abrigando ou se interligando a atividades recreativas (escolas, campos de esporte, igrejas, mercados, quiosques, malocções, bares e restaurantes, cinemas, sorveterias etc.); e ser faixas lineares arborizadas a partir das margens de rios, córregos, igarapés.

O autor coloca ainda que devem ser previstos nas praças, estacionamentos para automóveis e bicicletas; ser previstas articulações sinalizadas com o sistema viário, e ser obedecido o seguinte dimensionamento: 4,5 m²/habitante. Já os parques devem aproveitar bosques e áreas arborizadas nativas, seguindo o dimensionamento de 4 m²/habitante; e as reservas florestais devem se localizar em áreas que atendam às conveniências ecológicas locais e regionais.

Em relação ao tema, Moretti (1997, p.136), diz o seguinte:

Verifica-se que as 'áreas verdes' incluem espaços com funções bastante distintas. O papel do Poder Público na decisão sobre a seleção desses espaços, em cada caso, deve ser avaliado. A localização das praças e demais referenciais urbanos e paisagísticos deve ser parte intrínseca do projeto do assentamento habitacional e seria desejável que a municipalidade não assumisse uma postura inibidora da criatividade dos projetistas neste aspecto. Infelizmente, o que se observa nos projetos de parcelamento é a total desconsideração pelos espaços públicos, que freqüentemente são os terrenos mais problemáticos existentes na gleba. Neste quadro é necessária a participação do poder público municipal na definição relativa à localização das praças, como forma de evitar as distorções hoje observadas.

A Tabela 10, apresenta uma avaliação da área verde disponível para cada habitante e para cada habitação, em função da densidade populacional, supondo-se 10 e 15% do território para áreas verdes e 4 habitantes por unidade habitacional segundo Moretti (1997, p.136).

Em relação aos índices e conforme Cavalheiro & Del Picchia (1992) é importante comentar que está difundida e arraigada no Brasil a assertiva de que a ONU, ou a OMS, ou a FAO, considerariam ideal que cada cidade dispusesse de 12,00 m² de área verde/habitante. Nas pesquisas, feitas junto a essas Organizações, foi constatado que esse índice não é conhecido. Supõe-se então, que depois de muitos estudos realizados, esse índice se refira tão somente às necessidades de parque de bairro e distritais/setoriais, já que são os que, dentro da malha urbana, devem ser sempre públicos e oferecem possibilidade de lazer ao ar livre.

Tabela 10 - Área verde disponível em função da densidade

Densidade		10% de área verde		15% de área verde	
Unidades habitacionais por hectare	Habitantes por hectare	A.V. por unidade habitacional (m ²)	A.V. por habitante (m ²)	A.V. por unidade habitacional (m ²)	A.V. por habitante (m ²)
20	80	50,0	12,5	75,0	18,75
40	150	25,0	6,2	37,5	9,4
60	240	16,7	4,2	25,0	6,2
80	320	12,5	3,1	18,7	4,7
100	400	10,0	2,5	15,0	3,7
150	600	6,7	1,7	10,0	2,5
200	800	5,0	1,2	7,5	1,9

Fonte: Moretti, 1997, p.137.

Referindo-se ainda às praças, Ferrari (1977, p.612) cita que os jardins públicos das unidades residenciais e das unidades de vizinhança devem ter área de 1,00 m² por habitante,

enquanto os jardins públicos de zonas (setoriais) devem ter área de 8,00 a 9,00 m² por habitante. Guimarães (2004, p.245), entretanto cita que a praça deve distar 800 m das unidades residenciais.

Mas Moretti (1997, p.138) entende que “a reserva de áreas verdes nos empreendimentos habitacionais deve suprir a demanda por áreas de recreação infantil, praças e locais para prática esportiva, não incluindo, portanto o dimensionamento correspondente aos parques e reservas naturais”.

Os playgrounds também são considerados equipamentos de lazer. Ferrari (1977, p.617) dimensiona-os da seguinte forma: localizar-se na unidade de vizinhança, nas proximidades da Escola de 1º grau, atendendo crianças dos 5 aos 14 anos de idade, com uma área mínima de 1,21 ha para recreação ativa e 0,81 ha para recreação passiva, em um raio de influência de 400 a 600 m. O autor cita ainda que “cada ha de playground serve a 540 crianças na área ativa (área de jogos e brinquedos) e 5.000 habitantes na área passiva (espaço de descanso, áreas arborizadas) [...] um playground serve de 600 a 800 crianças ou 3.000 a 10.000 habitantes”.

Ainda segundo o autor, “Conforme citação de Gallion, obra citada, p.283 – têm-se as seguintes recomendações para dimensionamento de playgrounds, conforme a Associação Nacional de Recreação – A.N.R. – e o Urban Land Institute – U.L.I. – dos Estados Unidos”, ver tabela 11:

Tabela 11 - Dimensionamento de playgrounds

POPULAÇÃO	Nº DE CRIANÇAS	A.N.R. (ha)	U.L.I. (ha)
1.000	200	0,93	-
1.500	300	1,03	-
2.000	450	1,23	1,31
3.000	600	1,41	1,63
4.000	800	1,80	2,10
5.000	1.000	2,16	2,43
6.000	1.200	2,52	-

Fonte: Ferrari, 1977, p.617.

Atualmente, o cinema se tornou um estabelecimento muito utilizado para o lazer da população, principalmente a urbana. Segundo Ferrari (1977, p.620), a experiência brasileira determina o seguinte dimensionamento para os cinemas: devem localizar-se na unidade de vizinhança, setores ou centro metropolitano, ter uma área de 1,2 m² de terreno/espectador, onde cada unidade contenha de 600 a 1.000 lugares. Já de acordo com os padrões da Unesco

apud Yurgel (1983, p.32) de índices culturais, o número mínimo de assentos de cinema por 100 habitantes é de 2.

Em particular e a partir do Rio Grande do Sul, as Entidades Tradicionalistas também são consideradas equipamentos de lazer. Pois desde 1947, de acordo com Savaris (2006), quando em Porto Alegre, surgiu um núcleo constituído por jovens interioranos que de forma associativa, enraizada totalmente na vivência do gaúcho campesino, resultou na criação do 35 Centro de Tradições Gaúchas, em abril de 1948.

Isto aconteceu há pouco mais de 50 anos, hoje há mais de dois mil e quinhentos núcleos dedicados à cultura gaúcha. Somente no Rio Grande do Sul, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) congrega 1.475 entidades juridicamente constituídas e que, somadas, totalizam mais de um milhão e meio de sócios. Como atividades típicas são realizadas, em média, duzentos eventos tradicionalistas por semana, dos quais participam no mínimo cem pessoas e alcançam a dezenas de milhares, nos rodeios de maior envergadura.


Desta forma, os Centros de Tradições Gaúchas e os Salões Paroquiais serão considerados neste trabalho como Centros Culturais, pois são nesses estabelecimentos, localizados nas unidades de vizinhança e nos bairros, que se pratica de forma significativa a cultura gaúcha do Rio Grande do Sul e as integrações sociais e festivas das comunidades locais. Segundo Ferrari (1977, p.616), os Centros Culturais deverão ter área construída de 1.500 a 2.000 m² para 40.000 habitantes, ou seja, de 0,038 m² a 0,05 m² por habitante, servindo a população do Setor.

A estimativa de demanda por serviços de lazer segundo Guimarães (2004, p.194) é determinada por faixas de renda da população. Um modelo hierarquizado da implantação e localização dos serviços de lazer deve obedecer aos seguintes níveis:

- Nível global de macro área: parques regionais, navegação de lazer, camping, etc;
- Nível de núcleo urbano: centros sociais urbanos, praças, etc;
- Nível de vizinhança: áreas verdes, passeios, jogos infantis, etc.

Assim, para se realizar o estudo comparativo dos Equipamentos de Comunitários de Lazer dos setores urbanos selecionados para este trabalho, organizou-se uma tabela síntese dos referenciais citados pela norma e pelos autores, que balizaram os referenciais bibliográficos desta pesquisa. Buscou-se estabelecer um denominador comum entre os padrões colocados pelos diversos autores, considerando-se que em muitos casos, a situação era repetitiva, permitindo uma avaliação objetiva dos resultados obtidos:

Tabela 12 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Cultura, Lazer e Esporte

 EQUIPAMENTOS DE LAZER	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.	
CENTROS CULTURAIS			
Área construída	400 m ² p/ cada 6.000 habitantes		
PRAÇA			
Área de terreno	4,5 m ² / habitante		
Raio de abrangência	≤ 800 m		
PLAYGROUND			
Área de terreno	2,02 ha		
Raio de abrangência	≤ 600 m		
Estado de Conservação			
RESULTADO FINAL			

Fonte: Autora, 2006.

2.4.6 Equipamentos de Esporte

Segundo o Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério dos Esportes (2006), o esporte pela sua dimensão recreativa, dissociada da busca do rendimento, encontra juntamente com o lazer a possibilidade concreta de expressão, “é, portanto, no tempo e no espaço do lazer que as manifestações culturais - o esporte dentre elas - podem ser vivenciadas por todos”.

Valter Bracht seguindo o caminho trilhado pelo Ministério entende ser o esporte “uma prática social situada no quadro da cultura corporal surgida no âmbito da cultura européia, por volta do século XVIII, com caráter competitivo”. Por ser fruto de convenções edificadas e difundidas ao longo da história, o esporte teve sua construção teórico-prática estabelecida de diferentes formas, cuja execução, repousa essencialmente sobre a idéia de luta contra um elemento definido: uma distância, uma duração, um obstáculo, uma dificuldade material, um perigo, um adversário. Assim o termo Esporte Recreativo:

[...] expressa, na adjetivação do conceito de Esporte, a compreensão de que em sua realização deve prevalecer o sentido lúdico caracterizado pela livre escolha, busca da satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores ético-políticos a se fazerem presentes na sua objetivação. O Esporte Recreativo se realiza em limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria. Por meio dele o ser humano só, em pequenos grupos ou em multidão, vivencia situações esportivas lúdicas e prazerosas.

A Carta de Atenas (GONZALEZ, 1994, p.46) ao estabelecer o planejamento através das unidades de habitação e bairros das cidades, coloca que todo o bairro de habitação daqui a diante deve comportar a “superfície verde necessária para a disposição racional dos jogos e desportos infantis, dos adolescentes e adultos”.


Ferrari (1977, p.618), no entanto, estabelece diretrizes de implantação e dimensionamento dos equipamentos de esportes:

- Campo de esporte: deve localizar-se no setor, atender usuários de 15 a 20 anos (parte ativa do campo), em uma área mínima de 4,00 ha para recreação ativa e de 2,00 ha para recreação passiva, em um raio de influência de 800 a 2.400 m, sendo que 1 ha de campo de esporte serve a 710 jovens e a uma população que varia de 5.000 a 15.000 habitantes, e um campo de esporte (4,00 ha + 2,00 ha = 6,00 ha) serve de 1.000 a 4.000 jovens e de 10.000 a 50.000 habitantes;
- Estádios desportivos: deve estar localizado na metrópole (cidade - diversos setores), atender jovens e adultos em uma área mínima de 12,00 ha, em um raio de influência de 8.000 a 16.000 m, servindo a aproximadamente 500.000 habitantes.

Segundo Guimarães (2004, p.245) o campo de esporte deve se localizar a 1.600 m das unidades residenciais que o mesmo atende.

Neste contexto, pelas Leis e vários autores citados tratarem especificamente da implantação dos Equipamentos Comunitários Esportivos, com parâmetros de implantação e dimensionamento muitas vezes próximos, fez-se uma análise de quais seriam os índices mais adequados a serem aplicados nos equipamentos implantados nos bairros do estudo. Chegou-se deste modo em um denominador comum dos padrões colocados pelos diversos meios, nas seguintes tabelas de análise para os Equipamentos Comunitários de Esporte:

Tabela 13 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Esportes

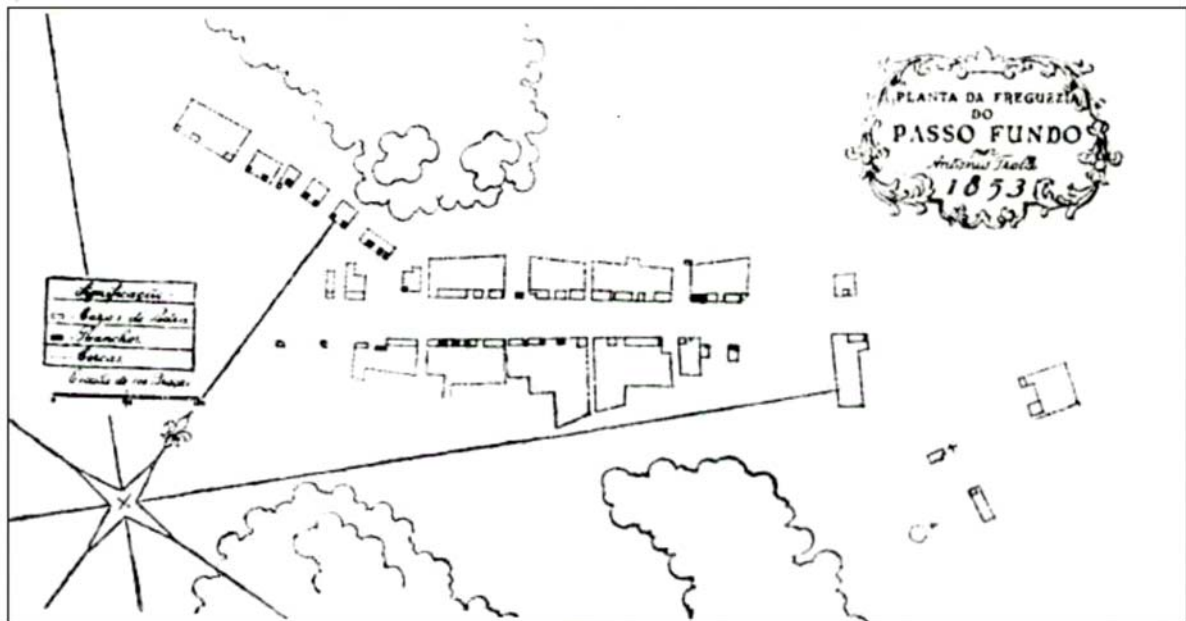
 EQUIPAMENTOS DE ESPORTE	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.	
Área construída	4,00 ha para recreação ativa 2,00 ha para recreação passiva		
Raio de influência	de 800 a 2.400 m		
População	1 ha de campo de esporte serve a uma população que varia de 5.000 a 15.000 hab.		
Estado de Conservação			
RESULTADO FINAL			

Fonte: Autora, 2006.

2.5 PASSO FUNDO COMO ESTUDO DE CASO

2.5.1 A Produção do Território

Sobre a região que abrigou povos missioneiros, e posterior percurso tropeiro, a formação efetiva do núcleo que originou Passo Fundo teve suas bases no começo do século XVII. Uma planta de 1853 (Figura 6) foi o primeiro registro da Freguesia do Passo Fundo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo: reimpressão, Aldeia Sul (2000), apud Gosch, 2002, p.25.

Figura 6 - Freguesia de Passo Fundo em 1853

De acordo com GOSCH (2002, p.28):

Por conta do seu significativo aumento populacional e de uma vida econômica mais ativa, Passo Fundo foi reconhecido como município, sendo desmembrado de Cruz Alta, em 28 de janeiro de 1857, através da lei nº 340. A instalação e posse da Câmara Municipal no dia 7 de agosto do mesmo ano, apenas 10 anos após a constituição de Passo Fundo como freguesia, demonstra o reconhecimento do seu potencial pelo governo da Província para, como futuro município, integrar com destaque, a rede urbana então em formação.

Segundo o autor, em 1914, a área urbana de Passo Fundo já contava com 4.000 habitantes, 500 hectares, contanto com 600 prédios construídos. Entre esses prédios já estavam edificadas a Intendência Municipal (atual Museu Histórico Regional), a Igreja Matriz (então em

construção), a Capela de São Teodoro (hoje demolida), o Clube Pinheiro Machado (atual Teatro Municipal), a Sociedade Iolanda Margherita (atual Clube Caixerai Campestre), a Loja Maçônica Concórdia do Sul (demolida) e a Estação Férrea.

Ainda conforme Gosch (2002, p.11), que em 1919, foi concluído o primeiro Plano Diretor para a cidade de Passo Fundo, justificado pela importância da cidade na região, que atraía investimentos técnicos e econômicos, que melhor aproveitavam suas potencialidades e dava um novo impulso a sua expansão. O plano, voltado basicamente para o saneamento urbano, foi elaborado pelo engenheiro sanitário Francisco Saturnino Rodrigues de Brito.

Foi a partir dos anos 30 do século XX, a região do Planalto, polarizada por Passo Fundo passa a ser marcada por profundas transformações, que atingem os setores produtivos, as relações sociais e a organização espacial da comunidade. Estas transformações afetam especialmente o crescimento da população urbana em contraponto a uma já significativa redução da população rural. De acordo com Kalil et al. (1998, p.40):

A crise do modelo agroexportador da organização econômico-social, deu lugar a profundos processos de transformação na economia e na sociedade brasileira: a industrialização, a criação do mercado interno, a modernização, o desenvolvimento de grupos e classes baseadas em interesses urbanos, o papel dos mesmos nos rumos da atividade política, as migrações e a urbanização acelerada.

É neste período em que se inicia o processo de expansão propriamente dito, do núcleo urbano da cidade de Passo Fundo. Segundo Oliveira (1990, v.1, p.101) em 1940, em termos populacionais, a cidade contava com 27.019 habitantes. Destes, 17.207 no meio urbano e 9.812 no meio rural, revelando um crescimento de 16,70% ao ano, ao longo de três décadas. Ao mesmo tempo, pode-se constatar que a população da cidade representa 21,47% do total da população do município, que estava em 80.138 habitantes.

A partir de 1940, o crescimento econômico e populacional mostra-se expressivo, incrementado pela migração campo-cidade. Segundo Gosch (2002, p.11), coube ao poder público municipal, neste momento, buscar a ordenação do crescimento urbano. Desta forma, em 1953, foi concluído o Primeiro Plano Diretor de Passo Fundo, propondo para a cidade, uma forma de ocupação condicionada. Se não estabeleceu índices urbanos de intensidade de ocupação, direcionou a expansão urbana, estabeleceu limites e ordenou as atividades comerciais, industriais e residenciais. De autoria dos urbanistas Edvaldo Paiva e Francisco

Macedo e dos arquitetos Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, o plano priorizou a implantação de áreas verdes e a localização de grandes equipamentos urbanos de uso coletivo.

Contata-se que na história e registro da evolução urbana de Passo Fundo, é apenas em meados do século XX, que os equipamentos de uso comunitário passam a fazer parte da legislação e do contexto urbano planejado.

De acordo com Kalil et al. (1998, p.59) “[...] O salto no incremento urbano foi dado na década de 1970, passando dos 20,81% registrados pelo Censo de 1970 para índices superiores a 40% em 1980”. Conforme se observa na tabela 1, em meados dessa década ocorreu o que se pode chamar de urbanização generalizada, ou ponte de inflexão: a população urbana superou a população rural.

Tabela 14 - População do Estado e da Região dos últimos 50 anos

ANO	POPULAÇÃO					
	ESTADO			REGIÃO		
	Urbana	Rural	%	Urbana	Rural	Grau Urb. %
1950	4.164,821	546,717	13,12	110,242	446,777	18,33
1960	5.448,823	716,254	13,14	186,232	529,985	26,00
1970	6.666,891	831,532	12,47	256,242	574,708	20,81
1980	7.773,837	865,187	11,12	372,457	487,493	43,04
1991	9.135,479	900,826	9,86	510,196	390,630	56,63

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1950 a 1991, apud Kalil et al. (1998, p.60).

Neste sentido, e de acordo com Gosch (2002, p.12), justificou-se a necessidade de se repensar à expansão urbana de Passo Fundo, a fim de buscar novos caminhos e alternativas com um planejamento que orientasse o desenvolvimento do município como um todo. Desta forma, em 1979 foi realizado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), agora já elaborado por uma equipe técnica própria da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, por meio do então, Gabinete de Planejamento e Coordenação (GAPLAC). “A partir do estabelecimento das leis e diretrizes do plano, aprovado somente em dezembro de 1984, a configuração espacial da cidade passou por grandes transformações, decorrentes da intensa verticalização que ocorreu na área central”.

Para Diehl (1998, p.149):

Pela ausência de um planejamento urbano, na gênese do município, a cidade cresceu desordenadamente. Mesmo com algumas iniciativas contemporâneas, não foi possível conter a explosão demográfica da periferia. Diante dessa conjuntura, cabia à comunidade passo-fundense, conjuntamente com o poder público, com vistas a um desenvolvimento urbano coerente, planejar a oferta de infra-estrutura mínima que favoreça a periferia quanto ao saneamento básico, sistema viário de acesso, iluminação pública, áreas de lazer, ordenamento de espaço físico e acesso à escolarização.

Mas contrariamente aos aspectos abordados por Diehl (1998), Gosch (2002, p.139) observa que as lideranças buscam revelar outros aspectos:

Outro fato relevante na década de 1990, foi à consolidação de vários eventos, que projetaram a cidade no âmbito cultural-turístico brasileiro e sul-americano. Entre os grandes eventos constantes no calendário da cidade, podemos citar: Exposição Feira Industrial, Comercial e Agropecuária; Jornada Nacional de Literatura; Festival Internacional de Folclore; Rodeio Internacional; Seminário Internacional de Plantio Direto, Jornada Nacional de Medicina, entre outros, o que indica que Passo Fundo é cada vez mais, uma cidade de eventos.

Portanto, no início do século XXI, Passo Fundo é uma cidade com uma população estimada de 185.279¹ habitantes (Figura 7), considerada um pólo de desenvolvimento sócio-econômico, com localização privilegiada, na rota do Mercosul. De acordo com Dal Moro, Kalil e Tedesco (1998, p.7), localizada sobre uma região de produção primária, pioneira nas redefinições técnico-econômicas do modo de produzir no meio rural, caracterizando-se por um conjunto de premissas:

- Migração intensa do rural ao urbano;
- Rápida expansão urbana;
- Pólo regional de desenvolvimento;
- Mudanças nas atividades econômicas;
- Concentração das contradições sociais e econômicas.

¹ População estimada para 2005, segundo IBGE.



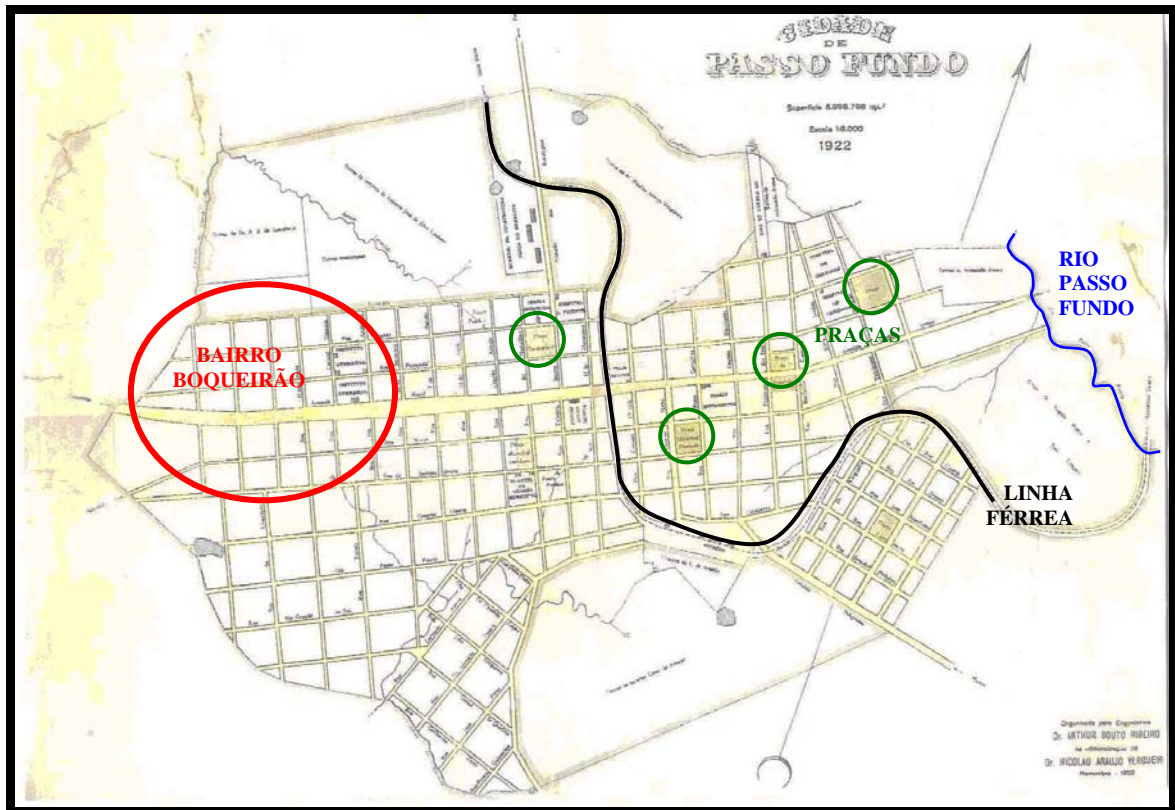
Fonte: Arquivo Foto Czamanski.

Figura 7 – Vista aérea de Passo Fundo em 1996.

2.5.2 A Estruturação Urbana: centralidade x periferias

O crescimento do núcleo urbano de Passo Fundo deu-se, basicamente a partir do início do século XX com a exploração da madeira. A região era generosa em cobertura vegetal de matas pinheirais. O assentamento original da cidade, sobre o antigo caminho das tropas, deu-se na região do atual Bairro Boqueirão, e sobre a Avenida Brasil, avançou gradativamente em direção a estrada de ferro, ponto de travessia do rio Passo Fundo para o leste do Estado e caminho de acesso para o centro do país. De acordo com Dal Moro (1998, p.94) era aí, ao longo da via férrea, que estavam localizadas as serrarias, os depósitos e as indústrias de madeira, próximos aos quartéis, em direção a Carazinho.

Conforme Diehl (1998, p.99) em 1907, o distrito sede de Passo Fundo contava com 4.000 habitantes, e neste período o poder público preocupou-se com a malha urbana e com alguns equipamentos de uso comunitário como as praças e logradouros (Figura 8), destinando em 1908 uma área de terra para a Praça Marechal Floriano, que depois de cercada, só foi ajardinada e equipada com bancos em 1920.



Fonte: Gosch, 2002, anexo 05.

Figura 8 - O Município do Passo Fundo em 1922

De acordo com Dal Moro et al. (1998, p.95).

Em 1922, o perímetro urbano abrangia uma área de 6,89 Km², com inúmeros logradouros já demarcados e nominados. Constatava-se a expansão do núcleo central no sentido leste, até o rio Passo Fundo, e, no sentido sudeste, em direção a Marau. Observava-se também o surgimento da vila Rodrigues, da vila Luiza, no lado sul, e o alargamento da faixa urbanizada ao longo da avenida Brasil.

Com a construção de edifícios públicos e de praças, em 1925, com a mesma intenção dos anos anteriores, buscou-se o embelezamento da Praça Tamandaré com a construção de um quiosque para encontros sociais, foram definidos os canteiros e a colocação de uma bomba para depósito e distribuição de água. Em 1926, foram calçadas as ruas que contornam a praça e os passeios revestidos de mosaicos, pois esta área passou a ser um local importante para o uso público da comunidade.

Ainda, segundo Diehl (1998, p.98 e 148):

Na área urbana do município, destacava-se que o núcleo central e seu entorno receberiam melhorias na infra-estrutura, calçamento, iluminação pública e abastecimento de água, coleta de lixo, ampliação da rede escolar, juntamente com a assistência social. O setor de construção civil crescia e renovava a paisagem urbana, embora isso não significasse que a expansão urbana tivesse ocorrido de modo ordenado e harmonioso [...].

Paralelamente, a malha urbana teve crescimento na direção do *passo*, com a construção da estrada que liga Passo Fundo a Lagoa Vermelha e Vacaria. Em relação a expansão urbana, Dal Moro et al. (1998, p.95) observa:

Em 1928, surgiu a vila Petrópolis, grande loteamento a leste da ponte sobre o rio Passo Fundo, o qual, porém, não foi ocupado imediatamente, devido à sua distância do centro. Também houve uma tendência de ocupação dos vazios ao redor do centro, nas baixadas ao sul e ao norte da avenida Brasil, como é o caso dos novos bairros denominados vila Luiza e vila Carmem, ao sul, e vila Vergueiro, vila Fátima e vila Vera Cruz, ao norte, essas já em região elevada.

De acordo com Gosch (2002, p.52), na década de 30, ocorre uma importante mudança estrutural na ordenação da malha urbana da cidade: a região periférica à estação ferroviária passou a concentrar praticamente toda atividade urbana (serviços, comércio e lazer), abrigando o comércio atacadista, os depósitos de madeira e depois as indústrias (cervejaria, metalúrgicas, fábricas de carrocerias), atraídas naturalmente, para as proximidades do trem e do escoamento de produtos e do recebimento de insumos. Deslocou-se desta forma, o antigo centro que se localizava junto ao bairro Boqueirão, e que se ampliava ao longo do caminho das tropas, para o entorno da atual Praça Marechal Floriano, onde se desenvolveu o pólo comercial e financeiro de Passo Fundo, fazendo surgir uma nova área de atração dinamizada pela Igreja Matriz, construída na colina onde atualmente se localiza a Catedral Nossa Senhora Aparecida.

De 1940 a 1950, os dados do IBGE apud DAL MORO et al. (1998, p.93), registram uma população de mais de 35 mil habitantes para o município. Deste modo, a partir de meados do século XX, espaços distantes e periféricos ao centro da cidade foram sendo ocupados pela população, surgindo novos bairros como o bairro São José (1955), assentado sobre antigas propriedades rurais ao nascente do núcleo urbano central.

Neste sentido, Paiva e outros apud Dal Moro et al. (1998, p.94), coloca que os anos 50

foram marcados pelo intenso assentamento habitacional das vilas e bairros periféricos da cidade, além da relocação de setores do comércio atacadista e das madeireiras, que buscavam ocupar áreas mais altas dentro do espaço urbano.

Em função desta nova localização das indústrias madeireiras, surgiu a vila Rodrigues, como núcleo residencial operário, localizado ao sul da ferrovia, em zona alta. Também a zona da encosta norte, próxima à cervejaria (antiga Brahma), passou a ser ocupada por residências de proletários, instaladas em terrenos de má qualidade.

Em relação ao assentamento de vilas operárias, Dal Moro et al. (1998, p.97) observa que:

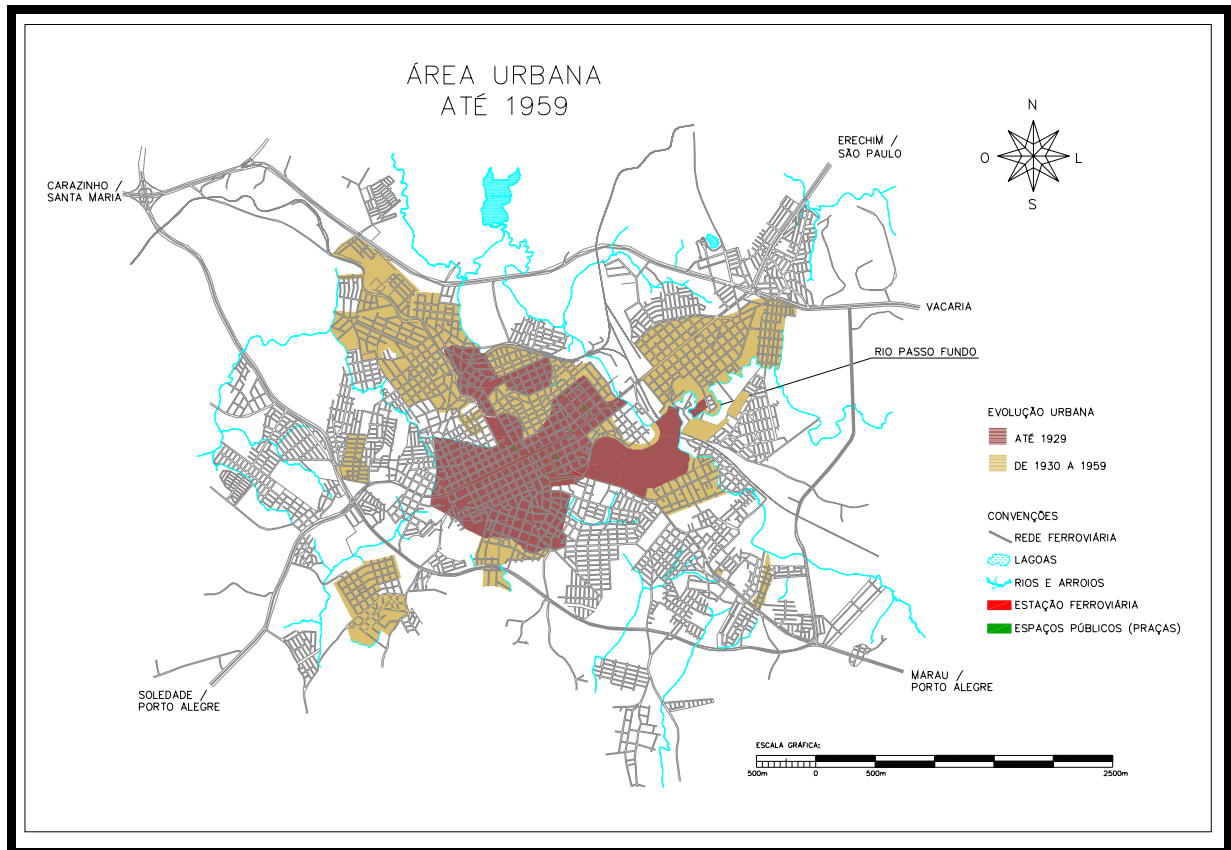
No caso específico do bairro São José, como anteriormente da vila Petrópolis, o contexto econômico-político do período parece ter influído sobre – maneira no estabelecimento de um empreendimento imobiliário nos subúrbios da cidade. O capital imobilizado, representado pelas terras próximas à cidade, e o capital industrial vindo do centro do país combinam-se para propiciar condições de infraestrutura e de mão-de-obra necessárias para a instalação de inovadora indústria química – o denominado Instituto Pinheiros – em Passo Fundo.

A autora comenta que “as transformações físicas do espaço urbano da cidade e de seus bairros, não ocorrem por si só, mas são produto, ou até mesmo produtoras de transformações socioeconômicas no meio rural e urbano”, ou seja, a organização territorial da área urbana de Passo Fundo refletia as características e o contexto da comunidade local, expondo os resultados dos diversos interesses econômicos, sociais e culturais de cada etapa deste processo.

Para Gosch (2002, p.101) a área urbanizada do município era de 1400 hectares, incluindo os novos loteamentos. Do total desta área, a parte mais densa ocupava cerca de 80 hectares, distribuídos no entorno da área central.

Documentando esta evolução urbana, o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo, de 1953, apresenta em seu texto e plantas o processo de urbanização e de expansão das décadas iniciais do século XX. Nestas cartas pode-se contatar:

- O traçado xadrez da malha inicial, estendia-se aos novos loteamentos que iam surgindo, como resultado do parcelamento das propriedades rurais localizadas ao redor da área central (Figura 9).



Fonte: Gosch, 2002, anexo 06.

Figura 9 - Área urbanizada até 1959

- O comércio varejista e os serviços encontravam-se localizados no centro tradicional, enquanto as atividades industriais e o comércio de maior porte estavam localizados ao longo das principais vias de acesso: Avenida Brasil, Avenida Progresso (depois Mauá) e a atual Avenida Presidente Vargas e junto à via férrea, atual Avenida Sete de Setembro, onde se localiza a estação ferroviária.

Mas é no final do século XX, que o município de Passo Fundo sofre talvez, seu maior impacto territorial através da perda de grandes áreas através das emancipações. Entre os anos de 1970 e 1991, o município tem sua área reduzida em 300 Km², passando de 1.991,00 Km² em 1970 para 1.664,00 Km². No entanto, os índices de crescimento demográfico continuaram ascendentes: a população urbana variou de 25,68% em 1940, para 93,20% em 1991, passando de 20.584 para 137.201 habitantes. Os dados demonstram que a população passofundense é eminentemente urbana.

Neste período favorecido pela implementação do Plano Diretor de 79, que objetivava conter a expansão dentro da área formada pelas vias perimetrais sul e leste e, buscava através da regulamentação de uso do solo, uma nova imagem para a cidade, que deveria consolidá-la

como capital regional em nível estadual, a cidade se verticalizou significativamente, e em especial, sobre sua área central, incrementando também, sua expansão urbana horizontal com a criação de 38 novos loteamentos para as classes operárias aprovados pela prefeitura municipal entre os anos de 1984 a 1999. Conforme Gosch (2002, p. 128):

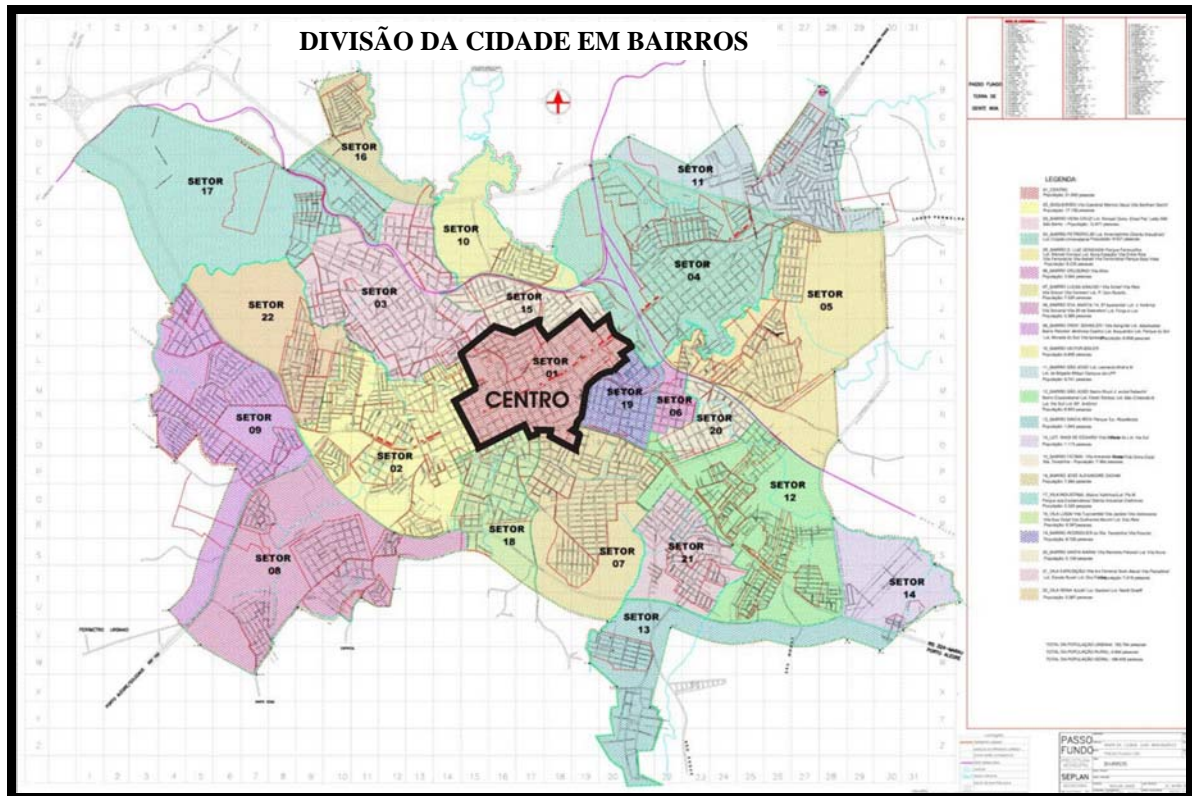
Podemos constatar que a partir do Plano de 1979 a cidade ganha uma nova escala, rompendo definitivamente com as formas do passado. São construídas as primeiras galerias comerciais e de prestação de serviços. É uma nova tipologia que, concomitante com utilização de materiais industrializados como o vidro e o alumínio, proporciona uma nova imagem para Passo Fundo: fachadas envidraçadas e prédios para habitação coletiva com até vinte pavimentos, causando um grande impacto na morfologia urbana da cidade.

Esta implantação de um número elevado de novos loteamentos em pouco mais de 10 anos teve como objetivo disponibilizar 5.177 lotes para ocupação urbana, atendendo a grande demanda promovida pela migração do campo para a cidade, iniciada ainda, nos anos 70. Ampliou-se desta forma, a cidade em mais de 2.401,052 m² de área urbanizada.

Mas de acordo com Gosch (2002, p.142) “a periferia se expandiu, no entanto, desprovida de infra-estrutura adequada, ficando marcada pelas ocupações irregulares, a poluição hídrica, pelo lixo doméstico e pela falta de saneamento básico”.

Em 2006, o município de Passo Fundo, conta com uma população de 186.000 habitantes, e revisando o Plano Diretor de 79, busca organizar sua área urbana através da formalização dos bairros já existentes na cidade. Neste sentido, a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Passo Fundo aprova a Lei Complementar nº 143 de 21 de junho de 2005, que se apresenta nos seguintes termos (Figura 10):

[...] a delimitação dos limites territoriais dos Bairros, Vilas e Loteamentos do Município de Passo Fundo, que leva em conta as características históricas, culturais e sociais de cada comunidade, respeitando ainda os limites do perímetro urbano, os eixos viários das rodovias e ferrovias, bem como imposições naturais de caráter geográfico tais como rios, sangas e demais cursos d’água e desníveis acentuados, observado, ainda, as disposições desta Lei e as legislações federal e estadual pertinentes. Parágrafo único: Considera-se bairro, para efeitos desta Lei, cada uma das divisões territoriais da Cidade, legalmente constituída e localizada dentro do perímetro urbano.



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 10 - Bairros ou Setores da cidade de Passo Fundo, em 2006, sem escala

De acordo com Gosch (2002, p.9) em pouco menos de 150 anos, a cidade de Passo Fundo ganhou contornos de capital regional no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, sendo obrigada a absorver as demandas sociais e de infra-estrutura desta transformação, registrando em seu território, os processos que induziram significativos impactos na área urbana, como resultado do planejamento e do desenvolvimento econômico associado ao crescimento demográfico.

Fica registrado também, que o crescimento, verticalização e implementação de equipamentos urbanos demandados pela comunidade, foram implantados isoladamente deste contexto, e ainda sem critérios de implantação e dimensionamento, ou seja, de planejamento, que deveria ser pensado para a cidade como um todo, propondo a existência e funcionalidade de um sistema municipal com qualificados espaços livres, públicos e comunitários.

3 MÉTODOS E MATERIAIS

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo verificar, analisar e questionar os equipamentos de uso comunitário existentes na cidade de Passo Fundo, cidade de porte médio, localizada no planalto médio do Rio Grande do Sul.

Para se alcançar o objetivo proposto nessa investigação, utilizou-se a seguinte metodologia de trabalho:

- Revisão de bibliografia sobre o tema; Análise da legislação vigente sobre a implantação e dimensionamento dos equipamentos comunitários;
- Definição dos equipamentos comunitários a serem pesquisados;
- Síntese dos parâmetros extraídos do referencial bibliográfico, para estabelecer estudo comparativo frente ao material coletado na pesquisa de campo;
- Identificação e justificativa dos setores a serem pesquisados, na cidade de Passo Fundo;
- Verificação, por setor, da disponibilidade desses equipamentos comunitários, frente à demanda populacional;
- Pesquisa e análise sobre as relações existentes entre a provisão desses equipamentos (postos de saúde, escolas, creches, praças para lazer e recreação, etc) e o modo de como os moradores dos setores avaliam esta disponibilidade;
- Discussão da validade dos parâmetros de implantação e dimensionamento especificado pelos autores pesquisados e pelas Leis que tratam do assunto.

Para dar prosseguimento ao trabalho, foram definidos os equipamentos comunitários que serão analisados em cada setor:

- **Os Equipamentos de Saúde:** na realização da pesquisa, foram considerados como equipamentos de saúde, os postos de atendimento, os ambulatórios, os centros de atendimento integrado á saúde (CAIS), ou seja, todos aqueles equipamentos em nível local, que pratiquem a saúde pública, como campanhas de vacinação, prevenção, etc.

- **Equipamentos de Educação:** em relação aos equipamentos de educação, foram considerados para esta pesquisa os espaços e os equipamentos de educação de nível básico, infantil ou fundamental, espaços que incluem as escolas públicas municipais e estaduais, as creches comunitárias e áreas para educação infantil, ou seja, os equipamentos institucionais que desenvolvam a educação e o interesse pelo saber de toda a população em nível local;
- **Equipamentos de Segurança:** a prevenção do crime e da violência são tarefas do município, que deve trabalhar em parceria com os agentes responsáveis. Desta forma, foram considerados equipamentos de segurança os postos policiais, que devem tratar, em nível local, da segurança pública de determinado setor;
- **Equipamentos de Cultura e Lazer:** são equipamentos com destinação diferenciada, como uma praça dotada de área verde, oficinas de artesanato, anfiteatros, bibliotecas, ou seja, são os espaços de permanência para as conversas e encontros, participação, expressão popular e apresentações. Nesta pesquisa, foram considerados como equipamentos de cultura e lazer os espaços que promovem o desenvolvimento social e cultural dos moradores, como forma e instrumento de promoção e qualificação da cidadania. Conforme já colocado, também foram considerados equipamentos de cultura e lazer, os centros paroquiais, os centros de tradição gaúcha e os equipamentos culturais, justamente por promoverem e atenderem tal demanda.
- **Equipamentos de Esporte:** por mais que os equipamentos de esportes tenham características recreativas, merecem uma atenção diferenciada perante os de lazer, pois são os estabelecimentos esportivos que proporcionam a prática dos jogos e da atividade física, independente da faixa etária. Assim, serão considerados como equipamentos esportivos, os campos de esportes e os estádios desportivos que tratem do atendimento público.

3.1 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS SETORES URBANOS A SEREM PESQUISADOS

A cidade de Passo Fundo foi escolhida como estudo de caso desta pesquisa. Embasando os critérios para seleção da mesma, está o fato de ser uma cidade de porte médio, reconhecida

como um dos maiores pólos biomédicos da região sul, ser o lócus desta instituição de ensino e pesquisa e comportar equipamentos comunitários significativos.

Dos vinte e dois setores em que se encontra dividida a área urbana do município de Passo Fundo, foram selecionados três setores para a implementação da pesquisa de campo.

Tal seleção se justifica em função da disponibilidade, quantidade e qualidade dos dados que se puderam obter junto a Prefeitura Municipal de Passo Fundo sobre os setores, criados através da Lei complementar nº 143 de 21 de junho de 2005.

Contribuíram também, na seleção dos setores, as informações avançadas de cada um deles, oriundas do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística de Passo Fundo (IBGE), que puderam apontar características específicas como: sexo, escolaridade e renda mensal dos habitantes de cada setor.

Buscou-se ainda, para a seleção dos setores a serem pesquisados, informações que pudessem distinguir a comunidade residente, por nível de renda e poder aquisitivo, enriquecendo as informações a serem extraídas da pesquisa e conseqüente análise comparativa entre os mesmos.

Na Figura 11, estão assinalados os setores que serão analisados nesta pesquisa, setores distintos por diferentes níveis sócio-econômicos:

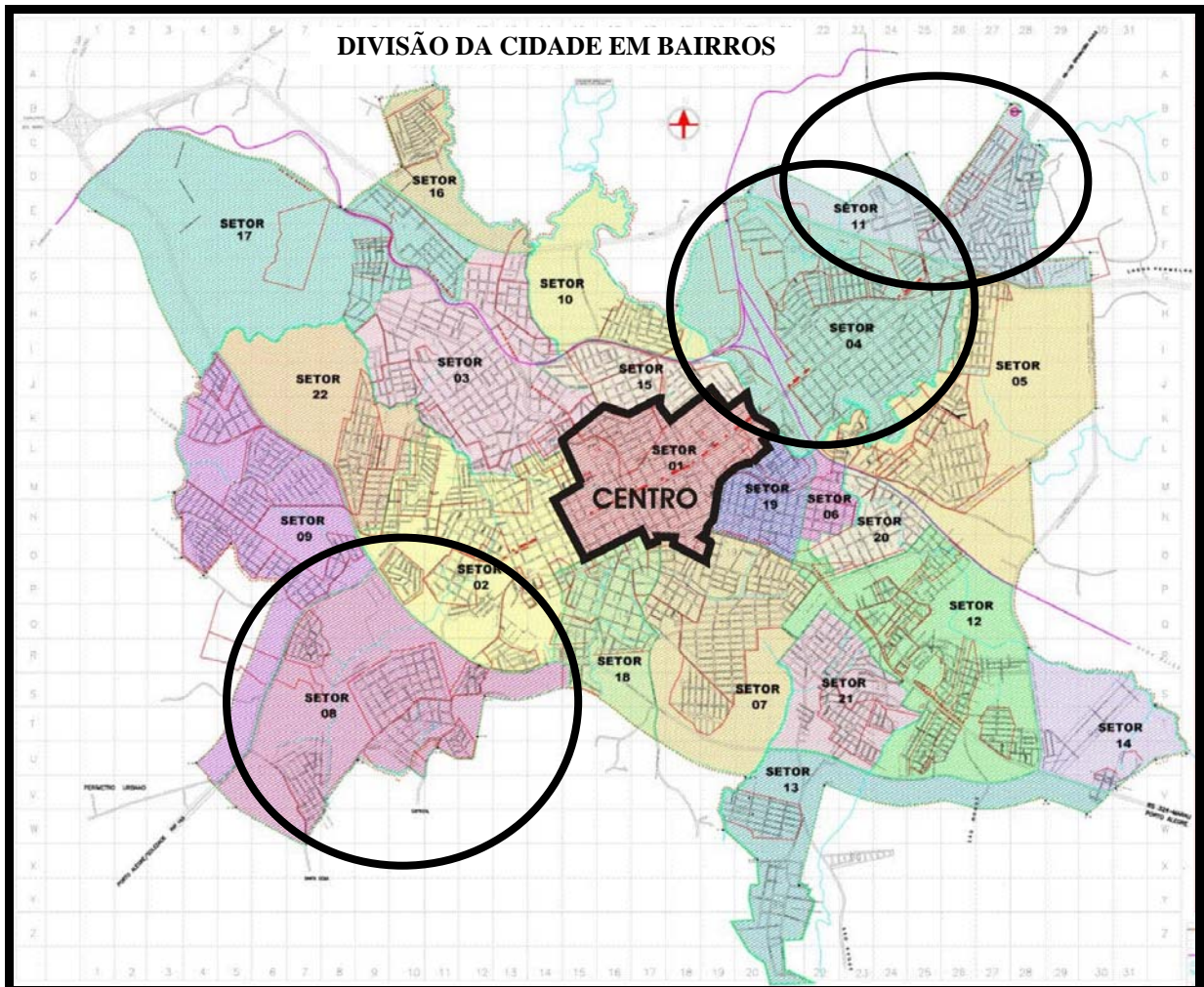
- SETOR Nº 04 - Região do Bairro Petrópolis;
- SETOR Nº 08 - Região do Bairro Santa Marta;
- SETOR Nº 11 - Região do Bairro São José.

É importante lembrar que como metodologia inicial da pesquisa, partiu-se para a aplicação dos métodos do estudo em um Projeto Piloto, para que a partir deste, fossem apontados as possíveis falhas do levantamento e assim analisados de forma correta e definitiva os demais setores.

Deste modo, o Projeto Piloto foi aplicado no Setor 8 – Região do Bairro Santa Marta. Escolhido este primeiramente, por ser o que possuía a menor população residente dos três que foram analisados no decorrer do trabalho.

Uma das alterações necessárias feitas após a implantação do Piloto foi no questionário, pois quando questionados em qual Equipamento Comunitário os moradores considerariam o Templo, estes só tinham como possibilidade de resposta: “Cultura, Lazer, Não Sabe ou

Outro”, ou seja, eles não tinham como alternativa “Religioso (Cultural)”. Então, ou eles responderiam “Outro” ou acabavam optando por “Cultura”, como foi o caso. Isto significou uma indução da resposta, que foi então modificada nos questionários aplicados posteriormente.



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 11 - Mapa da cidade de Passo Fundo/RS, sem escala.

3.2 METODOLOGIA PARA ESTUDO COMPARATIVO: SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA


Considerando-se que o termo “Setor”, foi definido pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo, para identificar os bairros do núcleo urbano do município, e os referenciais abordados pelas normas e os autores na Revisão de Literatura utilizam termos diversos para

expressar os mesmos conteúdos, buscaram-se definir termos únicos, em relação á estrutura urbana da cidade, para melhor entendimento da pesquisa.

Neste sentido, constatou-se que dentre os autores analisados, os que trataram do assunto de forma mais específica foram Ferrari (1977), Calthorpe (1993) e Gonzalez (1994). Ainda que Ferrari (1977) seja o referencial mais antigo, é o autor que de forma mais detalhada refere-se a dados de organização da estrutura urbana da cidade.

Mattos (1952, p. 90) diz que as unidades de vizinhança e os bairros formam subcentros para a cidade, “promovendo uma descentralização orgânica que evita a congestão central e facilita a expansão harmônica da cidade”. Gonzalez (1994, p.88 e 89), no entanto, diz que a unidade de vizinhança “é polarizada por um centro onde se localizam os equipamentos de uso mais imediato ou diário, formando uma célula integradora da comunidade”, enquanto o bairro é “composto pela associação de quatro a seis unidades de habitação que são polarizadas por um centro onde estão localizados os equipamentos de uso periódico com certa especialização, formando um organismo mais amplo e integrador da comunidade”.


Logo, comparando-se as características das áreas e dos equipamentos que serão analisados na pesquisa de campo desse Projeto, com os referenciais bibliográficos de Ferrari, Calthorpe e Gonzalez definem-se como elementos da estrutura urbana da cidade de Passo Fundo a serem pesquisados, os seguintes termos:

 **Setor:** em Passo Fundo, terminologia que define uma comunidade ou região dentro da cidade ou município. São áreas urbanas do município, que têm um papel apenas de localização, sem função administrativa específica. Conforme Santos (1988, p.116), os bairros, “no tratamento cotidiano, não são bem definidos nem seguem padrões rígidos”. Em tempos antigos, estes correspondiam à organização das paróquias da Igreja Católica, pois cada paróquia tinha seu templo e seu santo, onde se organizavam em torno deles, outras facilidades como feiras e mercados. Para o autor, este é ainda, o elemento estruturador da cidade composto por um conjunto de unidades de vizinhanças, de loteamentos, vilas ou distritos. Desta forma e neste trabalho, serão considerados **setores**, os bairros da cidade de Passo Fundo.

São características do Setor:

- **População:** os setores em estudo têm uma população entre 5.360 e 9.521 habitantes, como a Região dos **Bairros** Santa Marta e Petrópolis, respectivamente. Segundo Ferrari (1977, p.303) um Bairro ideal deverá ter uma população entre 3.000 e 15.000 pessoas;

- **Habitacões:** Segundo Ferrari (1977, p.303), o número de habitacões ideais para o Bairro fica entre 600 a 3.000 unidades. Logo, os dados dos setores que serão pesquisados identificam 1.412 e 3.029 domicílios na Região dos Bairros Santa Marta e Petrópolis, respectivamente;
- **O Raio de abrangência:** o equivalente a cinco unidades de vizinhança (FERRARI, 1977, p.303), no entanto segundo Santos (1988, p.123) são nove unidades de vizinhança; 64 e 100 ha de acordo com Gonzalez (1994, p.88) entendendo como Unidade de Vizinhança:

 **Unidade de vizinhança:** área resultante da reunião de várias unidades residenciais, que através de sua configuração urbana propicia a convivência e os contatos sociais, além da existência de serviços de venda a varejo, que atendam o comércio diário, e abriguem espaços de usos públicos para entretenimento e recreação. Ela tem como característica, ser estruturada internamente, por vias locais, garantindo a escala e o convívio local. Segundo Mattos (1952), estes conjuntos residenciais são dimensionadas por critérios de densidade demográfica relacionada com a população em idade escolar que permitiria o funcionamento de uma escola primária. O bairro seria composto pela associação de seis unidades de vizinhança utilizando-se critérios geográficos e populacionais. Conforme Campos Filho (1999, p. 88) as unidades de vizinhanças são aquelas que devem “reproduzir, tanto quanto possível, a qualidade de vida das pequenas cidades”.

São características da Unidade de Vizinhança:

- **População:** são os conjuntos residenciais que abrigam uma população entre 1.000 e 3.000 pessoas (FERRARI, 1977, p.302);
- **Habitacões:** de 200 a 600 habitacões (FERRARI, 1977, p.302);
- **Raio de abrangência:** de aproximadamente 600 m (CALTHORPE, 1993, p.56) a 800 m (FERRARI, 1977, p.302);
- **Equipamentos Comunitários obrigatórios:** Posto de Saúde, Creche, Escola Maternal, Jardim de Infância, Escola de 1º Grau, Capela, Posto Policial, Centro Paroquial, Praças de recreação, Playground e Campo de Futebol (CALTHORPE, 1993; FERRARI, 1977 e GONZALEZ, 1994).
- **Os Equipamentos Comunitários obrigatórios no Setor:** Escolas de 2º Grau, Centros Culturais e de Saúde, Templos, Praças e Parques recreativos e esportivos (CALTHORPE, 1993; FERRARI, 1977; GONZALEZ, 1994 e SANTOS, 1988).

3.3 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

Com o objetivo de investigar os equipamentos comunitários dos diferentes bairros de Passo Fundo, foram utilizados os seguintes métodos de coleta de dados.

- **Metodologia qualitativa:** no trabalho aplicaram-se métodos qualitativos, que se deram através da observação (fichas de levantamento) e do registro fotográfico, que permitiram esclarecer alguns aspectos que os dados coletados através de métodos quantitativos (questionários) não permitem tratar com maior detalhamento.
- **Metodologia quantitativa:** foi realizada através da aplicação de questionários, pode ser analisada a população residente nos três setores da cidade, verificando-se as principais demandas de equipamentos comunitários e as características locais.

Dessa forma, com o cruzamento dos dados obtidos, adquiriu-se uma maior confiabilidade às informações da análise.

3.4 LEVANTAMENTO DE DADOS DE ARQUIVO

A primeira etapa consistiu no levantamento dos dados de arquivo, tais como: mapas e plantas originais dos setores investigados, fotos de satélite, bem como a identificação dos critérios adotados para distribuição e localização e da existência de equipamentos comunitários nestes setores.

3.5 LEVANTAMENTO DE CAMPO

A segunda etapa consistiu no levantamento dos aspectos físicos dos equipamentos, realizado em cada um dos setores selecionados, através da verificação dos equipamentos existentes. Esse levantamento foi registrado através das fichas de levantamento (Anexo A), plantas baixas e registro fotográfico, com o objetivo de produzir plantas atualizadas dos equipamentos existentes nos setores.

Além de analisada a existência ou não de determinado equipamento, fez-se necessário à análise do estado de conservação do mesmo, pois se levou em consideração que o equipamento poderá estar implantado no setor, mas não ter condições físicas adequadas de

uso. Deste modo, em nível qualitativo foi verificado o estado de conservação da área edificada e de terreno disponível para cada equipamento comunitário.

Esta análise “in loco”, através do método comparativo, é segundo Candeloro (1991, p.67) um método direto de avaliação, que conduz a resultados extremamente confiáveis, e proporciona um grau de semelhança diretamente proporcional aos estabelecimentos analisados.

Assim, chegou-se aos conceitos de BOM, REGULAR, e RUIM através da análise de três critérios descritos abaixo:

- Como é tratada a área restante do terreno? Possui vegetação? Tem mobiliário urbano?
Os mesmos se encontram em estado aceitável de uso?
- A edificação é planejada? Possui projeto arquitetônico para a mesma?
- As características construtivas condizem com o uso dado à edificação?

Deste modo, o estado de conservação do edifício será conceituado como:

- BOM: Ao serem confirmadas três respostas positivas;
- REGULAR: Ao serem confirmadas duas respostas positivas;
- RUIM: Ao ser confirmada apenas uma resposta positiva.

3.6 QUESTIONÁRIOS

Os questionários são utilizados para investigar a regularidade entre grupos de pessoas através da comparação das respostas dadas a um mesmo conjunto de perguntas feitas para um número representativo e significativo de respondentes. As questões são formuladas para medir as reações comportamentais, as atitudes e o nível de satisfação dos usuários em relação a aspectos funcionais, técnicos e comportamentais do ambiente construído (LAY e REIS apud DREUX, 2004, p.62).

Para se obter resultados confiáveis, os questionários (Anexo C) foram aplicados a uma amostra representativa da população dos setores analisados. Essa amostragem refere-se 5% da população com idade entre 10 e 60 anos e em cada chefe de família do setor, ou seja, considerando que os três setores analisados possuem uma média de moradores por domicílio ocupado em torno de 3,7 pessoas, considerou-se que cada família é então composta por quatro pessoas, e aplicou-se o questionário a uma pessoa da família, como por exemplo, o chefe da família (ver tabela 15):

Tabela 15 – Amostra dos questionários aplicados nos setores analisados

Setores	População	Chefes de família	Questionários aplicados
Setor Petrópolis	9.521 hab.	2.380	119 questionários
Setor Santa Marta	5.360 hab.	1.340	67 questionários
Setor São José	8.741 hab.	2.185	109 questionários

Fonte: Autora, 2006.

A aplicação dos questionários ocorreu durante as visitas aos equipamentos comunitários existentes nos setores, realizada de duas maneiras: entrevistas realizadas através da aplicação direta aos transeuntes do setor, e por meio de terceiros, onde os mesmos eram deixados por uma semana, para serem aplicados pelos responsáveis dos estabelecimentos, mediante uma breve explicação do que se tratava.

3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após o levantamento de campo, pode-se avaliar se os equipamentos comunitários implantados nos setores atendem ou não aos parâmetros de referência da pesquisa:

- **Condições físicas:** aqui são analisados os parâmetros de dimensionamento das áreas e as características gerais da edificação, como número de salas e possibilidade de ampliações dos equipamentos;
- **Localização:** aqui se verifica se os equipamentos implantados nos setores atendem ao raio de abrangência ideal para seu uso, e se os mesmos garantem um rápido e fácil acesso a seus serviços;
- **Demanda:** através desta, busca-se identificar se os equipamentos atendem a demanda existente em cada setor analisado.
- **Estado de conservação:** este observa se o equipamento comunitário implantado no setor possui características adequadas para seu uso.

A análise dos dados levantados através dos diferentes métodos de investigação permite interpretar e explicar as informações coletadas, com o objetivo de compreender e responder as questões formuladas no trabalho. As informações coletadas foram analisadas e confrontadas entre si, a fim de permitir a identificação das relações entre as variáveis investigadas, e apresentadas em forma de tabelas, quadros, gráficos, entre outros.

4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NOS SETORES PESQUISADOS: ESTUDO COMPARATIVO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A cidade de Passo Fundo (Figura 12) conta atualmente com uma população de cerca de 185.000 habitantes e uma densidade demográfica de 228,7 hab/Km² de acordo com dados da FEE (2005). Os dados de Passo Fundo revelam e retratam um incremento populacional na região e a expansão urbana do município.



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

Figura 12 - Imagens aéreas da cidade de Passo Fundo

Neste capítulo, e atendendo os objetivos do trabalho, serão investigados e analisados os equipamentos comunitários de três setores da área urbana da cidade:

O Setor nº 04, constituído pela Região do Bairro Petrópolis;

O Setor nº 08, constituído pela Região do Bairro Santa Marta;

E o Setor nº 11, constituído pela Região do Bairro São José.

Pretendeu-se identificar se os equipamentos comunitários destes setores atendem a demanda das comunidades locais de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, e pela síntese bibliográfica realizada sobre o assunto.

Para tanto, buscou-se a demanda e as aspirações dos moradores, através do levantamento dos Equipamentos Comunitários de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esportes nos três setores para a pesquisa (MAGALHÃES, 1996, p.35), através:

- Dos equipamentos existentes na comunidade, com a respectiva avaliação da possibilidade de uso, realizada através da ficha de levantamento** aplicada “in loco” (Anexo A);
- Dos equipamentos desejados pela comunidade, na aplicação do questionário*** (Anexo C).

4.1 SETOR 4 - REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS

O Bairro Petrópolis localiza-se a região nordeste de Passo Fundo (Figura 13), muito próximo à área central da cidade.



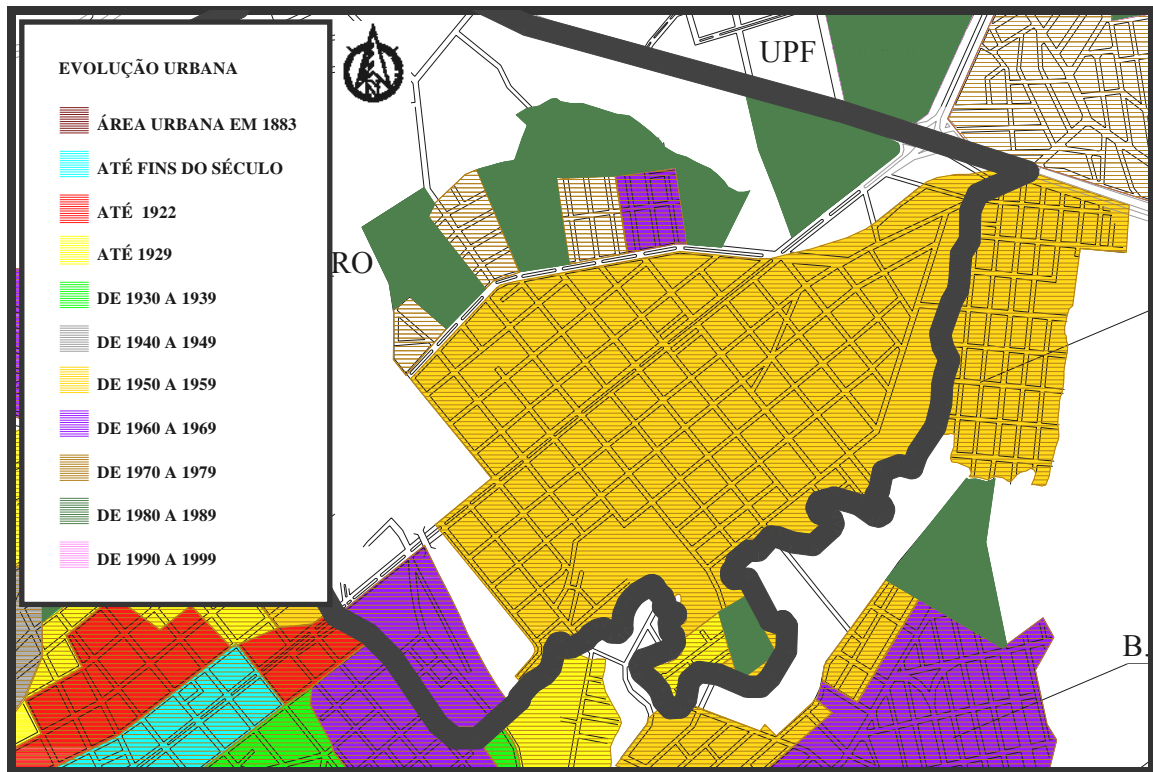
Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 13 - Implantação do Bairro Petrópolis e de seus respectivos Equipamentos Comunitários, sem escala

** As Fichas das Avaliações individuais de cada Equipamento Comunitário estão no Anexo B.

*** Os resultados dos questionários na íntegra estão no Anexo D.

De acordo com o mapa de Evolução dos Loteamentos do município de Passo Fundo (Gosch, 2002), o Bairro Petrópolis iniciou sua urbanização a partir da década de 1950 com o Loteamento Petrópolis, e em 1980 o bairro prosseguiu o seu desenvolvimento com a expansão do Loteamento Cidade Universitária (Figura 14).



Fonte: Gosch, 2002.

Figura 14 - Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Petrópolis, sem escala



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

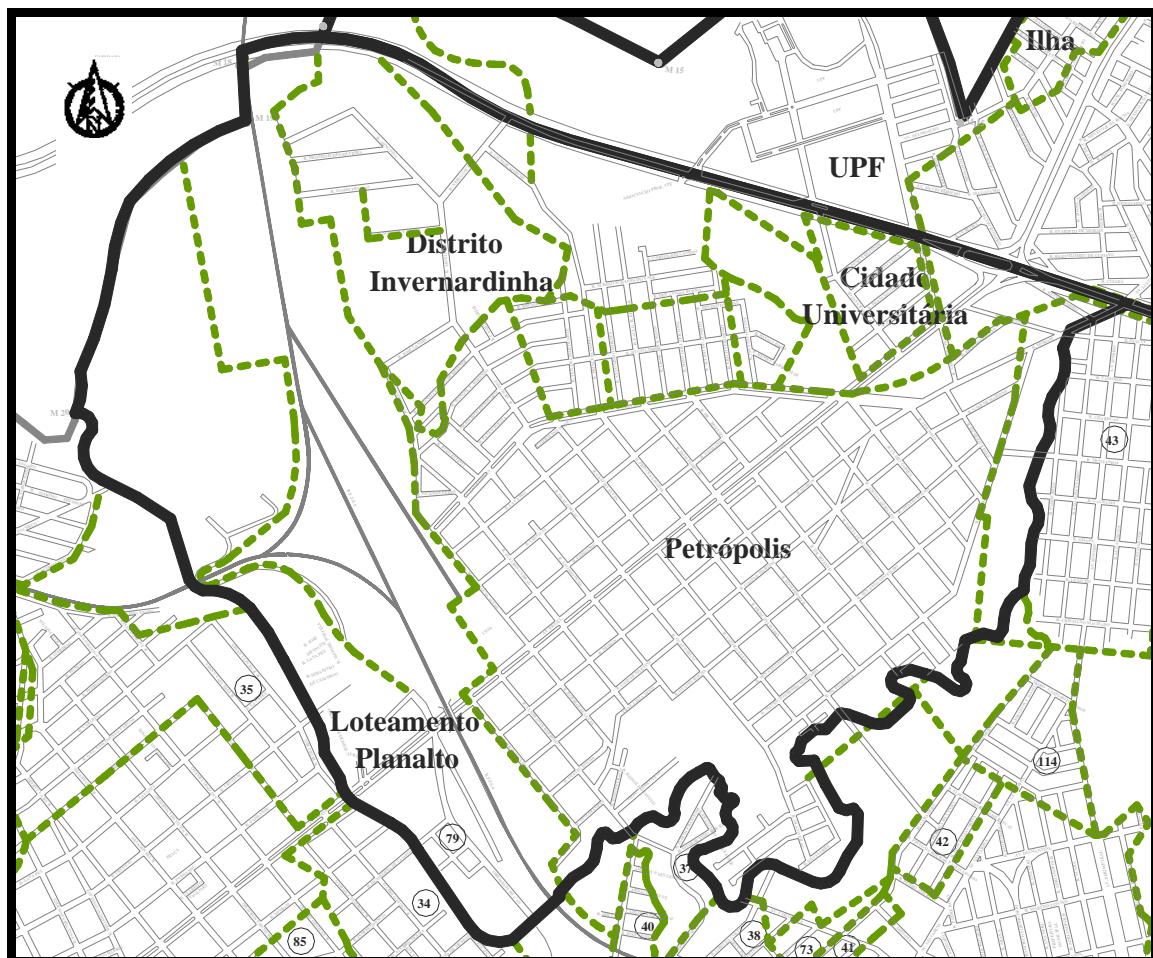
Figura 15 - Foto aérea do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

4.1.1 Perfil do Setor do Bairro Petrópolis

Em 2006, o Setor do Bairro Petrópolis é formado pelos seguintes Loteamentos: Invernadinha, Distrito Industrial, Cidade Universitária, Loteamento Planalto e Jardim Primavera (Figura 16).

De acordo com o IBGE* (Agência de Passo Fundo, 2006), são características deste Setor:

- **Área total:** 6.572.240,73 m² ou 657,22 hectares
- **População total:** 9.521 (Jovens de 10 a 19 anos = 1.885)*
- **Total de domicílios:** 3.029*
- **Número de quadras:** 187
- **Número de ruas ou logradouros:** 153*
- **Alfabetização:** 90,89% das pessoas residentes são alfabetizadas*
- **Predominância da renda do responsável pelo domicílio:** 5 a 10 salários mínimos*
- **Média de moradores por domicílio ocupado:** 3,50 pessoas*
- **Média geral por número de domicílios:** 3,14 pessoas*











Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 16 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Petrópolis, sem escala

4.1.2 Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Petrópolis

A pesquisa de campo revelou que dos equipamentos comunitários existentes no Setor do Bairro Petrópolis, nem todos são de uso público. Dos equipamentos de cultura, lazer e esporte, por exemplo, seis deles são estabelecimentos privados, não contando para esta pesquisa. A Tabela 16 apresenta em quantidade e área, os equipamentos de uso público pertencentes ao bairro:

Tabela 16 - Equipamentos Comunitários do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

BAIRRO		PETRÓPOLIS		EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		
				Nº DE EQUIPAM.	ÁREA TOTAL	
			TERRENO		EDIFICADA	
	SAÚDE		3	943,00 m ²	501,00 m ²	
	EDUCAÇÃO	Ensino Infantil	4	1.416,00 m ²	625,00 m ²	
		Ensino Fundamental	2	11.327,00 m ²	3.810,00 m ²	
		Ensino Fund. e Médio	1	5.040,00 m ²	938,00 m ²	
	SEGURANÇA		1	40,00 m ²	30,00 m ²	
	CULTURA	CULTURA	1	-	20,00m ²	
		CULTUAIS	2	2.643,00 m ²	1.104,00m ²	
	LAZER		-	-	-	
	ESPORTE		1	2.095,00 m ²	1.750,00 m ²	
TOTAL			15	23.504,00 m² ou 2,35 ha	8.778,00 m²	

Fonte: Autora, 2006.

Esta tabela sintetiza a implantação dos equipamentos públicos de saúde, educação e segurança existentes no setor e, também revela o descaso para com os equipamentos de lazer, esporte e cultura, pois estão implantados no bairro apenas três equipamentos culturais para uma população de mais de 9.500 pessoas, sendo que dois deles são equipamentos culturais. É importante registrar que neste Setor, não foi encontrado nenhum equipamento de lazer ou de esportes.

Em relação aos referenciais pesquisados (Condições Físicas, Localização e Demanda) e de acordo com a Tabela 17, constata-se que o setor do Bairro Petrópolis tem uma área inferior á

necessária para a implantação dos equipamentos comunitários. Podemos observar, que existe uma oferta de alguns tipos de equipamentos, como os de saúde e educação, e a escassez ou inexistência de outros, como praças, áreas verdes para recreação e lazer, ou ainda, de áreas esportivas. Ou seja, os equipamentos do Bairro Petrópolis são insuficientes frente a demanda do Setor.

Tabela 17 – Estimativa de área necessária conforme parâmetros para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Petrópolis

BAIRRO PETRÓPOLIS	Moretti (1997)	Guimarães (2004)
2,35 hectares	32,86 hectares	98,58 hectares

Fonte: Autora, 2006.

Os dados da pesquisa de campo do Setor do Bairro Petrópolis constataam que da área total de 657 hectares, apenas 2,35 hectares são destinados para implantação de equipamentos comunitários, ou seja, nem 1% da área total do setor, quando, pelos referenciais pesquisados, esta área devia ser de no mínimo 32,86 hectares, segundo Moretti (1997).

Este ainda permitiu comprovar que tal Setor, não atende a Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que prevê que os loteamentos, assim como os bairros, devem ter áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público proporcionais à área.

Nas tabelas abaixo são apresentadas as sínteses do levantamento de cada equipamento comunitário do Setor do Bairro Petrópolis, seguidas das respectivas avaliações, analisadas segundo autores pertinentes, citados na revisão de literatura, Capítulo 2.4:

4.1.3 Equipamentos Comunitários de Saúde

Abaixo estão relacionados os equipamentos de saúde existentes e pesquisados no levantamento de campo do Setor:

<p style="text-align: center;">01 – CAIS DR. CYRIO NÁCUL</p> <p>Localização: Av. Brasil Leste, 1580 Telefone: 3327 1580 Área (m²): Terreno: 800,00 m² Edificação: 430,00 m² Nº consultas/dia: ≈ 90 Conservação: BOM</p>	
--	--

<p>OBS: Horário atendimento, diariamente das: 7:00 as 20:00 – com 8 salas para atendimento a comunidade</p>	
<p>10 – AMBULATÓRIO LÉLIS MADER</p> <p>Localização: Rua Manoel Portela, s/nº - atrás da Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Telefone: 3316 7236 Área (m²): Terreno: 48,00 m² Edificação: 40,00 m² Nº consultas/dia: ≈ 13 Conservação: RUIM OBS: O ambulatório tem 5 salas apenas com serviços de enfermagem</p>	
<p>08 – AMBULATÓRIO ENTRE RIOS</p> <p>Localização: Rua Rodrigues Alves, 915 Telefone: 3313 8718 Área (m²): Terreno: 95,00 m² Edificação: 31,00 m² Nº consultas/dia: 25 Conservação: RUIM OBS: Nas terças-feiras atendimento com clínico geral, nos outros dias somente enfermagem</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 1 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

No Quadro 1 pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis um Centro de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS) e dois Ambulatórios, como equipamentos públicos de saúde. O CAIS tem um atendimento mais especializado do que os Ambulatórios, que oferecem em sua maior parte, serviços de enfermagem.


O Centro de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS) está em bom estado, enquanto os Ambulatórios encontram-se em mau estado de conservação.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de saúde, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda** existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 18:

Tabela 18: Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equipamentos	
Edifício	≥ 200 m ² e ampliável	Sim	SIM
Terreno	≥ 800 m ²	Sim	SIM
Quota de terreno por unidade habitacional	0,16 a 0,48 m ²	Sim	SIM
Raio de abrangência	até 2.000 m	Não	NÃO
Localização	A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?	Sim	SIM
População	Cada região com cerca de 20.000 hab., deve ter no mínimo 1 Posto de Saúde	Sim	SIM
Estado de Conservação	33% BOM - 67% RUIM		
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de área Edificada e de Terreno, Quota de terreno por unidade habitacional, Localização e População.		

* Cais Dr. Cyrio Nácul (01), Ambulatório Lélis Mader (10) e Ambulatório Entre Rios (08).

Fonte: Autora, 2006.

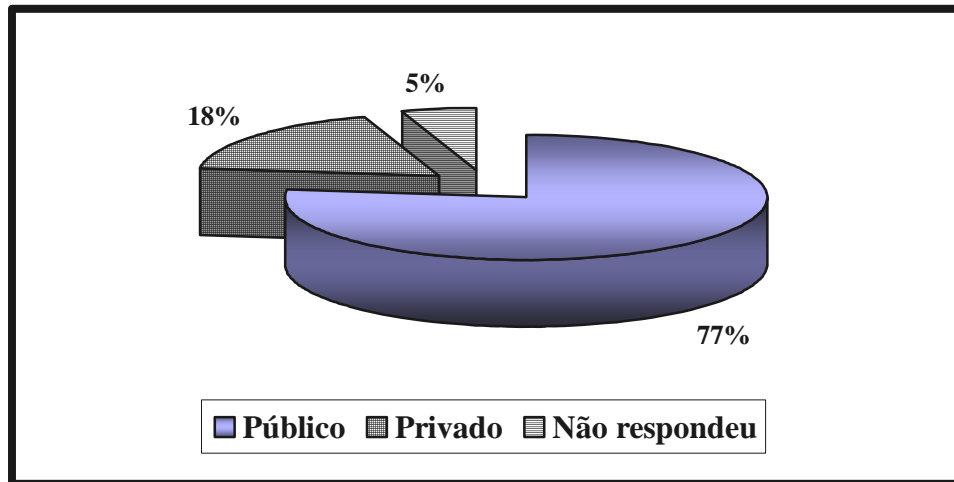
Pode-se avaliar através destas informações, que os equipamentos de saúde do Setor do Bairro Petrópolis apresentam **condições físicas** adequadas e atendem a **demand**a existente. Em relação à **localização**, o Centro de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS) não se encontra dentro dos parâmetros mínimos para raios de abrangência. Isto significa, que este poderia estar localizado em área mais central para que parte da população não precisasse se deslocar através de maiores distâncias para usufruir deste atendimento.



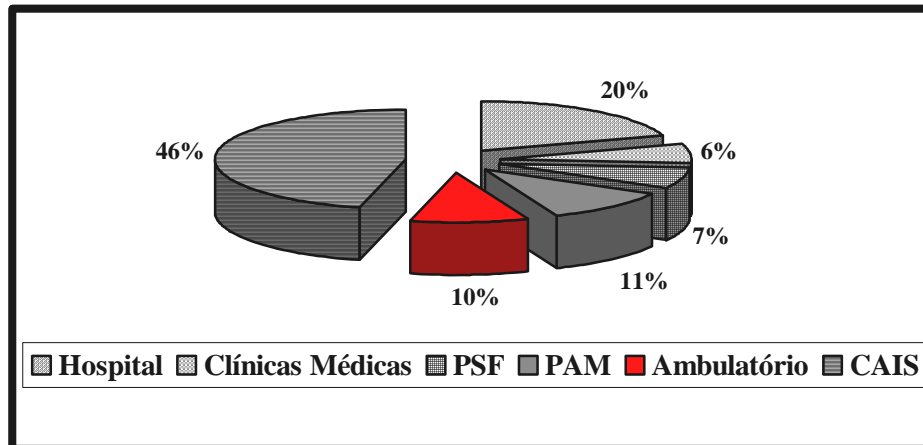
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de saúde do Setor do Bairro Petrópolis podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. As fichas de avaliação individuais de cada equipamento revelam a relação desta comunidade para com sua saúde. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

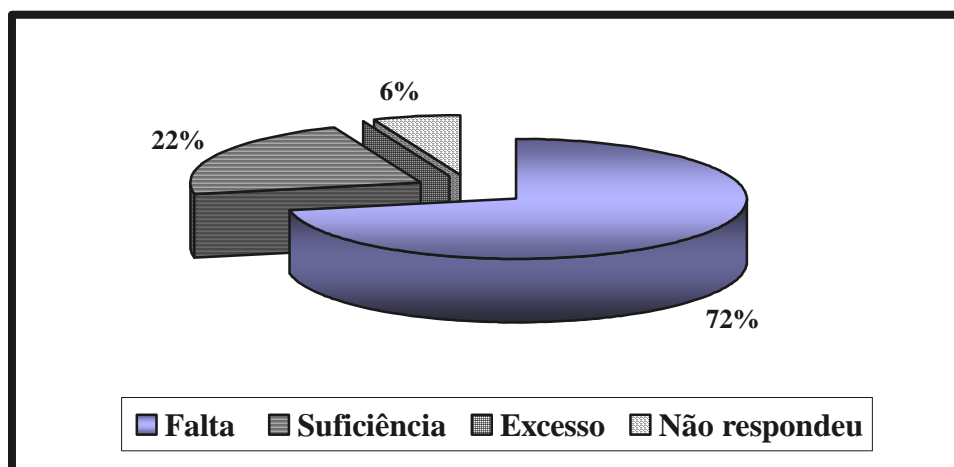
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Saúde?



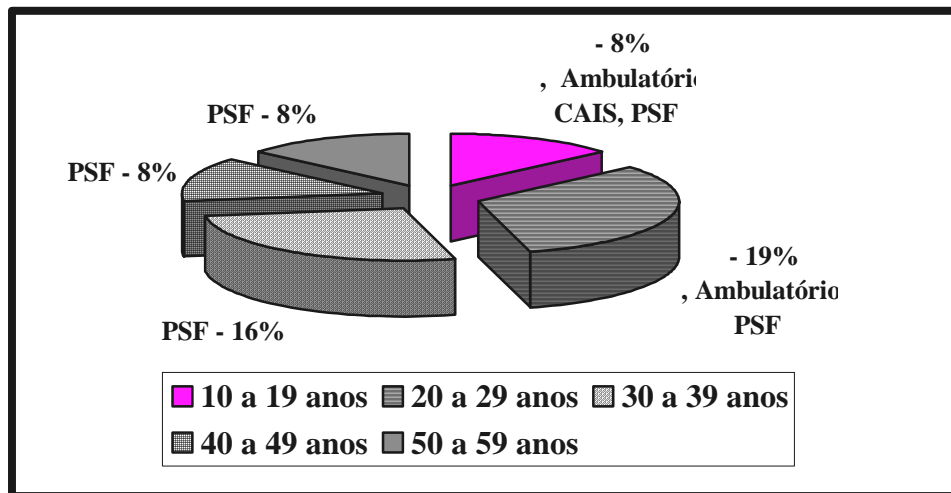
2 - Qual Equipamento Comunitário de Saúde que a família utiliza com mais frequência?



3 - Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Saúde em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



A população que respondeu aos questionários afirma utilizar os equipamentos de saúde. Utilizam com frequência o Centro de Atendimento Integrado de Saúde (CAIS), justamente por este prestar um atendimento mais especializado do que os oferecidos pelos ambulatórios. Os demais equipamentos utilizados são os Hospitais, o Posto de Atendimento Médico (PAM) e os ambulatórios.

As entrevistas aqui registradas documentam que apesar dos Equipamentos de Saúde do Bairro Petrópolis estarem dentro dos parâmetros de Dimensionamento adequadas as Demandas, verificou-se que os moradores do Setor estão insatisfeitos com os serviços de saúde, colocando que ainda faltam equipamentos.

Esta informação vai ao encontro da questão dos raios de abrangência. Pois no levantamento de campo constatou-se que o Centro de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS) está localizado em uma área que não atende a distância prevista pelo raio de abrangência, ou seja, a uma distância média maior que 2.000 m. Apesar deste implicar em um deslocamento maior para a população, observa-se que sua localização, junto a Avenida Brasil e a um previsível sistema de transporte, apresenta uma fácil acessibilidade.

A insatisfação da comunidade também pode ser explicada através de um possível mau atendimento prestado ou pelo próprio mau estado de conservação dos dois ambulatórios localizados próximos às residências, ambos adaptados, um a uma antiga residência e outro dentro do pátio da Prefeitura Municipal.

4.1.4 Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Infantil

A seguir, estão relacionados os equipamentos de ensino infantil pesquisados no levantamento de campo do Setor:

10 – CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ

Localização: Rua Lava Pés, s/nº
Coordenadora: Marla Maria (3313 8561)
Área (m²): Terreno: 196,00 m²
 Edificação: 149,00 m²
Nº andares: 2
Nº salas de aula: 3
Nº alunos: 30
Faixa etária: 6 meses a 6 anos
Conservação: RUIM
OBS: Horário de atendimento: 7:30 às 18hs.



05 – CRECHE MUNICIPAL RAIO DE LUZ

Localização: Rua Dr. Bozano, s/nº
Coordenadora: Natália (3327 1434)
Área (m²): Terreno: 820,00 m²
 Edificação: 216,00 m²
Nº andares: 1
Nº salas de aula: 4
Nº alunos: 74
Faixa etária: 6 meses a 6 anos
Conservação: BOM
OBS: Horário de atendimento: 7:30 às 18hs.
 Tem pátio para as crianças ao ar livre, e o mesmo encontra-se em estado regular.



<p style="text-align: center;">02 – CRECHE MUNICIPAL JARDIM DO SOL</p> <p>Localização: Rua Manoel T. Rosendo, s/nº Coordenadora: Adriana Área (m²): Terreno: 240,00 m² Edificação: 160,00 m² Nº andares: 1 Nº salas de aula: 3 Nº alunos: 40 Faixa etária: 6 meses a 6 anos Conservação: REGULAR OBS: Horário: 7:00 às 18:00</p>	
<p style="text-align: center;">08 – PRÉ-ESCOLA PINGUINHO DE GENTE</p> <p>Localização: Rua Moron eq. Rodrigues Alves – atrás Igreja Santo Antônio Coordenadora: Sirlei Dalasta Área (m²): Terreno: 160,00 m² Edificação: 100,00 m² Nº andares: 1 Nº salas de aula: 51 Nº alunos: 20 Faixa etária: 6 anos Conservação: REGULAR OBS: Horário: 13:30 às 17:00</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 2 - Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

Neste quadro pode-se identificar que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis quatro equipamentos de ensino infantil. Um deles encontra-se em bom estado de conservação, dois estão em estado regular e um está em mau estado.


Apenas um equipamento foi planejado e possui área livre para recreação, os demais foram adaptados a antigas construções, e não possuem área livre disponível para a recreação das crianças.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de ensino infantil, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda** existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 19:

Tabela 19: Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO 	Dados em função da Unidade de Vizinhança					Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equipamentos				
		10*	05*	02*	08*	
Terreno	6 m ² / criança	Sim	Sim	Sim	Sim	SIM
Edifício	4 m ² / criança	Sim	Não	Sim	Sim	NÃO
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	Não	Sim	Não	Não	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança - Mínimo de 30,00m ²	Não	Não	Não	Não	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	Não	Sim	Não	Não	NÃO
Alunos	≤ 40 crianças	Sim	Não	Sim	Sim	NÃO
Estado de Conservação	-	Ruim	Bom	Reg.	Reg.	25% BOM 50% REG. 25% RUIIM
RESULTADO FINAL	Os equipamentos somente estão DENTRO dos parâmetros de Terreno.					

* Creche Municipal Criança Feliz (10), Creche Municipal Raio de Luz (05), Creche Municipal Jardim do Sol (02) e Pré-Escola Pinguinho de Gente (08).

Fonte: Autora, 2006.

A pesquisa de campo revela que os parâmetros de referência (**condições físicas, localização e demanda**) não foram atingidos por nenhum equipamento. Eles apenas atendem a área mínima exigida no item “dimensionamento do terreno”, ou seja, estão instalados em área com dimensões adequadas ao número de crianças que abrigam.

Apenas uma escola atingiu o índice ideal de área construída (área edifício + área jogos + recreações). Isto significa que as demais deverão sofrer ampliações para atingir esses parâmetros.

4.1.5 Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Fundamental e Médio

A seguir estão relacionados os equipamentos de ensino fundamental e médio pesquisados no levantamento de campo do Setor:

<p>03 – ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL GERVÁSIO LUCAS ANNES</p> <p>Localização: Rua Lava Pés, 375A</p>	
---	--

<p>Diretora: Leodi (3313 1908) Área (m²): Terreno: 8.597,00 m² Edificação: 2.925,00 m² Nº andares: 1 Nº salas de aula: 13 Nº alunos: 812 Faixa etária: 6 a 50 anos Escola Aberta: Não Conservação: BOM OBS: A escola trabalha com educação para adultos através do EJA à noite.</p>	
<p>10 – ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA EULINA BRAGA</p> <p>Localização: Rua Uruguai, 304 Diretora: Ilenise (3313 2281) Área (m²): Terreno: 2.730,00 m² Edificação: 885,00 m² Nº andares: 1 Nº salas de aula: 13 Nº alunos: 485 Faixa etária: 4 a 65 anos Escola Aberta: Não Conservação: REGULAR OBS: A escola trabalha com educação para adultos através do EJA à noite.</p>	
<p>04 – INSTITUTO ESTADUAL ARCO VERDE</p> <p>Localização: Rua Olavo Bilac, 162 esq Lava Pés Diretora: Leida (3313 2397) Área (m²): Terreno: 5.040,00 m² Edificação: 938,00 m² Nº andares: 1 e 2 Nº salas de aula: 16 Nº alunos: 1.209 Faixa etária: 7 a 50 anos Escola Aberta: Não Conservação: BOM OBS: A escola trabalha com educação para adultos através do EJA à noite.</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 3 - Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

No Quadro 3 pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis dois equipamentos de ensino fundamental e um de ensino médio. Dos equipamentos de ensino

fundamental, um encontra-se em bom estado de conservação e outro está em estado regular. A escola de ensino médio está em bom estado. É importante observar, que nenhuma escola do Setor trabalha com o programa Escola Aberta, do Governo Federal, um projeto que visa integrar a comunidade à escola, oferecendo opções de lazer e cultura aos fins de semana.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de ensino fundamental e médio, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e se atendem a **demand**a existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 20:

Tabela 20: Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

EQUIPAM. DE EDUCAÇÃO	Dados em função:					Resultado Parcial
	Unidade de Vizinhança		Setor			
	Equipamentos		Parâmetros de referência	Equip.		
	03*	10*		04*		
Terreno	Sim	Não	6,4 m ² / aluno		Não	NÃO
Quota de terreno/ unidade hab.	-	-	-	4,3 a 8,10 m ²	Não	NÃO
Edifício	Sim	Não	3,2 a 7,5 m ² / aluno	3,2 a 6,25 m ² / aluno	Não	NÃO
	Não	Sim	0,864 m ² / população	0,182 m ² por população	Não	
Área desejável (edifício + pátios de recreação+ esportes)	Não	Não	1 pavimento = 47 m ² / aluno	2 pavimentos = 38 m ² / aluno	Não	NÃO
Salas de aula	-	-	-	≤ 16 classes	Sim	SIM
Área livre	Sim	Sim	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?		Sim	SIM
Ampliações	Sim	Sim	Admite futuras ampliações?		Sim	SIM
Raio de Abrangência	Não	Sim	até 800 m da residência	até 1.600 m das residências	Não	NÃO
Alunos	Não	Sim	40 / turma	40 / turma	Não	NÃO
População	-	-	-	20% da população servida	Sim	SIM
Estado de Conservação	Bom	Reg.	-	-	Bom	67%BOM 33%REG.
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Salas de aula, Área livre, Ampliações e População.					

* Escola Estadual de Ensino Fundamental Cel. Gervásio Lucas Annes (03), Escola Estadual de Ensino Fundamental Profª. Eulina Braga (10) e Instituto Estadual Cardeal Arcoverde (04).

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se avaliar na pesquisa de campo que os equipamentos do ensino fundamental e médio do Setor do Bairro Petrópolis não atendem aos parâmetros (**condições físicas, localização e demanda**) estimados pelos autores.

Apesar dos equipamentos estarem fora dos parâmetros físicos, 67% deles estão bom estado de conservação e apenas 33% estão em estado regular.

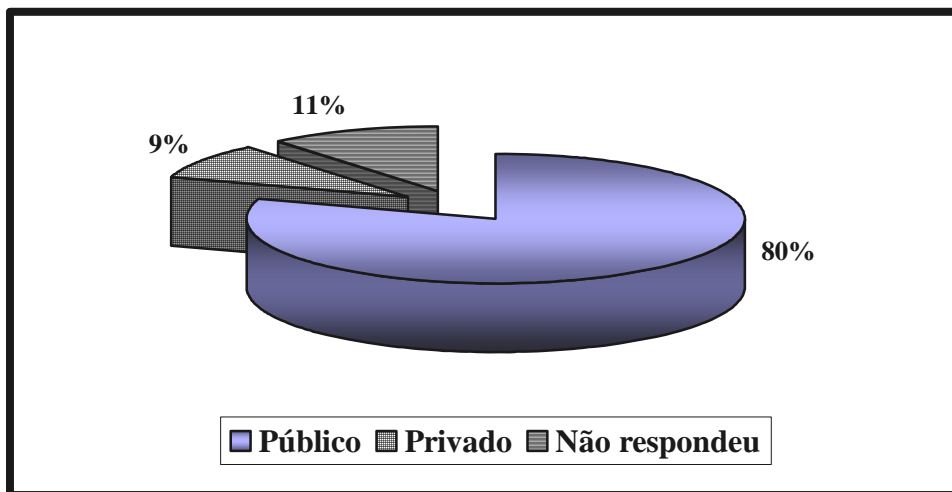


Quanto à avaliação comportamental:

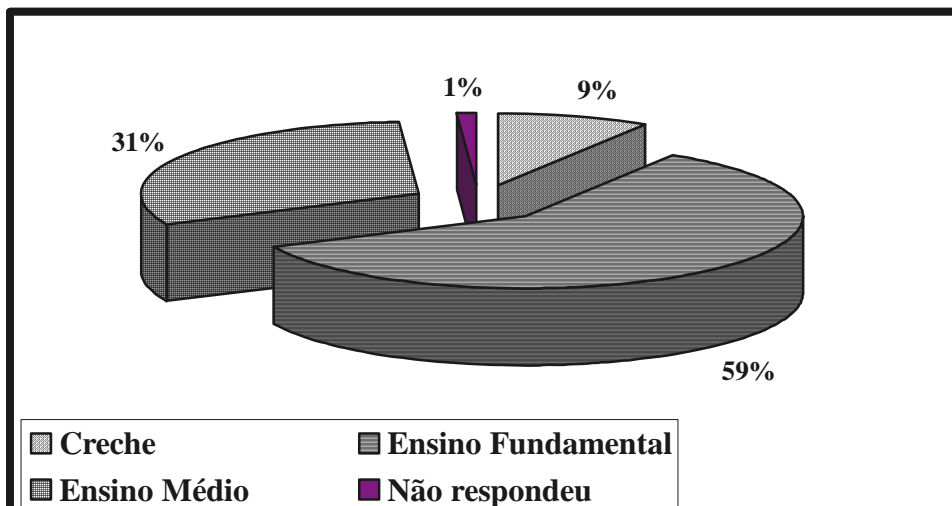
Quanto à população entrevistada, esta afirma utilizar os estabelecimentos públicos de educação, principalmente as Escolas do Ensino Fundamental, seguidas das do Ensino Médio.

Segundo a comunidade, as Creches, se apresentam como o necessário para que o bairro fique melhor:

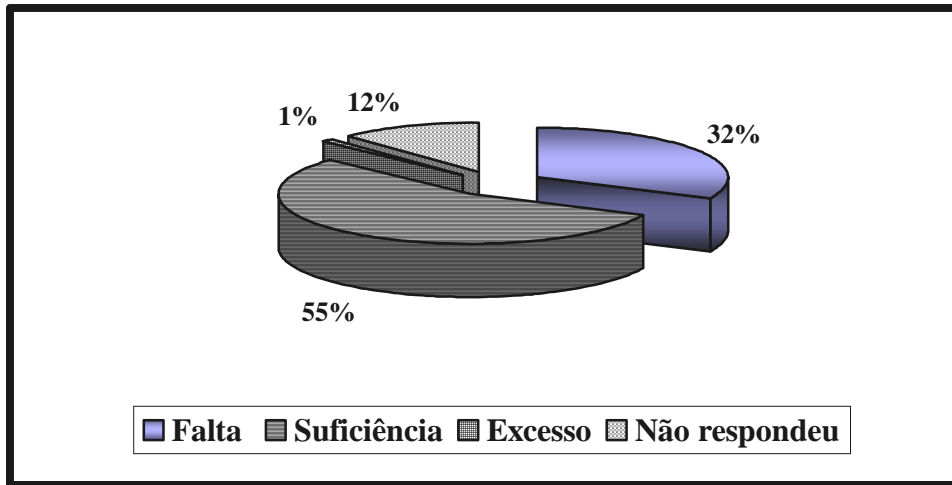
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Educação?



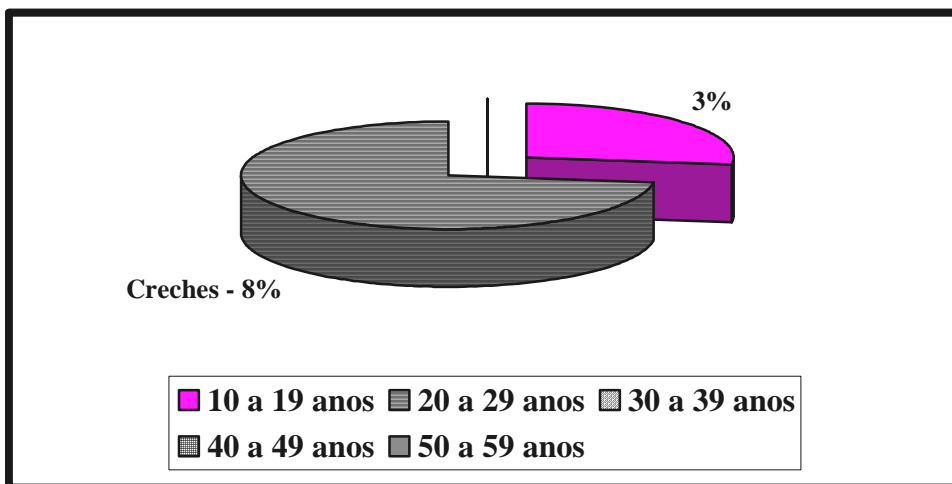
2 – Qual Equipamento Comunitário de Educação que a família utiliza com mais frequência?



3 – Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de EDUCAÇÃO em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



As entrevistas aqui registradas documentam que apesar dos Equipamentos de Educação do Bairro Petrópolis estarem fora de todos os parâmetros analisados (**condições físicas, localização e demanda**), verificou-se que 55% dos moradores do Setor estão satisfeitos com os serviços de educação.

Isto talvez ainda se explique em função do bom estado de conservação em que se encontram estes equipamentos, ou pelo bom atendimento prestado.

4.1.6 Equipamentos Comunitários de Segurança

Abaixo está relacionado o equipamento de segurança existente e pesquisado no levantamento de campo do setor:

04 – POSTO POLICIAL PETRÓPOLIS

Localização: Av. Brasil Leste, esq. Rua Olavo Bilac

Área (m²): Terreno: 40,00 m²
Edificação: 30,00 m²

Nº andares: 1

Nº PMs: 3

Pátio para estacionamento e manobra da viatura: Estacionamento

Horário: Manhã, tarde e noite

Conservação: BOM



Fonte: Autora, 2006.

Quadro 4 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS




Quanto à avaliação técnica:

A avaliação dos equipamentos de segurança é um caso particular, pois no Quadro 4 verifica-se que há um único equipamento comunitário implantado no Bairro Petrópolis. Este, não atende aos parâmetros da pesquisa (**condições físicas**, sua **localização** e **demandas**), e encontra-se em estado regular de conservação.

Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 21:

Tabela 21: Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.*	
Raio de atendimento	Até 800 m	Não	NÃO
Terreno	≥ 1.000 m ²	Não	NÃO
Localização	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?	Sim	SIM
Área livre	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?	Sim	SIM
Estacionamento	Possui estacionamento defronte ao prédio?	Não	NÃO
Estado de Conservação	100% REGULAR		
RESULTADO FINAL	O equipamento está FORA dos principais parâmetros analisados.		

* Posto Policial da Petrópolis (04)

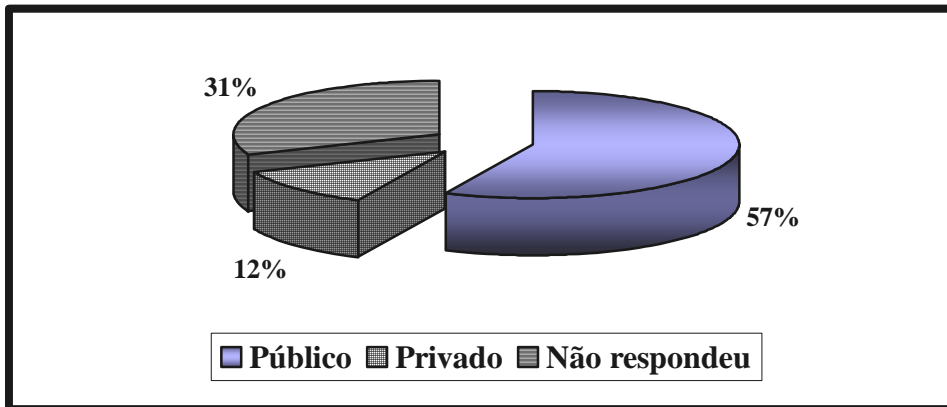
Fonte: Autora, 2006.



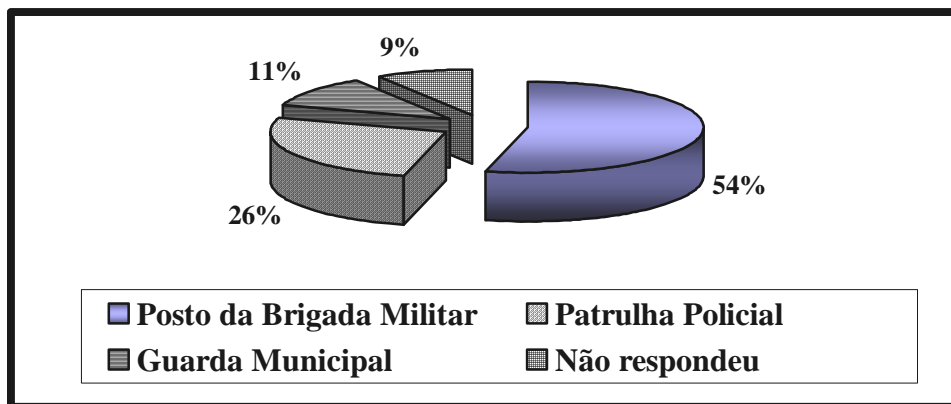
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de segurança do Setor do Bairro Petrópolis podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

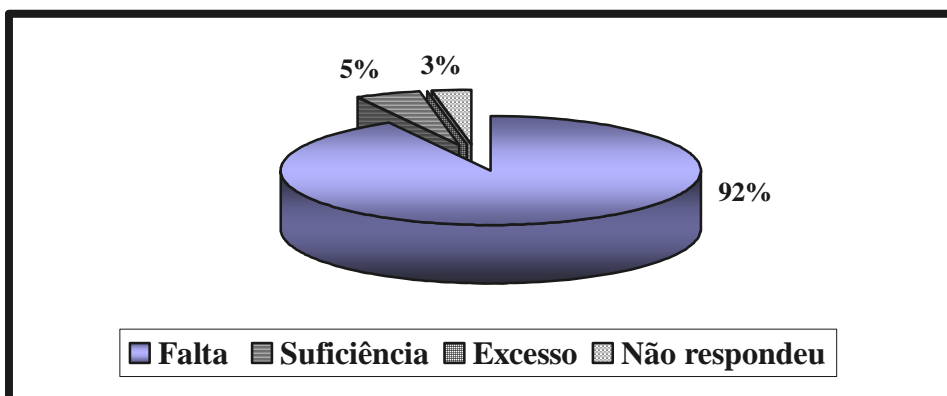
1 – Sua família recorre com mais freqüência a qual Equipamento Comunitário de Segurança?



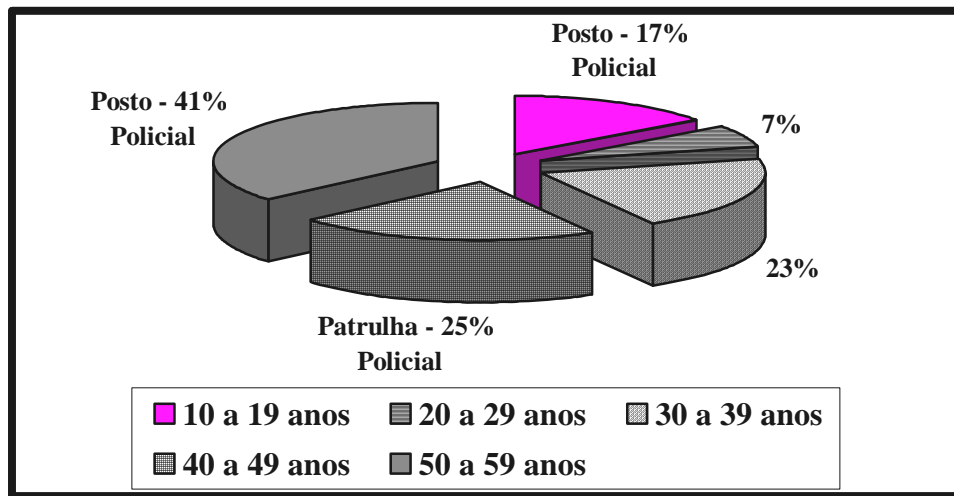
2 – Qual Equipamento Comunitário de Segurança que a família recorre com mais freqüência?



3 – Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Segurança em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



As entrevistas aqui registradas vão de encontro ao levantamento de campo. Os equipamentos estão fora dos parâmetros comparados (**condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda**) e 92% dos moradores afirmam haver falta de equipamento de Segurança no setor, respondendo que segurança é o necessário para que o bairro fique melhor. Dentre os equipamentos públicos mais solicitados estão os Postos Policiais.

Constatou-se que 31% dos entrevistados afirmam utilizar serviços de segurança privados. Isto poderia ser explicado em função do poder aquisitivo dos moradores do setor, que podem arcar com estes gastos para suprir a ausência do Estado.

4.1.7 Equipamentos Comunitários de Cultura

Abaixo estão relacionados os equipamentos de cultura existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>10 – MUSEU CTG LALAU MIRANDA</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: Rua Uruguai, 11A Responsável: Elceli Linn (3314 1677) Área (m²): Terreno: - Edificação: 50,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: BOM OBS: O Museu funciona junto ao CTG Lalau Miranda.</p>	
--	--

<p align="center">07 – ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO</p> <p>Localização: Rua Álvares Cabral, 465 Responsável: Sadi Cecchin (3327 3938) Área (m²): Terreno: - Edificação: 20,00 m² Nº andares: 1 Horário: Fins de semana Conservação: RUIM OBS: A associação funciona na residência.</p>	
--	--

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 5 - Equipamentos de Cultura implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

A pesquisa de campo identificou que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis dois equipamentos de cultura, sendo que apenas um deles é público, a Associação de Bairro (Quadro 5). Esta por sua vez, encontra-se em mau estado de conservação, pois está adaptada a uma residência, e não possui condições físicas que condizem ao uso.



QUANTO AOS EQUIPAMENTOS CULTUAIS:

Abaixo estão relacionados os equipamentos culturais existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p align="center">08 – CAPELA SANTO ANTÔNIO</p> <p>Localização: Rua Morom, 400 esq. Rua Rodrigues Alves Área (m²): Terreno: 2.043,00 m² Edificação: 875,00 m² Nº andares: 2 Horário: Variado Conservação: BOM</p>	
<p align="center">06 – IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR</p> <p>Localização: Rua Afonso pena, 332 Área (m²): Terreno: 600,00 m² Edificação: 229,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: REGULAR</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 6 - Equipamentos Culturais implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

No Quadro 6 pode-se identificar que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis dois equipamentos culturais. Observa-se, que os dois elementos culturais encontram-se em melhor estado de conservação do que o de cultura.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação aos equipamentos de cultura e aos culturais, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e se atendem a **demand**a existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 22:

Tabela 22: Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE CULTURA	Dados em função da Unidade de Vizinhança			Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equipamentos		
		07*	08* - 06*	
Terreno	1.000 m ²	Não	-	NÃO
Edifício	200 m ²	Não	-	NÃO
Área do terreno	0,1 m ² / habitante	-	Sim	SIM
Área construída	Mínimo de 400 m ²	-	Sim	SIM
Estado de Conservação	-	RUIM	50% BOM 50% REG.	33% BOM 33% REG. 33% RUIM
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Área do terreno e Área construída.			

* Associação de Moradores do Bairro Petrópolis (07), Paróquia Santo Antônio (08) e Igreja do Evangelho Quadrangular (06).

Fonte: Autora, 2006.

O equipamento de cultura não atende aos parâmetros da pesquisa, enquanto os equipamentos culturais estão dentro dos parâmetros de área de terreno e área construída. Ou seja, os equipamentos culturais atendem a Unidade de Vizinhança, mas não atendem a demanda do Setor, pois para esta população de 9.500 pessoas, o setor deveria ter no mínimo 1.900 m² de área edificada, ou seja, 800,00 m² a mais do existente hoje.

Com estas informações, podem-se avaliar conjuntamente os equipamentos de cultura, levando em consideração que o Setor do Bairro Petrópolis possui apenas uma associação de bairro e dois templos que não atendem a demanda da população.

4.1.8 Equipamentos Comunitários de Lazer

Abaixo estão relacionados os equipamentos de lazer existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>09 – CINEMAS BOURBON SHOPPING</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: Av. Brasil Leste, 200 Fone: 54 – 3312 8585 Área (m²): Terreno: - Edificação: - Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: BOM</p>	
<p>10 – CENTRO DE TRADIÇÃO GAÚCHA LALAU MIRANDA</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: Rua Uruguai, 11 Fone: 54 – 3313 1436 Área (m²): Terreno: 9.342,29 m² Edificação: 3.897,29 m² Nº andares: 3 Horário: Indefinido Conservação: BOM</p>	 

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 7 - Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS



Quanto à avaliação técnica:

Em relação aos Equipamentos de Lazer, a avaliação da pesquisa de campo revela que todos os estabelecimentos do setor são não-públicos (Quadro 7), ou seja, o Setor do Bairro Petrópolis não possui nenhum equipamento público para uso dos 9.521 habitantes do bairro.

É importante ressaltar também, que o Setor não possui nenhuma área verde ou praça.

4.1.9 Equipamentos Comunitários de Esporte

Abaixo estão relacionados os equipamentos de esportes existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

08 – GINÁSIO DE ESPORTES SANTO ANTÔNIO

EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA

Localização: Rua Almirante Barroso, s/nº

Área (m²): Terreno: 3.340,00 m²

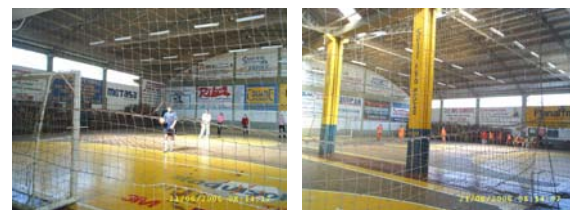
Edificação: 2.160,00 m²

Nº andares: 1 = 2 andares

Horário: Indefinido

Conservação: BOM

OBS: O campo pertence à Capela Santo Antônio, e é alugado para uso da comunidade em geral.



10 – GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL MAGI DE CÉSARO

Localização: Travessa Poder Legislativo, s/nº

Área (m²): Terreno: 2.095,00 m²

Edificação: 1.750,00 m²

Nº andares: 1 = 2 andares

Horário: Indefinido

Conservação: REGULAR



Fonte: Autora, 2006.

Quadro 8 - Equipamentos de Esportes implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS


Quanto aos equipamentos de esporte, a avaliação da pesquisa de campo revela no Quadro 8, que um dos estabelecimentos do setor é público, e encontra-se em estado regular de conservação.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação aos equipamentos de esportes, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e se atendem a **demanda** existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 23:

Tabela 23 – Análise dos Equipamentos de Esporte quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE ESPORTE	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	10*	
Área construída	4,00 ha para recreação ativa 2,00 ha para recreação passiva	Não	NÃO
Raio de influência	de 800 a 2.400 m	Não	NÃO
Estado de Conservação	-	REG.	100% REG.
RESULTADO FINAL	O equipamento não está DENTRO de nenhum parâmetro		

* Ginásio de Esportes Municipal Magi de César (10)

Fonte: Autora, 2006.

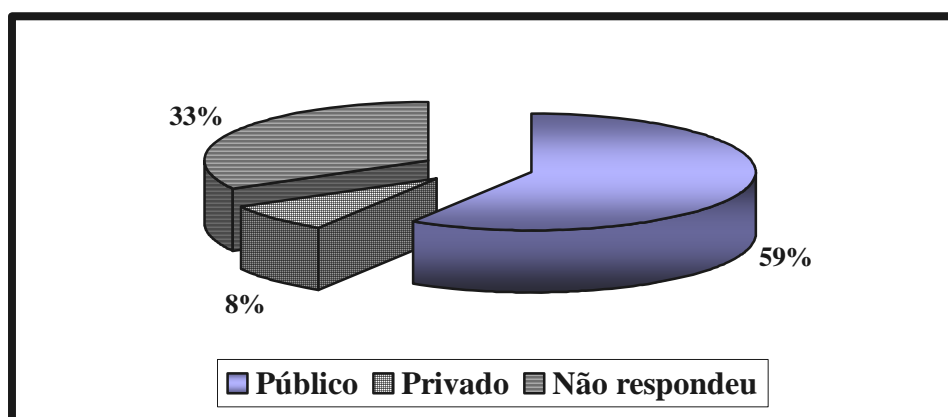
O equipamento de esporte não atende aos parâmetros da pesquisa. Ele ainda funciona como suporte para a Prefeitura Municipal, pois está implantado dentro do pátio e onde a população não tem acesso livre. Logo, pode-se dizer que o Bairro Petrópolis não possui nenhum equipamento público de esporte para uso dos 1.885 jovens de 10 a 19 anos do Setor.



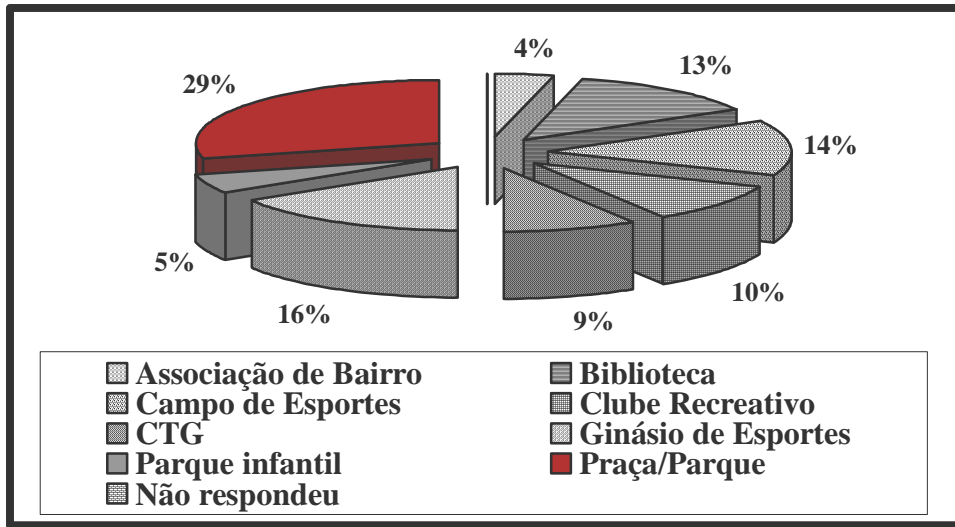
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de cultura, lazer e esportes do Setor do Bairro Petrópolis podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população, interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

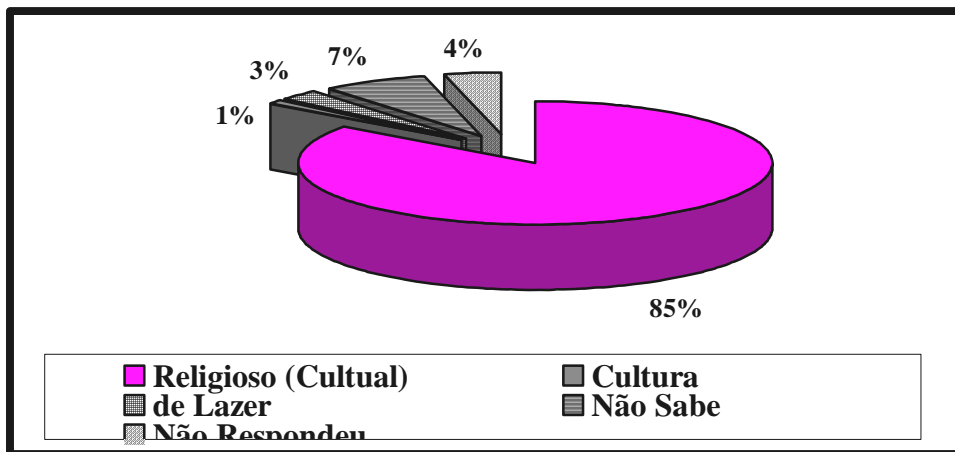
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte?



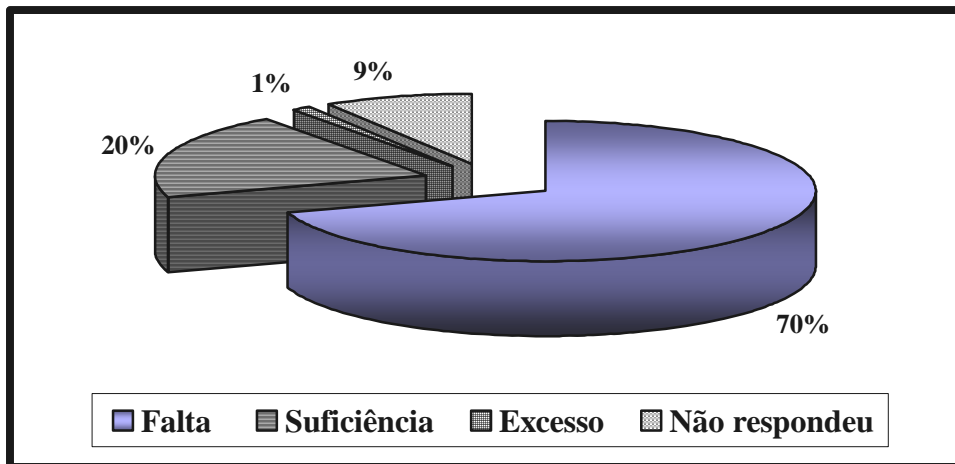
2 - Qual Equipamento Comunitário de Cultura, Lazer e Esporte que a família utiliza com mais frequência?



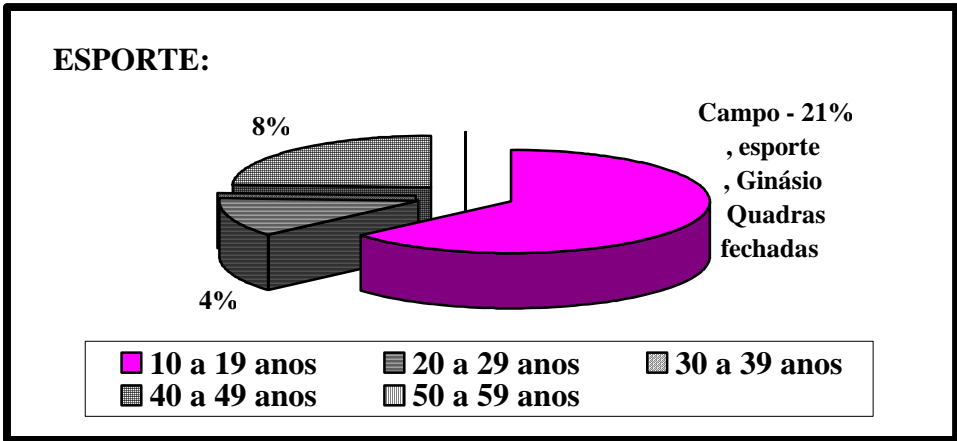
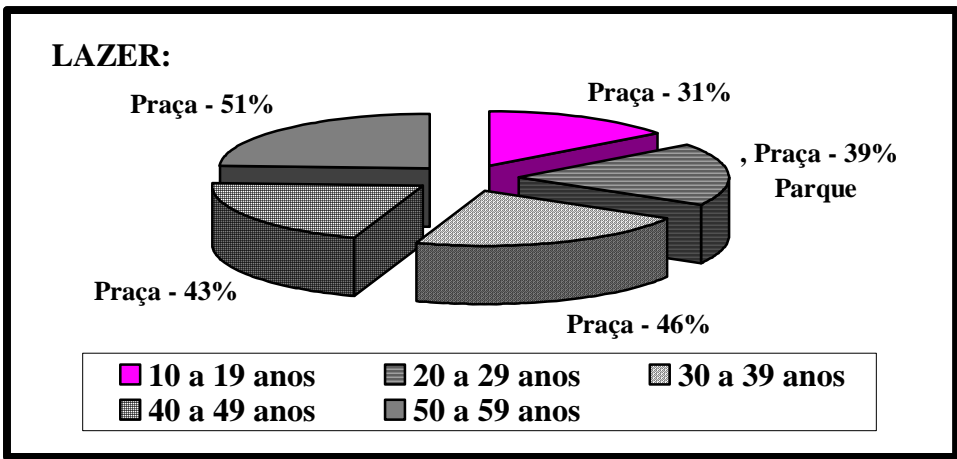
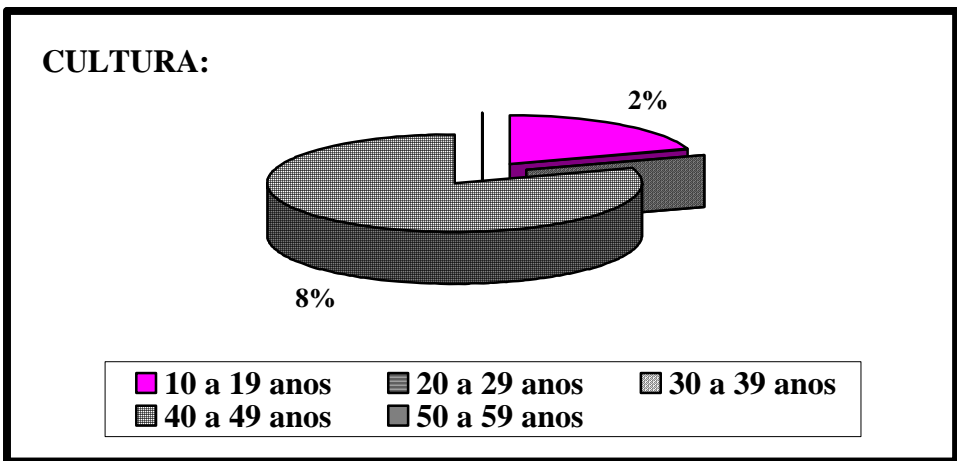
3 - Para você, o Templo Religioso pode ser considerado como um Equipamento Comunitário de:



4 - Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte em seu bairro:



5 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



Da população entrevistada, 59% afirmam utilizar os equipamentos públicos de Cultura, Lazer e Esportes. Dizem utilizar com frequência, as Praças ou Parques, seguidos dos Ginásios e Campos de esportes, Biblioteca e em último lugar as Associações de Bairro.

Pode-se deduzir desta informação, que os moradores do bairro suprem suas necessidades em outros setores, pois dos equipamentos acima citados pelos moradores, o único de propriedade pública existente no Setor é a Associação de Bairro que está em péssimo estado.

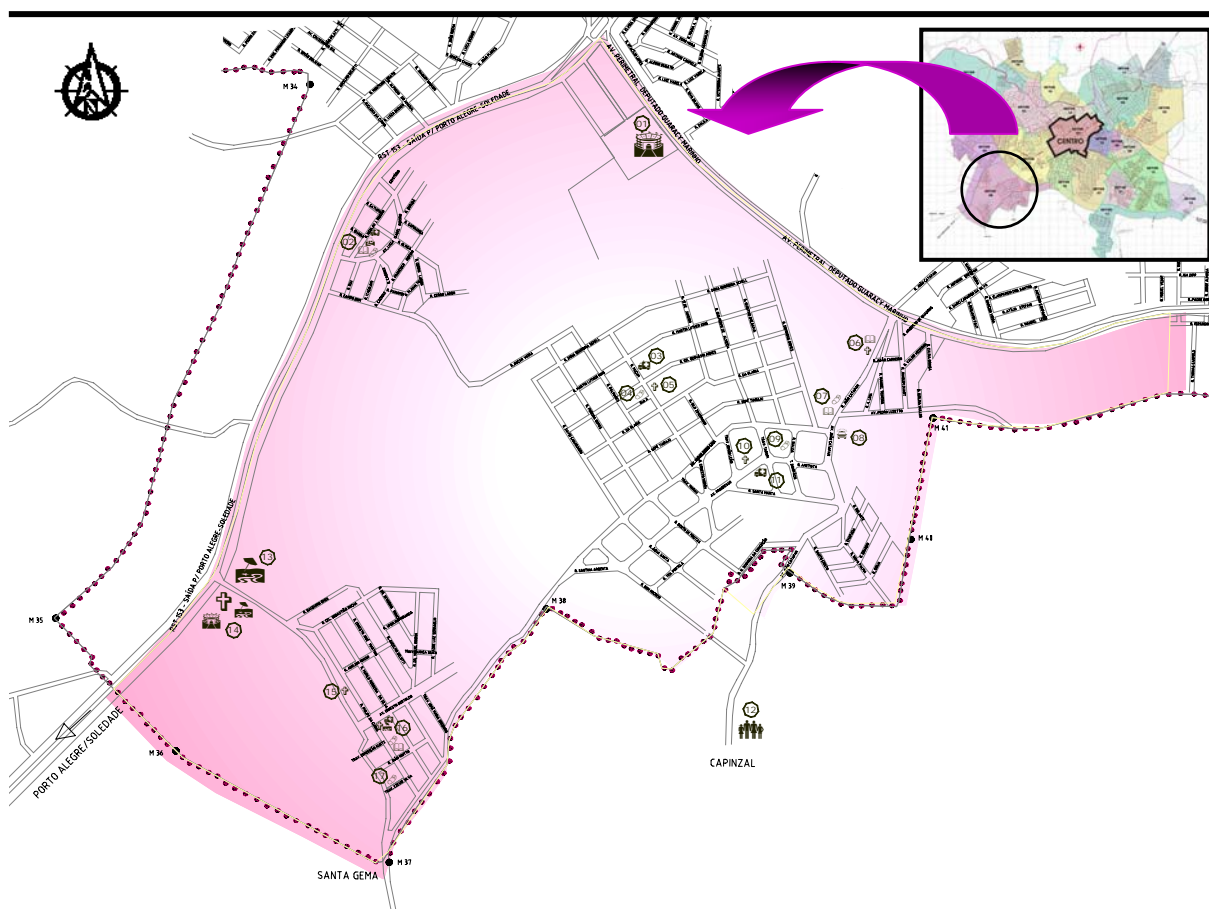
A pesquisa de campo revela que os Equipamentos de Cultura, Lazer e Esporte não atendem aos parâmetros comparados (**condições físicas, localização e demanda**). Alguns ainda nem “existem”, como é o caso dos de lazer.

Logo, 70% dos moradores, dizem haver falta destes equipamentos públicos no bairro. Dentre os mais solicitados pelos entrevistados estão às praças, parques, campos e/ou quadras de esportes e ginásios.

As entrevistas aqui registradas ainda documentam que a implantação de Equipamentos de Lazer é a prioridade para que o bairro fique melhor.

4.2 SETOR 8 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA

O Bairro Santa Marta localiza-se a região sudoeste da cidade de Passo Fundo (Figura 17), a aproximadamente 3,00 Km da área da cidade.



Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

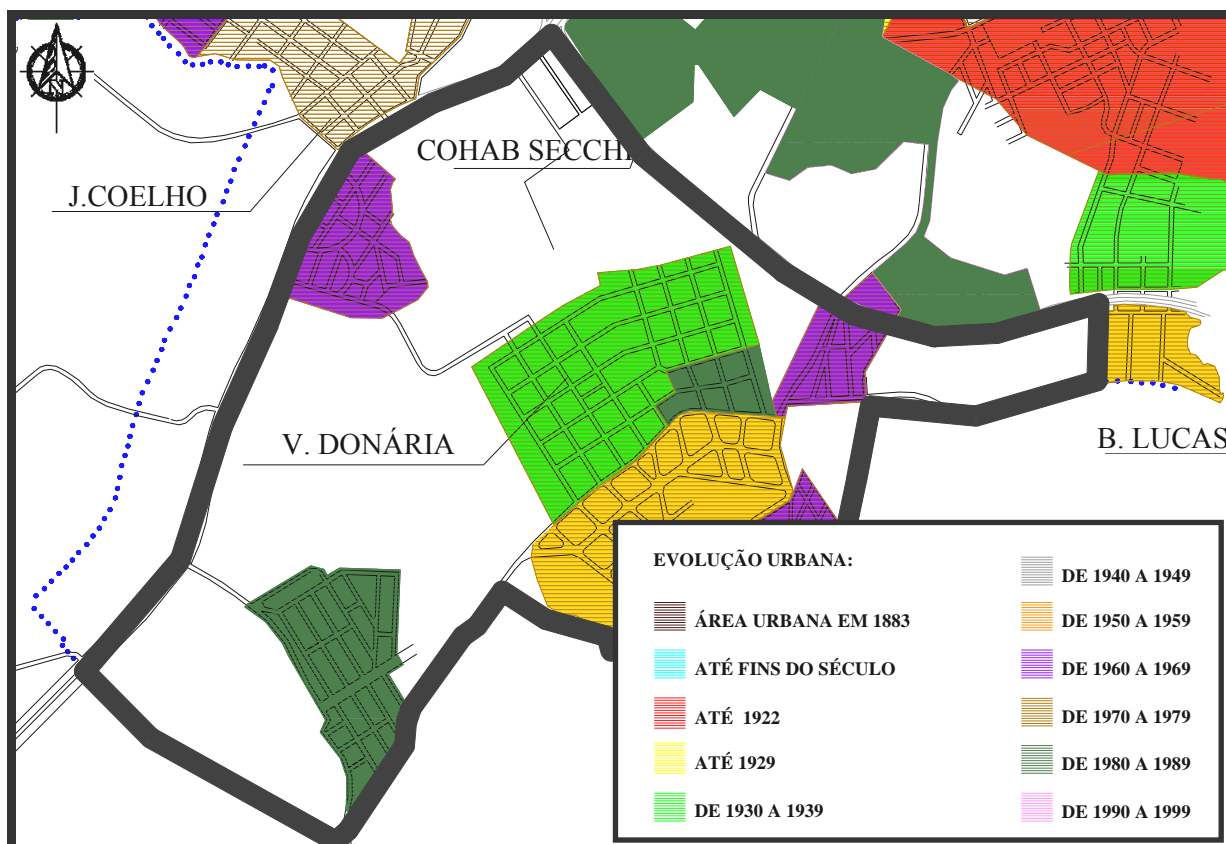
Figura 17 - Implantação do Bairro Santa Marta e de seus respectivos Equipamentos Comunitários, sem escala



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 18 - Foto aérea do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

De acordo com o mapa de Evolução dos Loteamentos do município de Passo Fundo (Gosch, 2002), o Setor do Bairro Santa Marta iniciou sua urbanização na década de 1930 com o loteamento da Vila Donária. Em 1950 é urbanizado o loteamento da Vila Santa Marta, em 1960 as vilas Nossa Senhora Aparecida, Força e Luz e Vila 20 de Setembro, e somente em 1980 é loteada a Vila Jardim América e o restante da Vila Santa Marta (Figura 19).



Fonte: Gosch, 2002.

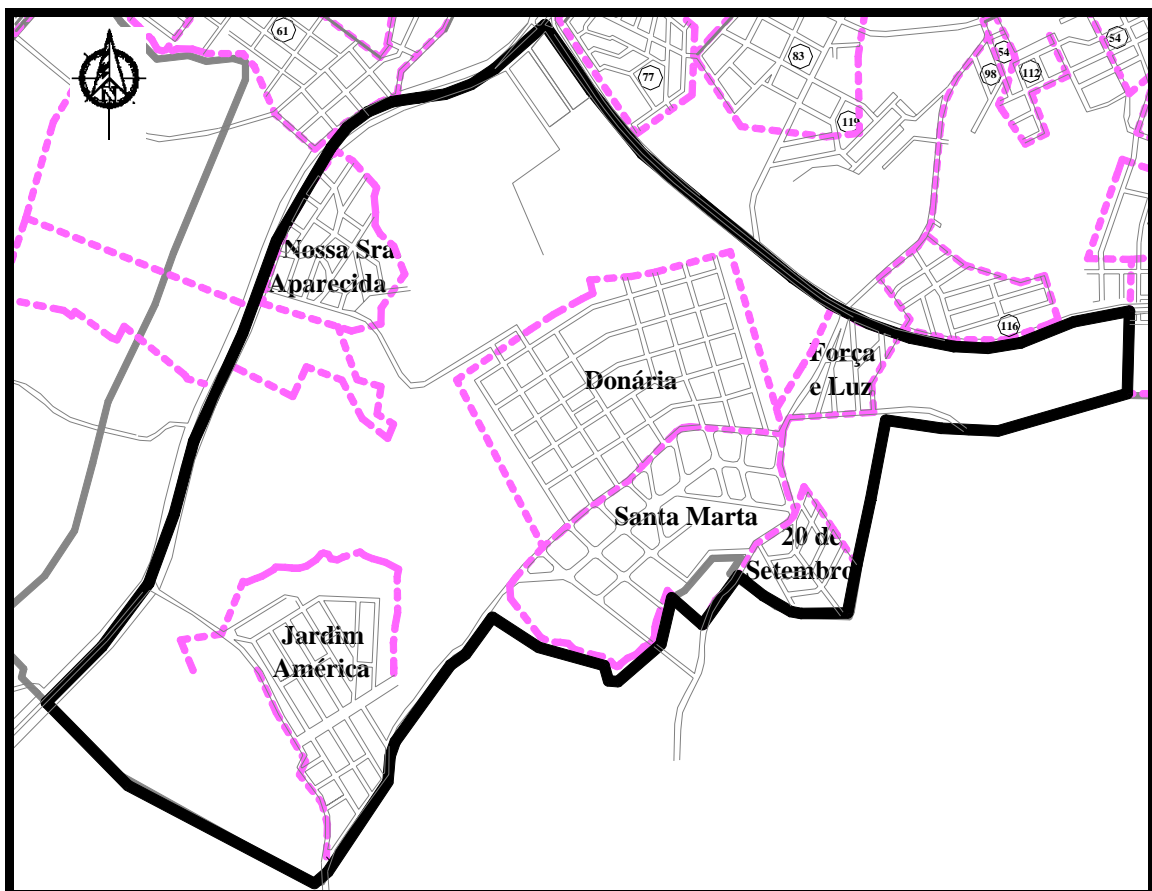
Figura 19 - Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Santa Marta, sem escala

4.2.1 Perfil do Setor do Bairro Santa Marta

Em 2006, o Setor do Bairro Santa Marta é formado pelos seguintes Loteamentos: Nossa Senhora Aparecida, Jardim América, Vila 20 de Setembro, Vila Donária, Loteamento Força e Luz (Figura 20).

De acordo com o IBGE* (Agência de Passo Fundo, 2006), são características do Setor:

- **Área total:** 5.517.070,58 m² ou 551,70 ha
- **Total de domicílios:** 1.412*
- **População total:** 5.360 (Jovens de 10 a 19 anos = 1.199)*
- **Número de ruas ou logradouros:** 130*
- **Número de quadras:** 116
- **Alfabetização:** 87,17% das pessoas residentes são alfabetizadas*
- **Predominância da Renda do responsável pelo domicílio:** ½ a 2 Salários Mínimos*
- **Média de moradores por domicílio ocupado:** 4,0 pessoas*
- **Média geral por número de domicílios:** 3,57 pessoas*











Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 20 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Santa Marta, sem escala

4.2.2 Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Santa Marta

A pesquisa de campo revelou que dos equipamentos comunitários existentes no Setor do Bairro Santa Marta, alguns são de uso não-público. A Tabela 24 apresenta em quantidade e área, os equipamentos comunitários pertencentes ao setor:

Tabela 24 - Equipamentos Comunitários do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

BAIRRO		SANTA MARTA		EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		
				Nº DE EQUIPAM.	ÁREA TOTAL	
					TERRENO	EDIFICADA
	SAÚDE			4	1.724,00 m ²	519,00 m ²
	EDUCAÇÃO	Ensino Infantil		5	12.689,00 m ²	4.146,00 m ²
		Ensino Fundamental		2	4.230,00 m ²	722,00 m ²
		Ensino Fund. e Médio		1	2.934,00 m ²	675,00 m ²
	SEGURANÇA			1	30,00 m ²	20,00 m ²
	CULTURA	CULTURA		1	525,00 m ²	450,00 m ²
		CULTUAIS		6	86.102,00 m ²	3.685,00 m ²
	LAZER			-	-	-
	ESPORTE			1	190.000,00 m ²	14.340,00 m ²
TOTAL				21	298.234,00 m² ou 29,82 ha	21.034,00 m²

Fonte: Autora, 2006.

Esta tabela sintetiza a implantação dos equipamentos públicos de saúde, educação e segurança existentes no setor. Ela também revela o descaso para com os equipamentos de cultura, lazer, esporte, pois está implantado no bairro, um único equipamento de esporte e nenhum equipamento de lazer para uma população de 5.360 habitantes.

Quanto ao equipamento de esporte, o Ginásio Municipal Teixeira, é importante destacar que este faz com o bairro atinja aos índices de área mínima para implantação de equipamentos comunitários, mas é ainda mais importante ressaltar que o mesmo não é utilizado para práticas esportivas e sim para eventos de grande porte, como shows ou apresentações artísticas.

A Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979 prevê que os loteamentos, assim como os bairros

devem ter áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público, proporcionais à densidade de ocupação prevista para a área.

Em relação aos referenciais pesquisados e de acordo com a Tabela 25, constata-se que o Setor do Bairro Santa Marta possui uma área superior à área ideal para a implantação dos equipamentos comunitários.

Tabela 25 – Estimativa de área necessária conforme parâmetros para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Santa Marta

BAIRRO SANTA MARTA	Moretti (1997)	Guimarães (2004)
29,82 hectares	27,58 hectares	82,75 hectares

Fonte: Autora, 2006.

Os dados da pesquisa de campo do Setor do Bairro Santa Marta permitem constatar que da área total de 551,70 hectares, 29,82 hectares são destinados para a implantação de equipamentos comunitários, ou seja, o bairro está acima dos referenciais pesquisados, que cita que esta deveria ser de no mínimo 27,58 hectares. No entanto, deve-se lembrar que há uma razoável oferta de alguns tipos de equipamentos, como os de saúde e educação, e a escassez de outros, neste caso de praças e áreas verdes para recreação e lazer, ou ainda, de áreas esportivas adequadas ao uso.

Nas tabelas abaixo serão apresentadas a síntese do levantamento de cada equipamento comunitário do Setor do Bairro Santa Marta, seguidas das respectivas avaliações, analisadas segundo autores pertinentes, citados na revisão de literatura, Capítulo 2.4:

4.2.3 Equipamentos Comunitários de Saúde

Abaixo estão relacionados os equipamentos de saúde existentes e pesquisados no levantamento de campo do Setor:

<p style="text-align: center;">11 – PSF – SANTA MARTA</p> <p>Localização: Travessa Toropi, 115 Área (m²): Terreno: 800,00 m² Edificação: 150,00 m² Nº andares: 1 Nº leitos: não tem Conservação: RUIM OBS: Atendimento: 8:00-12:00 e 13:00-17:00</p>	
---	--

<p align="center">02 – PSF – NOSSA SENHORA APARECIDA</p> <p>Localização: Rua Nicolau J. Ribeiro, 100, esq. Rua Olinda Área (m²): Terreno: 180,00 m² Edificação: 108,00 m² Nº andares: 1 Nº leitos: não tem Conservação: BOM OBS: Atendimento: 8:00-12:00 e 13:00-17:00</p>	
<p align="center">03 – PSF – DONÁRIA</p> <p>Localização: Rua Muçum, 230 Área (m²): Terreno: 360,00 m² Edificação: 81,00 m² Nº andares: 1 Nº leitos: não tem Conservação: BOM OBS: Atendimento: 8:00-12:00 e 13:00-17:00</p>	
<p align="center">16 – PSF – JARDIM AMÉRICA</p> <p>Localização: Av. Ernesto Bertoldo, s/nº, entre a R. Philipe da Cunha e a Murilo Ferreira da Silva Área (m²): Terreno: 384,00 m² Edificação: 180,00 m² Nº andares: 1 Nº leitos: não tem Conservação: BOM OBS: Atendimento: 8:00-12:00 e 13:00-17:00</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 9 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS


De acordo com o Quadro 9, como equipamentos públicos de saúde, estão implantados no Setor do Bairro Santa Marta, quatro Postos do Programa Saúde da Família. Estes estão localizados nas unidades de vizinhanças e encontram-se em bom estado de conservação, com exceção de um que está em péssimo estado, pois foi adaptado a uma antiga residência e suas condições físicas não estão adequadas ao uso dado.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de saúde, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demandas** existentes. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 26:

Tabela 26: Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.*	
Edifício	≥ 200 m ² e ampliável	Sim	SIM
Terreno	≥ 800 m ²	Sim	SIM
Quota de terreno por unidade hab.	0,16 a 0,48 m ²	Sim	SIM
Raio de abrangência	até 2.000 m	Sim	SIM
Localização	A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?	Sim	SIM
População	Cada região com cerca de 20.000 hab., deve ter no mínimo 1 Posto de Saúde	Sim	SIM
Estado de Conservação	75% BOM - 25% RUIM		
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros.		

*PSF Donária (03), PSF Jardim América (16), PSF Nossa Sra. Aparecida (02) e PSF Santa Marta (11).

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se avaliar através destas informações que os equipamentos de saúde do Setor do Bairro Santa Marta atendem aos parâmetros de **condições físicas, localização e demanda**.

É importante observar, que todos os equipamentos também se encontram dentro dos parâmetros mínimos para raios de abrangência, o que significa que os postos do Programa Saúde da Família atingem a população local de forma adequada, pois estão localizados nos loteamentos e vilas do Setor, próximos às unidades residenciais, facilitando o seu uso.

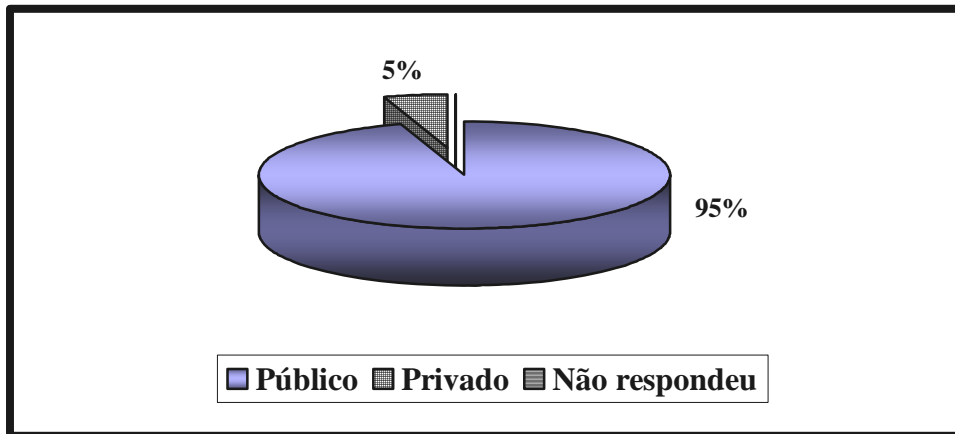
Constatou-se também que 75% deles se encontram em bom estado de conservação.



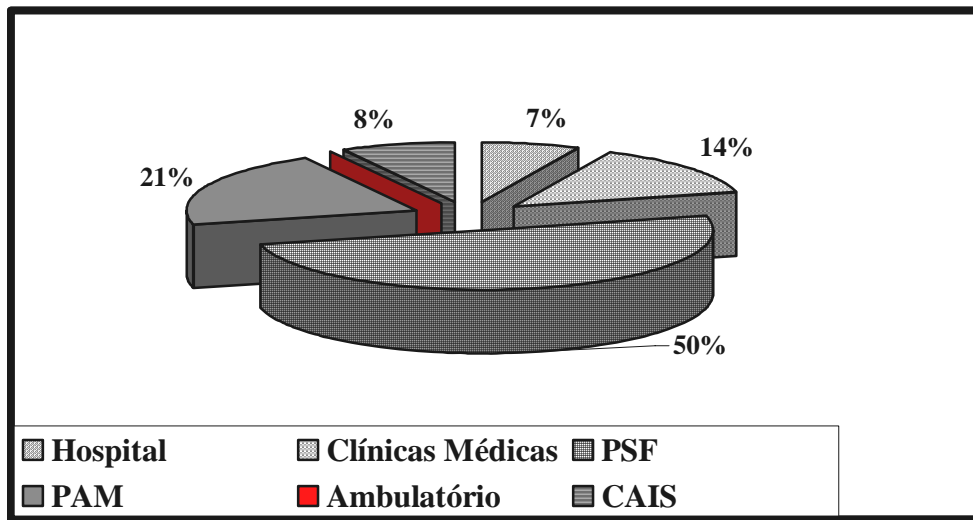
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de saúde do Setor podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. As fichas de avaliação individuais de cada equipamento revelam a relação desta comunidade para com sua saúde. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

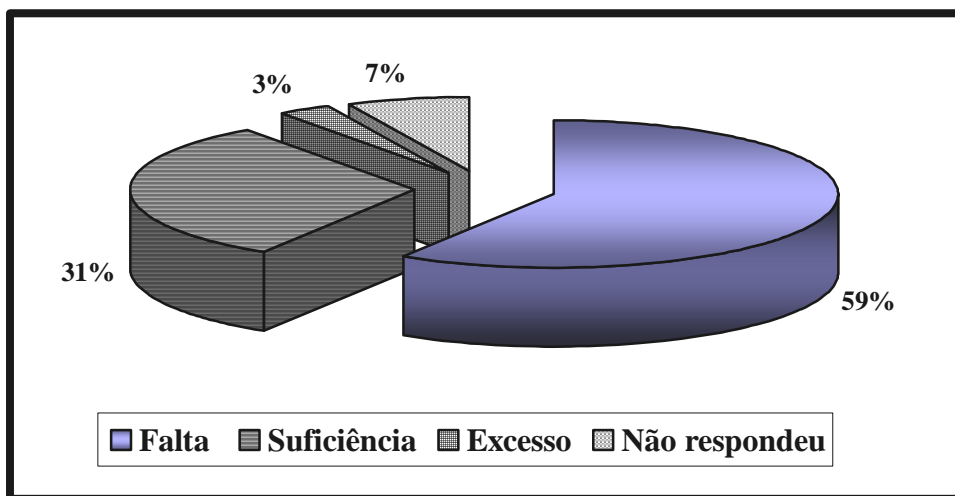
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Saúde?



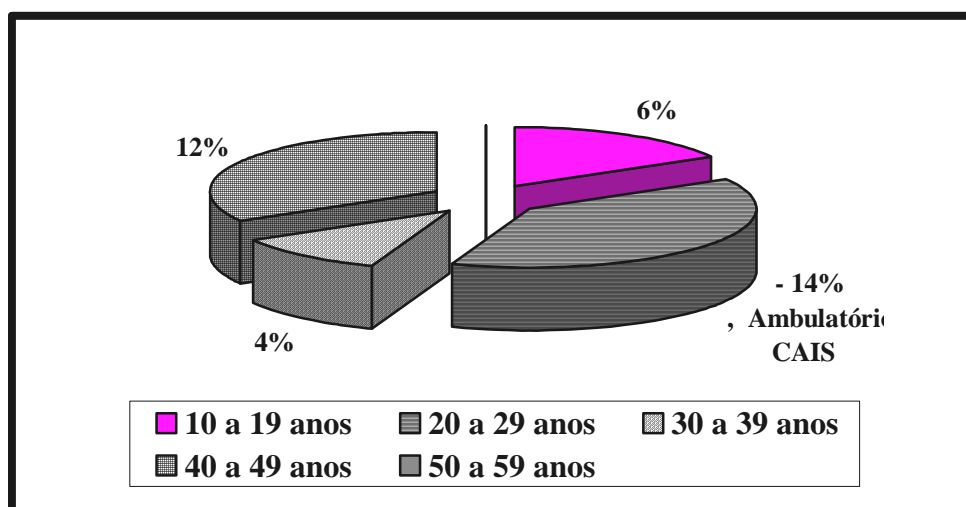
2 - Qual Equipamento Comunitário de Saúde que a família utiliza com mais frequência?



3 - Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Saúde em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



Em relação aos questionários, à população respondeu que utiliza com mais frequência os postos do Programa Saúde da Família, justamente por estarem localizados próximos às residências, seguidos do Posto de Atendimento Médico (PAM) também público.

As entrevistas aqui registradas documentam que apesar dos Equipamentos de Saúde do Bairro Santa Marta estarem dentro dos parâmetros analisados, verificou-se que os moradores ainda estão insatisfeitos com os serviços prestados. Respondem que há falta de equipamentos de saúde no bairro, como Ambulatórios e Centro de Atendimento Integrado de Saúde (CAIS), que prestam um atendimento mais especializado do que os oferecidos pelos postos do Programa Saúde da Família.

Considerando-se que os equipamentos atendem aos parâmetros e mesmo assim a comunidade se mostra insatisfeita, permite-se pensar que a qualidade do serviço não seja adequada.

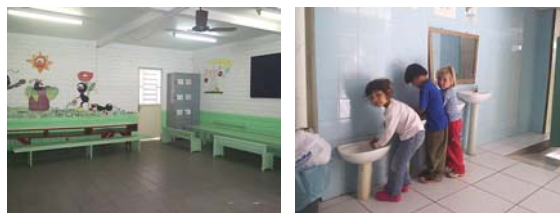
4.2.4 Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Infantil

Abaixo estão relacionados os equipamentos do Ensino Infantil existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>02 – CRECHE MUNICIPAL ABELHINHAS</p> <p>Localização: Rua Nicolau J. Ribeiro, 171 Coordenadora: Ana Cássia (3335 2854) Área (m²): Terreno: 180,00 m² Edificação: 108,00 m² Nº andares: 1 Nº salas de aula: 2</p>	
--	--

<p>Nº alunos: 24 Faixa etária: 6 meses a 6 anos Escola Aberta: Não Conservação: RUIM OBS: Localiza-se atrás da Escola Municipal Nossa Sra. Aparecida. Tem pátio para as crianças ao ar livre, que se encontra em péssimo estado.</p>	
<p>04 – CRECHE MUNICIPAL FADINHA</p> <p>Localização: Rua Muçum, s/nº, esq. Rua A Coordenadora: Maria Alaíde (3313 8562) Área (m²): Terreno: 300,00 m² Edificação: 108,00 m²</p> <p>Nº andares: 1 Nº salas de aula: 3 Nº alunos: 30</p> <p>Faixa etária: 6 meses a 6 anos Escola Aberta: Não Conservação: REGULAR OBS: Possui Berçário, Maternal e Jardim de Infância.</p>	  
<p>17 – CRECHE MUNICIPAL CHAPEUZINHO VERMELHO</p> <p>Localização: Travessa Ezevir Silva, 36 Coordenadora: Ingrid (3314 8112) Área (m²): Terreno: 360,00 m² Edificação: 75,00 m²</p> <p>Nº andares: 1 Nº salas de aula: 3 Nº alunos: 21</p> <p>Faixa etária: 6 meses a 6 anos Escola Aberta: Não Conservação: REGULAR OBS: Tem 2 salas de aula + berçário. Horário: 7:30 às 18hs. Tem pátio ao ar livre, mas o mesmo encontra-se em péssimo estado.</p>	  
<p>09 – CEAMES – CENTRO EDUCACIONAL ASSISTENCIAL METODISTA EDITH SCHISLER</p> <p>Localização: Rua Inalda Bonifácio, 95 Área (m²): Terreno: 829,00 m² Edificação: 680,00 m²</p> <p>Nº andares: 2 Nº salas de aula: 7 Nº alunos: 70</p> <p>Faixa etária: 1 a 6 anos Escola Aberta: Não Conservação: REGULAR</p>	  

OBS: Pertence à Igreja Metodista e funciona através de doações da comunidade e do bairro.
Horário: 7:00 às 18:00 diariamente.



07 – SOCREBE – ESCOLA MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA SÃO FRANCISCO

Localização: Rua João Catapan, 1207, esq. Avenida Miguelzinho Lima

Área (m²): Terreno: 11.020,00 m²
Edificação: 3.175,00 m²

Nº andares: 1 e 2

Nº salas de aula: 5

Nº alunos: 530

Faixa etária: 0 a 60 anos

Escola Aberta: Não

Conservação: BOM

OBS: A escola pertence ao Conselho Nacional de Assistência Social.

A escola tem além do Programa de Educação Infantil, um Programa de Apoio Sócio-educativo em meio aberto, onde promove:

- Oficinas Pedagógicas: oficinas de dança gaúcha e livre, cerâmica, culinária, meio ambiente, violão e canto, informática, jornalismo, leitura, teatro, pintando o 7 (trabalhos em madeira), coral, artesanato e esportes;
- Estudos dirigidos: complementos à educação escolar e à orientação familiar;
- Iniciação profissional: cerâmica, artesanato e informática.

Além desses, a escola ainda possui:

- Programa de orientação e apoio sócio familiar;
- Centro de educação ambiental “Viva essa idéia”;
- Grupo impacto da dança;
- Contrato de gestão – SOCREBE e Prefeitura Municipal.



Fonte: Autora, 2006.

Quadro 10 - Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

No Quadro 10 pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro Santa Marta: quatro Creches Municipais e uma escola de Educação Infantil. Das quatro Creches existentes, três delas estão em estado regular e uma encontra-se em péssimo estado de conservação.


Já a Escola de Educação Infantil, pertencente ao Conselho Nacional de Assistência Social (SOCREBE), tem uma infra-estrutura também pública, em bom estado de conservação, que atende a um número bem maior de crianças do que as creches municipais. É importante observar, que esta escola trabalha com um Programa Sócio-Educativo em meio aberto, onde são promovidas oficinas pedagógicas, estudos dirigidos, iniciação profissional, além de um programa de orientação e apoio sócio-familiar, que atende a toda a população do setor, independente da faixa etária.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação aos equipamentos do ensino infantil, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demandas** em função das Unidades de Vizinhança e dos Setores. Os resultados e a síntese dos dados coletados em função da população a que atingem (Unidade de Vizinhança), estão relacionados na Tabela 27:

Tabela 27: Análise dos Equipamentos do Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros de referência, em função da Unidade de Vizinhança

 EQUIPAM. DE EDUCAÇÃO	Dados em função da Unidade de Vizinhança					Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equipamentos				
		02*	04*	17*	09*	
Terreno	6 m ² / criança	Sim	Sim	Sim	Sim	SIM
Edifício	4 m ² / criança	Sim	Não	Não	Sim	NÃO
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	Não	Sim	Sim	Não	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança - Mínimo de 30,00m ²	Não	Não	Não	Não	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	Não	Não	Sim	Não	NÃO
Alunos	≤ 40 crianças	Sim	Sim	Sim	Sim	NÃO
Estado de Conservação	-	Ruim	Reg.	Reg.	Reg.	75% REG. 25%RUIM
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Terreno e Quota de terreno por unidade habitacional, Arquitetura, Faixa etária e População.					


* Creche Municipal Abelhinhas (02), Creche Municipal Fadinha (04), Creche Municipal Chapeuzinho Vermelho (17) e CEAMES - Centro Educacional Assistencial Metodista Edith Schisler (09).

Fonte: Autora, 2006.

Observa-se a partir da análise dos dados, que as Creches Municipais do Setor do Bairro Santa Marta não atendem aos parâmetros utilizados, com exceção do “dimensionamento de terreno”. Quanto aos parâmetros de dimensionamento de área edificada algumas deverão sofrer ampliações, para atingirem aos índices mínimos exigidos.

Na Tabela 28, são apresentados os resultados e a síntese dos dados coletados também dos Equipamentos de Ensino Infantil, mas estes em função do Setor:

Tabela 28: Análise dos Equipamentos do Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros de referência, em função do Setor

 EQUIPAM. DE EDUCAÇÃO	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.*	
Terreno	1.200 a 2.500 m ²	Sim	SIM
Quota de terreno por unidade habitacional	0,6 a 1,3 m ²	Sim	SIM
Edifício	7 m ² / criança	Não	NÃO
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	0,5 m ² / habitante	Sim	SIM
Área recreação coberta	2 m ² / criança - Mínimo de 30,00m ²	Sim	SIM
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	Não	NÃO
Raio de abrangência	Até 800 m das residências	Sim	SIM
Alunos	De 100 a 200 / turno	Não	NÃO
População	6% da população	Sim	SIM
Estado de Conservação	-	Bom	100% BOM
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Terreno e Quota de terreno por unidade habitacional, Área Construída e de Recreação Coberta, Arquitetura, Localização, Lactário e População.		

* SOCREBE - Escola Maternal e Jardim de Infância São Francisco (07).

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se avaliar através destas informações, que a Escola de Ensino Infantil do Setor do Bairro Santa Marta não atende aos parâmetros, as **condições físicas**, mas atende na **localização** e a **demanda** do setor.

4.2.5 Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Fundamental e Médio

Abaixo estão relacionados os equipamentos do Ensino Fundamental e Médio existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

16 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JARDIM AMÉRICA

Localização: Rua Philipe da Cunha, 524

Fone: 54 - 3314 4017

Área (m²): Terreno: 2.422,00 m²

Edificação: 486,00 m²

Nº andares: 1

Nº salas de aula: 5

Nº alunos: 199

Faixa etária: 5 a 17 anos

Escola Aberta: Não

Conservação: RUIM

OBS: A escola funciona manhã e tarde, e tem vigia (terceirizado pela Prefeitura) durante a noite.



02 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOSSA SENHORA APARECIDA

Localização: Rua Nicolau José Ribeiro, 171

Fone: 54 - 3314 9025

Área (m²): Terreno: 1.808,00 m²

Edificação: 236,00 m²

Nº andares: 1

Nº salas de aula: 5

Nº alunos: 115

Faixa etária: 5 a 17 anos

Escola Aberta: Não

Conservação: REGULAR

OBS: A escola funciona manhã e tarde.



06 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO MÉDIO MARIA DOLORES FREITAS BARROS

Localização: Rua João Catapan, s/nº, ao lado Capela São João Bosco

Área (m²): Terreno: 2.934,00 m²

Edificação: 675,00 m²

Nº andares: 1 e 2

Nº salas de aula: 9

Nº alunos: 813

Faixa etária: 6 a 45 anos

Escola Aberta: Sim (anteriormente)

Conservação: BOM

OBS: A escola trabalha com educação para adultos (EJA) e com turmas do Sesi a noite.



Fonte: Autora, 2006.

Quadro 11 - Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

O levantamento de campo constata no Quadro 11, que estão implantados no Setor do Bairro Santa Marta como equipamentos de educação – Ensino Fundamental e Médio, duas Escolas de Ensino Fundamental e uma Escola de Ensino Médio. Dos equipamentos de ensino fundamental, um encontra-se em estado regular de conservação e outro está em mau estado. A escola de ensino médio encontra-se em bom estado de conservação. É importante observar, que nenhuma escola do Setor trabalha com o programa Escola Aberta, do Governo Federal, apenas a Escola de Educação Infantil – SOCREBE trabalha com um Programa Sócio-Educativo em meio aberto, que atende a população independente da faixa etária.



Quanto à avaliação técnica:

A pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas**, sua **localização** e a **demand** existente, dos equipamentos do ensino fundamental e médio. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 29:

Tabela 29: Análise dos Equipamentos do Ensino Fundamental e Médio quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

EQUIPAM. DE EDUCAÇÃO	Dados em função:					Resultado Parcial
	Unidade de Vizinhança		Setor			
	Equip.		Parâmetros de referência		Equip.	
	16*	02*			06*	
Terreno	Sim	Sim	6,4 m ² / aluno		Não	NÃO
Quota de terreno/un.hab.	-	-	-	4,3 a 8,10 m ²	Não	NÃO
Edifício	Sim	Não	3,2 a 7,5 m ² / aluno	3,2 a 6,25 m ² / aluno	Não	NÃO
	Não	Não	0,864 m ² /pop.	0,182 m ² /pop.	Não	
Área desejável (edifício + pátios de recreação+ esportes)	Não	Não	1 pavimento = 47 m ² / aluno	2 pavimentos = 38 m ² / aluno	Não	NÃO
Salas de aula	-	-	-	≤ 16 classes	Sim	SIM
Área livre	Sim	Sim	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?		Sim	SIM
Ampliações	Sim	Sim	Admite futuras ampliações?		Sim	SIM
Raio de Abrangência	Sim	Sim	até 800 m da residência	até 1.600 m das residências	Não	NÃO
Alunos	Sim	Sim	40 / turma	40 / turma	Não	NÃO
População	-	-	-	20% da pop. servida	Não	NÃO
Estado de Conservação	Ruim	Reg.	-	-	Bom	33%BOM 33%REG. 33%RUIM
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Salas de aula, Área livre e Ampliações.					

* Escola Municipal de Ensino Fundamental Jardim América (16), Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida (02) e Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dolores Freitas Barros (06).

Fonte: Autora, 2006.

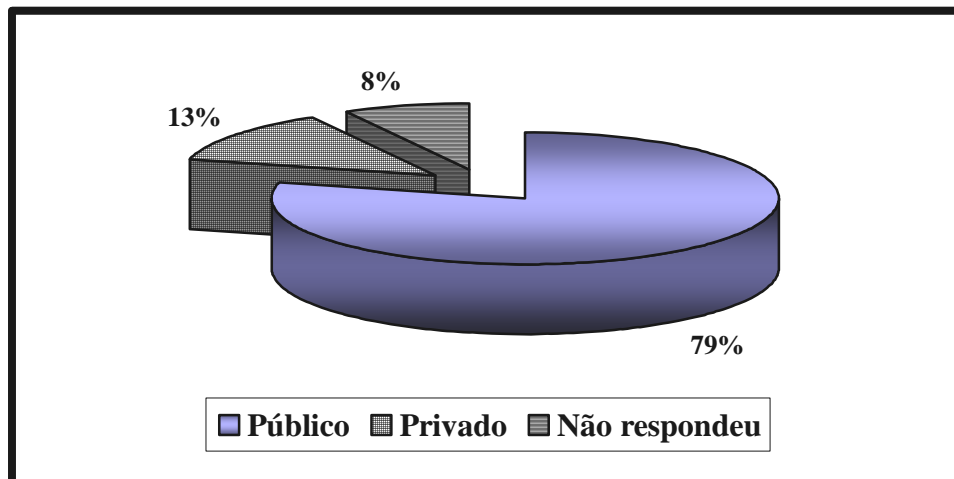
Pode-se avaliar através destas informações, que os equipamentos de educação – Ensino Fundamental e Médio do Setor do Bairro Santa Marta só atendem os parâmetros de dimensionamento de terreno. A Escola do Ensino Médio além de não atingir nenhum parâmetro de dimensionamento, não atende nem ao raio mínimo de abrangência da pesquisa.



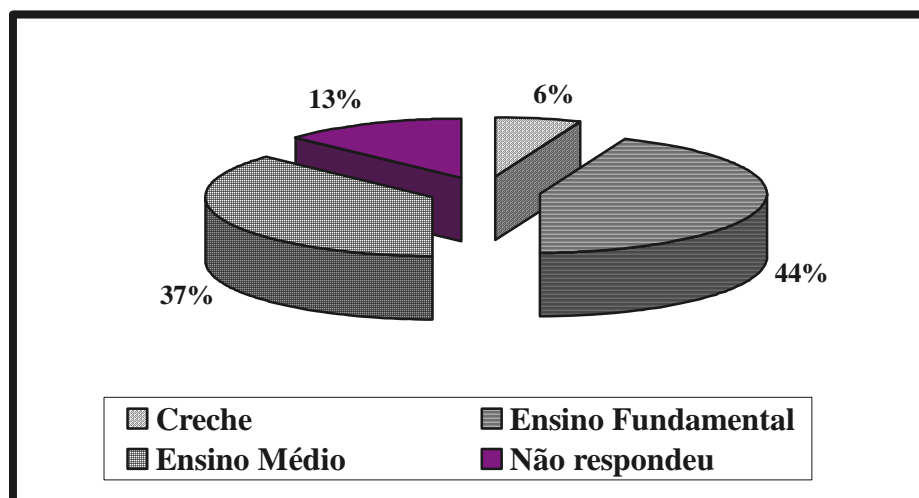
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de educação – Ensino Fundamental e Médio do Setor do Bairro Santa Marta podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

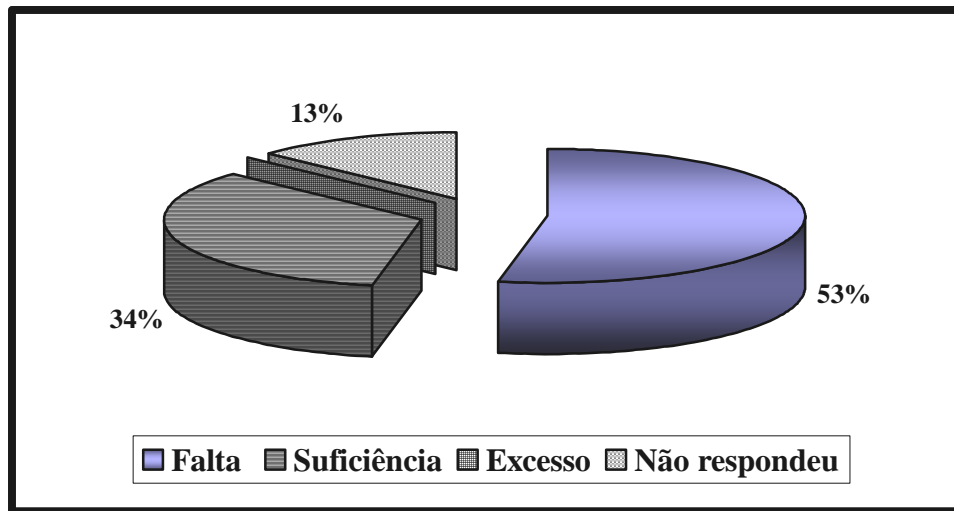
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Educação?



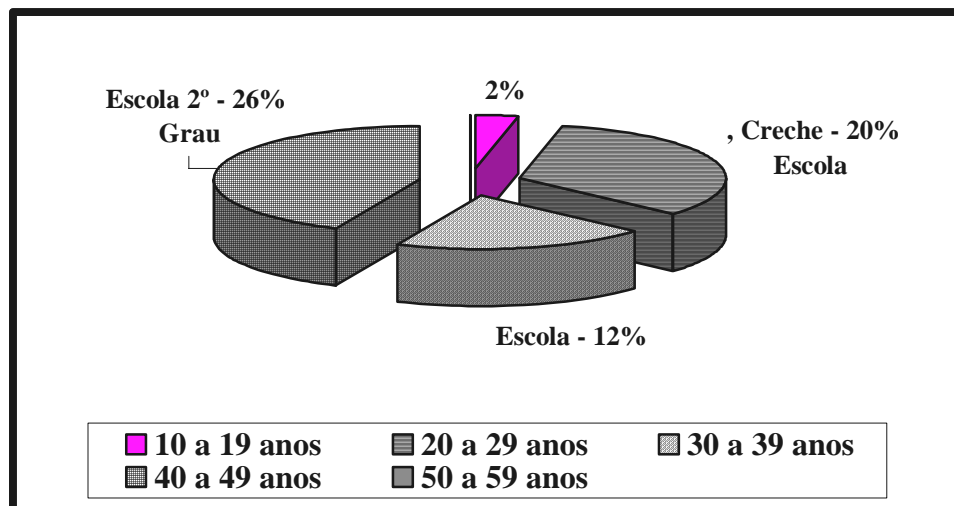
2 – Qual Equipamento Comunitário de Educação que a família utiliza com mais frequência?



3 – Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de EDUCAÇÃO em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?




A maioria da população que respondeu aos questionários, coloca que a família utiliza com mais frequência as Escolas do Ensino Fundamental.

As entrevistas aqui registradas documentam que além dos Equipamentos de Educação do Bairro Santa Marta estarem dentro de poucos dos parâmetros analisados (**condições físicas, localização e demanda**), os moradores do Setor estão insatisfeitos com os serviços de educação, colocando que ainda faltam equipamentos.

Esta informação vai ao encontro da questão das áreas mínimas de dimensionamento comparadas, pois no levantamento de campo, constatou-se que além de mal dimensionados, os equipamentos de educação não atendem aos raios de abrangência mínimos estimados.

4.2.6 Equipamentos Comunitários de Segurança

Abaixo estão relacionados os equipamentos de segurança existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>08 – POSTO POLICIAL SANTA MARTA</p> <p>Localização: R. João Catapan, esq. Av. Migulezinho de Lima</p> <p>Área (m²): Terreno: 30,00 m² Edificação: 20,00 m²</p> <p>Nº andares: 1</p> <p>Nº PMs: 1</p> <p>Pátio para estacionamento e manobra da viatura: Estacionamento</p> <p>Horário: Manhã</p> <p>Conservação: REGULAR</p>	
--	--

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 12 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS


A avaliação dos equipamentos de segurança contata no Quadro 12, que há um único equipamento comunitário implantado no Bairro Santa Marta, que está em estado regular de conservação.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a este equipamento de segurança, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda**. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 30:

Tabela 30: Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	Dados em função do Setor ou Bairro		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.	
Raio de atendimento	Até 800 m	Não	NÃO
Terreno	≥ 1.000 m ²	Não	NÃO
Localização	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?	Sim	SIM
Área livre	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?	Sim	SIM
Estacionamento	Possui estacionamento defronte ao prédio?	Não	NÃO
Estado de Conservação	100% REGULAR		
RESULTADO FINAL	O equipamento está FORA dos parâmetros analisados.		

* Posto Policial Santa Marta

Fonte: Autora, 2006.

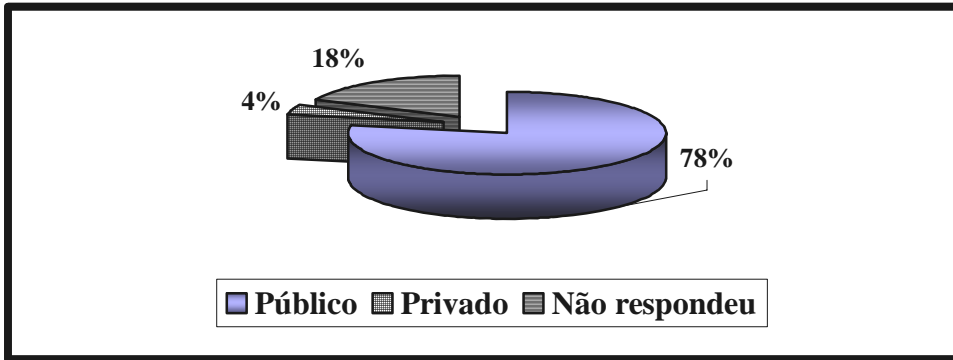
Em relação aos estabelecimentos de segurança, a avaliação da pesquisa de campo revela que os parâmetros de referência não foram atingidos pelo equipamento.



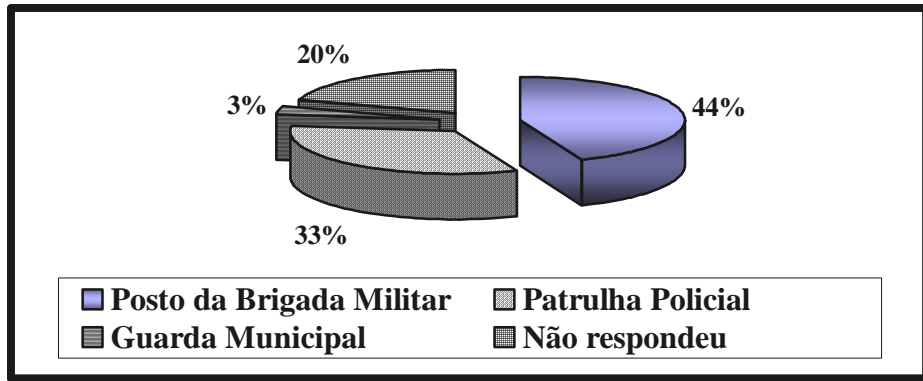
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de segurança do Setor do Bairro Santa Marta pode ser avaliado através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população, interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

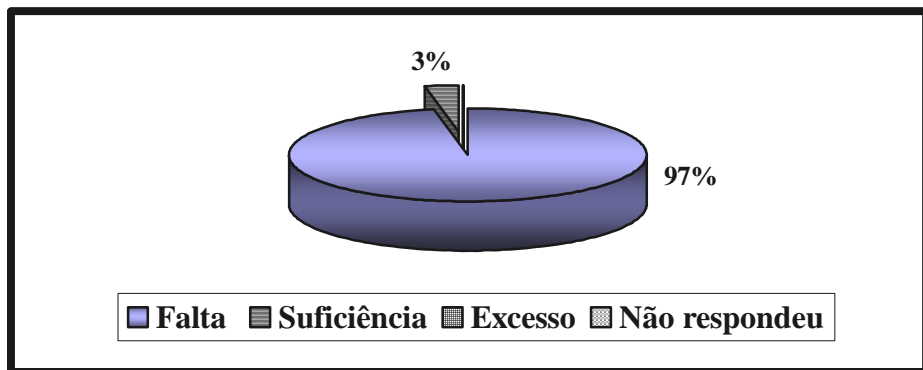
1 – Sua família recorre com mais frequência a qual Equipamento Comunitário de Segurança?



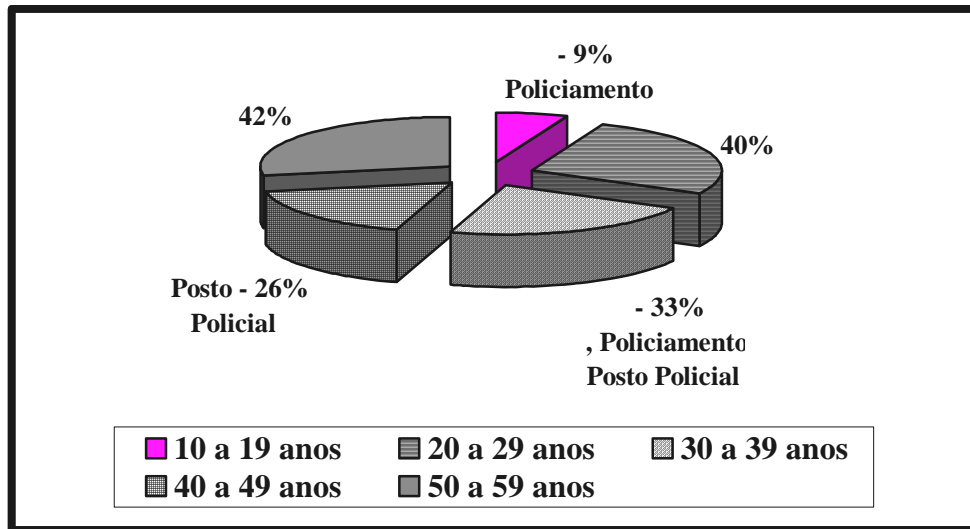
2 – Qual Equipamento Comunitário de Segurança que a família recorre com mais frequência?



3 – Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Segurança em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



As entrevistas aqui registradas documentam que além do Equipamento de Segurança do Bairro Santa Marta estar fora dos parâmetros analisados (**condições físicas, localização e demanda**), verificou-se que os moradores do Setor também estão insatisfeitos com os serviços.

Todos os moradores afirmam haver falta de equipamento de Segurança no Bairro, respondendo que segurança é a prioridade para que este fique melhor. Dentre os equipamentos mais solicitados está o Posto da Brigada Militar.

4.2.7 Equipamentos Comunitários de Cultura

Abaixo estão relacionados os equipamentos de cultura existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>12 – MUSEU PAIXÃO CORTES</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: Rua João Catapan, saída para Capinzal</p> <p>Fone: 54 - 3314 1677</p> <p>Área (m²): Terreno: - Edificação: 50,00 m²</p> <p>Nº andares: 1</p> <p>Horário: Indefinido</p> <p>Conservação: BOM</p> <p>OBS: O Museu funciona junto ao CTG Tropol de Caudilhos.</p>	
---	--

02 – ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO

Localização: Rua Nicolau Ribeiro, entre o PSF e a E.M. Nossa Senhora Aparecida

Área (m²): Terreno: 525,00 m²

Edificação: 450,00 m²

Nº andares: 1

Horário: Fins de semana

Conservação: REGULAR

OBS: A associação funciona principalmente aos finais de semana.



Fonte: Autora, 2006.

Quadro 13 - Equipamentos de Cultura implantados no Setor do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

No Quadro 13 pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro Santa Marta dois equipamentos de cultura, em que apenas um deles é público, a Associação de Bairro, que por sua vez, encontra-se em estado regular de conservação.



QUANTO AOS EQUIPAMENTOS CULTUAIS:

Abaixo estão relacionados os equipamentos culturais existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

14 – SEMINÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA

Localização: RST 153 - Km 3 - Acesso ao Bairro Jardim América

Área (m²): Terreno: 83.095,00 m²

Edificação: 2.730,00 m²

Nº andares: 1 e 2

Horário: 8:00 ao 12:00 e 13:30 as 18:00

Conservação: BOM

OBS: Fazem parte do Seminário 36 cidades da região, com 56 paróquias. Possui 37 apartamentos com banheiro.



06 – CAPELA SÃO JOÃO BOSCO

Localização: Rua João Catapan, 1265

Área (m²): Terreno: 2.000,00 m²

Edificação: 595,00 m²

Nº andares: 1



<p>Horário: Indefinido Conservação: BOM</p>	 
<p>16 – IGREJA NOSSA SENHORA DA SAÚDE Localização: Rua Philipe da Cunha, esq. Av. Ernesto Bertoldo Área (m²): Terreno: 450,00 m² Edificação: 175,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: REGULAR</p>	 
<p>10 – IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR Localização: Av. Progresso, 75 Área (m²): Terreno: 117,00 m² Edificação: 75,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: BOM</p>	
<p>05 – IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS Localização: Rua Muçum, s/nº - em frente a Creche Fadinha Área (m²): Terreno: 240,00 m² Edificação: 60,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: REGULAR</p>	
<p>15 – IGREJA MISSÃO QUADRANGULAR Localização: Rua Philipe da Cunha, 156 Área (m²): Terreno: 200,00 m² Edificação: 50,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: RUIM</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 14 - Equipamentos Culturais implantados no Setor do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

No Quadro 14 pode-se identificar que estão implantados no Setor do Bairro Santa Marta seis equipamentos culturais. Três deles estão em bom estado de conservação, dois encontram-se em estado regular e apenas um está em mau estado de conservação.


É importante observar que foram identificados neste setor vários templos religiosos, elementos culturais, que segundo as entrevistas, a população afirma utilizar também como local cultural. Isto pode ser explicado, por ter sido o Bairro Santa Marta, o Projeto Piloto da pesquisa. Assim, os moradores quando questionados em que Equipamento Comunitário eles considerariam o Templo, estes só tinham como possibilidade de resposta: “Cultura, Lazer, Não Sabe ou Outro”, ou seja, eles não tinham como alternativa de resposta “Religioso (Cultural)”. Então, ou eles responderiam “Outro” ou acabavam optando por “Cultura”, como foi o caso. Esta foi uma modificação feita nos questionários aplicados posteriormente.



Quanto à avaliação técnica:

A pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas, localização e demanda**, dos equipamentos de cultura e dos equipamentos culturais implantados no setor. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 31:

Tabela 31: Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

EQUIP.  DE CUL-TURA	Dados em função:							Resultado Parcial
	Unidade de Vizinhança				Setor			
	Equipamentos				Parâmetros de referência		Equip.	
	02*	06-10*	15-16*	05*			14*	
Terreno	Não	-	-	-	1.000 m ²	-	-	NÃO
Área do terreno	-	Sim	Sim	Não	≥ 400 m ²	Tem espaço para festas e cerimônias religiosas ao ar livre?	Sim	NÃO
Edifício	Sim	-	-	-	200 m ²	1500 a 2000 m ²	Sim	SIM
Área construída (área: edifício + jogos + recreações)	-	Sim	Sim	Não	0,1 m ² por habitante	2 a 4 m ² por fiel, sendo 1 fiel para cada 5 ou 10 hab.	Sim	NÃO
Raio máximo das residências	-	-	-	-	-	1.600 m	Sim	SIM
Estado de Conservação	Ruim	100% Bom	50%Rui 50%Reg	Reg.	-	-	Bom	42% BOM 29% REG. 29% RUIM
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Edifício e Raio máximo das residências.							

* Associação de Bairro Vila Nossa Senhora Aparecida (02), Capela São João Bosco (06), Igreja do Evangelho Quadrangular (10), Igreja Missão Quadrangular (15), Igreja Nossa Senhora da Saúde (16), Igreja Assembléia de Deus (05) e Seminário Diocesano Nossa Senhora Aparecida (14).

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se avaliar através destas informações, que o equipamento de cultura e um único equipamento cultural do Setor do Bairro Santa Marta não atendem aos parâmetros de referência (**condições físicas, localização e demanda**), os demais equipamentos culturais estão dentro dos parâmetros da pesquisa.

4.2.8 Equipamentos Comunitários de Lazer

Abaixo estão relacionados os equipamentos de lazer existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p align="center">12 – CENTRO DE TRADIÇÃO GAÚCHA TROPEL DE CAUDILHOS</p> <p align="center">EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: R. João Catapan, saída p/ Capinzal Fone: 54 - 3314 1677 Área (m²): Terreno: 7.600,00 m² Edificação: 1.800,00 m²</p> <p>Nº andares: 2 Horário: Indefinido Conservação: BOM</p>	
<p align="center">16 – SALÃO PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA SAÚDE</p> <p align="center">EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: Avenida Ernesto Bertoldo, ao lado da Igreja Nossa Sra. da Saúde Área (m²): Terreno: 700,00 m² Edificação: 600,00 m²</p> <p>Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: REGULAR</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 15 - Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

Neste quadro pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro Santa Marta dois equipamentos de lazer não-públicos, o CTG Tropel de Caudilhos e o Salão Paroquial. É ainda importante destacar, que o Setor do Bairro Santa Marta não possui nenhuma área verde ou praça disponível para sua população de mais de 5.000 habitantes.

4.2.9 Equipamentos Comunitários de Esporte

Abaixo estão relacionados os equipamentos de esportes existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>01 – GINÁSIO POLIESPORTIVO VITOR MATEUS TEIXEIRA - TEIXEIRINHA</p> <p>Localização: Perimetral Sul Área (m²): Terreno: 190.000,00 m² Edificação: 14.340,00 m² Nº andares: 1 = 5 andares Horário: Indefinido Conservação: BOM OBS: O Ginásio é raramente utilizado para esportes, sua principal função é para apresentações artísticas – shows.</p>	  
<p>14 – GINÁSIO POLIESPORTIVO SEMINÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: RST 153, Km 3, Acesso ao Loteamento Jardim América Fone: 54 - 3313 1077 Área (m²): Terreno: 3.000,00 m² Edificação: 1.830,00 m² Nº andares: 1 = 3 andares Horário: Indefinido Conservação: BOM OBS: O campo pertence ao Seminário Diocesano, e é alugado para uso da comunidade.</p>	 
<p>14 – CAMPO DE FUTEBOL SEMINÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: RST 153 - Km 3 - Acesso ao Jardim América Área (m²): Terreno: 2.100,00 m² Edificação: não tem Horário: Indefinido Conservação: REGULAR OBS: O campo pertence ao Seminário Diocesano, e é alugado para uso da comunidade.</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 16 - Equipamentos de Esportes implantados no Setor do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS


Em relação aos equipamentos de esporte, a avaliação da pesquisa de campo revela no Quadro 16, que dos três estabelecimentos do setor, um deles o Poliesportivo Teixeira é um equipamento público, que se encontra em bom estado de conservação, e dois deles são não-públicos: um campo de futebol e um ginásio pertencentes ao Seminário Diocesano.



Quanto à avaliação técnica:

A pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas, localização e demanda**, dos equipamentos de cultura e dos equipamentos culturais implantados no setor. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 32:

Tabela 32 – Análise dos Equipamentos de Esporte quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE ESPORTE	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	01*	
Área construída	4,00 ha para recreação ativa 2,00 ha para recreação passiva	Sim	SIM
Raio de influência	de 800 a 2.400 m	Não	NÃO
Estado de Conservação	100% BOM		
RESULTADO FINAL	O equipamento está DENTRO do parâmetro de área construída		

* Ginásio Poliesportivo Vitor Mateus Teixeira - Teixeira

Fonte: Autora, 2006.

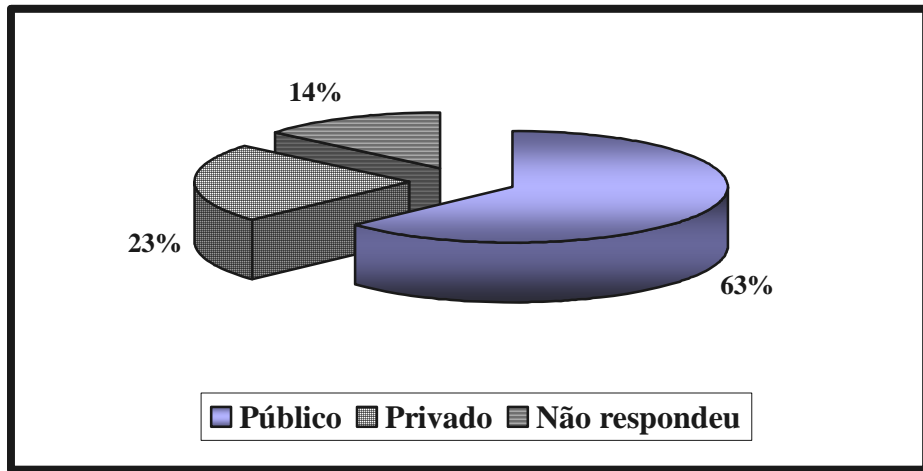
Quanto ao equipamento de esporte, o Ginásio Municipal Teixeira, a pesquisa revela que o parâmetro de área construída foi atingido pelo equipamento, mas o raio de abrangência é superior ao estimado na bibliografia. É importante ainda destacar que o mesmo não é utilizado para práticas esportivas e sim para eventos de grande porte, como shows ou apresentações artísticas. Isso demonstra que o bairro ainda sente-se carente de equipamentos de esportes implantados para uso da comunidade local.



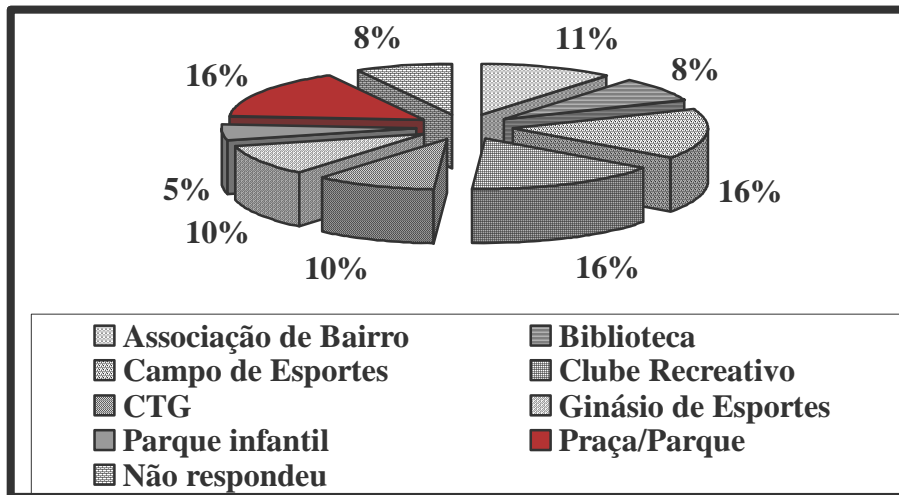
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os Equipamentos de Cultura, Lazer e Esportes do Setor do Bairro Santa Marta podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. As fichas de avaliação individuais de cada equipamento revelam a relação desta comunidade com sua saúde. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

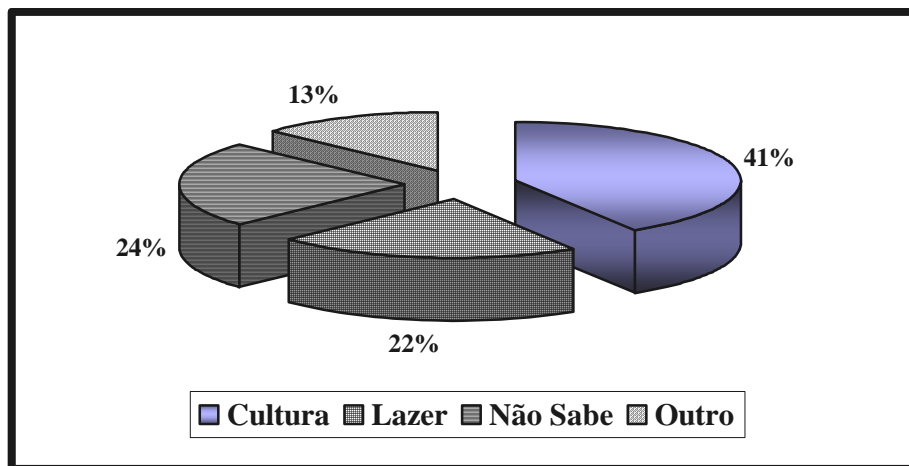
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte?



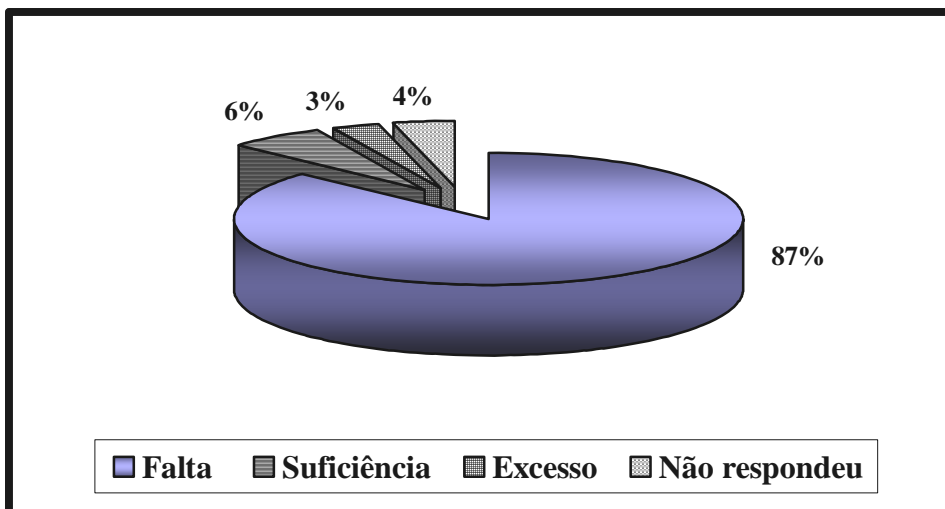
2 - Qual Equipamento Comunitário de Cultura, Lazer e Esporte que a família utiliza com mais frequência?



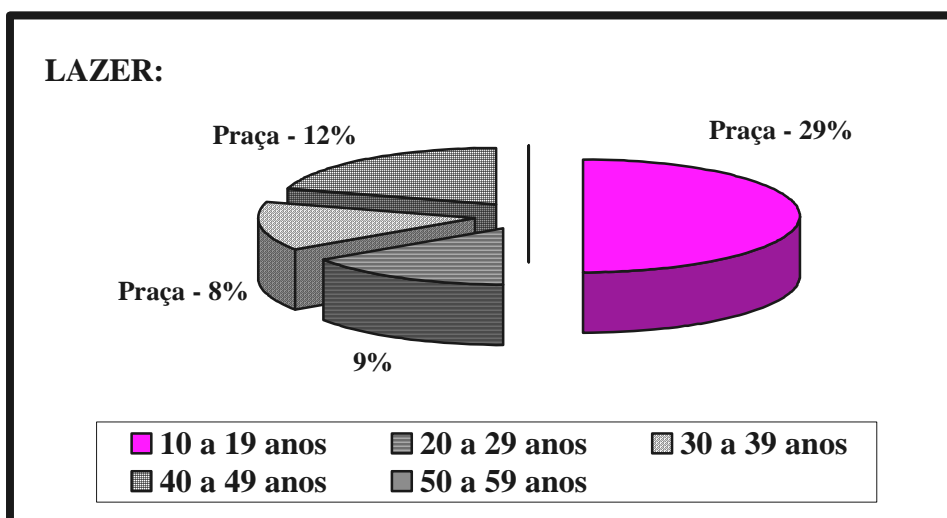
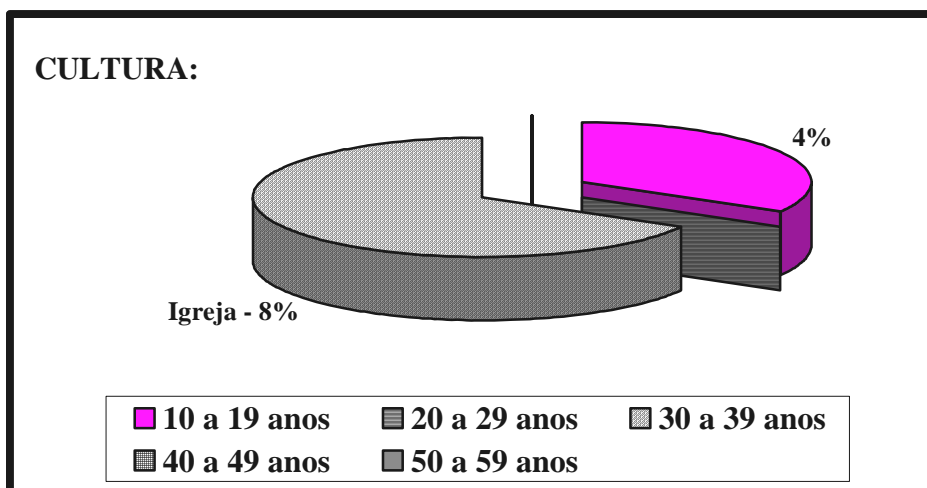
3 - Para você, o Templo Religioso pode ser considerado como um Equipamento Comunitário de:

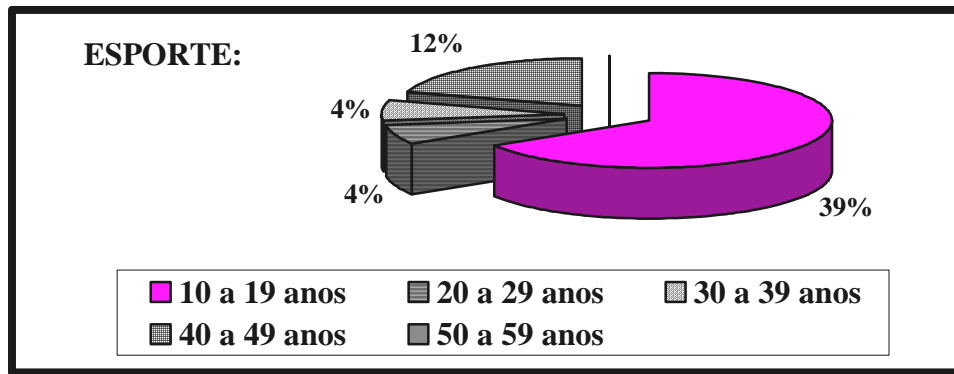


4 - Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte em seu bairro:



5 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?

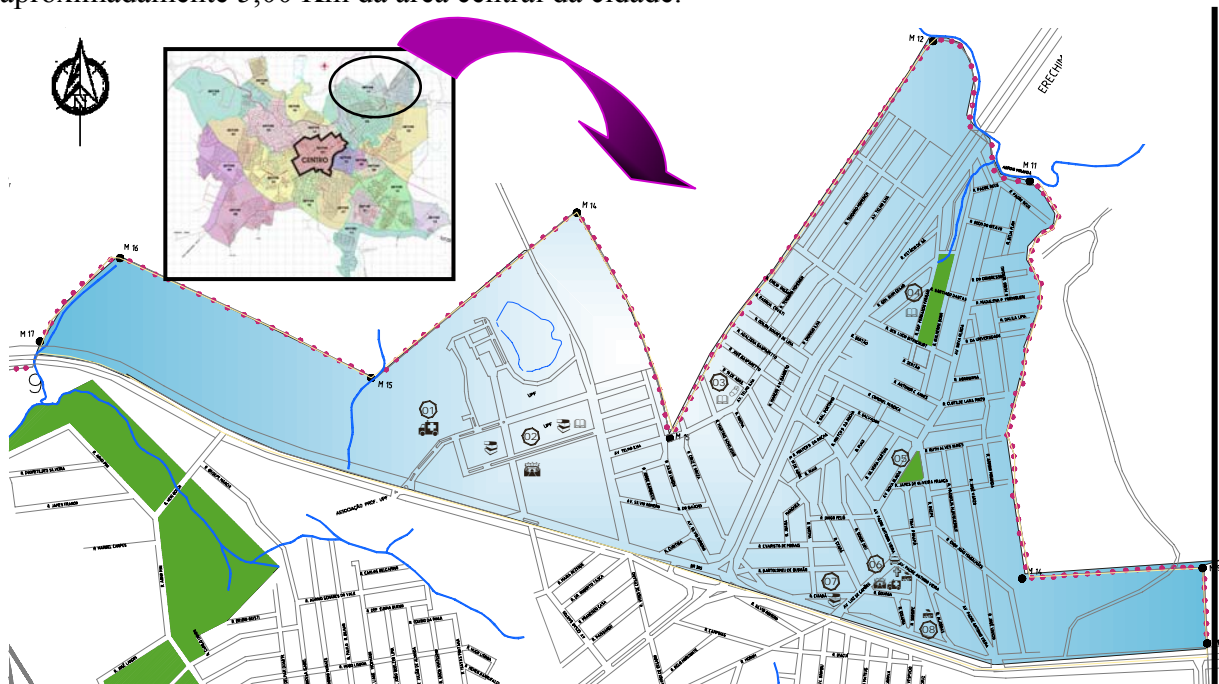




As entrevistas aqui registradas documentam que os moradores do Setor se mostram insatisfeitos com os poucos existentes. É unânime pelos moradores, a falta de equipamentos comunitários no bairro. A população coloca como necessidade para que o bairro fique melhor com a implantação de praças públicas. Dentre os equipamentos de cultura mais solicitados estão os Templos. Esta informação permite pensar, que esta parte da Vila Donária, única unidade de vizinhança que não atingiu aos parâmetros culturais de referência da pesquisa.

4.3 SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ

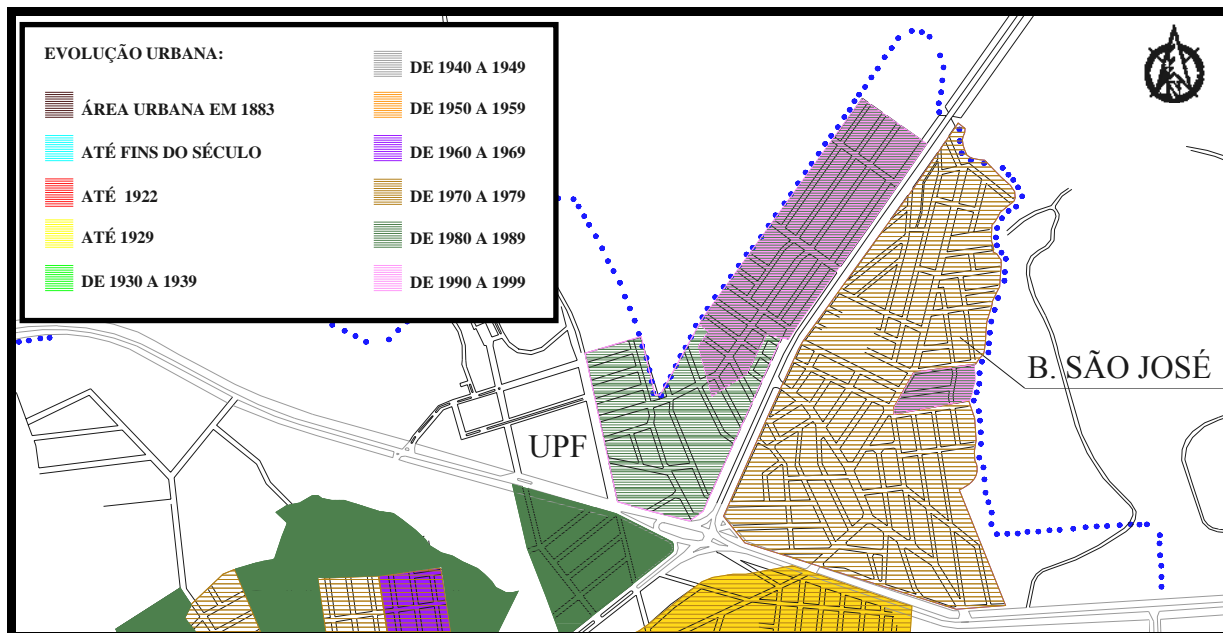
O Bairro São José localiza-se a região noroeste da cidade de Passo Fundo (Figura 21), a aproximadamente 5,00 Km da área central da cidade.



Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 21 - Implantação do Bairro São José e de seus respectivos Equipamentos Comunitários, sem escala

De acordo com o mapa de Evolução dos Loteamentos do município de Passo Fundo (Gosch, 2000), o Bairro São José iniciou sua urbanização somente a partir da década de 1970 com o Loteamento São José, enquanto apenas a partir de 1980 que o Loteamento Leonardo Ilha foi loteado, continuando sua expansão nos anos 90 (Figura 22).



Fonte: Gosch, 2000.

Figura 22 - Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro São José, sem escala

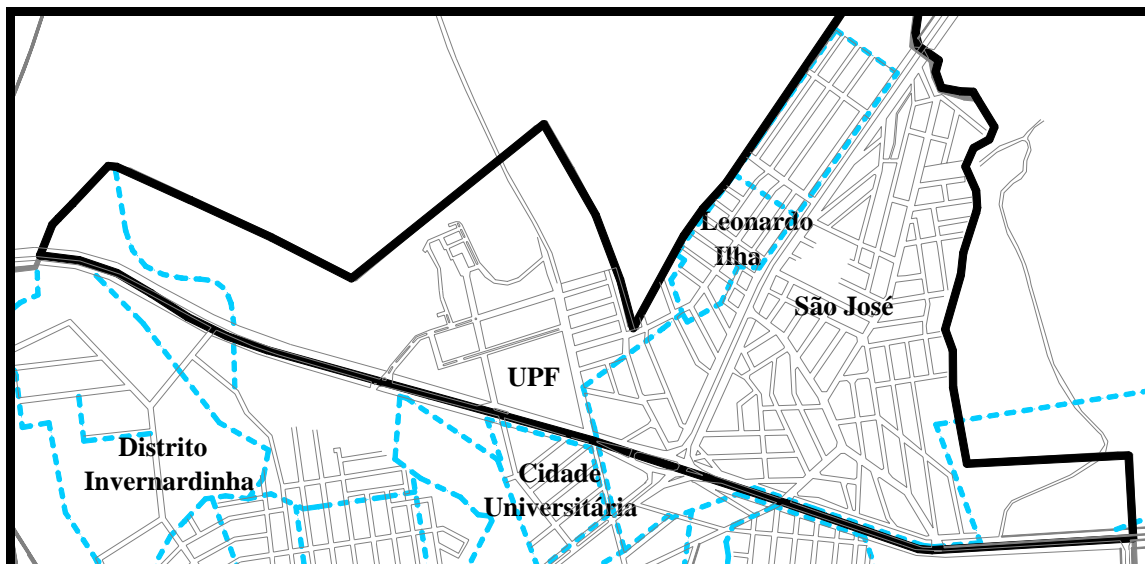


Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 23 - Foto aérea do Bairro São José, Passo Fundo/RS

4.3.1 Perfil do Setor do Bairro São José

Em 2006, o Bairro São José é formado pelos seguintes Loteamentos: São José, Leonardo Ilha I e Leonardo Ilha II, Loteamento da Brigada Militar, Campus da UPF (Figura 24).



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 24 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro São José, sem escala




De acordo com o IBGE (Agência de Passo Fundo, 2006), são características deste setor:

- **Área total:** 3.149.204,21 m² ou 314,92 ha
- **População total:** 8.741 (Jovens de 10 a 19 anos = 1.663)*
- **Total de domicílios:** 2.739*
- **Número de quadras:** 119
- **Número de ruas ou logradouros:** 125*
- **Alfabetização:** 90,37% das pessoas residentes são alfabetizadas*
- **Predominância da renda do responsável pelo domicílio:** 3 a 5 salários mínimos*
- **Média de moradores por domicílio ocupado:** 3,49 pessoas*
- **Média geral por número de domicílios:** 3,19 pessoas*

4.3.2 Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro São José

A pesquisa de campo revelou que dos equipamentos comunitários existentes no Setor do Bairro São José, nem todos são de uso público. A Tabela 33 apresenta em quantidade e área, os equipamentos de uso público pertencentes ao bairro:

Tabela 33: Equipamentos Comunitários do Bairro São José, Passo Fundo/RS

BAIRRO SÃO JOSÉ		EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS			
		Nº DE EQUIPAM.	ÁREA TOTAL		
			TERRENO	EDIFICADA	
	SAÚDE		2	3.392,00 m ²	1.376,00 m ²
	EDUCAÇÃO	Ensino Infantil	1	5.400,00 m ²	402,00 m ²
		Ensino Fundamental	2	9.361,00 m ²	860,00 m ²
		Ensino Fund. e Médio	1	4.965,00 m ²	1.219,00 m ²
	SEGURANÇA		1	82,00 m ²	68,00 m ²
	CULTURA	CULTURA	1	1.462,00 m ²	297,00 m ²
		CULTUAIS	1	1.290,00 m ²	750,00 m ²
	LAZER		1	11.875,00 m ²	-
	ESPORTE		-	-	-
TOTAL			10	38.427,00 m² ou 3,84 ha	4.972,00 m²

Fonte: Autora, 2006.

Esta tabela sintetiza a implantação dos equipamentos públicos de educação e segurança existentes no setor, e também revela o descaso para com os equipamentos de saúde, cultura, lazer, esporte. Dos equipamentos de cultura, lazer e esporte, cinco deles são estabelecimentos não-públicos, não contando para esta pesquisa.

Está implantado no bairro, um único ambulatório que se encontra adaptado às instalações do Templo.

Existem apenas dois equipamentos culturais para uma população de mais de 8.700 pessoas, sendo um deles um equipamento cultural.

É importante registrar também que foram encontrados neste Setor, três equipamentos de lazer e nenhum equipamento de esporte público. Dos equipamentos de lazer existentes no bairro, encontram-se as áreas verdes da Universidade de Passo Fundo. Estas são de propriedade não-pública, mas são utilizadas pela população do bairro sem nenhum custo, durante os finais de semana. Por este motivo estas áreas fazem parte da pesquisa.

Em relação aos referenciais pesquisados e de acordo com a Tabela 34, constata-se que o setor do Bairro São José tem uma área inferior à área ideal para a implantação dos equipamentos comunitários.

Tabela 34 – Estimativa de área necessária conforme parâmetros para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro São José

BAIRRO SÃO JOSÉ	Moretti (1997)	Guimarães (2004)
3,84 hectares	15,75 hectares	47,24 hectares

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se observar também, que existe uma oferta de alguns tipos de equipamentos, como os de educação, e a escassez de outros, neste caso, de serviços de saúde, de recreação e lazer, ou ainda, de áreas esportivas.

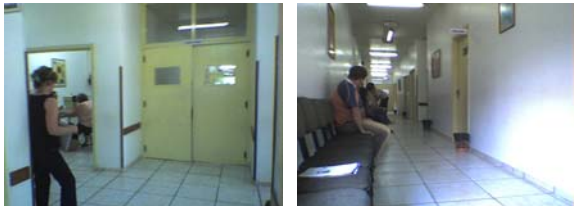
A Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979 prevê que os loteamentos, assim como os bairros, devem ter áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público, proporcionais à densidade de ocupação prevista para a área.


Os dados da pesquisa de campo do Setor do Bairro São José permitem constatar que isto não acontece neste setor, pois da área total de 314,39 hectares, apenas 3,84 hectares são destinados para implantação de equipamentos comunitários, ou seja, nem 1,22 % da área total do setor, quando, pelos referenciais pesquisados, esta área devia ser de no mínimo 15,75 hectares.

Nas tabelas abaixo serão apresentadas a síntese do levantamento de cada equipamento comunitário implantado no Bairro São José, seguidas das respectivas avaliações, analisadas segundo autores pertinentes, citados na revisão de literatura, Capítulo 2.4:

4.3.3 Equipamentos Comunitários de Saúde

Abaixo estão relacionados os equipamentos de saúde existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>01 – HOSPITAL DE OLHOS</p> <p>Localização: BR 285, Km 171 – Campus Universitário</p> <p>Área (m²): Terreno: 3.060,00 m² Edificação: 1.370,00 m²</p> <p>Nº consultas/dia: ≈ 60</p> <p>Conservação: BOM</p> <p>OBS: O Hospital é especialista em Olhos.</p>	 
---	---

<p>05 – AMBULATÓRIO SÃO JOSÉ</p> <p>Localização: Av. Padre Antônio Vieira, 535 Área (m²): Terreno: 332,00 m² Edificação: 135,00 m² Nº consultas/dia: ≈ 25 Conservação: RUIM OBS: O ambulatório localiza-se ao lado da Igreja São José. Horário atendimento das: 7:30 ao 11:30 e 13:00 as 18:30</p>	
--	--

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 17 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro São José, Passo Fundo/RS


Neste quadro pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro São José um Hospital e um único ambulatório. O Hospital é especialista em olhos, e está em bom estado de conservação, enquanto o ambulatório possui um atendimento restrito e encontra-se em péssimo estado de conservação.



Quanto à avaliação técnica:

Quanto a estes equipamentos de saúde, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda**. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 35:

Tabela 35: Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equipamentos*	
Edifício	≥ 200 m ² e ampliável	Sim	SIM
Terreno	≥ 800 m ²	Sim	SIM
Quota de terreno por unidade habitacional	0,16 a 0,48 m ²	Sim	SIM
Raio de abrangência	Até 2.000 m	Sim	SIM
Localização	A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?	Não	NÃO
População	Cada região com cerca de 20.000 hab., deve ter no mínimo 1 Posto de Saúde	Não	NÃO
Estado de Conservação	50% BOM - 50% RUIM		
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Edifício, Terreno, Quota de terreno por unidade habitacional e Raio de abrangência.		

* Hospital e Olhos (01) - Ambulatório São José (06).

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se avaliar através destas informações, que os equipamentos de saúde do Setor do Bairro São José não atendem, em relação aos parâmetros de referência, a **localização** e a **demanda**.

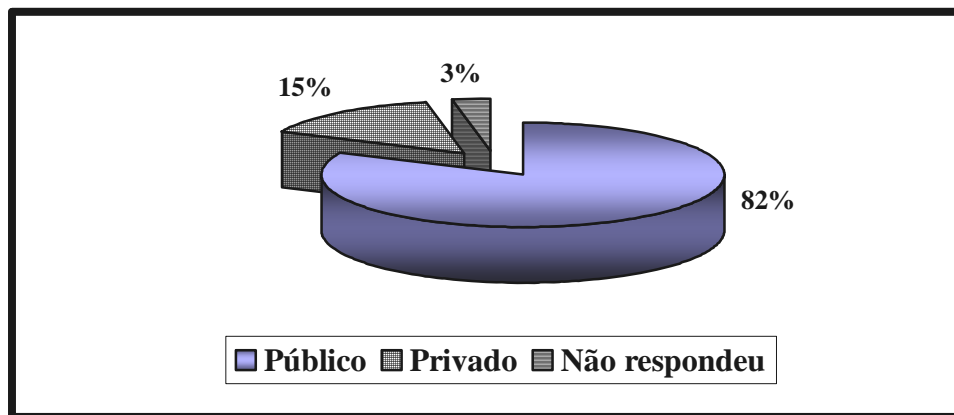
É importante observar neste caso, que mesmo que os equipamentos se encontram dentro dos parâmetros mínimos para raios de abrangência, sua localização não garante o rápido e fácil acesso ao serviço, porque o setor está dividido por duas rodovias. Isto faz com que grande parte da população se desloque com insegurança para usufruir de um atendimento de saúde.



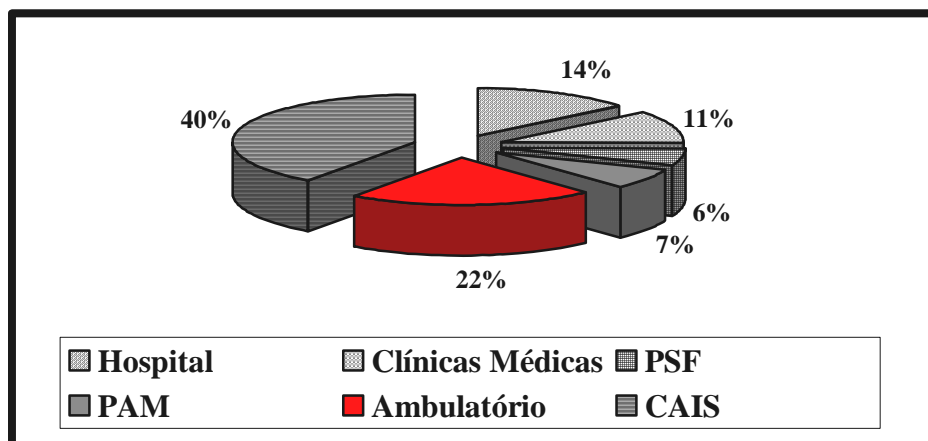
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de saúde do Setor do Bairro Petrópolis pode ser avaliado através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. As fichas de avaliação individuais de cada equipamento revelam a relação desta comunidade para com sua saúde. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

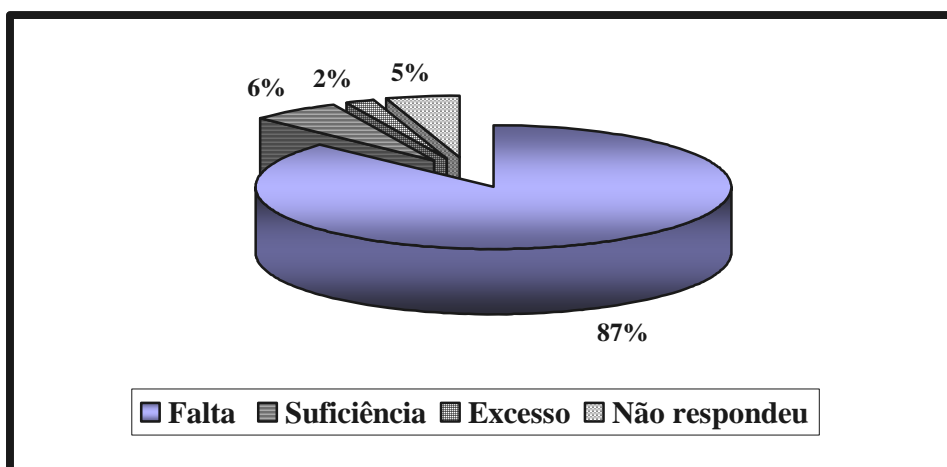
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Saúde?



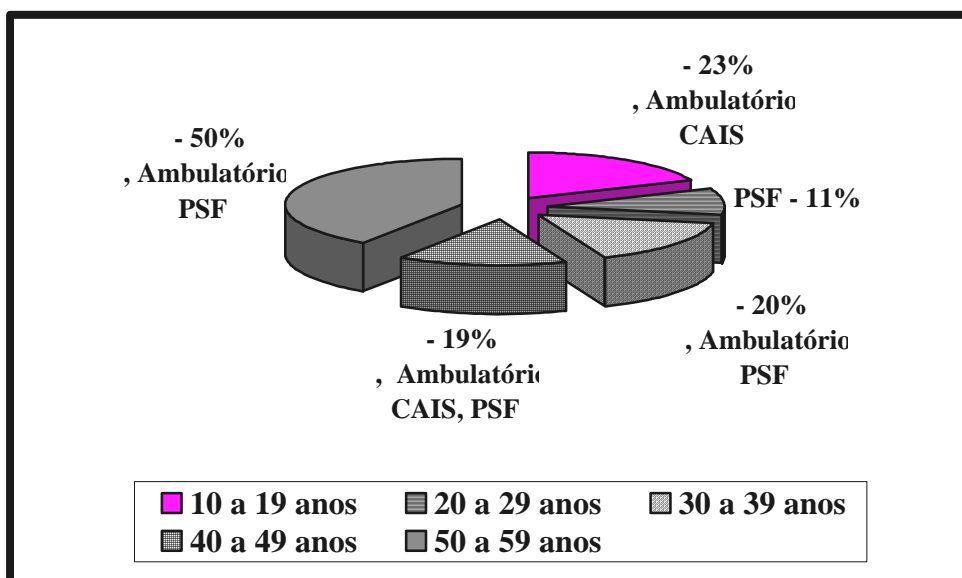
2 - Qual Equipamento Comunitário de Saúde que a família utiliza com mais frequência?



3 - Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Saúde em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



Em relação à população que respondeu aos questionários, esta afirma utilizar os equipamentos públicos de saúde. Utilizam com frequência os Centros de Atendimento Integrado de Saúde (CAIS), localizado no setor vizinho (Petrópolis), pois este Setor não tem este equipamento, seguidos do Ambulatório e dos Hospitais. Observa-se que os moradores do Bairro São José buscam a complementação dos serviços de saúde em outros setores.

As entrevistas aqui registradas documentam que apesar dos Equipamentos de Saúde do Bairro São José estarem dentro de alguns dos parâmetros analisados, como área de terreno e área edificada, verificou-se que os moradores do Setor estão insatisfeitos com os serviços de saúde, colocando que ainda faltam equipamentos, como Ambulatórios, Centro de Atendimento Integrado de Saúde (CAIS) e postos do Programa Saúde da Família.

Esta informação vai ao encontro da questão da busca pelos equipamentos de saúde vizinhos ao seu setor. Contatou-se que 15% da população entrevistada afirmam utilizar serviços de saúde particulares, como as Clínicas Médicas, em complementação a carência dos serviços públicos existente no bairro, onerando a renda familiar.

4.3.4 Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Infantil

Abaixo estão relacionados os equipamentos de educação – ensino infantil existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>03 – ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO FELIZ</p> <p>Localização: A. Telmo Ilha esq. 1º de Abril Coordenadora: Roselise (3335 2294) Área (m²): Terreno: 5.400,00 m² Edificação: 402,00 m²</p> <p>Nº andares: 1 Nº salas de aula: 5 Nº alunos: 106 Faixa etária: 6 meses a 6 anos Conservação: BOM OBS: A Escola pertence à Prefeitura Municipal. Horário: das 7:30 às 18hs.</p>	
--	---

Fonte: Autora, 2006.


Quadro 18 - Equipamento de Educação – Ensino Infantil implantado no Setor do Bairro São José, Passo Fundo/RS



Quanto à avaliação técnica:

No Quadro 18 pode-se constatar que está implantado no Setor do Bairro São José um único equipamento de ensino infantil. Este é uma Escola de Educação Infantil, que se encontra em perfeito estado de conservação. Os resultados e a síntese dos dados coletados na pesquisa de campo estão relacionados na Tabela 36:

Tabela 36: Análise dos Equipamentos do Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAM. DE EDUCAÇÃO	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.*	
Terreno	1.200 a 2.500 m ²	Sim	SIM
Quota de terreno/un. Hab.	0,6 a 1,3 m ²	Sim	SIM
Edifício	7 m ² / criança	Não	NÃO
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	0,5 m ² / habitante	Sim	SIM
Área recreação coberta	2 m ² / criança - Mínimo de 30,00m ²	Não	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	Sim	SIM
Raio de abrangência	Até 800 m das residências	Não	NÃO
Alunos	De 100 a 200 / turno	Sim	SIM
População	6% da população	Não	NÃO
Estado de Conservação	-	Bom	100% BOM
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Terreno e Quota de terreno por unidade habitacional, Área construída e de Recreação Descoberta e Alunos.		

* Escola Municipal de Educação Infantil Cantinho Feliz (03).

Fonte: Autora, 2006.

A avaliação da pesquisa de campo revela que o equipamento de ensino infantil atingiu alguns dos parâmetros de referência, como dimensionamento de terreno e de área construída (área edifício + área jogos + área de recreações), esta, porém não atende a **demand**a e ao **raio de abrangência**, pois a mesma se encontra muito distante de algumas habitações, constatando que a população precisa deslocar-se de uma distância além da ideal.

Quanto ao dimensionamento de área edificada a Escola deverá sofrer algumas ampliações, para atingir os parâmetros mínimos comparados.

4.3.5 Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Fundamental e Médio

A seguir, estão relacionados os equipamentos de educação - ensino fundamental e médio pesquisados no levantamento de campo do Setor:

<p>04 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BENONI ROSADO</p> <p>Localização: Rua Deputado Fernando Ferrari, 189</p> <p>Área (m²): Terreno: 5.077,00 m²</p>	
---	--

<p>Edificação: 484,00 m² Nº andares: 1 Nº salas de aula: 5 Nº alunos: 257 Faixa etária: 6 a 16 anos Escola Aberta: Não Conservação: REGULAR OBS: A escola não tem refeitório.</p>	
<p>03 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ELOY PINHEIRO MACHADO</p> <p>Localização: Rua 1º de Abril, s/nº Fone: 54 – 3311 9046 Área (m²): Terreno: 4.284,00 m² Edificação: 376,00 m² Nº andares: 1 Nº salas de aula: 4 Nº alunos: 184 Faixa etária: 7 a 12 anos Escola Aberta: Não Conservação: BOM OBS: A escola não tem espaço específico para secretaria e refeitório, os mesmo estão adaptados em salas de aula hoje.</p>	
<p>05 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO MÉDIO GENERAL PRESTES GUIMARÃES</p> <p>Localização: Rua James de Oliveira Franco, 55 Fone: 54 – 3311 9444 Área (m²): Terreno: 2.934,00 m² Edificação: 1.219,00 m² Nº andares: 1 Nº salas de aula: 16 Nº alunos: 1.100 Faixa etária: 6 a 80 anos</p>	



Fonte: Autora, 2006.

Quadro 19 - Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro São José, Passo Fundo/RS

No Quadro 19 pode-se constatar que estão implantados no Setor do Bairro São José, como equipamento de educação, duas escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio. Os equipamentos de ensino fundamental encontram-se em estado bom e regular de conservação, enquanto o equipamento de ensino médio está em estado regular.


É importante observar, que a escola de ensino médio trabalha com o Programa Escola Aberta, do Governo Federal. O projeto integra a comunidade à escola e oferece opções de lazer e cultura aos sábados e domingos, como oficinas, estudos dirigidos (redação, computação), jogos, entre outros. O objetivo do programa é criar, na instituição de ensino, um espaço de integração para melhorar a qualidade do relacionamento entre pais, alunos e professores e, assim, reduzir os índices de violência causados pela falta de oportunidades de entretenimento no Setor.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de educação – ensino fundamental e médio, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda**. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 37:

Tabela 37: Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAM. DE EDUCAÇÃO	Dados em função:					Resultado Parcial
	Unidade de Vizinhança		Setor			
	Equipamentos		Parâmetros de referência	Equip.		
	04*	03*		05*		
Terreno	Sim	Sim	6,4 m ² / aluno		Sim/Não	NÃO
Quota de terreno/ unidade hab.	-	-	-	4,3 a 8,10 m ²	Não	NÃO
Edifício	Não	Não	3,2 a 7,5 m ² / aluno	3,2 a 6,25 m ² / aluno	Não	NÃO
	Não	Não	0,864 m ² /pop.	0,182 m ² /pop.	Não	
Área desejável (edifício + pátios de recreação+ esportes)	Não	Não	1 pavimento = 47 m ² / aluno	2 pavimentos = 38 m ² / aluno	Não	NÃO
Salas de aula	-	-	-	≤ 16 classes	Sim	SIM
Área livre	Sim	Sim	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?		Sim	SIM
Ampliações	Sim	Sim	Admite futuras ampliações?		Sim	SIM
Raio de Abrangência	Não	Não	até 800 m da residência	até 1.600 m das residências	Não	NÃO
Alunos	Não	Não	40 / turma	40 / turma	Não	NÃO
População	-	-	-	20% da pop. servida	Não	NÃO
Estado de Conservação	Reg.	Bom	-	-	Reg.	33%BOM 67%REG.
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Salas de aula, Área livre e Ampliações.					

* Escola Estadual de Ensino Fundamental Benoni Rosado (04), Escola Estadual de Ensino Fundamental Eloy Pinheiro Machado (03) e Escola Estadual de Ensino Médio General Prestes Guimarães (05).

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se avaliar através destas informações, que os equipamentos de ensino fundamental e médio do Setor do Bairro São José não atendem aos parâmetros comparativos utilizados (as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda**).

É importante observar, que a Escola do Ensino Médio não está dentro dos parâmetros ideais de raio de abrangência, o que significa que parte da população deve deslocar-se através de maiores distâncias para usufruir deste atendimento de educação.

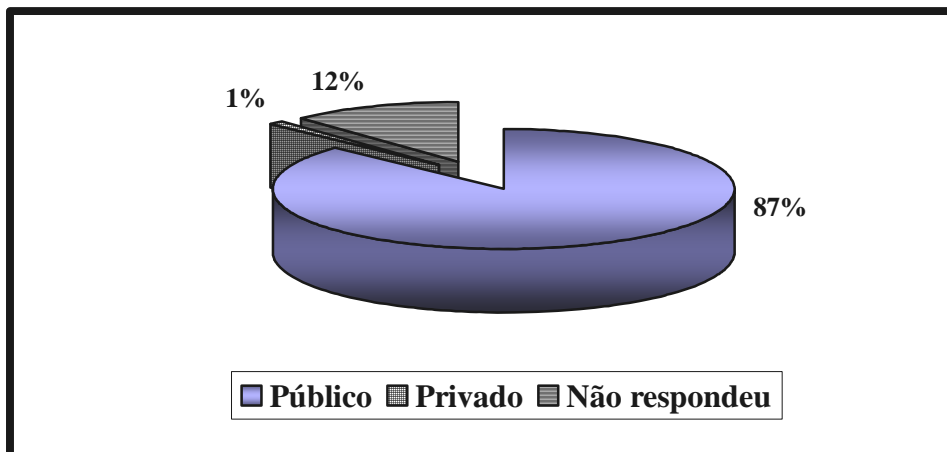


Quanto à avaliação comportamental:

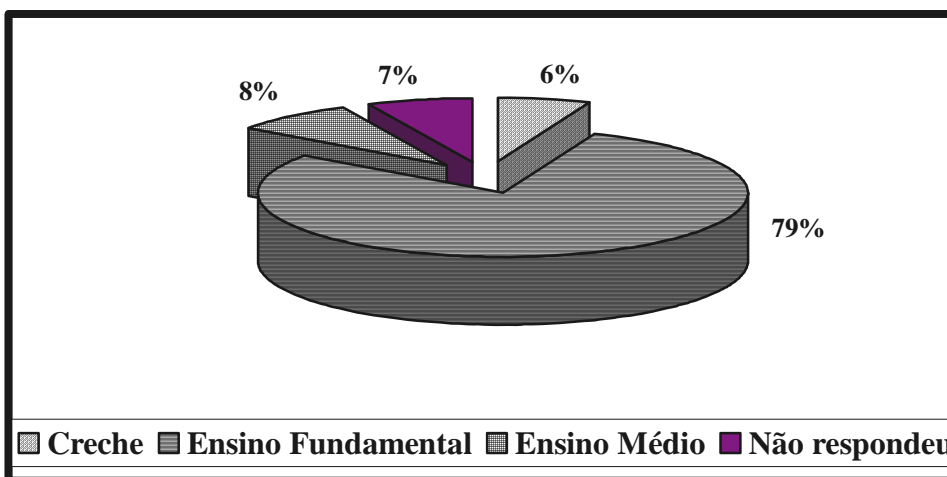
O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de educação do Setor do Bairro São José pode ser avaliado através da pesquisa de amostragem realizada junto

a sua população. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

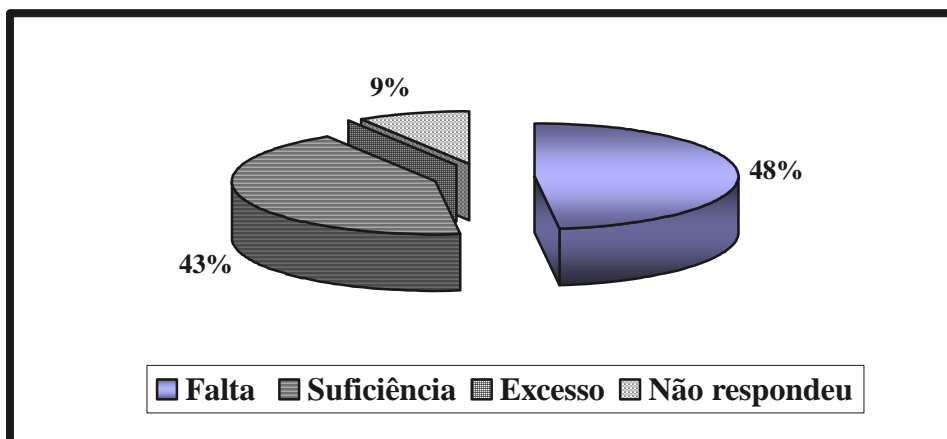
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Educação?



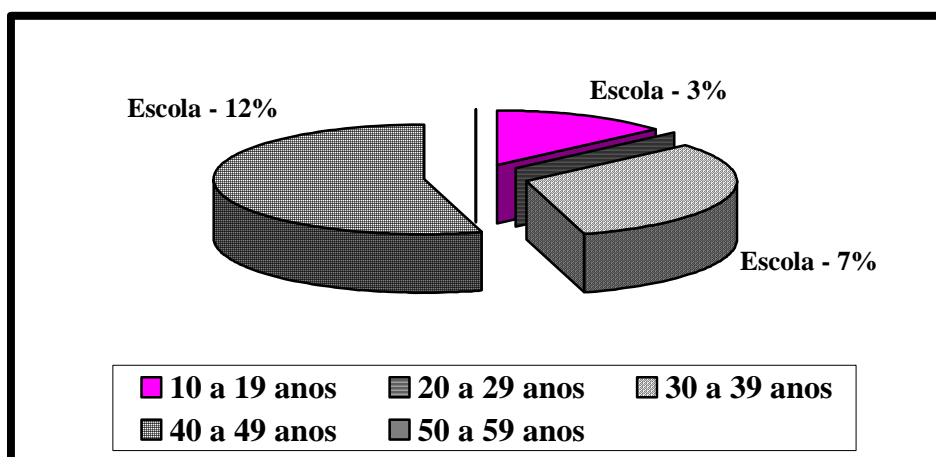
2 – Qual Equipamento Comunitário de Educação que a família utiliza com mais frequência?



3 – Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de EDUCAÇÃO em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?




A população que respondeu aos questionários, afirma utilizar os estabelecimentos públicos de educação, principalmente as Escolas de Ensino Fundamental, seguidas das Escolas de Ensino Médio e das Creches.

As entrevistas aqui registradas documentam que apesar dos Equipamentos de Educação do Bairro São José não estarem dentro dos parâmetros analisados, 43% dos moradores do Setor mostram-se satisfeitos com o serviço prestado.

Esta informação permite constatar que esta satisfação por parte dos moradores pode estar relacionada ao bom atendimento que estas oferecem ou então pelo trabalho feito aos finais de semana com o Programa Escola Aberta, que supre em boa parte a carência educacional, cultural e de lazer da população local.

4.3.6 Equipamentos Comunitários de Segurança

Abaixo estão relacionados os equipamentos de segurança existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>06 – POSTO POLICIAL SÃO JOSÉ</p> <p>Localização: Av. Luiz de Camões esq. com Av. Padre Antônio Vieira</p> <p>Área (m²): Terreno: 82,00 m² Edificação: 68,00 m²</p> <p>Nº andares: 1 Nº PMs: 3</p> <p>Pátio para estacionamento e manobra da viatura: Estacionamento</p> <p>Horário: Tarde (13 – 19hs) e Noite (19 – 00hs)</p> <p>Conservação: REGULAR</p>	
--	--

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 20 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro São José, Passo Fundo/RS


A avaliação dos equipamentos de segurança constata que há um único equipamento comunitário implantado no Bairro São José, que está em estado regular de conservação.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a este equipamento de segurança, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda**. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 38:

Tabela 38: Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	Dados em função do Setor ou Bairro		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.*	
Raio de atendimento	Até 800 m	Não	NÃO
Terreno	≥ 1.000 m ²	Não	NÃO
Localização	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?	Sim	SIM
Área livre	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?	Sim	SIM
Estacionamento	Possui estacionamento defronte ao prédio?	Não	NÃO
Estado de Conservação	100% REGULAR		
RESULTADO FINAL	O equipamento está FORA dos principais parâmetros analisados.		

* Posto Policial São José.

Fonte: Autora, 2006.

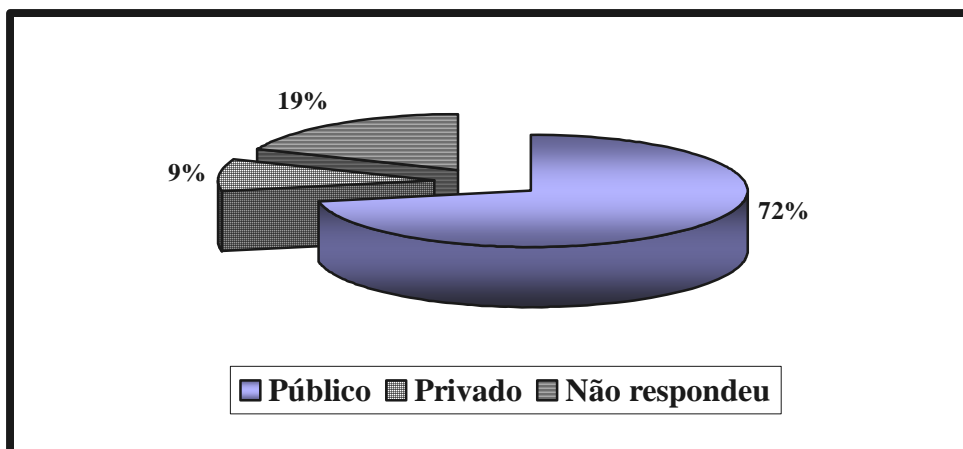
Pode-se avaliar através destas informações, que o único equipamento de segurança do Setor do Bairro São José não atende as **condições físicas**, **localização** e a **demanda** existente.



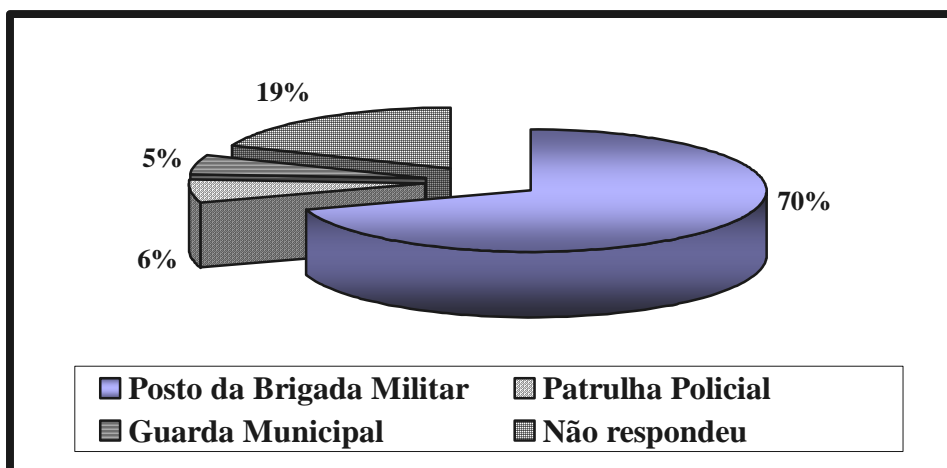
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de segurança do Setor do Bairro São José pode ser avaliado através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

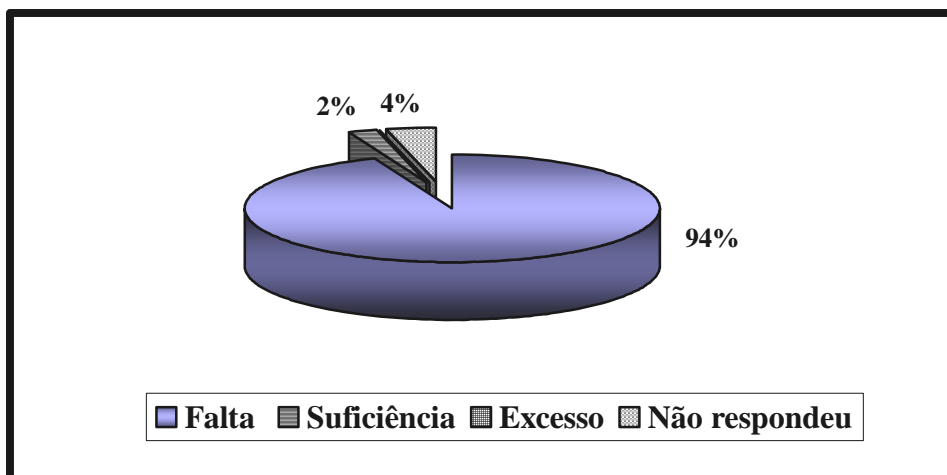
1 – Sua família utiliza com mais freqüência que Equipamento Comunitário de Segurança?



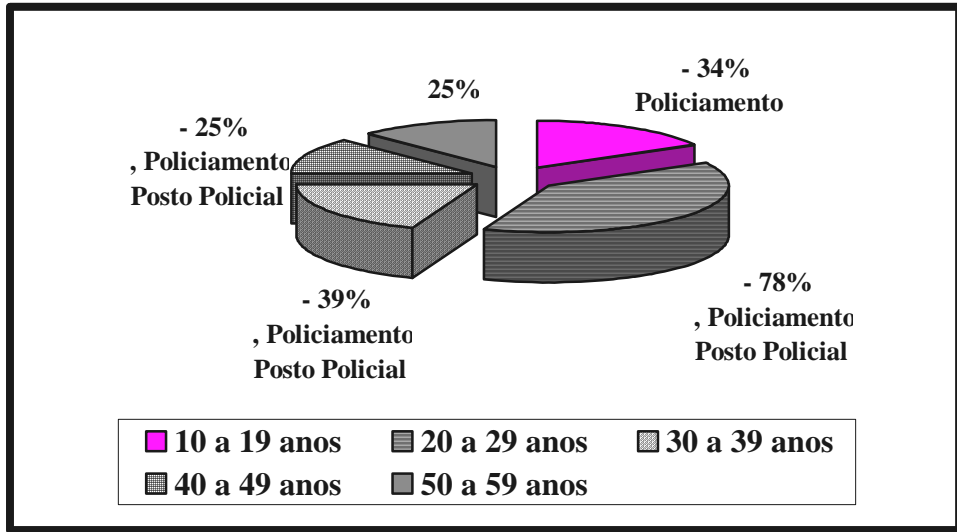
2 – Qual Equipamento Comunitário de Segurança que a família utiliza mais freqüentemente?



3 – Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Segurança em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?





A população que respondeu aos questionários, afirma recorrer aos equipamentos públicos de segurança. Recorrem com mais freqüência ao Posto da Brigada Militar seguidos da Patrulha Policial e logo após a Guarda Municipal.

As entrevistas registradas documentam que além do Equipamento de Segurança do Bairro São José estar fora dos parâmetros analisados (**condições físicas, localização e demanda**), 94% dos entrevistados do Setor mostram-se insatisfeitos com os serviços de segurança, colocando que ainda faltam equipamentos. Estes ainda afirmam que segurança é a prioridade para que o bairro fique melhor.

4.3.7 Equipamentos Comunitários de Cultura

Abaixo estão relacionados os equipamentos de cultura existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>07 – ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO SÃO JOSÉ</p> <p>Localização: Rua Cuiabá, 63 Responsável: Luis Carlos (3312 7634) Área (m²): Terreno: 1.462,00 m² Edificação: 297,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: RUIM</p>	
--	--

<p align="center">02 – MUSEU MUZAR</p> <p align="center">EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: BR 285, Km 171 – Campus I UPF – Prédio B4</p> <p>Responsável: Flávia</p> <p>Área (m²): Terreno: 160,00 m² Edificação: 114,00 m²</p> <p>Nº andares: 1</p> <p>Horário: Indefinido</p> <p>Conservação: BOM</p> <p>OBS: O museu pertence à UPF</p>	
<p align="center">02 – BIBLIOTECA UPF</p> <p align="center">EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: BR 285, Km 171 – Campus I UPF</p> <p>Fone: 54 – 3316 8463</p> <p>Área (m²): Terreno: 9.310,00 m² Edificação: 3.076,00 m²</p> <p>Nº andares: 1</p> <p>Horário: Indefinido</p> <p>Conservação: BOM</p> <p>OBS: O museu pertence à UPF</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 21 - Equipamentos de Cultura implantados no Setor do Bairro São José, Passo Fundo/RS

Neste quadro pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro São José três equipamentos de cultura, em que apenas um deles é público, a Associação de Bairro, que por sua vez, encontra-se em péssimo estado de conservação.



QUANTO AOS EQUIPAMENTOS CULTUAIS:

Abaixo estão relacionados os equipamentos culturais existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p align="center">06 – CAPELA PARÓQUIA SÃO JOSÉ</p> <p>Localização: Av. Padre Antônio Vieira, 537</p> <p>Fone: 54 – 3313 5519</p> <p>Área (m²): Terreno: 1.290,00 m² Edificação: 750,00 m²</p> <p>Nº andares: 1</p> <p>Horário: Indefinido</p> <p>Conservação: BOM</p>	
---	--



Fonte: Autora, 2006.

Quadro 22 - Equipamento Cultural implantado no Setor do Bairro São José, Passo Fundo/RS


No Quadro 22 pode-se identificar que está implantado no Setor do Bairro São José um único equipamento cultural, que por sua vez encontra-se em bom estado de conservação.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de cultura, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas, localização e demanda**. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 39:

Tabela 39: Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 EQUIPAMENTOS DE CULTURA	Dados em função da Unidade de Vizinhança		Resultado Parcial	
	Parâmetros de referência	Equip.		
		07*		06*
Terreno	1.000 m ²	Sim	-	SIM
Edifício	200 m ²	Sim	-	SIM
Área do terreno	0,1 m ² / habitante	-	Sim	SIM
Área construída	Mínimo de 400 m ²	-	Sim	SIM
Estado de Conservação	-	RUIM	BOM	50% BOM 50% RUIM
RESULTADO FINAL	Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Área do terreno e Área construída.			

* Associação de Moradores do Bairro São José (07) e Paróquia São José (06).

Fonte: Autora, 2006.

Com estas informações, podem-se avaliar conjuntamente os equipamentos de cultura e os culturais, levando em consideração que dos quatro equipamentos de cultura encontrados no Setor, apenas dois deles são propriedade pública.

Pode-se avaliar através destas informações, que o equipamento de cultura do Setor do Bairro São José não atende aos parâmetros da pesquisa, e seu estado de conservação é ruim.

O equipamento cultural atende aos parâmetros comparados, as **condições físicas**, sua **localização** e a **demanda** da Unidade de Vizinhança, mas não atende a demanda do Setor.

4.3.8 Equipamentos Comunitários de Lazer

Abaixo estão relacionados os equipamentos de lazer existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>02 – ÁREAS VERDES UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: BR 285, Km 171 – Campus I UPF Área (m²): Terreno: 11.875,00 m² Edificação: - Horário: Indefinido Conservação: BOM OBS: As áreas verdes pertencem à UPF</p>	
<p>08 – CENTRO DE TRADIÇÃO GAÚCHA FAGUNDES DOS REIS</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: Rua Alagoas, 300 Fone: 54 – 3311 0957 Área (m²): Terreno: 1.033,00 m² Edificação: 663,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: REGULAR</p>	
<p>06 – SALÃO PAROQUIAL SÃO JOSÉ</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: Av. Luiz de Camões, s/nº Área (m²): Terreno: 600,00 m² Edificação: 360,00 m² Nº andares: 1 Horário: Indefinido Conservação: REGULAR</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 23 - Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro São José, Passo Fundo/RS

No Quadro 23 pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro São José três equipamentos de lazer, o CTG Fagundes dos Reis e o Salão Paroquial São José ambos não-públicos, e as áreas verdes da Universidade de Passo Fundo, equipamento também não-

público que se encontra em bom estado de conservação, e que funcionam como praças nos finais de semana pela população local.



Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de lazer, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda**. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 40:

Tabela 40: Análise dos Equipamentos de Lazer quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

EQUIPAMENTOS DE LAZER	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equipamentos*	
Área de terreno	4,5 m ² / habitante	Não	NÃO
Raio de abrangência	≤ 800 m	Não	NÃO
Estado de Conservação	BOM		
RESULTADO FINAL	O equipamento está FORA do parâmetro analisado, no entanto está em estado regular de conservação.		

* Áreas verdes da Universidade de Passo Fundo (06).

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se avaliar através destas informações, que o único equipamento de lazer do Setor do Bairro São José não atende, em relação aos parâmetros utilizados, as **condições físicas**, sua **localização** e **demanda** do Setor.

4.3.9 Equipamentos Comunitários de Esporte

Abaixo estão relacionados os equipamentos de esportes existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p>02 – GINÁSIO DE ESPORTES UPF</p> <p>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</p> <p>Localização: BR 285, Km 171 – Campus I UPF</p> <p>Área (m²): Terreno: 5.400,00 m² Edificação: 3.243,00 m²</p> <p>Nº andares: 1 = 3 andares</p> <p>Horário: Indefinido</p> <p>Conservação: BOM</p> <p>OBS: O ginásio pertence à Universidade de Passo Fundo</p>	
--	--

**06 – GINÁSIO DE ESPORTES
SÃO JOSÉ**

**EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE
NÃO PÚBLICA**

Localização: Av. Padre Antônio Vieira, s/nº

Área (m²): Terreno: 2.480,00 m²

Edificação: 1.910,00 m²

Nº andares: 2 andares

Horário: Indefinido

Conservação: REGULAR



Fonte: Autora, 2006.

Quadro 24 - Equipamentos de Esporte implantados no Setor do Bairro São José, Passo Fundo/RS

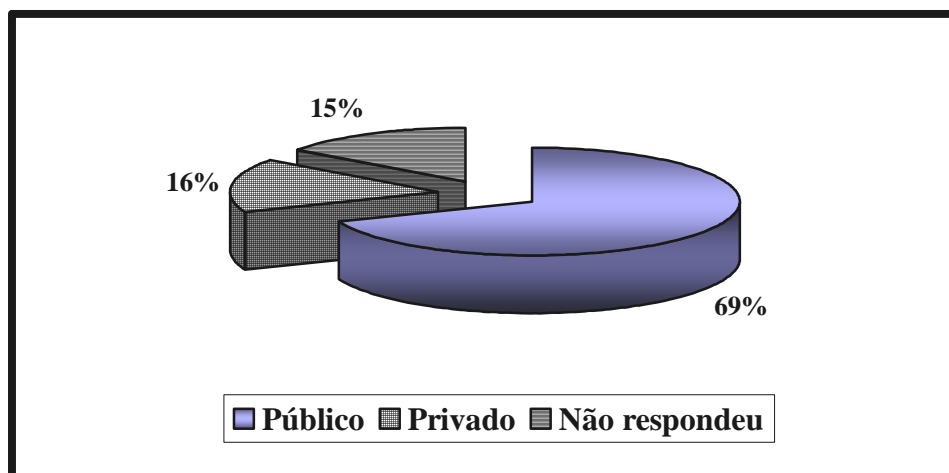
Em relação aos equipamentos de esporte, a avaliação da pesquisa de campo revela no Quadro 24, que todos os equipamentos do setor são não-públicos, ou seja, o Setor do Bairro São José não possui nenhum estabelecimento público para uso da comunidade local.



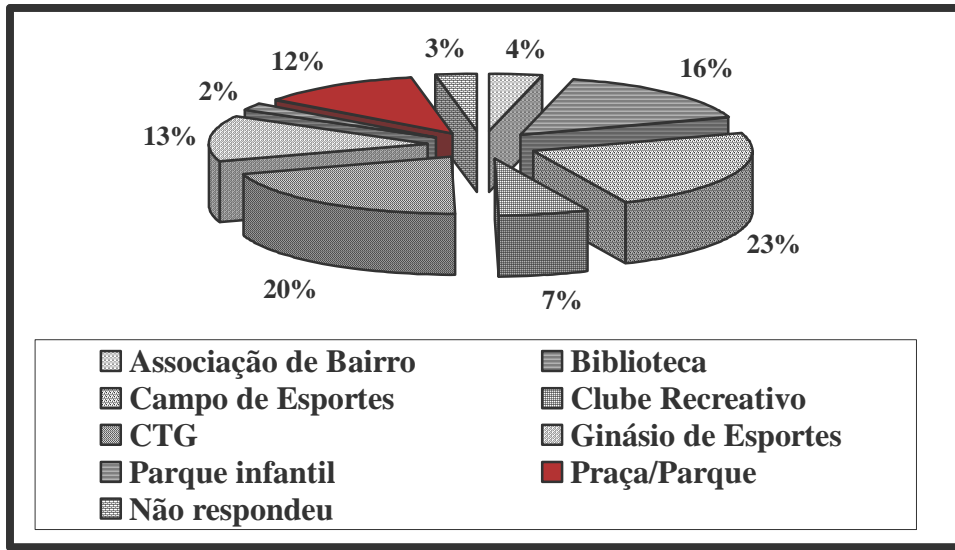
Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os Equipamentos de Cultura, Lazer e Esportes do Setor do Bairro São José podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. As fichas de avaliação individuais de cada equipamento revelam a relação desta comunidade para com sua Cultura, Lazer e Esporte. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

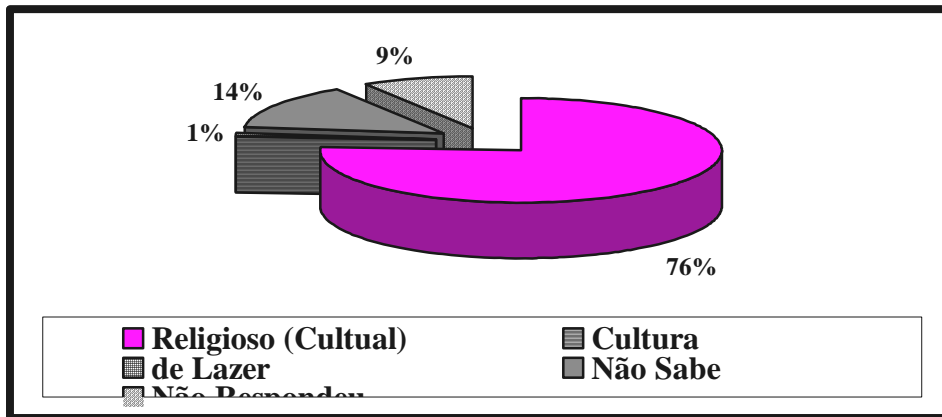
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte?



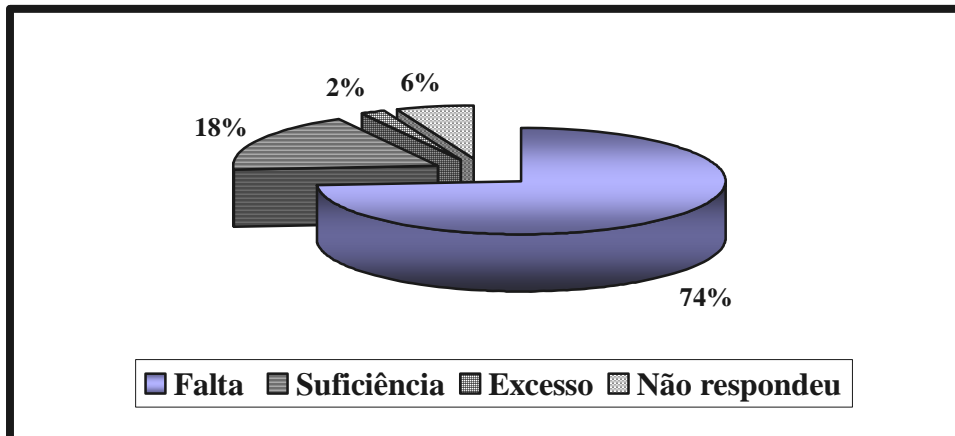
2 - Qual Equipamento Comunitário de Cultura, Lazer e Esporte que a família utiliza mais freqüentemente?



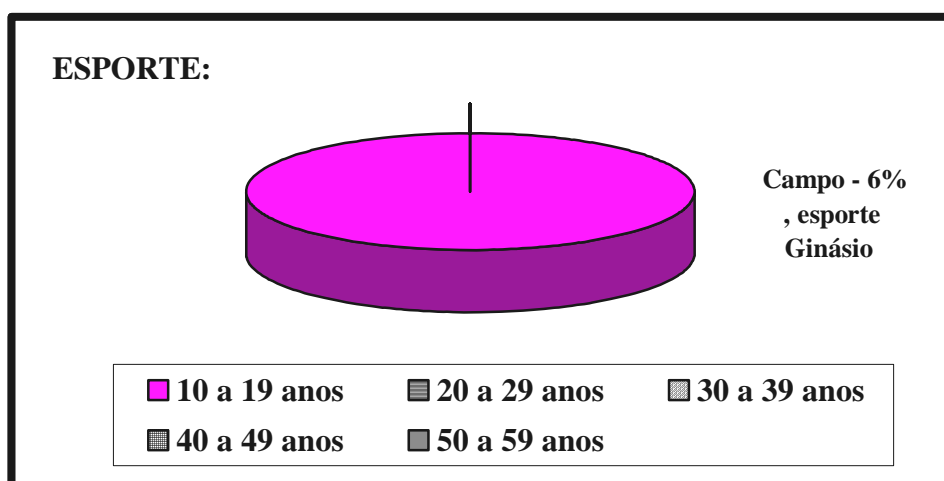
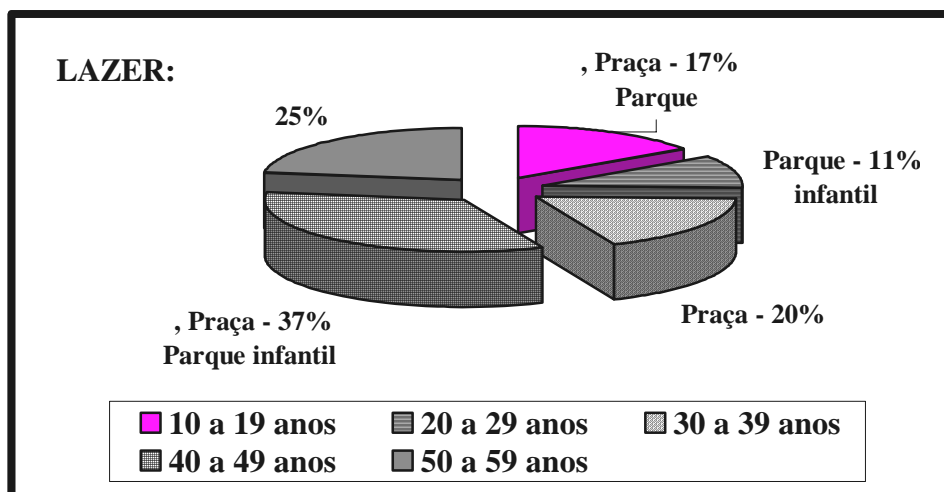
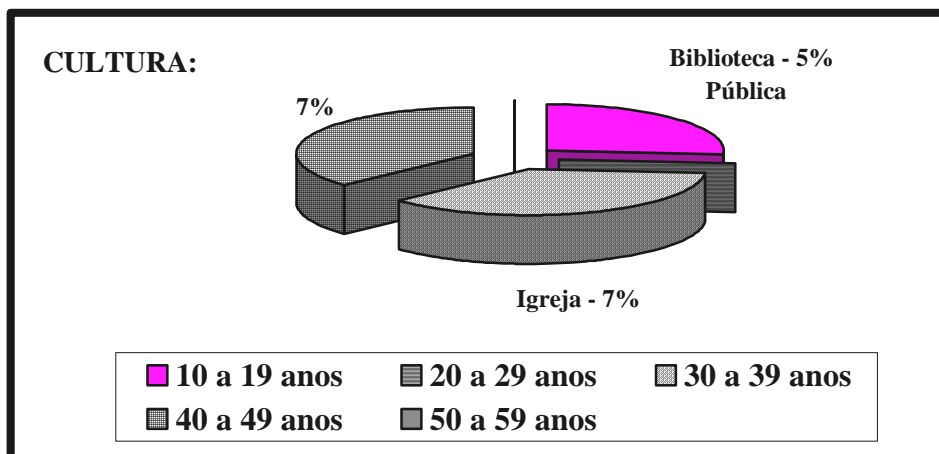
3 - Para você, o Templo Religioso pode ser considerado como um Equipamento Comunitário de:



4 - Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte em seu bairro:



5 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



A população que respondeu aos questionários, afirmam utilizar os equipamentos de Cultura, Lazer e Esportes, a grande maioria, públicos. No entanto, estes dizem utilizar com frequência os Campos de esportes, seguidos dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), Biblioteca, Ginásio de esportes, Praças e Clubes Recreativos.

Esta informação permite constatar que os moradores do bairro suprem suas necessidades em outros setores, pois o Setor do Bairro São José têm apenas as áreas verdes da universidade, uma Associação de Bairro que está em péssimo estado de conservação e um Templo, pertencente à Mitra Diocesana.

Além do levantamento de campo revelar a escassez desses equipamentos no bairro, as entrevistas aqui registradas documentam que é unânime também pelos moradores a falta desses estabelecimentos. Dentre os equipamentos de cultura mais solicitados pela população do Bairro São José estão os Templos e a Biblioteca Pública. As Praças e Parques, inclusive os Infantis, dentre os equipamentos de Lazer, e o Campo e o Ginásio de Esportes como equipamentos esportivos.

4.4 ESTUDO COMPARATIVO DOS SETORES PESQUISADOS

Tendo como problema de pesquisa a implantação e dimensionamento dos equipamentos comunitários, o presente trabalho concentrou-se no levantamento de dados e análise dos equipamentos existentes em diferentes setores da cidade, e na investigação se os mesmos atendem a parâmetros de referência embasados na bibliografia sobre o tema.

Desta forma, a metodologia utilizada compreendeu a sistematização de parâmetros ideais de referência embasados em cinco autores, que foram comparados a uma situação real levantada através da pesquisa de campo.

Neste sentido, a pesquisa permitiu identificar as principais características sociais e culturais de várias comunidades da cidade de Passo Fundo, os aspectos físicos e espaciais de uma série de equipamentos comunitários, assim como as potencialidades, os conflitos, as fragilidades e os anseios da população dos setores visitados.

Após a análise individual de cada setor, compreendeu-se que um somatório de anseios, de modos de vida e de expectativas comunitárias poderia contribuir para as considerações deste estudo, entendendo que a área pesquisada por amostragem, abriga uma população de mais de 23.000 habitantes, e destes 11.960 são jovens de até 24 anos.

Assim, agrupou-se na Tabela 41, a área total de todos os equipamentos de uso comunitário implantados nos setores analisados, comparando-os com as respectivas áreas necessárias para as demandas, segundo os parâmetros de referência:

Tabela 41 - Área necessária para a implantação dos equipamentos nos três setores analisados

SETORES	Área total dos equipamentos de cada setor	Área necessária para a implantação dos equipamentos comunitários, segundo:	
		Moretti (1997, p. 129)	Guimarães (2004, p. 134)
Petrópolis	2,35 hectares	32,86 hectares	98,58 hectares
Santa Marta	29,82 hectares	27,58 hectares	82,75 hectares
São José	23,84 hectares	15,75 hectares	47,24 hectares

Fonte: Autora, 2006.

Verifica-se que apenas o Setor do Bairro Santa Marta atinge a área ideal estimada por Moretti, enquanto os outros dois setores dispõem de área muito inferior à área ótima necessária a implantação dos equipamentos de uso comunitário, não chegando nem a 2% das áreas loteadas. Pode-se afirmar ainda, que em relação à Lei 6.766/1979 isso não acontece de forma adequada em nenhum dos setores analisados, pois por mais que um dos setores atenda aos parâmetros de área, ele ainda é deficiente em alguns equipamentos, como lazer e esporte.

Além da verificação se os equipamentos atendem ou não as áreas mínimas, as tabelas abaixo sintetizam a análise da comparação dos parâmetros de referência dos equipamentos implantados respectivamente, nos Setores do Bairro Petrópolis, Santa Marta e São José.

A Tabela 42 apresenta os Equipamentos implantados no Setor do Bairro Petrópolis:

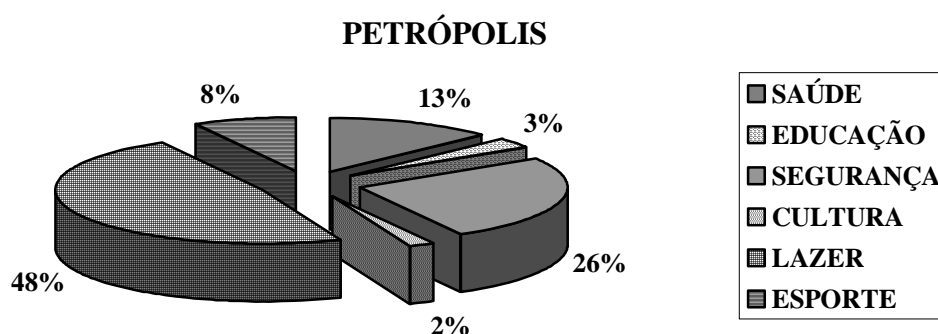
Tabela 42: Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Petrópolis

PETRÓPOLIS POPULAÇÃO: 9.521 habitantes	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		Nº DE EQUIPAM.	ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS	
		SAÚDE		3	NÃO
		EDUCAÇÃO	Ensino Infantil	4	NÃO
			Ensino Fundamental	2	NÃO
			Ensino Fund. e Médio	1	NÃO
		SEGURANÇA		1	NÃO
		CULTURA	CULTURA	1	NÃO
			CULTUAIS	2	NÃO
		LAZER		-	NÃO
		ESPORTE		1	NÃO
	TOTAL		15		

Fonte: Autora, 2006.

Em relação aos referenciais pesquisados e de acordo com a Tabela 42, constata-se que o setor do Bairro Petrópolis tem uma oferta de alguns tipos de equipamentos, como os de saúde e educação, e a escassez de outros, para uma população de 9.521 habitantes. Observa-se ainda, que destes, nenhum atingiu aos parâmetros da pesquisa.









As aspirações de 48% da população que respondeu ao questionário do Setor do Bairro Petrópolis demonstram que a prioridade para que o bairro fique melhor se daria com a implantação de Equipamentos Comunitários de Lazer:



A pesquisa demonstra que o Setor do Bairro Petrópolis, mostra-se carente da implantação de Equipamentos de Lazer, estes que segundo as entrevistas são a prioridade para o bem estar da população local.

A Tabela 43 apresenta a síntese da análise dos Equipamentos Comunitários implantados no Setor do Bairro Santa Marta:

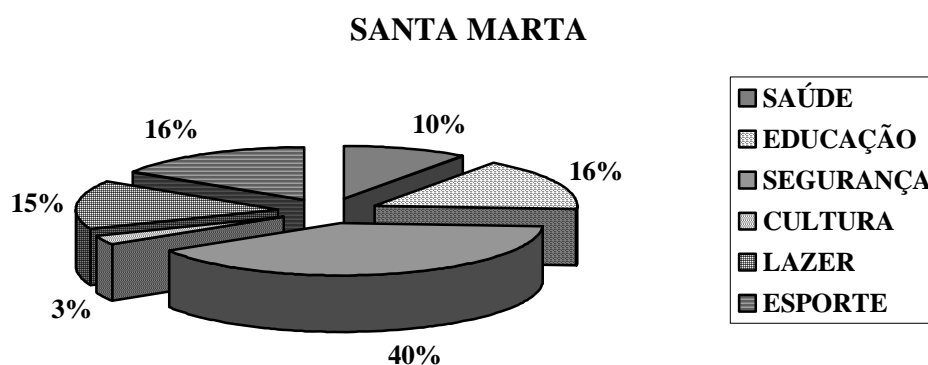
Tabela 43 - Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Santa Marta

SANTA MARTA POPULAÇÃO: 5.360 habitantes	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		Nº DE EQUIPAM.	ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS	
		SAÚDE		4	SIM
		EDUCAÇÃO	Ensino Infantil	5	NÃO
			Ensino Fundamental	2	NÃO
			Ensino Fund. e Médio	1	NÃO
		SEGURANÇA		1	NÃO
		CULTURA	CULTURA	1	NÃO
			CULTAIS	6	SIM
		LAZER		-	NÃO
		ESPORTE		1	SIM
	TOTAL		21		

De acordo com a Tabela 43, constata-se que o setor do Bairro Santa Marta também tem uma oferta de alguns tipos de equipamentos, como os de saúde e educação, e a escassez de outros, como segurança, cultura e lazer.

Os dados da pesquisa de campo revelam que os equipamentos de saúde, os culturais e os de esportes atingiram os parâmetros de referência comparados. No entanto, é importante lembrar que o equipamento de esporte não cumpre sua função perante a população local, ou seja, ele é raramente utilizado para atividades esportivas, sua principal atividade é a de apresentações artísticas.

As aspirações de 40% da população que respondeu ao questionário no Bairro Santa Marta demonstram que a prioridade para que o Setor fique melhor seria com a implantação de Equipamentos Comunitários de Segurança. Em segundo lugar, empatados com 16%, aparecem os Equipamentos de Educação e de Esportes, seguidos pelos de Lazer com 15% e dos de Saúde com 10%:







A pesquisa demonstra então que o Setor do Bairro Santa Marta, mostra-se carente da implantação de Equipamentos de Segurança, Cultura, Lazer e Esportes.

Segundo as entrevistas a prioridades para o bem estar da população local se daria com a implantação dos equipamentos de segurança.

O que se observa ainda, é que além destes, em quarto lugar aparecem os equipamentos de saúde, estabelecimentos que segundo os parâmetros utilizados na pesquisa, atendem a demanda populacional do setor. Pode-se pensar então, que os serviços prestados por estes equipamentos de saúde deixam a desejar em qualidade de atendimento à população local.

A Tabela 44 apresenta a síntese da análise dos Equipamentos Comunitários implantados no Setor do Bairro São José:

Tabela 44 - Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro São José

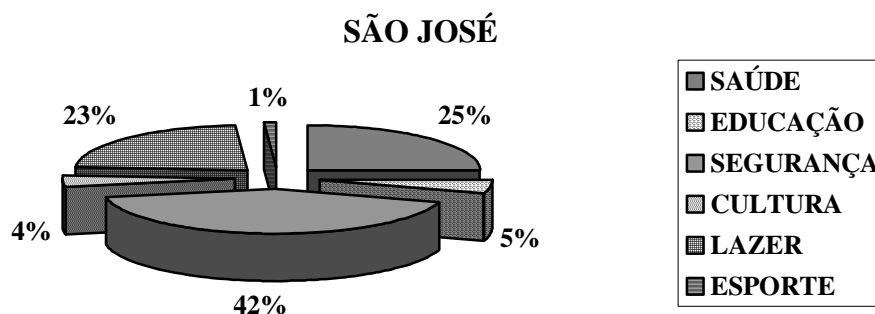
SÃO JOSÉ POPULAÇÃO: 8.741 habitantes	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		Nº DE EQUIPAM.	ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS	
		SAÚDE		2	NÃO
		EDUCAÇÃO	Ensino Infantil	1	NÃO
			Ensino Fundamental	2	NÃO
			Ensino Fund. e Médio	1	NÃO
		SEGURANÇA		1	NÃO
		CULTURA	CULTURA	1	NÃO
			CULTUAIS	1	NÃO
		LAZER		1	NÃO
		ESPORTE		-	NÃO
	TOTAL		10		

Fonte: Autora, 2006.

Na Tabela 44, constata-se que o setor do Bairro São José, da mesma forma que os demais, têm também uma oferta adequada de alguns tipos de equipamentos, como os de saúde e educação, e a escassez de outros, como segurança, cultura, lazer e esporte.

Os dados da pesquisa de campo revelam que nenhum dos equipamentos atingiu os parâmetros de referência comparados, para uma população de 8.741 habitantes.

Quanto às aspirações dos moradores do Setor do Bairro São José, tem-se o seguinte:



As aspirações de 42% da população que respondeu ao questionário no Bairro São José, demonstram que a prioridade para que o Setor fique melhor seria com a implantação de Equipamentos Comunitários de Segurança, ou seja, quase metade da população do bairro almeja pela implantação destes equipamentos no bairro. Em segundo lugar, com 25%, aparecem os Equipamentos de Saúde, seguidos pelos de Lazer com 23%.

O levantamento de campo do Setor do Bairro São José demonstra a carência na implantação de Equipamentos de Saúde, Segurança, Cultura, Lazer e Esportes, estes que segundo as entrevistas são prioridades e necessidades para o bem estar da população local.

Assim, a pesquisa nos setores analisados revelou que quanto maior a população do setor, menor é o número de equipamentos disponíveis, e quanto menor o número da população, maior o número de equipamentos implantados, uma contradição, pois deveriam acompanhar a demanda.

Neste trabalho também se verificou que a quantidade de equipamentos disponíveis em cada setor, foi aumentando de acordo com a menor renda dos moradores, ou seja, a Região do Bairro Santa Marta, com poder aquisitivo mais baixo, é o núcleo que tem a maior área de equipamentos comunitários.

Estas questões revelam uma consciência por parte do poder público, ciente das áreas urbanas com menor poder aquisitivo. Mesmo assim, o planejamento e implantação destes equipamentos de uso comunitário deveriam ser igualitários para todas as populações.

Observa-se também, que os setores possuem apenas os equipamentos comunitários mínimos de saúde, educação e segurança. Que com exceção dos equipamentos de saúde do Bairro Santa Marta, os demais não atingem os parâmetros de referência da pesquisa.

Dos equipamentos de cultura implantados nos setores, a grande maioria são elementos culturais. Existe apenas um equipamento de lazer e um de esporte para toda a comunidade, ou seja, para atender a mais de 23.000 habitantes, mas que ainda não atendem a demanda ou não cumprem com sua principal função, como é o caso do Poliesportivo Teixeira.

Em relação aos **Equipamentos Comunitários de Saúde** e de acordo com dados do município, à população passofundense têm disponível para seu uso: nove Hospitais, um Posto de Atendimento Médico (PAM), cinco Centros de Atendimentos Integrados à Saúde (CAIS) e 16 Postos do Programa Saúde da Família (PSF). Somando-se os três setores analisados na pesquisa constatou-se a existência de um Hospital (especialista em Olhos), um Centro de Atendimento Integrado à Saúde (CAIS), quatro Postos do Programa Saúde da Família (PSF) e três Ambulatórios.

Observou-se que o Setor do Bairro Santa Marta, aquele que abriga a comunidade mais carente, foi o Setor onde se constatou que os equipamentos de saúde atendem a todos os parâmetros de referência, demonstrando uma preocupação do poder público em relação a saúde da população de baixa renda.

Contatou-se ainda, nas entrevistas registradas, que os moradores dos setores dos Bairros Petrópolis e São José estão insatisfeitos com os serviços de saúde, colocando que ainda faltam

equipamentos, como Ambulatórios, Centro de Atendimento Integrado à Saúde (CAIS) e Postos do Programa Saúde da Família (PSF).

Em relação aos **Equipamentos Comunitários de Educação** e de acordo com dados do município, à população passofundense têm disponível para seu uso: 36 estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal (Zona Urbana), 23 estabelecimentos de Educação Infantil (Creches), 28 estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual (Zona Urbana) e 9 estabelecimentos de Ensino Particular. Somando-se os três setores analisados na pesquisa constatou-se a existência de 10 estabelecimentos de Educação Infantil, seis estabelecimentos de Ensino Fundamental e três estabelecimentos de Ensino Médio.

Isto demonstra que os equipamentos implantados nos Setores analisados representam 22% do total dos equipamentos existentes na cidade, atendendo a 12,8% da população total do município. Ou seja, se comparados com a quantidade total destes equipamentos na cidade, os setores analisados estão bem servidos. No entanto, por nenhum dos equipamentos analisados estar dentro dos parâmetros de referência, pode-se constatar que a cidade é que está carente da implantação de equipamentos de educação.

Contatou-se ainda, nas entrevistas registradas, que metade dos moradores dos setores mostram-se satisfeitos com os serviços de educação, mas também a outra metade diz estar insatisfeita, colocando que ainda faltam equipamentos. No Bairro Petrópolis, os moradores estão carentes de Creches, enquanto no Bairro São José anseiam por escolas, no Bairro Santa Marta, a população almeja por mais Creches e Escolas de Ensino Médio.

Em relação aos **Equipamentos Comunitários de Segurança** e de acordo com dados do município, à população passofundense têm disponível para seu uso: 8 Delegacias e 11 Postos da Brigada Militar. Neste trabalho estudou-se apenas os Postos da Brigada Militar.

Nos três setores analisados a pesquisa de campo constatou a existência de apenas um Posto da Brigada Militar em cada um. Observou-se ainda, que nenhum deles atingiu aos parâmetros de referência da pesquisa. Isto demonstra o descaso do poder público com a implantação e atendimento a demanda desses equipamentos, os mais solicitados pelos setores dos Bairros Santa Marta e São José.

Contatou-se ainda, nas entrevistas registradas, que quase 100% dos moradores dos setores analisados estão insatisfeitos com os serviços de segurança, colocando que ainda faltam equipamentos. No Setor do Bairro Petrópolis os moradores estão mais carentes de Patrulha e Posto Policial, enquanto nos Setores dos Bairros Santa Marta e São José a população almeja por Postos Policiais e Policiamento.

Quanto aos **Equipamentos Comunitários de Cultura e aos Culturais**, dados do município, dizem que a população passofundense tem disponível para seu uso: sete Bibliotecas, 62 Igrejas, cinco Museus, dois Teatros e 73 Associações de Bairro.

Em relação aos Equipamentos Comunitários de Cultura, constatou-se a existência de apenas três Associações de Bairro, e vários Templos, elementos Culturais que neste trabalho são considerados parte dos Equipamentos Culturais.

Todos os setores têm museus, mas também todos são de propriedades não-públicas ou privadas. Somente o Bairro São José possui biblioteca, mas está igualmente pertence a uma entidade não-pública.

Pode-se avaliar através destas informações, que faltam equipamentos culturais nos setores. No Setor do Bairro São José a população gostaria que fosse implantada uma Biblioteca Pública no seu bairro.

Quanto aos equipamentos culturais, verifica-se que os três setores analisados estão bem servidos deste tipo de equipamento. Isto demonstra, a importância destes junto à sociedade, pois nas entrevistas aqui registradas verificou-se que nos Setores do Bairro São José e Santa Marta os moradores ainda sentem a necessidade da implantação de mais Templos Religiosos.

Em relação aos **Equipamentos Comunitários de Lazer**, dados do município apresentam que à população passofundense têm disponível para seu uso: dois Cinemas, 29 Praças e 19 Entidades Tradicionalistas (CTGs).

Através da pesquisa de campo pode-se verificar que são poucos os Equipamentos de Lazer de uso comunitário públicos encontrados tanto na cidade quanto nos setores. Nos três setores analisados, verificou-se a existência de apenas uma área verde no Bairro São José. Esta, porém não está dentro dos parâmetros comparados, pois não consegue atender a toda a demanda do setor, e pertence a uma entidade privada.

Todos os setores pesquisados têm Centros de Tradições Gaúchas, mas todos são de propriedade não-pública, e somente o Setor do Bairro São José possui um cinema, também de propriedade privada. Nenhum deles, no entanto, tem uma Praça pública disponível para o lazer e recreação da população local.

Naturalmente, as entrevistas registradas documentam que os moradores dos setores estão insatisfeitos com os serviços de lazer, colocando que ainda faltam equipamentos, principalmente em relação às Praças. No Setor do Bairro Petrópolis além das Praças a população almeja por Parques e Parques Infantis, enquanto no Setor do Bairro São José os moradores ainda gostariam da implantação de um Parque.

Em relação aos **Equipamentos Comunitários de Esporte**, dados do município apresentam que à população passofundense têm disponível para seu uso trinta Ginásios de Esportes, como equipamentos esportivos. Esses Equipamentos Esportivos de uso Comunitário encontrados, tanto na cidade quanto nos setores são quase todos de uso não-públicos.

Nos três setores analisados, constatou-se que estes possuem apenas um Equipamento Comunitário de Esporte para uso da comunidade local.

As entrevistas aqui registradas documentam o que a pesquisa já apurou. Esta verificou que boa parte da população dos três setores estão insatisfeitos com os serviços de esportes, colocando que ainda faltam equipamentos, principalmente em relação aos Ginásios e Campo de Esportes, sendo que no Bairro Petrópolis além desses a população almeja por quadras esportivas fechadas.

Diante dos **Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte**, verifica-se o descaso da administração pública, pois se constata que há mais de 23.000 habitantes carentes deste tipo de serviço. Dentre essa população, quase um quarto é formada por jovens de 10 a 19 anos, que não possuem equipamentos que os proporcione algum tipo de lazer, atividade física, de entretenimento ou cultural, todos ao final, equipamentos de educação e de exercício da cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os equipamentos comunitários de três setores da cidade de Passo Fundo e verificar se os mesmos atendiam as demandas existentes.

A revisão bibliográfica mostrou que os critérios para a localização ideal dos equipamentos variam muito em função das leis (municipais e federais) e dos autores que abordam o tema. Já a metodologia da pesquisa buscou analisar os equipamentos de forma qualitativa e quantitativa, e a partir do cruzamento dos dados obter maior confiabilidade às informações obtidas na análise.

Mesmo assim, e através de uma síntese sobre as condições adequadas para a implantação destes equipamentos estabelecidos por vários autores e leis que tratam do tema, foi possível estabelecer parâmetros de referência e realizar um estudo comparativo frente às condições reais apresentadas nas áreas de estudo.

Constatou-se na pesquisa de campo que os que em relação à área, os equipamentos comunitários de uso público existentes nos setores do Bairro Petrópolis e São José não atendem aos parâmetros de referência, tendo área inferior as ideais definidas em bibliografia. O setor do Bairro Santa Marta, no entanto atinge os parâmetros, mas mostra-se carente em boa parte dos equipamentos.

Observou-se ainda, que em relação às áreas mínimas edificadas, as distâncias permitidas de deslocamento e a conservação dos equipamentos, para a melhor utilização dos mesmos, também não foi respeitada.

Verificou-se também, em função dos dados levantados, que a localização e dimensionamento de quase todos os equipamentos nos setores, ocorreram sem planejamento adequado e sem a preocupação com o número de pessoas que iriam atender.

Dos três setores analisados, somente os Equipamentos Comunitários de Saúde, os Culturais e os de Esporte do Setor do Bairro Santa Marta, o mais carente, atendem aos parâmetros de referência da pesquisa. Nos outros dois setores, os equipamentos não suprem a demanda:

No Setor do Bairro Petrópolis, com uma população de 9.521 habitantes:

- Não tem nenhum Equipamento Comunitário público de Lazer ou de Esportes;
- Dos equipamentos existentes, nenhum atende os parâmetros de referência da pesquisa;
- As entrevistas registradas documentam que a prioridade para que o Setor fique melhor se daria com a implantação de Equipamentos Comunitários públicos de Lazer.

Do Setor do Bairro Santa Marta, com uma população de 5.360 habitantes

- Não tem nenhum Equipamento Comunitário público de Lazer;
- Dos equipamentos existentes, os de Saúde, os Culturais e os de Esportes atingiram os parâmetros de referência da pesquisa;
- As entrevistas registradas documentam que a prioridade para que o Setor fique melhor se daria com a implantação de Equipamentos Comunitários públicos de Segurança.

Do Setor do Bairro São José, com uma população de 8.741 habitantes:

- Não tem nenhum Equipamento Comunitário público de Lazer ou de Esportes;
- Dos equipamentos existentes, nenhum atende os parâmetros de referência da pesquisa;
- As entrevistas registradas documentam que a prioridade para que o Setor fique melhor se daria com a implantação de Equipamentos Comunitários públicos de Segurança.

Todos os equipamentos de educação estão sobrecarregados, e das dezenove escolas existentes nos três setores pesquisados, apenas uma (no Bairro São José) trabalha com o “Programa Escola Aberta”, do Governo Federal. Em consonância com este, a escola oferece opções de lazer e cultura nos sábados e domingos, como oficinas de aprendizagem, estudos dirigidos e jogos, entre outras atividades, para o uso da comunidade local.

Nos três setores, foram encontrados como Equipamentos Comunitários de Segurança, apenas três Postos da Brigada Militar para uma população de mais 23.000 habitantes. Esses postos ainda, não funcionam pela parte da noite, período em que os moradores demonstram o maior nível de insegurança. Isto também se justifica, quando os moradores dos bairros mais carentes da pesquisa, o Santa Marta e o São José, revelaram nas entrevistas, que para que o bairro fique melhor, a prioridade se daria com a implantação de mais postos da Brigada Militar.

Em relação aos equipamentos de cultura, os equipamentos culturais são os que mais se destacam, pois se apresentam em um número muito maior que os demais e se encontram em

melhores condições de uso. Isto pode revelar uma comunidade carente de atenção que busca o apoio na fé e um espaço de congregação não atendido pelo poder público.

É importante observar ainda, que nenhum dos setores analisados tem uma praça pública para o lazer da comunidade local. Apenas o Bairro São José possui equipamentos de lazer, áreas verdes não-públicas, que suprem uma pequena carência do bairro, mas que não atendem aos parâmetros de referência do bairro.

Quanto aos equipamentos de esportes, a pesquisa revelou que há um problema de gestão nos setores analisados, onde o Bairro Santa Marta tem um Ginásio Poliesportivo e o Bairro Petrópolis tem um Ginásio Municipal, que não cumprem sua função social, pois o primeiro é frequentemente utilizado para apresentações artísticas e o outro complementa a infra-estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Quanto ao estado de conservação, alguns dos equipamentos de saúde, educação, culturais e esportivos se apresentam em bom estado, os demais, de segurança, cultura e lazer, se apresentam em mau e regular estado de conservação. Ou seja, além de existirem poucos equipamentos comunitários, a maioria se encontra em mau estado de uso.

A análise mostrou que o setor com a população de menor renda é aquele que possui o maior número e a maior área de equipamentos comunitários. Isso é positivo, e pode mostrar uma ciência, por parte do poder público, das condições e carências desta comunidade. Mesmo assim, isso não justifica, pois por terem os outros setores uma população com rendas superiores, estes também precisam desse tipo de equipamento. Isso é comprovado com os resultados dos questionários, visto que a população de todos os setores analisados, afirmam haver falta e necessidade de equipamentos de uso comunitário em suas comunidades.

Observou-se que, quando raramente, os equipamentos implantados suprem as necessidades da comunidade, esta ainda se revela insatisfeita com os serviços oferecidos, levando-se a questionar a qualidade do serviço prestado. As entrevistas registradas documentam que os moradores dos três setores analisados somente mostram-se satisfeitos com os equipamentos de educação dos Bairros Petrópolis e São José. Estas ainda revelam que a prioridade de implantação de equipamentos nos setores são em segurança e lazer.

Constatou-se através desta pesquisa, que nos três setores pesquisados, a presença do Estado, através da implantação de equipamentos comunitários de uso público é pequena. A falta destes equipamentos torna a cidade pouco acessível a uma comunidade que reside fora do centro urbano. Esta ausência é mais sentida quando se abordam a questão da cultura, do lazer e do esporte, outras formas de educação inexpressivas no cenário da periferia urbana.

6.2 DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NOS SETORES ANALISADOS

Um dos objetivos específicos da pesquisa era estabelecer diretrizes para o planejamento urbano municipal. Assim, depois da análise feita nos três setores da cidade de Passo Fundo, chegaram-se às recomendações de planejamento descritas abaixo, dos Setores dos Bairros Petrópolis, Santa Marta e São José, carentes de Equipamentos de uso Comunitário.

6.2.1 Região do Bairro Petrópolis

Quanto ao Setor do Bairro Petrópolis, recomenda-se:



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Saúde, recomenda-se a implantação de dois Postos do Programa Saúde da Família (PSF) no Bairro Petrópolis, em substituição aos ambulatórios existentes, a fim de atingir a área mínima necessária em função do setor, e o raio de abrangência que varia de 600 a 800 m para a unidade de vizinhança, porque os dois ambulatórios do setor estão em estado ruim de conservação.



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Infantil recomenda-se a ampliação da Creche Municipal Raio de Luz, em 300,00 m², segundo a Portaria N° 321/1988 e a Resolução N° 59/1989, para esta continuar atendendo ao mesmo número de crianças, pois a unidade se encontra em bom estado de conservação.

A Creche Municipal Jardim do Sol também deve sofrer ampliações de 160,00 m² de acordo com as Leis acima citadas, no entanto seu terreno só permite uma ampliação de no máximo 50,00 m², então a creche deverá reduzir o seu número de alunos para 30, e a Prefeitura deverá conseqüentemente, inserir uma nova creche próxima a está para abrigar os 10 alunos que está não consegue acolher.

A Pré-Escola Pinguinho de Gente está hoje adaptada a Capela Santo Antônio, e a Creche Municipal Criança Feliz foi acomodada a uma residência de dois pavimentos. Então se recomenda a implantação novos equipamentos no Bairro Petrópolis em substituição a esses.

Os autores dizem que as creches devem atender a pelo menos 6% da população total do bairro, assim para uma população de 9.521 habitantes, como é a do Bairro Petrópolis, os Equipamentos Comunitários de Ensino infantil deverão atender a no mínimo 571 crianças. Os

atuais equipamentos atendem a apenas 164 crianças, isso significa que o setor necessita de mais 3.663 m² de área construída e no mínimo 6.105 m² de terreno disponíveis para a implantação de seis Creches de aproximadamente 100 alunos cada, buscando assim, atingir a área mínima necessária em função do setor, e do raio de abrangência da unidade de vizinhança que varia de 600 a 800 m.



Dos Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Médio e Fundamental do Bairro Petrópolis, recomenda-se à ampliação de 1.965,00 m² de área construída na Escola Estadual de Ensino Fundamental Cel. Gervásio Lucas Annes, e também 2.752,50 m² na Escola Estadual de Ensino Fundamental Prof^a Eulina Braga, para que estas continuem atendendo ao mesmo número de crianças.

Para o Instituto Estadual Cardeal Arcoverde recomenda-se a ampliação de pelo menos 2.930,80 a 6.618,25 m² de sua área edificada. Além disso, a escola possui um raio de abrangência muito superior ao permitido segundo os autores, e não atinge a porcentagem de população servida do bairro. Por ter o Bairro Petrópolis 9.521 habitantes, a Escola de Ensino Médio tem que atender 1.905 estudantes do bairro. Então se sugere a implantação de uma nova Escola de Ensino Médio, com um raio de atendimento de até 1.600 m.



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Segurança do Bairro Petrópolis, recomenda-se a implantação de pelo menos um Posto Policial em cada unidade de vizinhança do Bairro Petrópolis, assim, seriam necessários pelo menos mais dois Postos Policiais, que totalizassem uma área de terreno maior do que 1.000 m², implantados com um raio de abrangência de 600 a 800 m.



Quanto aos Equipamentos Comunitários de Cultura, o Bairro Petrópolis tem apenas uma Associação de Bairro que está hoje adaptada a uma residência. Assim, recomenda-se a implantação de uma Associação de Bairro em cada unidade de vizinhança do setor, com uma área mínima edificada de 400,00 m² e de terreno 1.000,00 m², para que está funcione como um Centro de Ação Social para a vila em que estão inseridos, proporcionando atividades educativas, culturais, que trazem o desenvolvimento para a comunidade local, além de ser um lugar de encontro para os moradores discutirem as questões e problemas locais.

Segundo os autores estudados nesta pesquisa, os Templos, Equipamentos Culturais, apresentam de alguma forma atividades culturais, por isso eles citam que cada setor deverá ter pelo menos uma Igreja com um tamanho médio de 1.500 a 2.000 m², ou então uma edificação

com 2 a 4 m² de área construída para cada fiel, sendo 1 fiel para cada 5 ou 10 habitantes. Assim, por ter o Bairro Petrópolis uma população de 9.521 habitantes, seria necessária uma área construída de 1.904,20 a 7.616,80 m². Por ter o setor atualmente 1.104,00 m² de área edificada, o mesmo está carente de uma área de 800,20 a 6.512,80 m², logo se recomenda a aplicação de no mínimo mais uma Capela localizada em cada unidade de vizinhança ainda carente desse tipo de equipamento.



O Bairro Petrópolis não disponibiliza a sua população sequer algum Equipamento Comunitário de Lazer. Logo, o bairro encontra-se totalmente carente desse tipo de equipamento. Assim, recomenda-se a implantação de pelo menos 42.844,50 m² de área verde, a fim de atingir a área mínima necessária em função do setor, segundo Santos. Como o ideal é que a Praça se localize na Unidade de Vizinhança, sugere-se que as mesmas sejam implantadas com um raio de abrangência que varie de 600 a 800 m das residências a que irão atender.

Já para a implantação dos Playgrounds, recomenda-se que estes sejam feitos em função das Escolas de Ensino Fundamental do setor, atendendo crianças dos 5 aos 14 anos de idade, com uma área mínima de 1,21 ha para recreação ativa (área de jogos e brinquedos) e 0,81 ha para recreação passiva (espaço de descanso, áreas arborizadas), em um raio de influência de 400 a 600 m. A área de recreação passiva do Playground, pode ser adaptada à área da Praça.

Além das Praças e Playgrounds, os autores consideram os Centros Culturais como Equipamentos de Lazer, conseqüentemente, sugerem-se a implantação de pelo menos um equipamento com área mínima de 361,80 m², que atenda a todo o Bairro Petrópolis.



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Esporte, recomenda-se a implantação de pelo menos um campo de esporte, que atenda a população do setor. Sendo que 1 ha de campo de esporte serve a uma população que varia de 5.000 a 15.000 habitantes, como é o caso do Bairro Petrópolis, sugere-se então, uma área mínima de 1,00 ha para recreação ativa e de 0,50 ha para recreação passiva, em um raio de influência de 800 a 2.400 m. Se estiver o campo, localizado próximo a alguma Praça, a área de recreação passiva também poderá ser adaptada à área da Praça.

6.2.2 Região do Bairro Santa Marta

Quanto ao Setor do Bairro Santa Marta, recomenda-se:



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Saúde, o Bairro Santa Marta está bem servido desse tipo de equipamento.



Já em relação aos Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Infantil recomenda-se a ampliação da Creche Municipal Abelhinhas, em 60,00 m² segundo a Portaria N° 321/1988 e a Resolução N° 59/1989, para esta continuar atendendo ao mesmo número de crianças. A unidade, porém, se encontra em estado ruim de conservação, então além da ampliação a creche necessitará de melhorias gerais.

Já as Creches Municipais Fadinha e Chapeuzinho Vermelho também deverão sofrer ampliações de 102,00 e 72,00 m², respectivamente, de acordo com as Leis acima citadas.

O Centro Educacional Assistencial Metodista Edith Schisler – CEAMES, deverá apenas fazer ampliações em suas áreas de recreação coberta e descoberta. Já para Escola Maternal e Jardim de Infância São Francisco – SOCREBE recomenda-se à ampliação de 225,00 m² de sua área total edificada.

Os autores dizem que as creches devem atender a pelo menos 6% da população total do bairro, assim para uma população de 5.360 habitantes, os Equipamentos Comunitários de Ensino infantil deverão atender a no mínimo 322 crianças. Os atuais equipamentos atendem a 530 crianças, isso comprova que, que se executadas às melhorias sugeridas, o Bairro Santa Marta ficará bem servido de Equipamentos de Ensino Infantil.



Dos Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Médio e Fundamental do Bairro Santa Marta, verificou-se que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Jardim América foi adaptada primeiramente de uma creche existente no local. Deste modo recomenda-se a ampliação de praticamente 1.400,00 m² de área edificada da escola, pois os 400,00 m² que são em madeira, estão em estado precário de uso. Além disso, a escola precisa de mais 6.931,00 m² de área desejável, ou seja, área edificada, para pátios de recreação e para prática de esportes.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida encontra-se em estado regular de conservação, então se recomenda que a escola amplie sua área edificada em torno de 626,50 m², além de mais 3.597,00 m² de área desejável (área do edifício, área para pátios de recreação e área para prática de esportes), para que esta também continue atendendo

ao mesmo número de estudantes.

Para a Escola Estadual de Ensino Médio Maria Dolores Freitas Barros recomenda-se à ampliação de sua área edificada de 1.926,60 a pelo menos 4.406,25 m², e a ampliação de área de terreno para 5.203,20 m². Além disso, a escola deveria ampliar sua área desejável (área do edifício, área para pátios de recreação e área para prática de esportes) para 27.960,00 m², em relação ao setor. A escola ainda possui um raio de abrangência muito superior ao permitido segundo os autores, e também não atinge a porcentagem de população servida do setor, por isso se sugere a implantação de uma nova Escola de Ensino Médio no Bairro Santa Marta, que atenda os 1.702 estudantes do Bairro Santa Marta, com um raio de atendimento de até 1.600 m, segundo Moretti (1997), ainda carentes desse serviço.



Quanto aos Equipamentos Comunitários de Segurança do Bairro Santa Marta, recomenda-se a implantação de pelo menos um Posto Policial em cada unidade de vizinhança do setor, implantados com um raio de abrangência de 600 a 800 m, assim são necessários mais dois Postos Policiais, localizados um no Loteamento Nossa Senhora Aparecida e outro no Loteamento Jardim América, que totalizassem paralelamente uma área de terreno maior do que 1.000 m².



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Cultura, o Bairro Santa Marta tem apenas uma Associação de Bairro com sede que está dentro dos parâmetros de área edificada segundo os autores. De tal modo, recomenda-se à implantação de uma Associação de Bairro nas duas outras unidades de vizinhança do setor, com uma área mínima edificada de 400,00 m² e de terreno 1.000,00 m², que funcionem como um Centro de Ação Social, proporcionando atividades educativas, culturais, que trazem o desenvolvimento para a comunidade local, além de ser também um lugar de encontro para os moradores discutirem as questões e problemas locais. O setor está dentro dos parâmetros estimados na bibliografia sobre os Equipamentos Culturais.



O Bairro Santa Marta disponibiliza a sua população apenas um Salão Paroquial como Equipamento Comunitário de Lazer. Logo, o setor também se encontra carente desse tipo de equipamento. Recomenda-se assim a implantação de pelo menos 24.120,00 m² de área verde, a fim de atingir a área mínima necessária em função do setor, segundo Santos. Como o ideal é que a Praça se localize na Unidade de Vizinhança, sugere-se que as mesmas sejam

implantadas com um raio de abrangência que varie de 600 a 800 m das residências a que irão atender.

Já para a implantação dos Playgrounds, recomenda-se que estes sejam feitos em função das Escolas de Ensino Fundamental do setor, atendendo crianças dos 5 aos 14 anos de idade, com uma área mínima de 1,21 ha para recreação ativa (área de jogos e brinquedos) e 0,81 ha para recreação passiva (espaço de descanso, áreas arborizadas), em um raio de influência de 400 a 600 m. A área de recreação passiva do Playground, pode ser adaptada à área da Praça.



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Esporte, recomenda-se a implantação de pelo menos um campo de esporte, que atenda a população do bairro. Sendo que 1 ha de campo de esporte serve a uma população que varia de 5.000 a 15.000 habitantes, como é o caso do Bairro Santa Marta, sugere-se então uma área mínima de 1,00 ha para recreação ativa e de 0,50 ha para recreação passiva, em um raio de influência de 800 a 2.400 m. Se estiver o campo, localizado próximo a alguma Praça, a área de recreação passiva também poderá ser adaptada à área da Praça.

6.2.3 Região do Bairro São José

Quanto ao Setor do Bairro Santa Marta, recomenda-se:



Diante dos Equipamentos Comunitários de Saúde do Bairro São José, por mais que o bairro atenda aos parâmetros de dimensionamento segundo os autores analisados, recomenda-se a implantação de dois Postos do Programa Saúde da Família (PSF), com um raio de abrangência que varie de 600 a 800 m para a unidade de vizinhança, porque o único ambulatório do setor está adaptado juntamente a Capela São José e encontra-se em estado ruim de conservação, e o Hospital é especialista em Olhos, então a população está carente dos serviços de atendimento básico;



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Infantil do Bairro São José, recomenda-se a ampliação da Escola de Educação Infantil Cantinho Feliz, em 340,00 m², segundo a Portaria N° 321/1988 e a Resolução N° 59/1989, para esta continuar atendendo ao mesmo número de crianças, pois a unidade se encontra em bom estado de conservação.

Os autores, no entanto, dizem que os Equipamentos de Educação Infantil devem atender a pelo menos 6% da população total do setor, assim para uma população de 8.741 habitantes, os equipamentos deverão atender a no mínimo 525 crianças. O único equipamento implantado no bairro atende a apenas 106 crianças, isso significa que o bairro necessita de mais 2.933,00 m² de área construída e no mínimo 5.028,00 m² de terreno disponíveis para a implantação de mais 4 Creches de aproximadamente 100 alunos cada, buscando atingir a área mínima necessária em função do setor, e do raio de abrangência da unidade de vizinhança que varia de 600 a 800 m.



Dos Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Médio e Fundamental do Bairro São José, recomenda-se que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Benoni Rosado seja ampliada de 1.443,50 a 4.363,04 m² de área edificada, e mais 7.002,00 m² de área desejável, ou área edificada, para pátios de recreação e para prática esportivas.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Eloy Pinheiro Machado encontra-se em estado regular de conservação, então se recomenda que a escola amplie sua área edificada de 1.004,00 a 2.329,18 m², além de mais 4.364,00 m² de área desejável (área do edifício, área para pátios de recreação e área para prática de esportes), para que também continue atendendo ao mesmo número de estudantes.

Para Escola Municipal de Ensino Médio General Prestes Guimarães recomenda-se à ampliação de sua área edificada de pelo menos 2.301,00 a 5.656,00 m², e a ampliação de área de terreno em torno de 20.000,00 m². Além disso, a escola deveria ampliar sua área desejável (área do edifício, área para pátios de recreação e área para prática de esportes) para 36.835,00 m², em função do setor. A escola ainda não atende ao raio de abrangência especificado por Moretti (1997), nem a porcentagem de população servida e o número de alunos do bairro, por isso se sugere a implantação de uma nova Escola de Ensino Médio no Bairro São José, que atenda aos 1.748 estudantes do bairro, com um raio de atendimento de até 1.600 m, segundo Moretti (1997).



Quanto aos Equipamentos Comunitários de Segurança do Bairro São José, recomenda-se a implantação de mais um Posto Policial, com um raio de abrangência de 600 a 800 m, para que juntos, os dois Postos totalizassem uma área de terreno maior do que 1.000 m².



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Cultura, o Bairro São José tem apenas uma Associação de Bairro que foi adaptada a uma residência. Assim, recomenda-se construir uma nova sede para esta, e a implantação de mais uma na outra unidade de

vizinhança do setor, com uma área mínima edificada de 400,00 m² e de terreno 1.000,00 m², que funcionem como um Centro de Ação Social para a vila em que estarão inseridos, proporcionando atividades educativas, culturais, que trazem o desenvolvimento para a comunidade local, além de ser um lugar de encontro para os moradores discutirem as questões e problemas locais.

Segundo os autores aqui estudados, os Templos, Equipamentos Culturais, apresentam certa forma atividades culturais, por isso eles citam que cada setor deverá ter pelo menos uma Igreja com um tamanho médio de 1.500 a 2.000 m², ou de 2 a 4 m² de área construída para cada fiel, sendo 1 fiel para cada 5 ou 10 habitantes. Assim, por ter o Bairro São José uma população de 8.741 habitantes, seria necessária uma área construída de 1.748,20 a 6.992,80 m². Por ter o setor atualmente 750,00 m² de área edificada, o mesmo está carente de 998,20 a 6.242,80 m², logo, recomenda-se a implantação de no mínimo mais uma Capela, localizada na unidade de vizinhança carente desse equipamento.



O Bairro São José disponibiliza a sua população apenas um Salão Paroquial como Equipamentos Comunitários de Lazer. Logo, o setor também se encontra carente desse tipo de equipamento. Deste modo, recomenda-se a implantação de pelo menos 36.334,50 m² de área verde, a fim de atingir a área mínima necessária em função do setor segundo Santos. Como o ideal é que a Praça se localize na Unidade de Vizinhança, sugere-se que as mesmas sejam implantadas com um raio de abrangência que varie de 600 a 800 m das residências a que irão atender.

Já para a implantação dos Playgrounds, recomenda-se que estes sejam feitos em função das Escolas de Ensino Fundamental do setor, atendendo crianças dos 5 aos 14 anos de idade, com uma área mínima de 1,21 ha para recreação ativa (área de jogos e brinquedos) e 0,81 ha para recreação passiva (espaço de descanso, áreas arborizadas), em um raio de influência de 400 a 600 m. A área de recreação passiva do Playground, pode ser adaptada à área da Praça.



Em relação aos Equipamentos Comunitários de Esporte, recomenda-se a implantação de pelo menos um campo de esporte, que atenda a população do setor. Sendo que 1 ha de campo de esporte serve a uma população que varia de 5.000 a 15.000 habitantes, como é o caso do Bairro São José, sugere-se então uma área mínima de 1,00 ha para recreação ativa e de 0,50 ha para recreação passiva, em um raio de influência de 800 a 2.400 m. Se estiver o campo, localizado próximo a alguma Praça, a área de recreação passiva também poderá ser adaptada à área da Praça.

6.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Salientada a importância da pesquisa junto aos moradores dos setores, considera-se que a mesma seja de interesse de planejadores, administradores e instituições ligadas a questões sociais, a partir da constatação de que muitas das iniciativas de intervenção em áreas residenciais devem ser planejadas de modo que atenda em primeiro lugar os interesses dos usuários destas áreas.

Ainda, o presente trabalho pretende estimular o desenvolvimento de pesquisas futuras que permitam avançar e construir propostas concretas de intervenção em áreas residenciais, a partir do entendimento das necessidades de seus usuários, e de que o atendimento a essas necessidades reflitam diretamente na qualidade de vida de seus moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luiz. Plano Diretor agora é uma prioridade para prefeituras. **Conselho em revista: CREA-RS**, Porto Alegre/RS, n. 6, p. 14 – 16, fev. 2005.

ACIOLY, Claudio, DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 104 p.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **O lugar da arquitetura depois dos Modernos**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. 248 p.

ARFELLI, Amauri Chaves. Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamento do solo. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, v. 9, n. 33, p. 45, jan/mar 2004.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2003.

BAPTISTA, José Murilo Philigret. Desenvolvimento, Planejamento e Oligopólio. **Cadernos de Análise Regional – Planejamento**, Bahia, nº 8, p. 31 – 45, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.desenbahia.ba.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2005.

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto. O Planejamento na Gestão Urbana. Texto adaptado com base na compilação parcial de artigos e textos originais de Jay W. Forrester, John F. Collins, Michael Batty e publicações do **Massachusetts Institute of Technology**, EUA. 2002. Disponível em: <<http://www.marvelconsulting.com.br/arquivos/artigo1.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2005.

BASSUL, José Roberto. O Estatuto da Cidade. **Vitruvius**, Brasília, Minha Cidade 024, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc024/mc024.asp>>. Acesso em: 18 dez. 2005.

_____. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, v. 28, nº 84, p. 133 – 144, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, 19 de dezembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

_____. Lei nº 2.133, de 13 de dezembro de 1984, aprova o II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo, dispõe sobre as normas do plano diretor da cidade que permanecerão vigentes; e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Passo Fundo**, Passo Fundo, 13 de dezembro de 1984.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Congresso Nacional**, Brasília, 20 de dezembro de 1986; 175º da Independência e 108º da República.

_____. Lei nº 9.795, de 29 de janeiro de 1999, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de

1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). **Congresso Nacional**, Brasília, 29 de janeiro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, 10 jul. 2001. 180º da Independência e 113º da República.

_____. Lei complementar nº 170, de 09 de outubro de 2006, dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI do município de Passo Fundo. **Gabinete do Prefeito**, Centro Administrativo Municipal. Passo Fundo, 09 de outubro de 2006.

_____. Portaria nº 400, de 06 de dezembro de 1977, dispõe sobre normas e padrões de instalação e construção em Serviços de Saúde. **D.O.U. - Diário Oficial da União**, Poder Executivo, de 06 de dezembro de 1977.

_____. Portaria nº 321, de 26 de maio de 1988, aprova as normas e os padrões mínimos, que com esta baixam, destinados a disciplinar a construção, instalação e o funcionamento de creches, em todo o território nacional. **D.O.U. - Diário Oficial da União**, Poder Executivo, de 09 de setembro de 1988.

_____. Portaria nº 1884, de 11 de novembro de 1994. Aprova as normas que com estas baixam destinadas ao exame e aprovação dos Projetos físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde. **D.O.U. - Diário Oficial da União**, Poder Executivo, de 15 de dezembro de 1994.

_____. Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, apensos: PL 5.499/01, PL 5.894/01, PL 6.180/02, PL 6.220/02, PL 7.363/02, PL 550/03, PL 754/03, PL 1.001/03, PL 2.454/03, PL 2.699/03 e PL 3.403/04. **Comissão de Desenvolvimento Urbano**.

_____. Resolução nº 59, de 13 de dezembro de 1989. Normatiza o Funcionamento de forma padronizada, das Creches, Pré-Escolas, Hotéis de Bebês, Educandários e/ou estabelecimentos congêneres de atendimento à Criança. **D.O.E. - Diário Oficial do Estado**, de dezembro de 1989.

_____. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico destinado ao planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, em anexo a esta Resolução a ser observado em todo território nacional. **D.O.U. - Diário Oficial da União**, Poder Executivo, de 20 de março de 2002.

BRONKHORST, Bernice van. **Prevenção comunitária do crime e da violência em áreas urbanas da América Latina: um guia de recursos para municípios**. The World Bank Department of Finance, Private Sector and Infrastructure Latin American Region, 2003.

BRUNA, Gilda Collet. **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo: Nobel: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983. 272 p.

CALTHORPE, Peter. **The Next American Metropolis: ecology, community, and the American dream.** New York: Princeton Architectural Press, 1993. 176 p.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. O lazer no estatuto da cidade – parte 2. **Fundação Brasileira de Direito Econômico.** Belo Horizonte, parte 2, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.fbde.org.br/artigos/lazer2.html>>. Acesso em: 30 set. 2005.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos.: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 144 p.

_____. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.** São Paulo: Editora 34, 2003. 224 p.

CANDELORO, Milton. **Avaliação de aluguéis.** São Paulo: Pini, 1991. 164 p.

CAVALHEIRO, F. & DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, I, Vitória/ES. **Anais I e II.** Vitória/ES: 1992. p. 29-35.

COMITÊ DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA: Grupo de Trabalho de Segurança Municipal. **A segurança pública e os municípios:** Março, 2004. Disponível em: <http://www.nusur.org.br/download/municipios/Seguranca_publica_FNP.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005.

COUTO, Sérgio A. Frazão. **Manual teórico e prático do parcelamento urbano.** Rio de Janeiro: Forense, 1981.

DAL MORO, Selina Maria et al. Espaço urbano e escola na periferia: um processo em construção. In: **Urbanização, Exclusão e Resistência: Estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo.** Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p.91-124.

_____, KALIL, Rosa Maria Locatelli, TEDESCO, João Carlos. **Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo.** Passo Fundo: Ediupef, 1998. 124 p.

DE CESARE, Claudia M. Effectiveness of the Initiative. **Land Lines: Newsletter of the Lincoln Institute of Land policy,** p. 6, jan. 1998. Disponível em: <<http://www.lincolninst.edu>>. Acesso em: 07 dez. 2005.

DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de Urbanização no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 350 p.

DEBIAGI, Noema Castro. **Distribuição dos Equipamentos Sociais Urbanos.** Dissertação de mestrado PROPUR-UFRGS Porto Alegre, 1978

DELERUE, Vera Lúcia M. **Equipamentos de diversão.** Fortaleza: BNB-ETENE, 1977. 68 p.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.

DIEHL, Astor Antônio. **Passo Fundo: uma história, várias questões**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DODI, Luigi. **Elementi Di Urbanística**. Milano: Politecnica, 1953. 262 p.

DREUX, Virginia Paiva. **Uma avaliação da legislação urbanística na provisão de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer em conjuntos habitacionais**. Dissertação de mestrado, PROPUR-UFRGS. Porto Alegre, 2004. Orientadora: Maria Cristina Dias Lay, PhD.

ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

FERNANDES, A.; MATTOS, M. Passo Fundo em busca de suas raízes. In: **Anais I Seminário sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1989. p.99-109.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. São Paulo: Pioneira, 1977. 631 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Resumo Estatístico RS**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 28 abril 2005.

FUNDAÇÃO IBGE. **Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária**, 1992.

_____. Diretoria de Pesquisas. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Síntese de indicadores 1995**. 135 páginas. Rio de Janeiro, 1996.

GONÇALVES, Maria Flora. **O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 360 p.

GONZALEZ, Fernando. **A estruturação urbana e a participação da comunidade: a unidade de vizinhança, o bairro e a evolução sociocultural do cidadão**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre; Editora da UFRGS, 1994. 94 p.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. **Passo Fundo: de Saturnino de Brito ao Mercosul, Projetos e Imagens Urbanas**. 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo/ Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - FAU-PROURB) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GUIMARÃES, Pedro Paulino. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: ProLivros, 2004. 260 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades @. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

KALIL, Rosa Maria Locatelli et al. Migração e urbanização: o caso na região de Passo Fundo. In: **Urbanização, Exclusão e Resistência: Estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p.17-38.

KANAAP, Gerrit, MOORE, Terry. Land Supply and Infrastructure Capacity Monitoring for Smart Urban Growth. **Lincoln Institute of Land Policy** - Land Supply and Infrastructure Capacity Monitoring for Smart Urban Growth - Working Paper: Code WP00GK1, 2000. Disponível em: <<http://www.lincolninst.edu>>. Acesso em: 29 jul. 2005.

LECOIN, Jean-Pierre. Como deverá ser o planejamento urbano do século XXI? Parte I, II, e III. **Cahiers de l'Institut d'Amenagement et d'Urbanisme de la Region d'Ile-de-France**, nº 104 - 105, p. 7 - 33, ago. 1993. Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br/publique/cgi/public/cgilua.exe/sys/reader/htm/preindexview.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2006.

MAGALHÃES. Sérgio Ferraz. **Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro**. São Paulo: Pro-Editores, 1996. 184 p.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Ermínia. Brasil, **Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MATTOS, Joaquim de Almeida. **Vida e crescimento das cidades: introdução ao urbanismo**. Porto Alegre: Globo, 1952. 211p.

MELLO, E.; CAÑELAS, K. **Conceitos de paisagismo**. In apostila de aula. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2000.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba**. Campinas: Papirus, 1996.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Mobilidade Urbana sustentável: Princípios e diretrizes aprovadas no Conselho das Cidades em setembro de 2004**. Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2005.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES. **Política Nacional do Esporte**. Resolução nº 05/Conselho Nacional do Esporte. 14 jun. 2005. Disponível em <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2006.

_____. **Sistema Nacional do Esporte e do Lazer**. Disponível em <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2006.

MORENO, Júlio. **O futuro das cidades**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. 150 p.

MORETTI, Ricardo de Sousa. **Normas urbanísticas para habitação de interesse social: recomendações para elaboração**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1997. 160 p.

Nações Unidas. **Brasil, 2005 – Perfil do País**. Escritório contra drogas e crimes: Brasília, 2005.

NECHYBA, Thomas J., WALSH, Randall P. Urban Sprawl. **Lincoln Institute of Land Policy** - Urban Sprawl - Working Paper: Code WP04TN1, 2004. Disponível em: <<http://www.lincolninst.edu>>. Acesso em: 29 jul. 2005.

NOVICK, Alicia. Planos versus projetos: alguns problemas constitutivos do urbanismo moderno. Buenos Aires, 1910-1936. **Vitruvius**, fev. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq057/arq057_01.asp>. Acesso em: 08 ago. 2005.

O ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <<http://www.estatutodacidade.org.br/estatuto/>>. Acesso em: 03 jan. 2006.

Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS. **A saúde no Brasil**. Escritório de representação no Brasil: Brasília, 1998.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. **Annaes do município de Passo Fundo**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990. 3 v.

OLIVEIRA, N. et al. O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes. In: **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990, t.1, p.131-163.

PANIZZI, Wrana. In Gonçalves, Maria Flora (org). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

POLLOCK, Peter. Controlling Sprawl in Boulder: Benefits and Pitfalls. **Land Lines: Newsletter of the Lincoln Institute of Land policy**, p. 6, jan. 1998. Disponível em: <<http://www.lincolninst.edu>>. Acesso em: 07 dez. 2005.

PORTAL OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL. **Termos usados em urbanismo**. Disponível em: <http://www.taguatinga.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4844>. Acesso em: 30 set. 2005.

PIMENTEL, Rodrigo. **Passo Fundo: muitas histórias, uma versão**. Passo Fundo: Clio Livros, 2005. 90 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Lei complementar nº 143, de 21 de junho de 2005. Altera a redação da Lei complementar nº 131, de 24 de agosto de 2004, que estabelece normas e diretrizes para denominação de bairros, vilas. Loteamentos e define os limites territoriais dos setores demográficos do município de Passo Fundo para fins de ordenação e planejamento urbano. **Gabinete do Prefeito**. Centro Administrativo Municipal, Passo Fundo, 21 jun. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Secretaria de Planejamento**. Disponível em: <<http://www.passofundo.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2005.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977. 111 p.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Desenho urbano: cabeça, campo e prancheta**. São Paulo: Projeto, 1986.

ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade: Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. **Instituto Pólis**, ago. 2001. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=76>. Acesso em: 03 jan. 2006.

ROLNIK, Raquel, PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. 2ª ed. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005. 160 p. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 02 maio 2005.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo, Projeto, 1988. 185 p.

SAVARIS, Manoelito Carlos. **O Tradicionalismo Gaúcho no Século XXI**. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/editoriais.html>>. Acesso em: 17 abr. 2006.

SILVA, José Afonso. **Ordenação constitucional da cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SOUZA, João Carlos. Distribuição espacial de equipamentos urbanos : desenvolvimento de um modelo computacional. Florianópolis, SC. 1998. 1arq. htm. Conferência Latino-Americana de Informática no Ensino de Arquitetura, 1º & Seminário Nacional de Informática no Ensino de Arquitetura, 4º, Florianópolis, 1998. **Artigo técnico**. Disponível em: <<http://www.infohab.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2005.

TEDESCO, João Carlos. Noções e Conceituações sobre a cidade: considerações introdutórias de uma breve revisão bibliográfica. In: **Urbanização, Exclusão e Resistência: Estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p.17-38.

VANDERSCHUEREN, Franz. **Programma Ciudades mas Seguras: Prevención de la Criminalidad**. United Nations Centre for Human Settlements (Habitat) - Centre des Nations Unies pour les Etablissements Humains - Centro de Las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. Disponível em: <http://www.nusur.org.br/download/municipios/Programa_Ciudades_Seguras_UN-HABITAT.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. 304 p.

WILHEIM, Jorge. Cidades: o que há de novo? **AU 137**, nº 137, ago. 2005. Disponível em: <http://www.piniweb.com/revistas/au/index.asp?mate6_cod=17933&from=Correio%20Pini>. Acesso em: 01 set. 2005.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e Lazer**. São Paulo: Nobel, 1983. 74 p.

ANEXO A

FICHAS DE LEVANTAMENTO



EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE:

- SETOR 8 - BAIRRO SANTA MARTA	Legenda	Nome	Localização	Área (m ²)		Nº Andares	Nº Consultas / dia	Conservação		
				Terreno	Edificação			Bom	Ruim	Reg.
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)		Donária	R. Muçum, 230 Entre a R. Cel Gervásio Annes e a R. Martin Luther King 3317-2148							
OBS:										



EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - CRECHES:

- SETOR 08 - BAIRRO SANTA MARTA	Legenda	Localização	Área (m ²)		Nº andares	Nº Salas	Nº Alunos	Faixa etária	Escola Aberta	Conservação		
			Terreno	Edificação						Bom	Ruim	Reg.
CRECHE MUNICIPAL Abelhinhas	10	R. Nicolau J. Ribeiro, 171 – 3335-2854 Coord. Ana Cássia										
OBS:												



EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ESCOLAS:

- SETOR 08 - BAIRRO SANTA MARTA	Localização	Área (m ²)		Nº andares	Nº salas	Nº Alunos	Faixa etária	Escola Aberta	Conservação		
		Terreno	Edificação						Bom	Ruim	Reg.
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL Jardim América	R. Philipe da Cunha, 524 - 3314-4017										
OBS:											



EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA:

- SETOR 08 - BAIRRO SANTA MARTA	Localização	Área (m ²)		Nº PMs	Pátio p/ estacion., manobra viatura	Horário	Conservação				
		Terreno	Edificação				Bom	Ruim	Reg.		
POSTO DA BRIGADA MILITAR	Av. João Catapan, entre Av. Miguelzinho Lima e R. Ametista										
OBS:											



EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE CULTURA, LAZER E ESPORTES:

- SETOR 08 - BAIRRO SANTA MARTA	Legenda	Localização	Área (m ²)		Nº Andares	Horário	Conservação		
			Terreno	Edificação			Bom	Ruim	Reg.
ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO Nossa Sra. Aparecida		R. Nicolau Ribeiro, entre o PSF e a E. Municipal Nossa Sra. Aparecida Resp. Maria (Coni) 3314-3862							
			OBS:						
IGREJA Seminário Nossa Sra. Aparecida		RS-153 – Km 3 - Acesso ao Bairro Jardim América Resp. Paulo 3313-1077							
			OBS:						
SALÃO PAROQUIAL Nossa Sra. da Saúde		Av. Ernesto Bertoldo, ao lado da Igreja Nossa Sra. da Saúde							
			OBS:						
CAMPO PARA FUTEBOL Seminário Nossa Sra. Aparecida		RS-153 – Km 3 Acesso ao Bairro Jardim América 3313-1077							
			OBS:						

ANEXO B

FICHAS DAS AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE CADA EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO



SETOR 4 - REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS.....

..... Páginas 202 a 218



SETOR 8 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA.....

..... Páginas 219 a 240



SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ.....

..... Páginas 241 a 250



CAIS DR. CYRIO NÁCUL (01) – AMB. LÉLIS MADER (10) – AMB. ENTRE RIOS (08)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Edifício	200 m ² ampliável	501 m ²	SIM
Terreno	≥ 1.000 m ²	943 m ²	NÃO

CAMPOS FILHO, 2003	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
População	Cada região com cerca de 20.000 hab. deve ter 1 Posto de Saúde	O bairro tem uma população de 9.521 hab. e 1 CAIS e 2 Amb	SIM
Localização	A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?	Sim, por ter 1 CAIS e 2 Amb. no mesmo Bairro	SIM

MORETTI, 1997	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Edifício	500 m ²	501 m ²	SIM
Terreno	800 a 1.200 m ²	943 m ²	SIM
Quota de terreno por unidade habitacional	0,16 a 0,48 m	0,16 x 3.029 = 484,64 m ² 0,48 x 3.029 = 1.453,92 m ² Equip.= 943 m ²	SIM
Raio de abrangência	até 2.000 m	Cada equip. tem um raio de até 2.300 m	NÃO
População	de 2.000 a 20.000 hab.	O bairro atende a 9.521 hab.	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** Os equipamentos não estão dentro dos índices de área do terreno nem quanto ao raio de abrangência. No entanto, somente 33% dos equipamentos estão em BOM estado enquanto 67% estão em estado RUIM de conservação.



CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ (10)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 30 = 210 m ² Equip.= 149 m ²	NÃO
Localização	<p>Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento?</p> <p>Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas?</p> <p>Tem área disponível de terreno?</p> <p>A implantação é em pavimento térreo?</p> <p>Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte?</p> <p>Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?</p>	<p>SIM</p> <p>NÃO</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p>	NÃO

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 30 = 210 m ² Equip.= 149 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 30 = 60 m ² Equip.= 20 m ²	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 30 = 90 m ² Equip.= 30 m ²	NÃO
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	NÃO	NÃO

Continua na página seguinte.....



CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ (10)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	4 m ² / criança	4 x 30 = 120 m ² Equip.= 149 m ²	SIM
Terreno	6 m ² / criança entre 240 e 360 m ²	6 x 30 = 180 m ² Equip.= 196 m ²	SIM
Alunos	≤ 40 crianças	30 crianças	SIM
	≤ 20 alunos / turno	15 alunos / turno	
Localização	Localiza-se em vizinhança imediata de habitações?	Sim	SIM
	Está perto de praças e áreas verdes?	Não	NÃO
Arquitetura	Apresenta arquitetura e componentes da construção adequados a faixa etária da clientela?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	10 x 30 = 300 m ²	NÃO
		15 x 30 = 450 m ² Equip.= 196 m ²	

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Creche Criança Feliz, não está dentro de nenhum dos parâmetros segundo as Leis analisadas, mas está dentro dos parâmetros de dimensionamento da edificação, segundo Santos, e abaixo dos índices de Ferrari que tratam do dimensionamento do terreno. Seu estado de conservação é RUIM.



CRECHE MUNICIPAL RAIOS DE LUZ (05)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 74 = 518 m ² Equip.= 216 m ²	NÃO
Localização	<p>Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento?</p> <p>Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas?</p> <p>Tem área disponível de terreno?</p> <p>A implantação é em pavimento térreo?</p> <p>Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte?</p> <p>Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?</p>	<p>SIM</p> <p>NÃO</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p>	NÃO

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 74 = 518 m ² Equip.= 216 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 74 = 148 m ² Equip.= 30 m ²	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 74 = 222 m ² Equip.= 400 m ²	SIM
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....



CRECHE MUNICIPAL RAIOS DE LUZ (05)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Edifício	4 m ² / criança	4 x 74 = 296 m ² Equip.= 216 m ²	NÃO
Terreno	6 m ² / criança entre 240 e 360 m ²	6 x 74 = 444 m ² Equip.= 820 m ²	SIM
Alunos	≤ 40 crianças	74 crianças	NÃO
	≤ 20 alunos / turno	37 alunos	
Localização	Localiza-se em vizinhança imediata de habitações?	Sim	SIM
	Está perto de praças e áreas verdes?	Não	NÃO
Arquitetura	Apresenta arquitetura e componentes da construção adequados a faixa etária da clientela?	Sim	SIM

1977	LITERATURA		REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	10 x 74 = 740 m ²	NÃO
		15 x 74 = 1.110 m ² Equip.= 820 m ²	

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Creche Municipal Raios de Luz, somente está dentro dos parâmetros de área para recreação descoberta e lactário segundo as Leis analisadas, porém está dentro dos parâmetros de dimensionamento do terreno, mas está abaixo do dimensionamento da edificação segundo Santos, mas está abaixo também dos índices de área construída segundo Ferrari. Seu estado de conservação é BOM.

FERRARI,	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO



CRECHE MUNICIPAL JARDIM DO SOL (02)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 40= 280 m ² Equip.= 160 m ²	NÃO
Localização	Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento? Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas? Tem área disponível de terreno? A implantação é em pavimento térreo? Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte? Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?	SIM NÃO SIM SIM SIM SIM	NÃO

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 40 = 280 m ² Equip.= 160 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 40 = 80 m ² Equip.= 30 m ²	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 40 = 120 m ² Equip.= 40 m ²	NÃO
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....



CRECHE MUNICIPAL JARDIM DO SOL (02)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhaça:**

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	4 m ² / criança	4 x 40 = 160 m ² Equip.= 160 m ²	SIM
Terreno	6 m ² / criança entre 240 e 360 m ²	6 x 40 = 240 m ² Equip.= 240 m ²	SIM
Alunos	≤ 40 crianças	40 crianças	SIM
	≤ 20 alunos / turno	20 alunos	
Localização	Localiza-se em vizinhança imediata de habitações?	Sim	SIM
	Está perto de praças e áreas verdes?	Não	NÃO
Arquitetura	Apresenta arquitetura e componentes da construção adequados a faixa etária da clientela?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	10 x 40 = 400 m ² 15 x 40 = 600 m ² Equip.= 240 m ²	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Creche Jardim do Sol, somente está dentro do parâmetro de área para lactário segundo as Leis analisadas, porém está dentro dos parâmetros de dimensionamento do terreno e edificação segundo Santos, mas está abaixo do índice de área construída de acordo com Ferrari. Seu estado de conservação é **REGULAR**



PRÉ-ESCOLA PINGUINHO DE GENTE (08)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 20= 140 m ² Equip.= 100 m ²	NÃO
Localização	<p>Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento?</p> <p>Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas?</p> <p>Tem área disponível de terreno?</p> <p>A implantação é em pavimento térreo?</p> <p>Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte?</p> <p>Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?</p>	<p>SIM</p> <p>NÃO</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p>	NÃO

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 20 = 140 m ² Equip.= 100 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 20 = 40 m ² Equip.= não tem	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 20 = 60 m ² Equip.= 40 m ²	NÃO
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....



PRÉ-ESCOLA PINGUINHO DE GENTE (08)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	4 m ² / criança (2/3 da área do terreno)	4 x 20 = 80 m ² Equip.= 100 m ²	SIM
Terreno	6 m ² / criança entre 240 e 360 m ²	6 x 20 = 120 m ² Equip.= 160 m ²	SIM
Alunos	≤ 40 crianças	20 crianças	SIM
	≤ 20 alunos / turno	20 alunos	
Localização	Localiza-se em vizinhança imediata de habitações?	Sim	SIM
	Está perto de praças e áreas verdes?	Não	NÃO
Arquitetura	Apresenta arquitetura e componentes da construção adequados a faixa etária da clientela?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	10 x 20 = 200 m ²	NÃO
		15 x 20 = 300 m ² Equip.= 100 m ²	

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Pré-escola Pinguinho de Gente somente está dentro do parâmetro de área para lactário segundo as Leis analisadas, no entanto está dentro dos parâmetros de dimensionamento do terreno e edificação segundo Santos, mas está abaixo do índice de área construída de acordo com Ferrari. Seu estado de conservação é **REGULAR**.



ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CEL. GERVÁSIO LUCAS ANNES (03)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área mínima para edifícios	1 pavimento = 7,5 m ² / aluno	7,5 x 652 = 4.890 m ² Equip.=2.925 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	1 pavimento = 47 m ² / aluno	47 x 652 = 30.644 m ² Equip.= 8.597 m ²	NÃO

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	0,864 m ² / população	0,864 x 8.729 = 7.541,85 m ² Equip.= 2.925 m ²	NÃO
Raio de abrangência	800 m da residência	até 1.800 m	NÃO

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 652=2.086 m ² Equip. = 2.925 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 652=4.173 m ² Equip.= 8.597 m ²	SIM
Alunos	40 / turma	50 / turma	SIM
Área livre	Tem área livre arborizada p/ esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A E. E. de Ensino Fundamental Cel. Gervásio Lucas Annes, está dentro dos parâmetros de dimensionamento do terreno segundo Santos, entretanto está bem abaixo dos índices de acordo com Ferrari. Seu estado de conservação é BOM.



ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFª EULINA BRAGA (10)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área mínima para edifícios	1 pavimento = 7,5 m ² / aluno	7,5 x 485 = 3.637,50 m ² Equip.= 885 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	1 pavimento = 47 m ² / aluno	47 x 485 = 22.975 m ² Equip.= 2.730 m ²	NÃO

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	0,864 m ² / população	0,864 x 299 = 258,36 m ² Equip.= 885 m ²	SIM
Raio de abrangência	800 m da residência	até 800 m	SIM

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 485=1.552 m ² Equip. = 885 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 485=3.104 m ² Equip.= 2.730 m ²	NÃO
Alunos	40 / turma	37,30 / turma	SIM
Área livre	Tem área livre arborizada p/ esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A E. E. de Ensino Fundamental Profª Eulina Braga, não está dentro dos parâmetros de dimensionamento segundo nenhum autor. Seu estado de conservação é REGULAR.



INSTITUTO ESTADUAL CARDEAL ARCOVERDE (04)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA -ÇÃO REAL
Construção	0,182 m ² por população	0,182 x 9.521 = 1.732,82 m ² Equip.= 938 m ²	NÃO
Raio de abrangência	1.600 m das residências	até 2.700 m	NÃO

CAMPOS FILHO, 2003	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA -ÇÃO REAL
Salas de aula	≤ 16 classes	16 turmas	SIM
População	5.000 hab./ 2 turnos 10.000 hab./ 4 turnos	9.521 hab p/ cada 2 turnos	SIM

MORETTI, 1997	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA -ÇÃO REAL
Terreno	4.200 a 8.000 m ²	5.040 m ²	SIM
Quota de terreno por unidade habitacional	4,3 a 7,6 m ² (planejamento) 8,10 m ² (baseado em dados existentes)	4,3x3029=13.025 m ² 7,6x3029 =23.020 m ² 8,10 x 3029 = 24.535 m ² Equip.= 5.040 m ²	NÃO
Raio de abrangência	800 m	até 2.700 m	NÃO
Alunos	35 alunos / classe	75 alunos	NÃO
	1,2 aluno / unidade habitacional	1,2 x 3.029 = 3.634,80 alunos Equip. = 1.209	NÃO

Continua na página seguinte.....



INSTITUTO ESTADUAL CARDEAL ARCOVERDE (04)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 1.209 = 3.868,80 m ² Equip.= 938 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 1.209 = 7.737.60 m ² Equip.= 5.040 m ²	NÃO
Alunos	40 / turma	75 / turma	NÃO
População	20% da população servida	9.521 x 20% = 1.904,20 alunos Equip.= 1.209	NÃO
Área livre	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Área mínima para edifícios	2 pavimentos = 6,25 m ² / aluno	6,25 x 1.209 = 7.556,25 m ² Equip.= 938 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	2 pavimentos = 38 m ² / aluno	38 x 1.209 = 45.942 m ² Equip.= 5.040 m ²	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** O Instituto Estadual Cardeal Arcoverde não está dentro de praticamente nenhum dos parâmetros de dimensionamento segundo os autores. Seu estado de conservação é BOM.



POSTO POLICIAL PETRÓPOLIS (04)

⇒ **Dados em função do Setor ou Bairro:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Raio de atendimento	Até 800 m	de até 1.800 m	NÃO

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Terreno	≥ 1.000 m ²	40,00 m ²	NÃO
Localização	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?	Sim	SIM
Área livre	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?	Sim	SIM
Estacionamento	Possui estacionamento defronte ao prédio?	Não	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** Na análise do único equipamento comunitário de segurança do Bairro, os únicos parâmetros que estão corretos, é por ele estar localizado na periferia, enquanto que o raio de abrangência está muito abaixo dos índices desejados pelos autores. Seu estado de conservação é REGULAR.



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PETRÓPOLIS (07)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Terreno	1.000 m ²	-	NÃO
Edifício	200 m ²	20 m ²	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Associação do Bairro Petrópolis, não está dentro dos parâmetros de dimensionamento de terreno e de edifício segundo Santos, pois a mesma não possui sede independente, está hoje adaptada em uma residência particular. Seu estado de conservação é RUIM.



PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO (08) - IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR (06)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída	0,1 m ² por habitante	0,1 x 8.729 = 872,90 m ² Equip.= 1.104 m ²	SIM
Área do terreno	Mínimo de 400 m ²	2.643 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Paróquia Santo Antônio e a Igreja do Evangelho Quadrangular estão totalmente dentro dos parâmetros de implantação e dimensionamento segundo Ferrari. Além disso 50% dos equipamentos estão em BOM estado de conservação enquanto os outros 50% estão em estado REGULAR.

SETOR 04 - REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



GINÁSIO DE ESPORTES MAGI DE CÉSARO (10)

⇒ **Dados em função do Setor:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída	4,00 ha p/ recreação ativa 2,00 ha p/ recreação passiva	0,20 ha	NÃO
Raio de influência	de 800 a 2.400 m	2.700 m	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** O Ginásio Municipal não atende aos parâmetros de implantação e dimensionamento. Além disso, o mesmo encontra-se em estado REGULAR de conservação.

SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



PSFs: DONÁRIA(03)–JARDIM AMÉRICA(16)–NOSSA SRA. APARECIDA(02)-SANTA MARTA(11)

⇒ **Dados em função do Setor ou Bairro:**

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	200 m ² ampliável	519 m ²	SIM
Terreno	≥ 1.000 m ²	1.724 m ²	SIM

CAMPOS FILHO, 2003	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
População	Cada região com cerca de 20.000 hab. deve ter 1 Posto de Saúde	O bairro tem uma população de 5.360 hab. e 4 PSF	SIM
Localização	A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?	Sim, por ter 4 PSF no mesmo Bairro	SIM

MORETTI, 1997	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE	EQUIPAMENTO	SITUA- ÇÃO REAL
----------------------	--	--------------------	--------------------------------

	LITERATURA		
Edifício	500 m ²	519 m ²	SIM
Terreno	800 a 1.200 m ²	1.724 m ²	SIM
Quota de terreno por unidade habitacional	0,16 a 0,48 m	0,16 x 1.412 = 225,92 m ² 0,48 x 1.412 = 677,76 m ² Equip.= 1.724m ²	SIM
Raio de abrangência	até 2.000 m	Cada equip. tem um raio de até 900 m	SIM
População	de 2.000 a 20.000 hab	O bairro atende a 5.360 hab.	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** Os equipamentos de saúde estão dentro de todos os parâmetros analisados. Além disso 75% dos equipamentos estão em BOM estado enquanto 25% estão em estado RUIM de conservação.



CRECHE MUNICIPAL ABELHINHAS (02)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 24= 168 m ² Equip.= 108 m ²	NÃO
Localização	<p>Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento?</p> <p>Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas?</p> <p>Tem área disponível de terreno?</p> <p>A implantação é em pavimento térreo?</p> <p>Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte?</p> <p>Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?</p>	<p>SIM</p> <p>NÃO</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p>	NÃO

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 24 = 168 m ² Equip.= 108 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 24 = 48 m ² Equip.= não tem	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 24 = 72 m ² Equip.= 65 m ²	NÃO
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....



CRECHE MUNICIPAL ABELHINHAS (02)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhaça:**

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	4 m ² / criança	4 x 24 = 96 m ² Equip.= 108 m ²	SIM
Terreno	6 m ² / criança entre 240 e 360 m ²	6 x 24 = 144 m ² Equip.= 180 m ²	SIM
Alunos	≤ 40 crianças	24 crianças	SIM
	≤ 20 alunos / turno	12 alunos / turno	
Localização	Localiza-se em vizinhança imediate de habitações?	Sim	SIM
	Está perto de praças e áreas verdes?	Não	NÃO
Arquitetura	Apresenta arquitetura e componentes da construção adequados a faixa etária da clientela?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	10 x 24 = 240 m ²	NÃO
		15 x 24 = 360 m ² Equip.= 180 m ²	

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Creche Municipal Abelhinhas, somente está dentro dos índices de área do lactário segundo as Leis analisadas, e dos parâmetros de dimensionamento da edificação, segundo Santos, no entanto abaixo dos índices de Ferrari que tratam do dimensionamento do terreno. Seu estado de conservação é RUIM.



CRECHE MUNICIPAL FADINHA (04)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 30= 210 m ² Equip.= 108 m ²	NÃO
Localização	<p>Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento?</p> <p>Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas?</p> <p>Tem área disponível de terreno?</p> <p>A implantação é em pavimento térreo?</p> <p>Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte?</p> <p>Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?</p>	<p>SIM</p> <p>NÃO</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p>	NÃO

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 30 = 210 m ² Equip.= 108 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 30 = 60 m ² Equip.= não tem	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 30 = 90 m ² Equip.= 50 m ²	NÃO
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....



CRECHE MUNICIPAL FADINHA (04)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhaça:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Edifício	4 m ² / criança	4 x 30 = 120 m ² Equip. = 108 m ²	NÃO
Terreno	6 m ² / criança entre 240 e 360 m ²	6 x 30 = 188 m ² Equip.= 300 m ²	SIM
Alunos	≤ 40 crianças	30 crianças	SIM
	≤ 20 alunos / turno	15 alunos	
Localização	Localiza-se em vizinhança imediata de habitações?	Sim	SIM
	Está perto de praças e áreas verdes?	Não	NÃO
Arquitetura	Apresenta arquitetura e componentes da construção adequados a faixa etária da clientela?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	10 x 30 = 300 m ²	SIM
		15 x 30 = 450 m ² Equip.= 300 m ²	

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Creche Municipal Fadinha somente está dentro dos índices de área do lactário segundo as Leis analisadas, e dos parâmetros de dimensionamento do terreno, no entanto está abaixo do dimensionamento da edificação. Seu estado de conservação é BOM.



CRECHE MUNICIPAL CHAPEUZINHO VERMELHO (17)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 21= 147 m ² Equip.= 75 m ²	NÃO
Localização	<p>Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento?</p> <p>Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas?</p> <p>Tem área disponível de terreno?</p> <p>A implantação é em pavimento térreo?</p> <p>Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte?</p> <p>Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?</p>	<p>SIM</p> <p>NÃO</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p>	NÃO

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 21 = 147 m ² Equip.= 75 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 21 = 42 m ² Equip.= 20 m ²	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 21 = 63 m ² Equip.= 100 m ²	SIM
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....



CRECHE MUNICIPAL CHAPEUZINHO VERMELHO (17)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhaça:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Edifício	4 m ² / criança	4 x 21 = 84 m ² Equip.= 75 m ²	NÃO
Terreno	6 m ² / criança entre 240 e 360 m ²	6 x 21 = 126 m ² Equip.= 360 m ²	SIM
Alunos	≤ 40 crianças	21 crianças	SIM
	≤ 20 alunos / turno	11 alunos	
Localização	Localiza-se em vizinhança imediata de habitações?	Sim	SIM
	Está perto de praças e áreas verdes?	Não	NÃO
Arquitetura	Apresenta arquitetura e componentes da construção adequados a faixa etária da	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	10 x 21 = 210 m ² 15 x 21 = 315 m ² Equip.= 360 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Creche Municipal Chapeuzinho Vermelho somente está dentro dos índices de área de recreação descoberta e área do lactário segundo as Leis analisadas, além de estar dentro dos parâmetros de dimensionamento do terreno, mas abaixo do dimensionamento da edificação. Seu estado de conservação é REGULAR.

SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



CEAMES - CENTRO EDUCACIONAL ASSISTENCIAL METODISTA EDITH SCHISLER (09)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 70= 490 m ² Equip.= 680 m ²	SIM
Localização	Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento? Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas? Tem área disponível de terreno? A implantação é em pavimento térreo? Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte? Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?	SIM SIM SIM SIM SIM SIM	SIM

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 70 = 490 m ² Equip.= 680 m ²	SIM
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 70 = 140 m ² Equip.= 100	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 70 = 210 m ² Equip.= 120 m ²	NÃO
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....

SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



CEAMES - CENTRO EDUCACIONAL ASSISTENCIAL METODISTA EDITH SCHISLER (09)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	4 m ² / criança (2/3 da área do terreno)	4 x 70 = 280 m ² Equip.= 680 m ²	SIM
Terreno	6 m ² / criança entre 240 e 360 m ²	6 x 70 = 420 m ² Equip.= 829 m ²	SIM
Alunos	≤ 40 crianças	70 crianças	NÃO
	≤ 20 alunos / turno	35 alunos	
Localização	Localiza-se em vizinhança imediate de habitações?	Sim	SIM
	Está perto de praças e áreas verdes?	Não	NÃO
Arquitetura	Apresenta arquitetura e componentes da construção adequados a faixa etária da clientela?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m ² / criança	10 x 70 = 700 m ² 15 x 70 = 1.050 m ² Equip.= 829 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** O CEAMES (Centro Educacional Assistencial Metodista Edith Schisler) está dentro dos índices de localização, de área construída e do lactário segundo as Leis analisadas, além de estar dentro de todos os parâmetros de dimensionamento e implantação segundo os autores acima citados. Seu estado de conservação é **REGULAR**



SOCREBE - ESCOLA MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA SÃO FRANCISCO (07)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7x530=3.710 m ² Equip.=3.175 m ²	NÃO
Localização	<p>Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento?</p> <p>Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas?</p> <p>Tem área disponível de terreno?</p> <p>A implantação é em pavimento térreo?</p> <p>Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte?</p> <p>Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?</p>	<p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p> <p>SIM</p>	SIM

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 530 = 3.710 m ² Equip.= 3.175 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 530 = 1.060 m ² Equip.= 2.000 m ²	SIM
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 530 = 1.590 m ² Equip.= 1.000 m ²	NÃO
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....



SOCREBE - ESCOLA MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA SÃO FRANCISCO (07)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

CAMPOS FILHO, 2003	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Raio de abrangência	800 m das residências	até 2.400 m	NÃO

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	0,5 m ² / habitante	0,5 m ² x 5.360 = 2.680 m ² Equip.= 5.000 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Escola Maternal e Jardim de Infância São Francisco - SOCREBE, só não está dentro dos índices de área construída segundo as Leis, mas está dentro de todos os parâmetros de dimensionamento e implantação segundo os autores acima citados. Seu estado de conservação é BOM.

MORETTI, 1997	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	4 m ² de área constr. / aluno em cada turno	4 x 530 = 2.120 m ²	SIM
	CONESP - 8 m ² de área construída / aluno em c/ turno	8 x 530 = 4.240 m ²	
	Equip.= 3.175 m ²		
Terreno	1.200 a 2.500 m ²	5.000 m ²	SIM
	TO = 50%	TO = 24%	
Quota de terreno por unidade habitacional	0,6 a 1,3 m ² (planejamento) = 847,20 m ² a 1.836,60 m ²	5.000 m ²	SIM
	1,26 m ² (baseado em dados existentes) = 1.779,12 m ²	5.000 m ²	
Raio de abrangência	500 m das unidades habitacionais	até 2.400 m	NÃO
Alunos	de 100 a 200 / turno	265 alunos	NÃO
Faixa etária	4 a 6 anos	0 a 6 anos	SIM
População	6% da pop. = 321,6 alunos	530 alunos	SIM



ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JARDIM AMÉRICA (16)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área mínima para edifícios	1 pavimento = 7,5 m ² / aluno	7,5 x 199 = 1.492,50 m ² Equip.= 486 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	1 pavimento = 47 m ² / aluno	47 x 199 = 9.353 m ² Equip.= 2.422 m ²	NÃO

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	0,864 m ² / população	0,864 x 1.476 = 1.275,26 m ² Equip.= 486 m ²	NÃO
Raio de abrangência	800 m da residência	até 700 m	SIM

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 199 = 639 m ² Equip. = 486 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 199=1.274 m ² Equip.=2.422 m ²	SIM
Alunos	40 / turma	39,80 / turma	SIM
Área livre	Tem área livre arborizada p/ esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A E. M. de Ensino Fundamental Jardim América, está dentro dos parâmetros de dimensionamento do terreno segundo Santos, entretanto está bem abaixo do índice de área construída de acordo com Ferrari e de dimensionamento da edificação. Seu estado de conservação é RUIM.

SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOSSA SENHORA APARECIDA (02)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhaça:

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO
Área mínima para edifícios	1 pavimento = 7,5 m ² / aluno	7,5 x 115 = 862,5 m ² Equip.= 236 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	1 pavimento = 47 m ² / aluno	47 x 115 = 5.405 m ² Equip.= 1.808 m ²	NÃO

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO
Construção	0,864 m ² / população	0,864 x 648 = 559,87 m ² Equip.= 236 m ²	NÃO
Raio de abrangência	800 m da residência	até 400 m	SIM

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA- ÇÃO
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 115 = 368 m ² Equip. = 236 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 115 = 736 m ² Equip.=1.808 m ²	SIM
Alunos	40 / turma	23 / turma	SIM
Área livre	Tem área livre arborizada p/ esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A E. M. de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, está dentro dos parâmetros de dimensionamento segundo Santos, entretanto está bem abaixo do dimensionamento segundo Ferrari. Seu estado de conservação é REGULAR.



ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO MARIA DOLORES FREITAS BARROS (06)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Construção	0,182 m ² por população	0,182 x 5.360 = 975,52 m ² Equip.= 675 m ²	NÃO
Raio de abrangência	1.600 m das residências	até 2.700 m	NÃO

CAMPOS FILHO, 2003	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Salas de aula	≤ 16 classes	9 turmas	SIM
População	5.000 hab./ 2 turnos 10.000 hab./ 4 turnos	5.360 hab p/ cada 2 turnos	SIM

MORETTI, 1997	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Terreno	4.200 a 8.000 m ²	2.934 m ²	NÃO
Quota de terreno por unidade habitacional	4,3 a 7,6 m ² (planejamento) 8,10 m ² (baseado em dados existentes)	4,3x1412= 6.072 m ² 7,6x1412= 10.731 m ² 8,10 x 1412 = 11.437,20 m ² Equip.= 2.934 m ²	NÃO
Raio de abrangência	800 m	até 2.700 m	NÃO
Alunos	35 alunos / classe	90 alunos	NÃO
	1,2 aluno / unidade habitacional	1,2 x 1.412 = 1.694,4 alunos Equip. = 813	NÃO

Continua na página seguinte.....



ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO MARIA DOLORES FREITAS BARROS (06)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 813 = 2.601,6 m ² EC-E = 675 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 813 = 5.203,2 m ² EC-E = 2.934 m ²	NÃO
Alunos	40 / turma	30 / turma	SIM
População	20% da população servida	5.360 x 20% = 1.072 alunos EC-E = 813	NÃO
Área livre	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área mínima para edifícios	2 pavimentos = 6,25 m ² / aluno	6,25 x 813 = 5.081,25 m ² EC-E = 675 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	2 pavimentos = 38 m ² / aluno	38 x 813 = 30.894 m ² EC-E = 2.934 m ²	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** A E. E. de Ensino Médio Maria Dolores Freitas Barros, não está dentro dos parâmetros de dimensionamento segundo os autores. Seu estado de conservação é BOM.



POSTO POLICIAL SANTA MARTA (08)

⇒ **Dados em função do Setor ou Bairro:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Raio de atendimento	Até 800 m	de até 2.500 m	NÃO

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Terreno	≥ 1.000 m ²	30,00 m ²	NÃO
Localização	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?	Sim	SIM
Área livre	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?	Sim	SIM
Estacionamento	Possui estacionamento defronte ao prédio?	Não	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** Na análise do único equipamento comunitário de segurança do Bairro, os únicos parâmetros que estão corretos, é por ele estar localizado na periferia, enquanto que o raio de abrangência está muito abaixo dos índices desejados pelos autores. Seu estado de conservação é **REGULAR**.

SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO VILA NOSSA SENHORA APARECIDA (02)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Terreno	1.000 m ²	525 m ²	NÃO
Edifício	200 m ²	450 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Associação de Bairro Vila Nossa Senhora Aparecida, está dentro dos parâmetros de dimensionamento de edifício segundo Santos, entretanto está bem abaixo do dimensionamento para o terreno. Seu estado de conservação é REGULAR.

SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



SEMINÁRIO DIOCESANO NOSSA SENHORA APARECIDA (14)

⇒ **Dados em função do Setor ou Bairro:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída	2 a 4 m ² por fiel, sendo 1 fiel para cada 5 ou 10 habitantes 5.360 fiéis / 10 hab. = 536 fiéis	536 x 2 = 1.072 m ² 536 x 4 = 2.144 m ² Equip. = 2.730 m ²	SIM
Tamanho médio do prédio	1.500 a 2.000 m ²	2.730 m ²	SIM
Área do terreno	Tem espaço para festas e cerimônias religiosas ao ar livre?	Sim	SIM

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Raio máximo das residências	1.600 m	1.200 m	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** Segundo Ferrari, o Seminário Diocesano Nossa Senhora Aparecida está dentro de todos parâmetros de dimensionamento citados pelos autores. Seu estado de conservação é BOM.



CAPELA SÃO JOÃO BOSCO (06) - IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR (10)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída	0,1 m ² por habitante	0,1 x 1.745 = 174,5 m ² Equip. = 670 m ²	SIM
Área do terreno	Mínimo de 400 m ²	2.117 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** Fez-se um somatório das áreas da Capela São João Bosco e da Igreja do Evangelho Quadrangular, porque as duas pertencem à mesma unidade de vizinhança. Verifica-se que as mesmas estão dentro dos parâmetros de implantação e dimensionamento segundo Ferrari. Além disso 100% dos equipamentos estão em BOM estado de conservação.

SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



IGREJA NOSSA SENHORA DA SAÚDE (16) - IGREJA MISSÃO QUADRANGULAR (15)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída	0,1 m ² por habitante	0,1 x 1.476 = 147,6 m ² Equip. = 225 m ²	SIM
Área do terreno	Mínimo de 400 m ²	650 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** Fez-se um somatório das áreas da Igreja Nossa Senhora da Saúde e Igreja Missão Quadrangular, porque as duas pertencem à mesma unidade de vizinhança. Verifica-se que as mesmas estão dentro dos parâmetros de implantação e dimensionamento segundo Ferrari. Além disso 50% dos equipamentos estão em estado REGULAR de conservação e os outros 50% estão em estado RUIM.



IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS (05)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída	0,1 m ² por habitante	0,1 x 1.491= 149,10 m ² Equip. = 60 m ²	NÃO
Área do terreno	Mínimo de 400 m ²	240 m ²	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Igreja Assembléia de Deus não está dentro de nenhum parâmetro segundo Ferrari. Seu estado de conservação é **REGULAR**.

SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



GINÁSIO POLIESPORTIVO VITOR MATEUS TEIXEIRA (01)

⇒ **Dados em função do Setor:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída	4,00 ha p/ recreação ativa 2,00 ha p/ recreação passiva	19 ha	SIM
Raio de influência	de 800 a 2.400 m	2.800 m	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** O Ginásio Teixeirinha atende aos parâmetros de área construída, mas não atende raio de abrangência. Apesar disso, o ginásio encontra-se em BOM estado de conservação.



HOSPITAL DE OLHOS (01) - AMBULATÓRIO SÃO JOSÉ (06)

⇒ **Dados em função do Setor ou Bairro:**

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	200 m ² ampliável	1.376 m ²	SIM
Terreno	≥ 1.000 m ²	3.392 m ²	SIM

CAMPOS FILHO, 2003	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
População	Cada região com cerca de 20.000 hab. deve ter 1 Posto de Saúde	O bairro tem uma população de 8.741 hab. e 1 Ambulatório e 1 Hospital de Olhos	NÃO
Localização	A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?	NÃO	NÃO

MORETTI, 1997	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	500 m ²	1.376 m ²	SIM
Terreno	800 a 1.200 m ²	3.392 m ²	SIM
Quota de terreno por unidade habitacional	0,16 a 0,48 m	0,16x2.739=438 m ² 0,48 x 2.739 = 1.314 m ² Equip.= 3.392 m ²	SIM
Raio de abrangência	até 2.000 m	Cada equip. tem um raio de até 1.700 m	SIM
População	de 2.000 a 20.000 hab.	O bairro atende a 8.741 hab.	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** Os equipamentos de saúde estão dentro de quase todos os parâmetros de implantação e dimensionamento segundo os autores. Seus estados de conservação são 50% BOM e 50% RUIM.

SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO FELIZ (03)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

PORTARIA Nº 321/1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 106= 742 m ² Equip. = 402 m ²	NÃO
Localização	Localiza-se em função da maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento? Possui adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas? Tem área disponível de terreno? A implantação é em pavimento térreo? Está próxima da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte? Está afastada no mínimo 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas?	SIM SIM SIM SIM SIM SIM	SIM

RESOLUÇÃO Nº 59/1989	BIBLIOGRAFIA REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	7 m ² / criança	7 x 106 = 742 m ² Equip.= 402 m ²	NÃO
Área recreação coberta	2 m ² / criança Mínimo de 30,00m ²	2 x 106 = 204 m ² Equip.= 120 m ²	NÃO
Área recreação descoberta	3 m ² / criança	3 x 106 = 318 m ² Equip.= 400 m ²	SIM
Lactário	A creche tem um local destinado ao preparo das mamadeiras?	SIM	SIM

Continua na página seguinte.....

SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO FELIZ (03)

⇒ **Dados em função do Setor ou Bairro:**

CAMPOS FILHO, 2003	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Raio de abrangência	800 m das residências	até 1.700 m	NÃO

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	0,5 m ² / habitante	0,5 m ² x 8.741 = 4.371 m ² Equip.= 5.400 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Escola de Educação Infantil Cantinho Feliz, só não está dentro dos parâmetros de área construída e área de recreação coberta segundo as Leis e dimensionamento da edificação, segundo Santos, mas está bem acima dos índices de Ferrari que tratam do dimensionamento do terreno e de Santos. Seu estado de conservação é BOM.

MORETTI, 1997	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	4 m ² de área constr. / aluno em cada turno	4 x 106 = 424 m ²	NÃO
	CONESP - 8 m ² de área construída / aluno em c/ turno	8 x 106 = 848 m ²	
	Equip.= 402 m ²		
Terreno	1.200 a 2.500 m ²	5.400 m ²	SIM
	TO = 50%	TO = 7,4%	
Quota de terreno por unidade habitacional	0,6 a 1,3 m ² (planejamento) = 847,20 m ² a 1.836,60 m ²	5.400 m ²	SIM
	1,26 m ² (baseado em dados existentes) = 1.779,12 m ²	5.400 m ²	
Raio de abrangência	500 m das unidades habitacionais	até 1.700 m	NÃO
Alunos	de 100 a 200 / turno	106 alunos	SIM
Faixa etária	4 a 6 anos	0 a 6 anos	SIM
População	6% da pop. = 525 alunos	106 alunos	NÃO

SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ
- FICHA DE AVALIAÇÃO -



ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BENONI ROSADO(04)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhaça:

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área mínima para edifícios	1 pavimento = 7,5 m ² / aluno	7,5 x 257 = 1.927,50 m ² Equip.= 484 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	1 pavimento = 47 m ² / aluno	47 x 257 = 12.079 m ² Equip.= 5.077 m ²	NÃO

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	0,864 m ² / população	0,864 x 5.610 = 4.847,04 m ² Equip.= 484 m ²	NÃO
Raio de abrangência	800 m da residência	até 1.400 m	NÃO
SANTOS,	- BIBLIOGRAFIA -	EQUIPAMENTO	SITUA- ÇÃO

1988	REVISÃO DE LITERATURA		REAL
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 257 = 822 m ² Equip. = 484 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 257=1.645 m ² Equip.=5.077 m ²	SIM
Alunos	40 / turma	51,4 / turma	NÃO
Área livre	Tem área livre arborizada p/ esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A E. M. de Ensino Fundamental Benoni Rosado está dentro dos parâmetros de dimensionamento do terreno segundo Santos, entretanto está bem abaixo do índice de área construída e de dimensionamento da edificação de acordo com Ferrari. Seu estado de conservação é REGULAR.



ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ELOY PINHEIRO MACHADO (03)

⇒ Dados em função da Unidade de Vizinhança:

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área mínima para edifícios	1 pavimento = 7,5 m ² / aluno	7,5 x 184 = 1.380 m ² Equip.= 376 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	1 pavimento = 47 m ² / aluno	47 x 184 = 8.648 m ² Equip.= 4.284 m ²	NÃO

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Construção	0,864 m ² / população	0,864 x 3.131 = 2.705,18 m ² Equip.= 376 m ²	NÃO
Raio de abrangência	800 m da residência	até 1.200 m	NÃO

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 184 = 589 m ² Equip. = 376 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 184=1.178 m ² Equip.=4.284 m ²	SIM
Alunos	40 / turma	46 / turma	NÃO
Área livre	Tem área livre arborizada p/ esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A E. M. de Ensino Fundamental Eloy Pinheiro Machado, está dentro dos parâmetros de dimensionamento de terreno segundo Santos, mas está bem abaixo do dimensionamento segundo Ferrari. Seu estado de conservação é BOM.



ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO GENERAL PRESTES GUIMARÃES (05)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

GUIMARÃES, 2004	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Construção	0,182 m ² por população	0,182 x 8.741 = 1.590,86 m ² Equip.= 1.219 m ²	NÃO
Raio de abrangência	1.600 m das residências	até 1.300 m	SIM

CAMPOS FILHO, 2003	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUAÇÃO REAL
Salas de aula	≤ 16 classes	4 a 16 turmas	SIM
População	5.000 hab./ 2 turnos 10.000 hab./ 4 turnos	8.741 hab p/ cada 2 turnos	SIM

MORETTI, 1997	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Terreno	4.200 a 8.000 m ²	4.965 m ²	SIM
Quota de terreno por unidade habitacional	4,3 a 7,6 m ² (planejamento) 8,10 m ² (baseado em dados existentes)	11.777,70 a 20.816,40 m ² 22.185,90 m ² Equip.= 4.965 m ²	NÃO
Raio de abrangência	800 m	até 1.300 m	NÃO
Alunos	35 alunos / classe	68.75 alunos	NÃO
	1,2 aluno / unidade habitacional	3.286,80 alunos Equip.= 1.100	NÃO

Continua na página seguinte.....



ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO GENERAL PRESTES GUIMARÃES (05)

⇒ Dados em função do Setor ou Bairro:

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Edifício	3,2 m ² / aluno 50% área terreno	3,2 x 1.100 = 3.520 m ² Equip.= 1.219 m ²	NÃO
Terreno	6,4 m ² / aluno ≥ 1.000 m ²	6,4 x 1.100 = 7.040 m ² Equip.= 4.965 m ²	NÃO
Alunos	40 / turma	69 / turma	NÃO
População	20% da população servida	8.741 x 20% = 1.748 alunos Equip.= 1.100	NÃO
Área livre	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?	Sim	SIM
Ampliações	Admite futuras ampliações?	Sim	SIM

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA-MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área mínima para edifícios	2 pavimentos = 6,25 m ² / aluno	6,25 x 1.100 = 6.875 m ² Equip. = 1.219 m ²	NÃO
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	2 pavimentos = 38 m ² / aluno	38 x 1.100 = 41.800 m ² Equip.= 4.965 m ²	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** A E. E. de Ensino Médio General Prestes Guimarães, não está dentro de nenhum dos parâmetros de dimensionamento segundo os autores. Seu estado de conservação é REGULAR.



POSTO POLICIAL SÃO JOSÉ (06)

⇒ **Dados em função do Setor ou Bairro:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Raio de atendimento	Até 800 m	de até 1.500 m	NÃO

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO REAL
Terreno	≥ 1.000 m ²	82,00 m ²	NÃO
Localização	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?	Sim	SIM
Área livre	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?	Sim	SIM
Estacionamento	Possui estacionamento defronte ao prédio?	Não	NÃO

⇒ **RESULTADO FINAL:** Na análise do único equipamento comunitário de segurança do Bairro, os únicos parâmetros que estão corretos, é por ele estar localizado na periferia, enquanto que o raio de abrangência está muito abaixo dos índices desejados pelos autores. Seu estado de conservação é REGULAR.



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ (07)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

SANTOS, 1988	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Terreno	1.000 m ²	1.462 m ²	SIM
Edifício	200 m ²	297 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A Associação de Bairro São José está dentro dos parâmetros de dimensionamento de terreno e edificação segundo Santos. No entanto seu estado de conservação é RUIM.



PARÓQUIA SÃO JOSÉ (06)

⇒ **Dados em função da Unidade de Vizinhança:**

FERRARI, 1977	- BIBLIOGRAFIA - REVISÃO DE LITERATURA	EQUIPA- MENTO	SITUA- ÇÃO REAL
Área construída	0,1 m ² por habitante	0,1 x 5.610= 561,00 m ² Equip.= 750 m ²	SIM
Área do terreno	Mínimo de 400 m ²	1.290 m ²	SIM

⇒ **RESULTADO FINAL:** A única Paróquia do Bairro está dentro dos parâmetros de área do terreno e edificação segundo Ferrari. Além disso, 100% dos equipamentos estão em BOM estado de conservação.

ANEXO C

QUESTIONÁRIO



QUESTIONÁRIO SOBRE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

SETOR 4 – BAIRRO PETRÓPOLIS

DIA: ____ / ____ / ____

DADOS DO ENTREVISTADO:

Mora no bairro: () Sim () Não

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Escolaridade: _____

Sua família é formada por quantas pessoas:

() Sozinho () 1 – 2 () 3 – 5 () 6 ou mais

DADOS GERAIS SOBRE OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:

1 – Sua família utiliza com mais frequência os equipamentos comunitários de:

SAÚDE () Público () Privado/Particular

EDUCAÇÃO () Público () Privado/Particular

SEGURANÇA () Público () Privado/Particular

CULTURA – LAZER – ESPORTE () Público () Privado/Particular

2 – Qual equipamento comunitário de SAÚDE que a família utiliza mais frequentemente?

() Hospital () Posto de Saúde da Família - PSF () Ambulatório

() Clínicas Médicas () Posto de Atendimento Médico-PAM () CAIS

3 - Qual equipamento comunitário de EDUCAÇÃO que a família utiliza mais frequentemente?

() Creche () Ensino Fundamental-1º Grau () Ensino Médio-2º Grau

4 - Qual equipamento comunitário de SEGURANÇA que a família utiliza mais frequentemente?

() Posto da Brigada Militar () Patrulha policial () Guarda Municipal-Agentes de Trânsito

5 - Qual equipamento comunitário de CULTURA – LAZER - ESPORTE que a família utiliza mais frequentemente? (Podem ser escolhidos até 3 deles)

() Praça/Parque () Clube Recreativo () Associação de Bairro () CTG

() Parque infantil () Campo de Esportes () Ginásio de esportes () Biblioteca

6 – Para você, o Templo ou a Igreja podem ser considerado como um Equipamento Comunitário:

() Religioso (Cultural) () Cultural () de Lazer () Não sabe

7 – Você acha que há (F) Falta – (S) Suficiência - (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários em seu bairro:

SAÚDE () Falta () Suficiência () Excesso

EDUCAÇÃO () Falta () Suficiência () Excesso

SEGURANÇA () Falta () Suficiência () Excesso

CULTURA – LAZER – ESPORTE () Falta () Suficiência () Excesso

8 – Qual equipamento público é necessário para que seu bairro fique melhor?

ANEXO D

RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS



SETOR 4 - REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS.....

..... Páginas 254 a 259



SETOR 8 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA.....

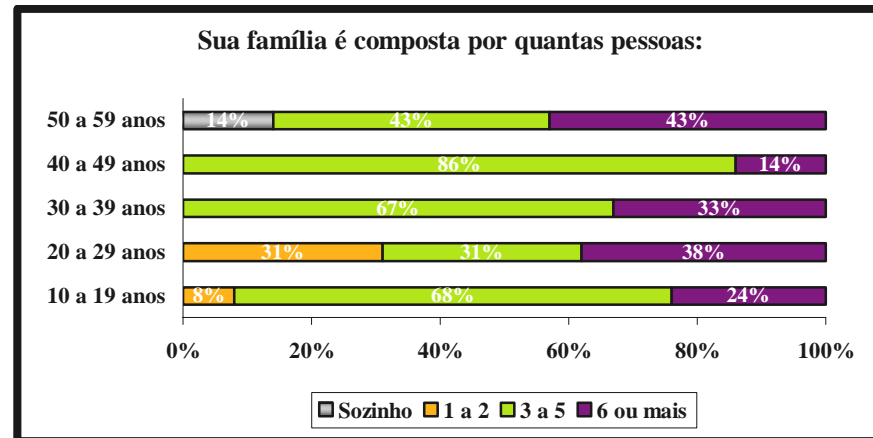
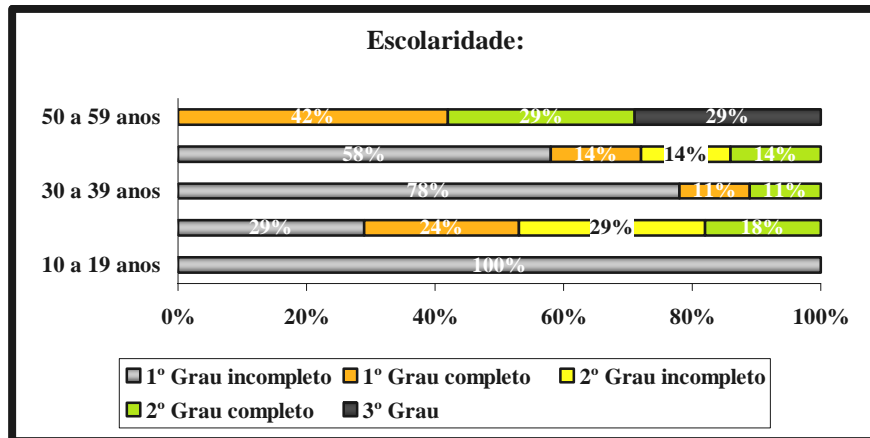
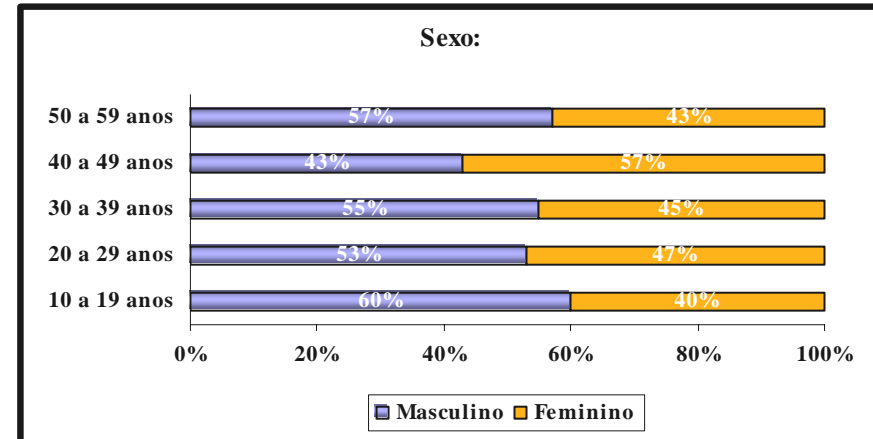
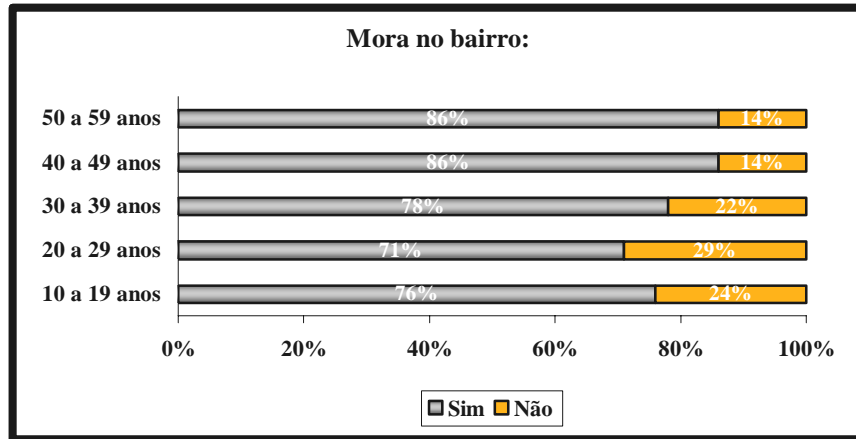
..... Páginas 260 a 265



SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ.....

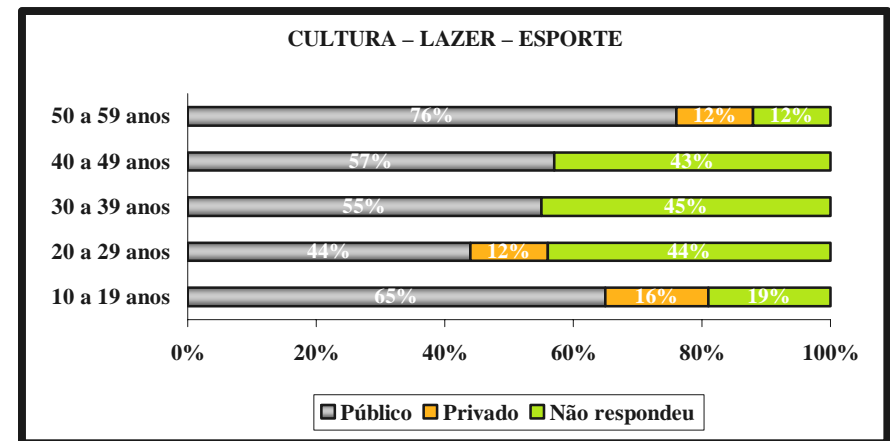
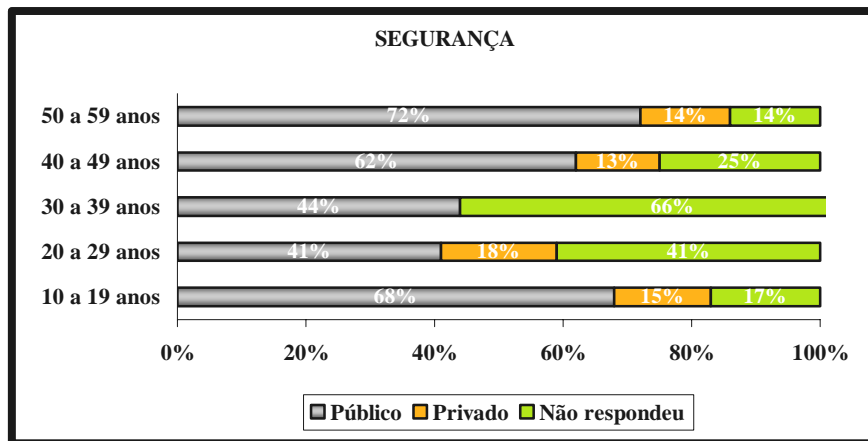
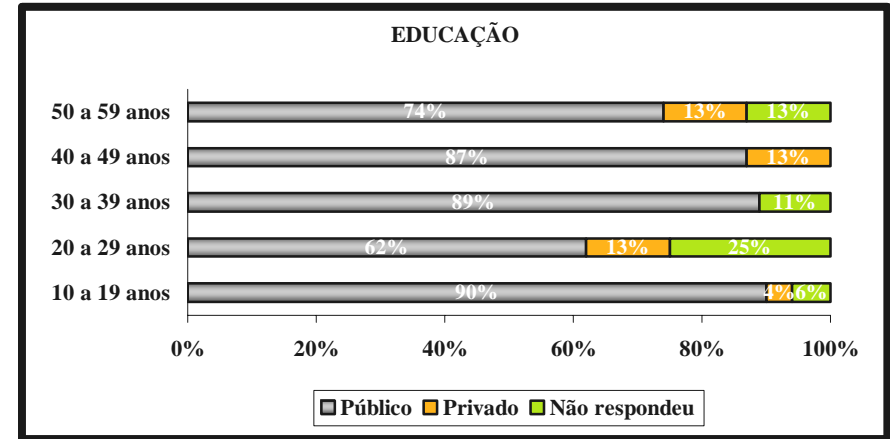
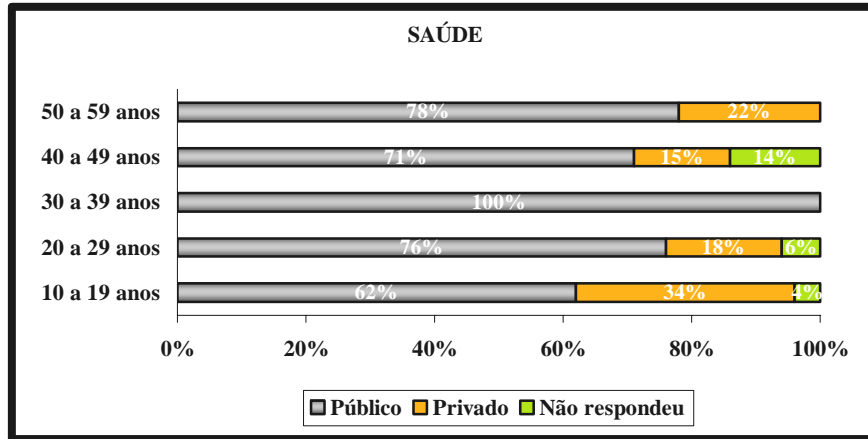
..... Páginas 266 a 271

DADOS DO ENTREVISTADO:

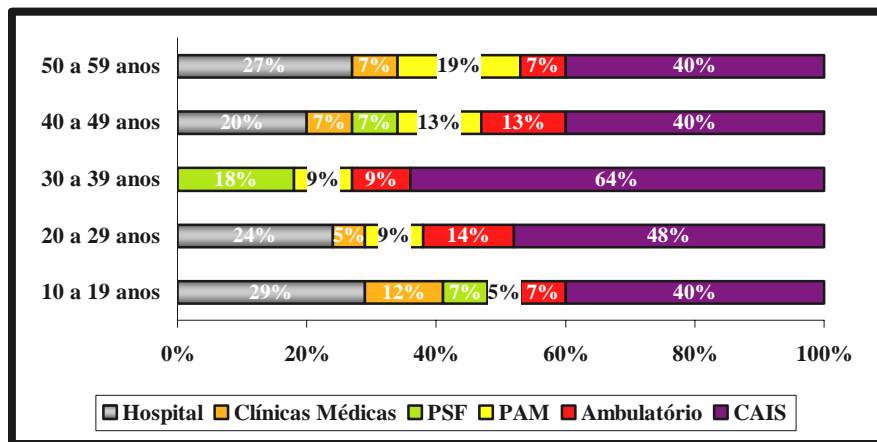


DADOS GERAIS SOBRE OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:

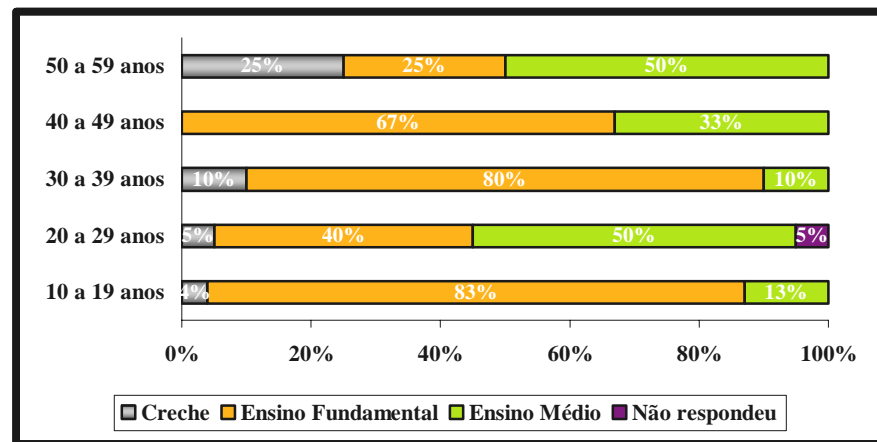
1 – Sua família utiliza com mais frequência os equipamentos comunitários de:



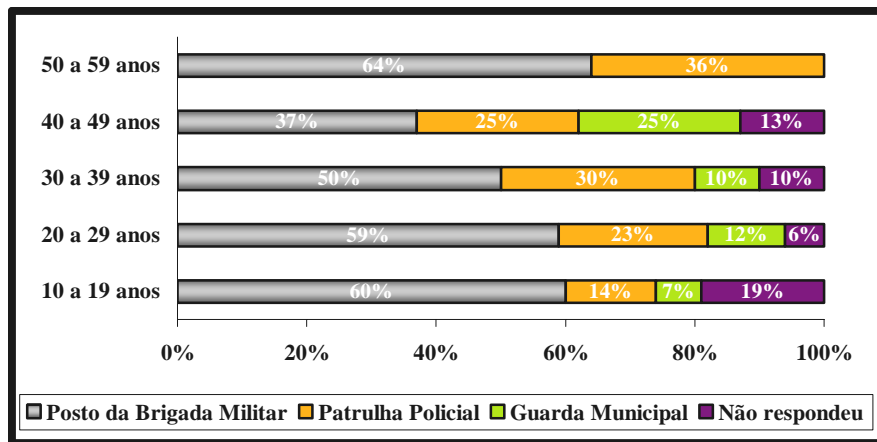
2 – Qual equipamento comunitário de SAÚDE que a família utiliza mais freqüentemente?



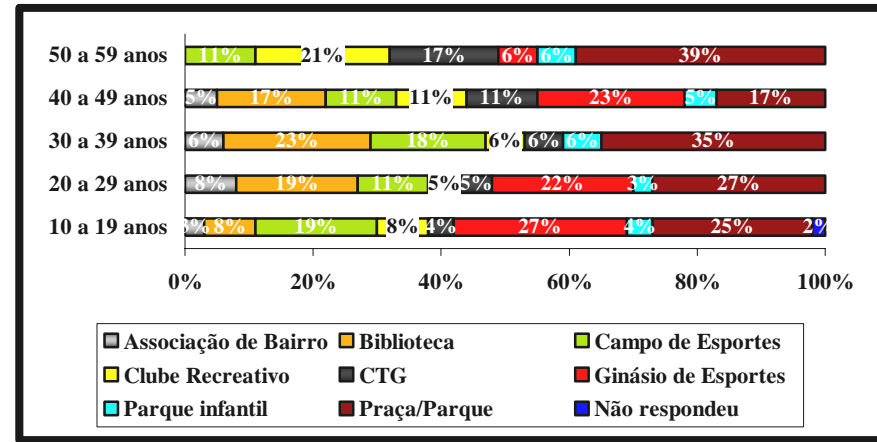
3 -Qual equipamento comunitário de EDUCAÇÃO que a família utiliza mais freqüentemente?



4 - Qual equipamento comunitário de SEGURANÇA que a família utiliza mais freqüentemente?

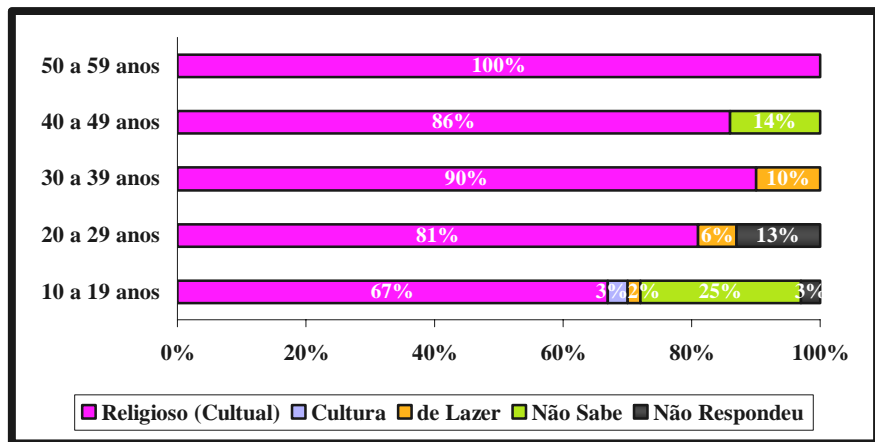


5 - Qual equipamento comunitário de CULTURA – LAZER - ESPORTE que a família utiliza mais freqüentemente? (Pode-se escolher até 3 deles)

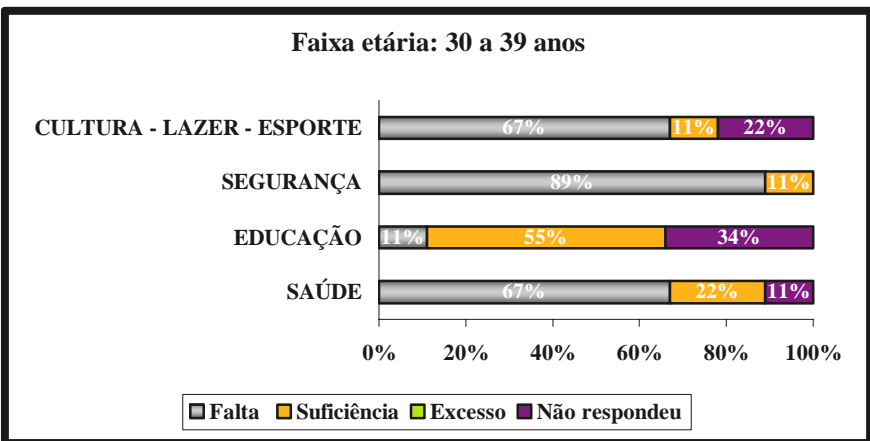
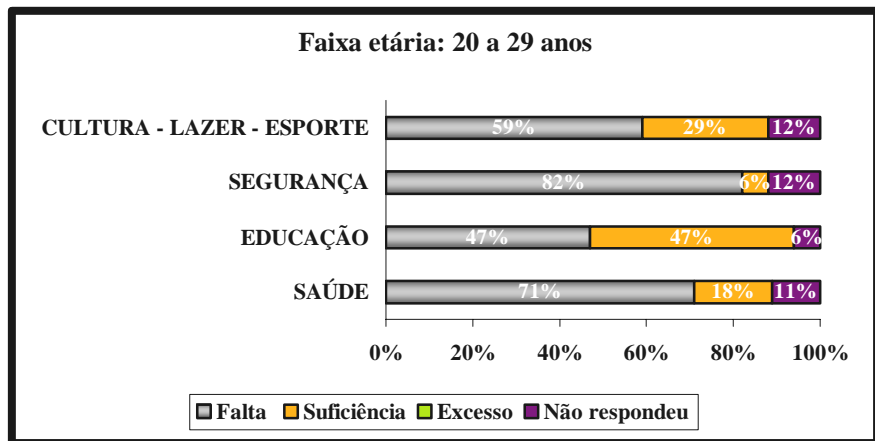
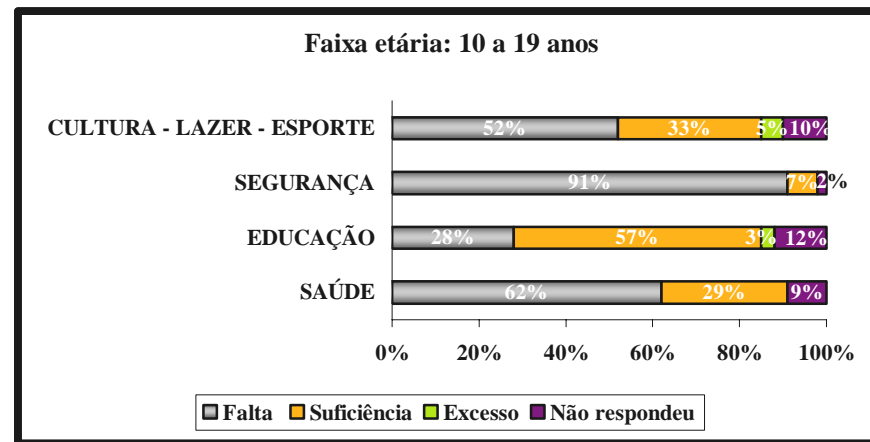


SETOR 04 – REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS

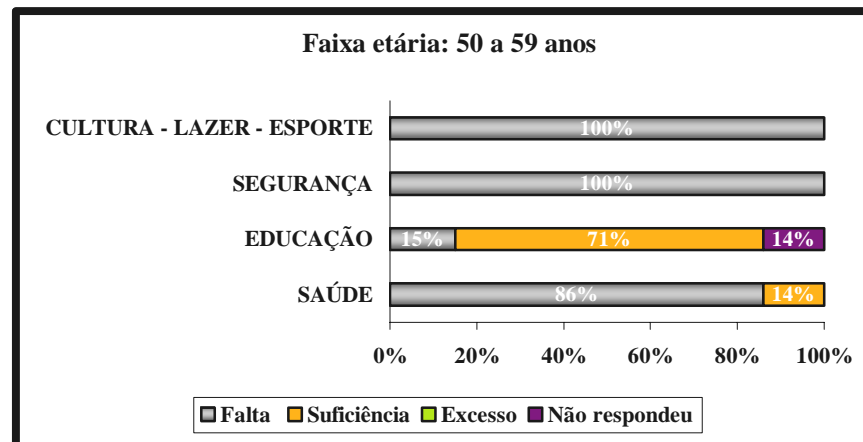
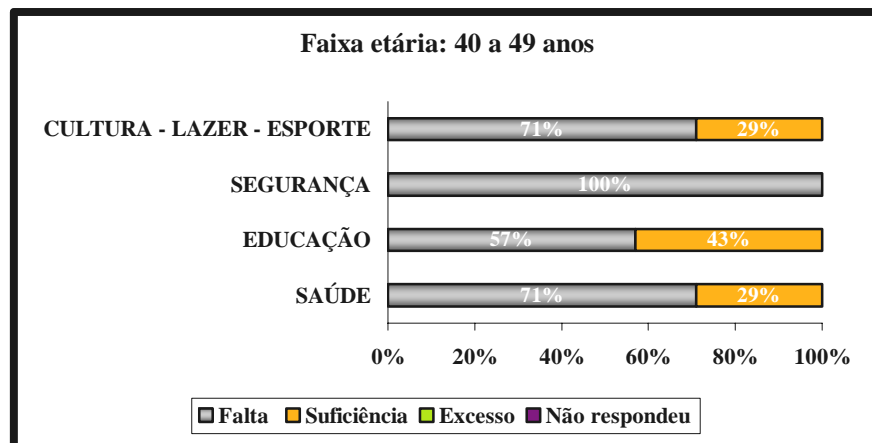
6 – Para você, o Templo ou a Igreja podem ser considerado como um Equipamento Comunitário:



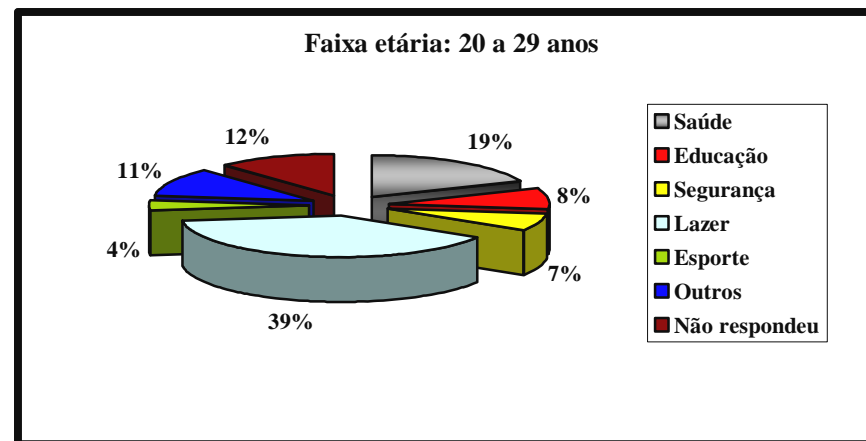
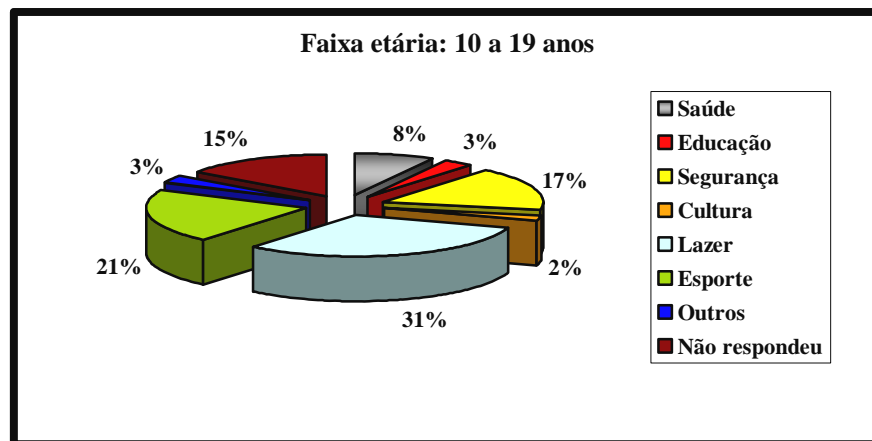
7 – Você acha que há (F) Falta – (S) Suficiência - (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários em seu bairro:



Continuação 7 ...

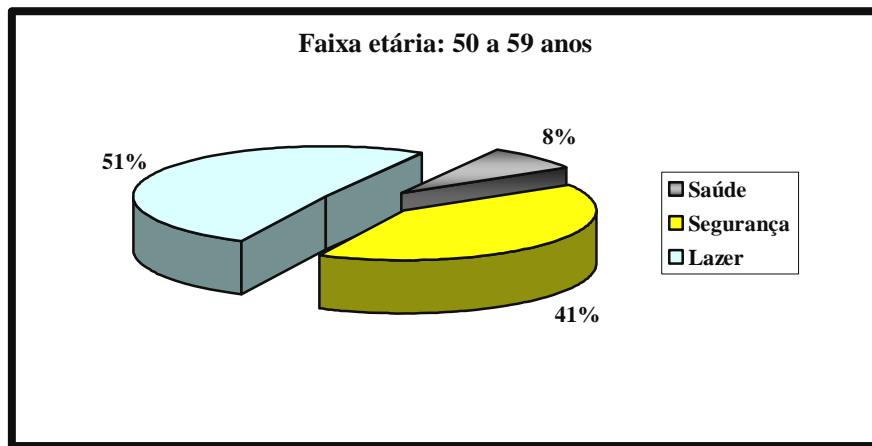
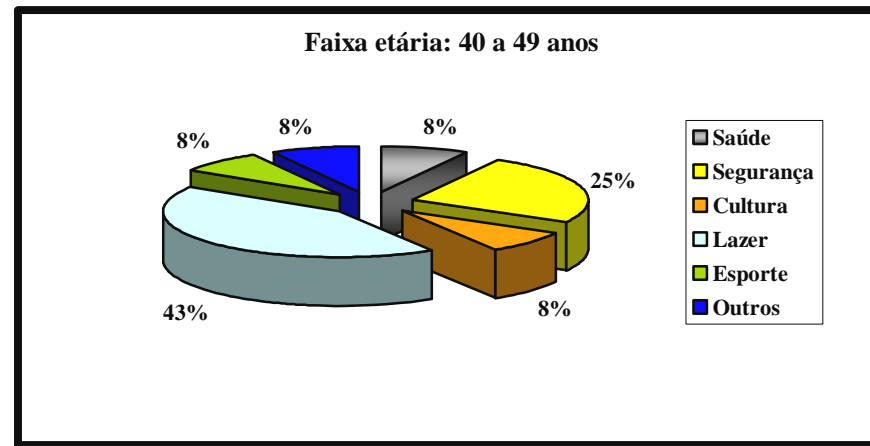
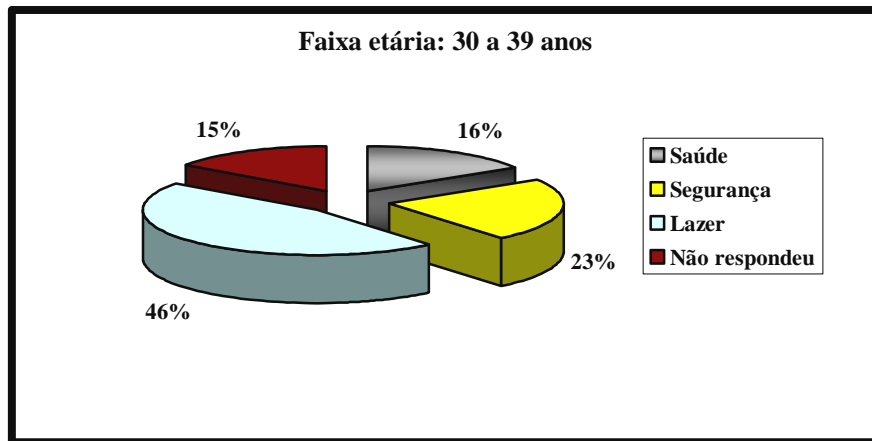


8 – Qual equipamento público é necessário para que seu bairro fique melhor?



SETOR 04 – REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS

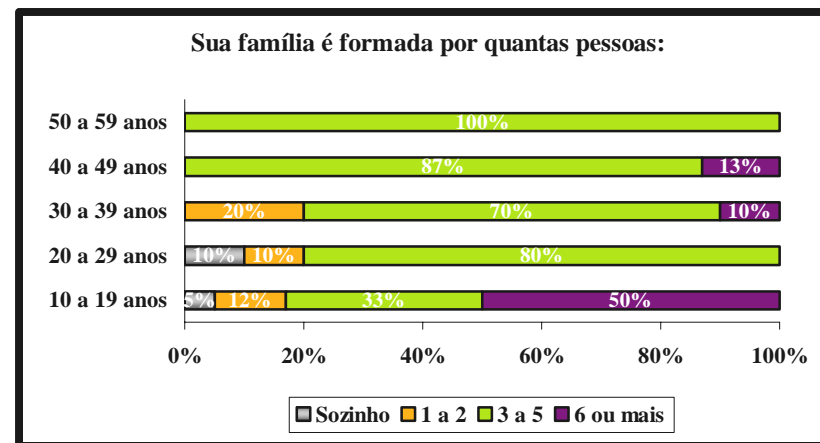
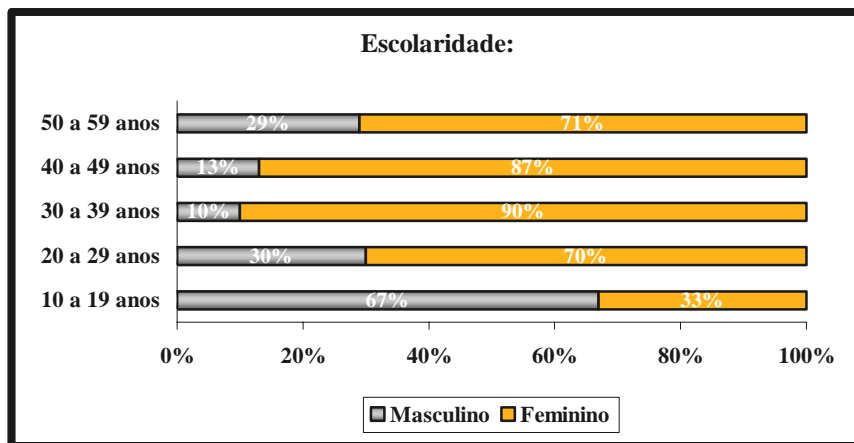
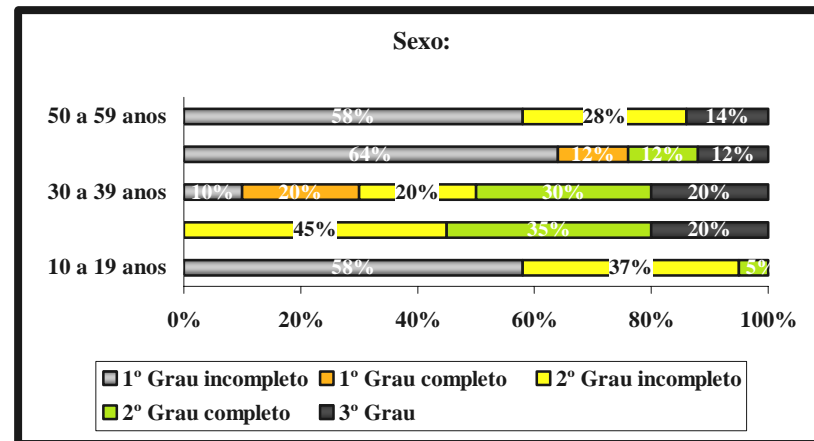
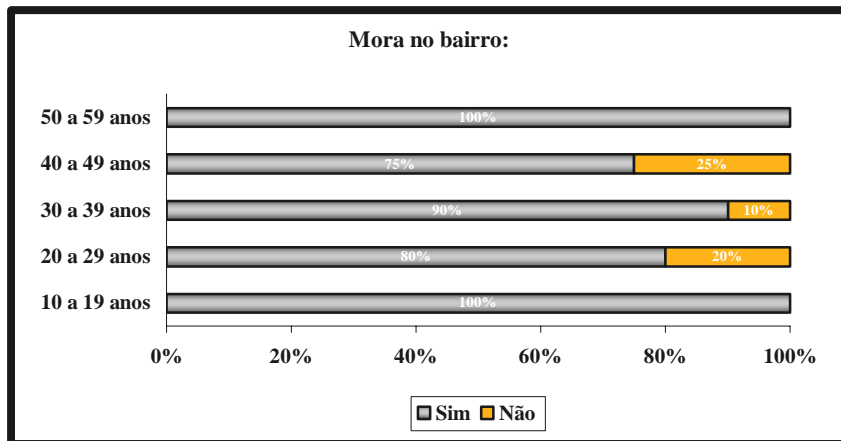
Continuação 8



SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA



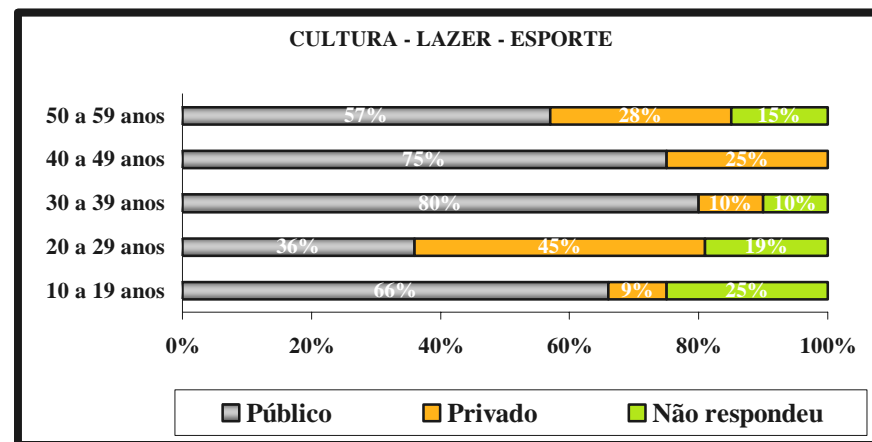
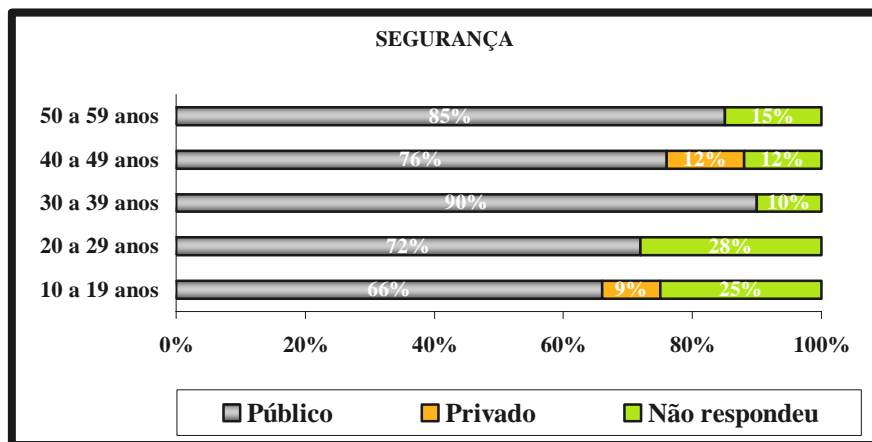
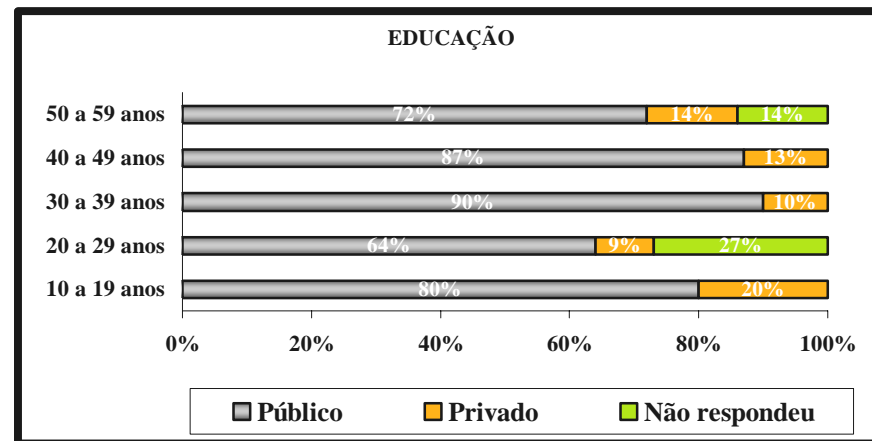
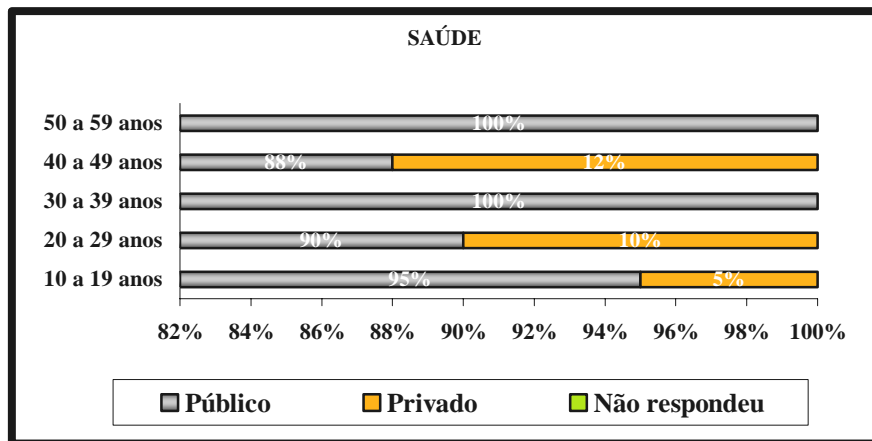
DADOS DO ENTREVISTADO:



SETOR 08 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA

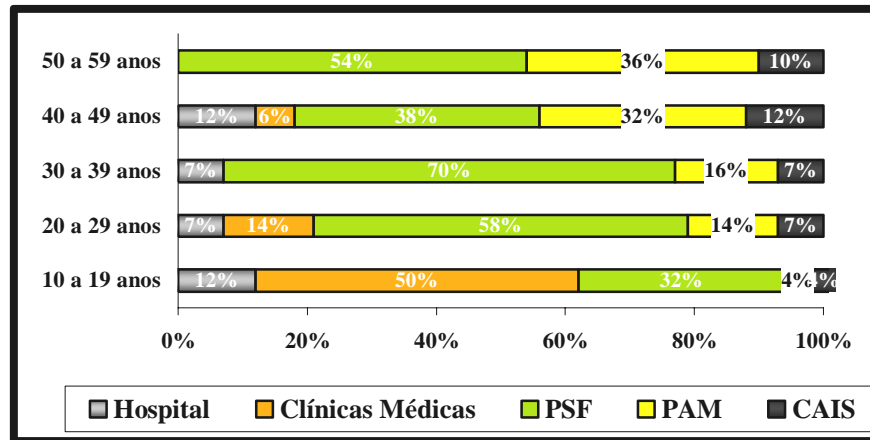
DADOS GERAIS SOBRE OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:

1 – Sua família utiliza com mais frequência os equipamentos comunitários de:

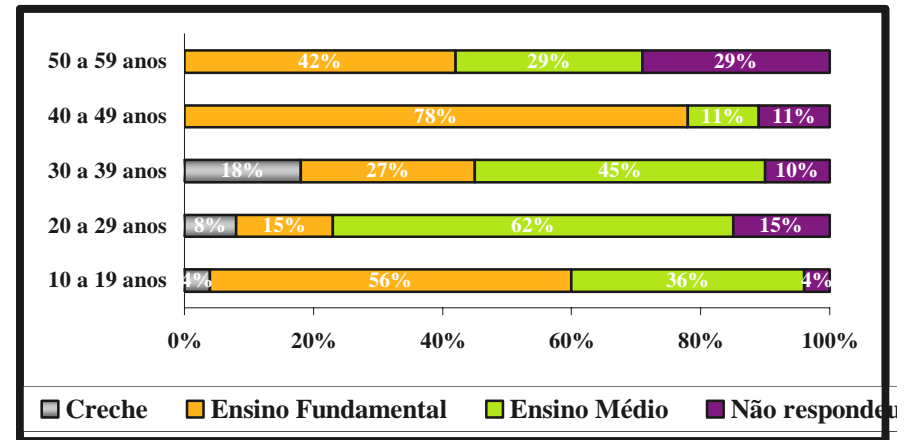


SETOR 08 – REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA

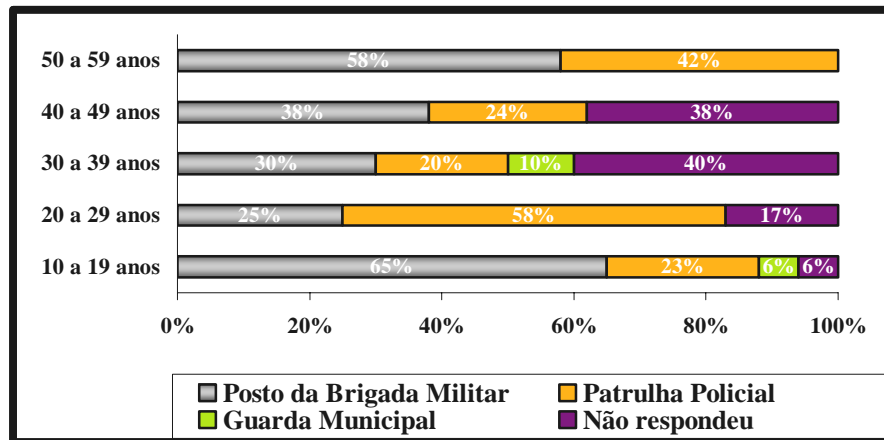
2 – Qual equipamento comunitário de SAÚDE que a família utiliza mais freqüentemente?



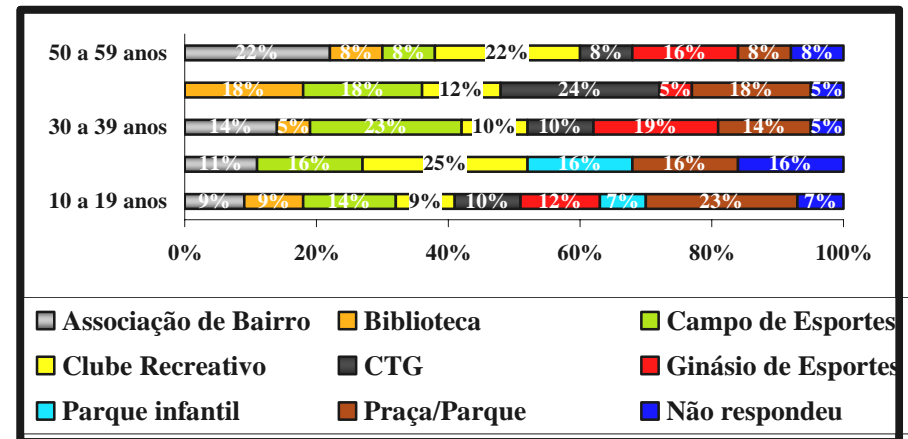
3 - Qual equipamento comunitário de EDUCAÇÃO que a família utiliza mais freqüentemente?



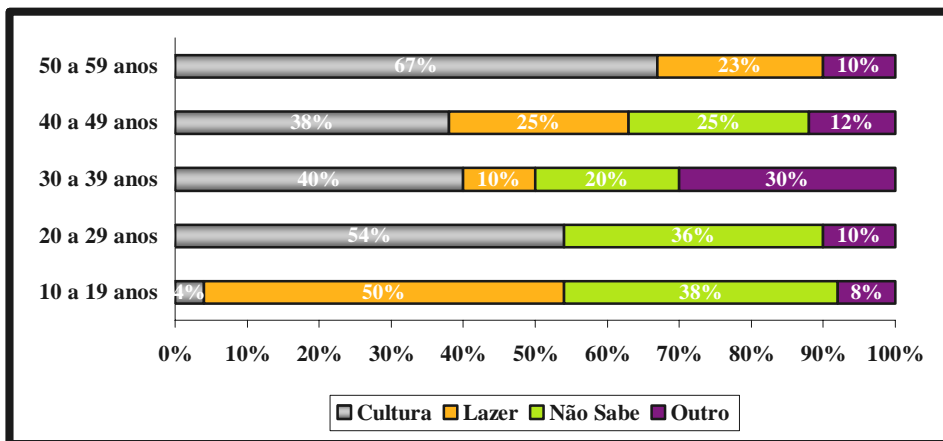
4 - Qual equipamento comunitário de SEGURANÇA que a família utiliza mais freqüentemente?



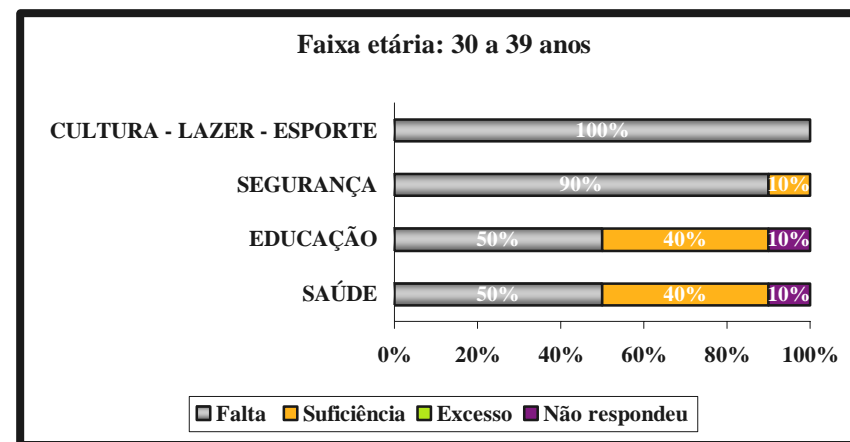
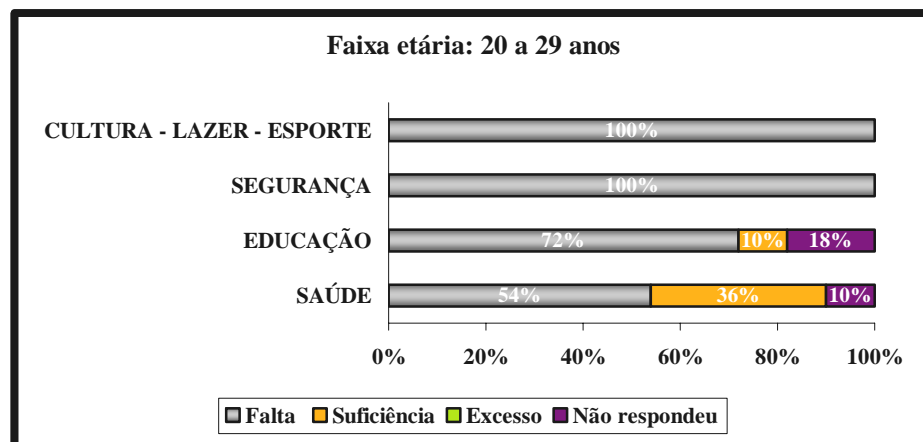
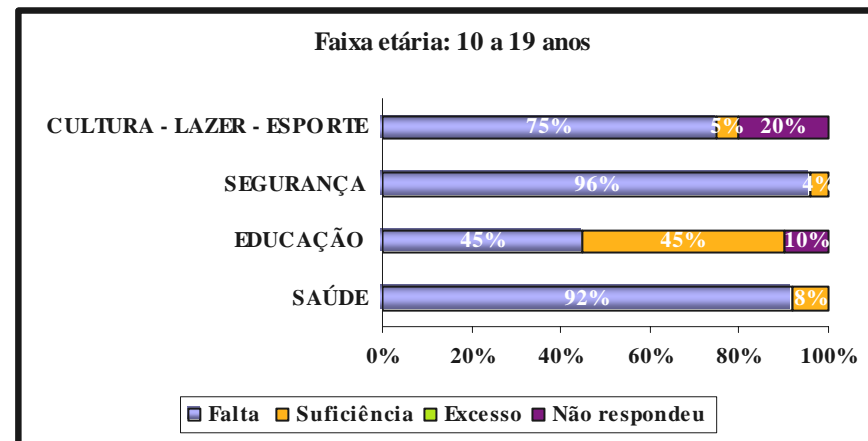
5 - Qual equipamento comunitário de CULTURA – LAZER - ESPORTE que a família utiliza mais freqüentemente? (Pode-se escolher até 3 deles)



6 – Para você, o Templo pode ser considerado como um Equipamento Comunitário:

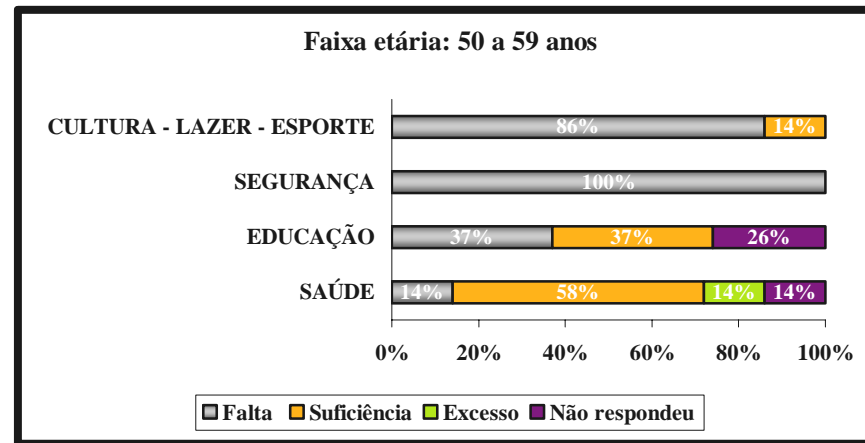
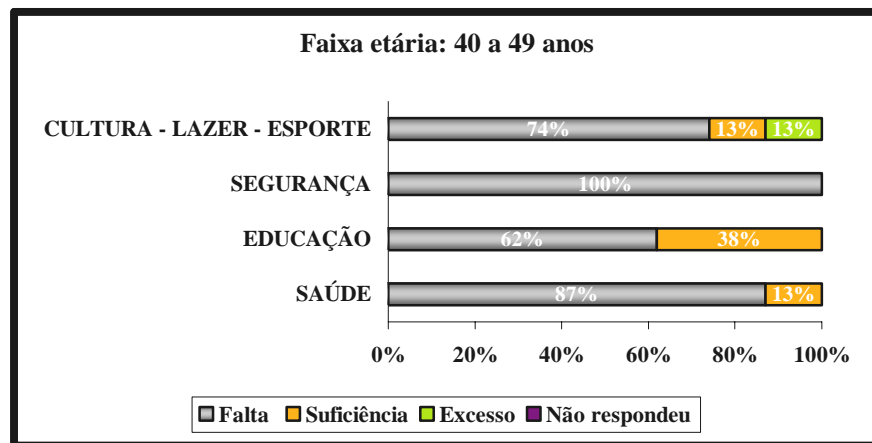


7 – Você acha que há (F) Falta – (S) Suficiência - (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários em seu bairro:

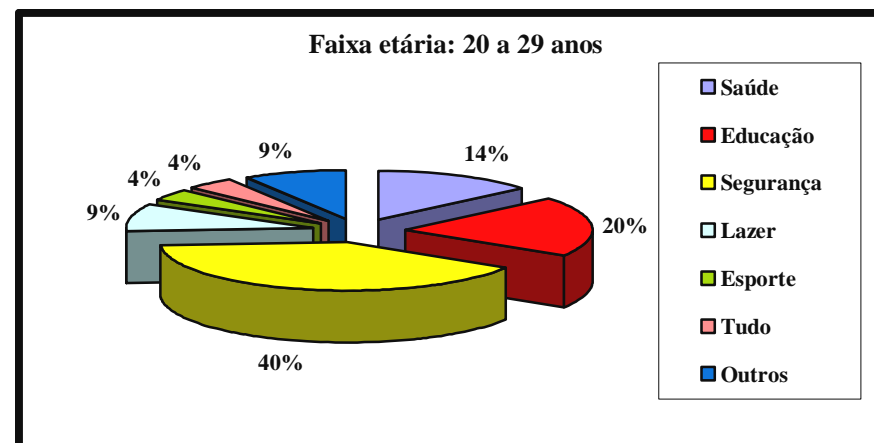
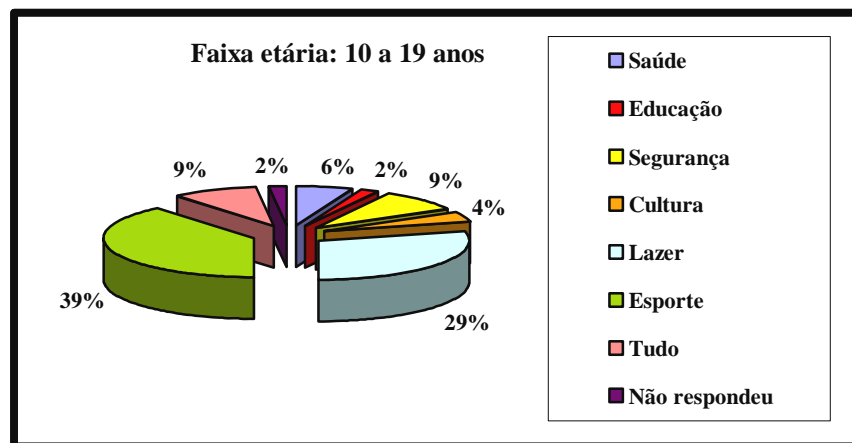


SETOR 08 – REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA

Continuação 7

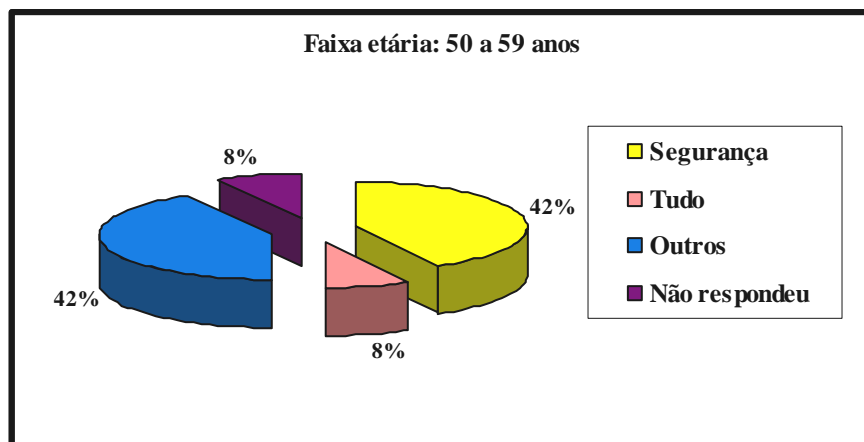
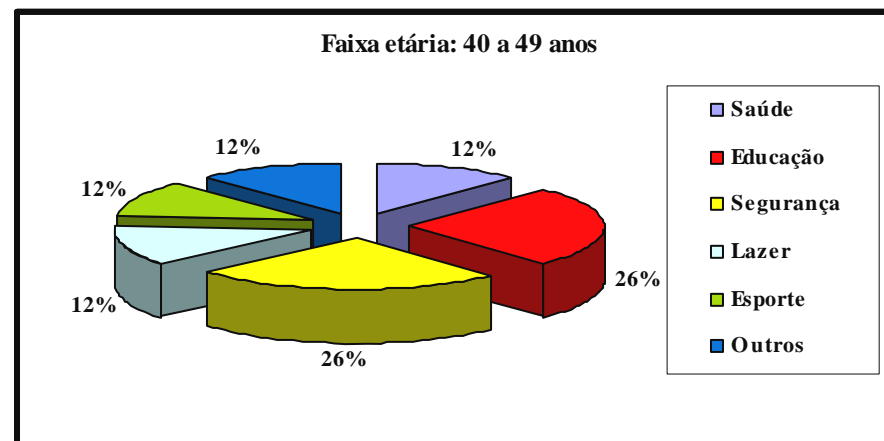
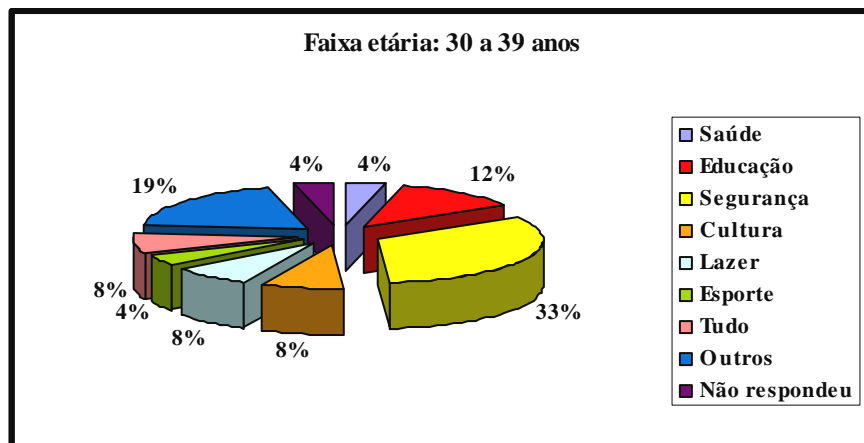


8 – Qual equipamento público é necessário para que seu bairro fique melhor?



SETOR 08 – REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA

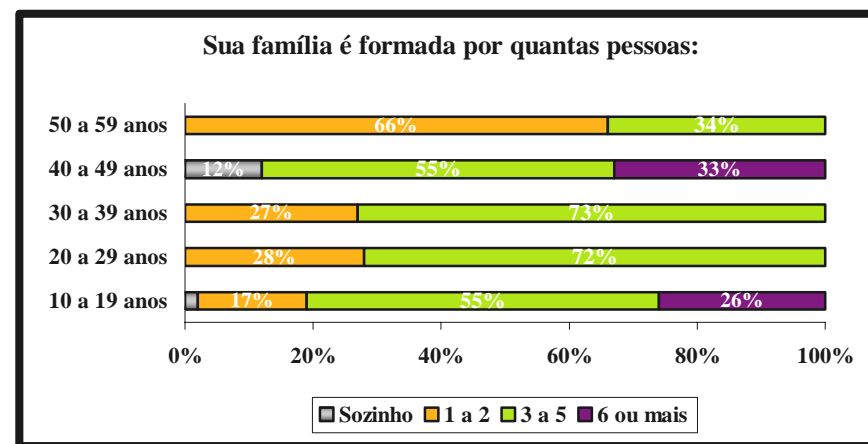
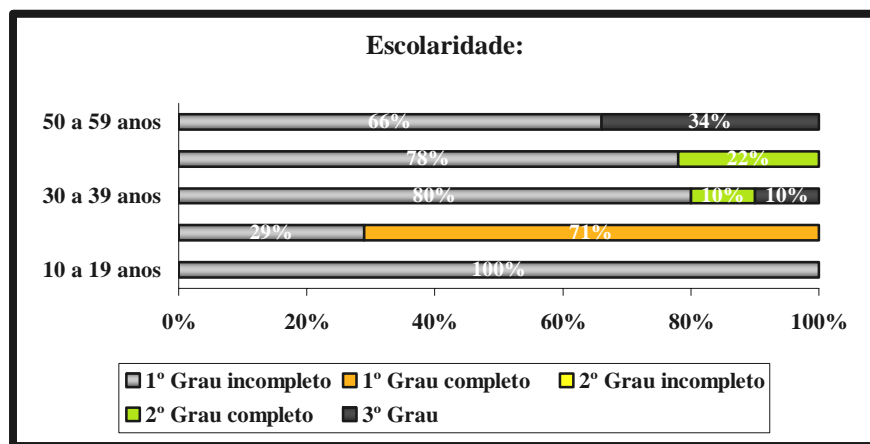
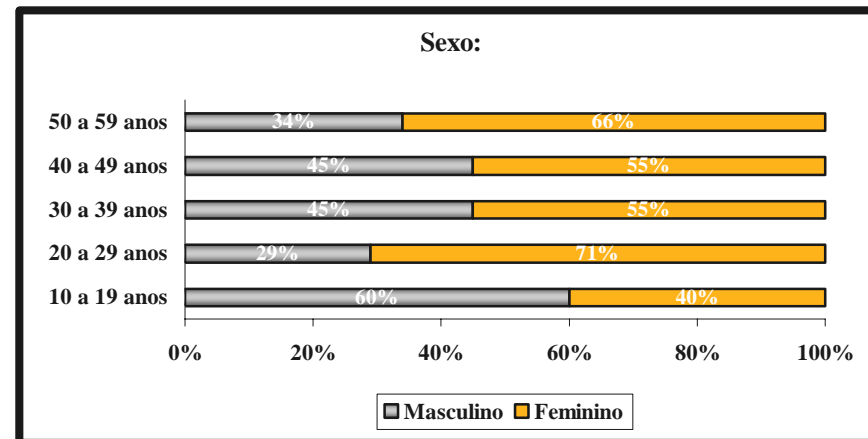
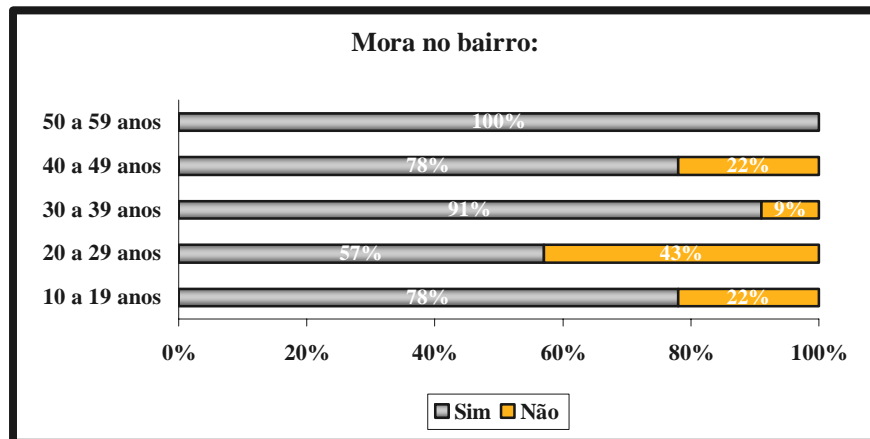
Continuação 8



SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ



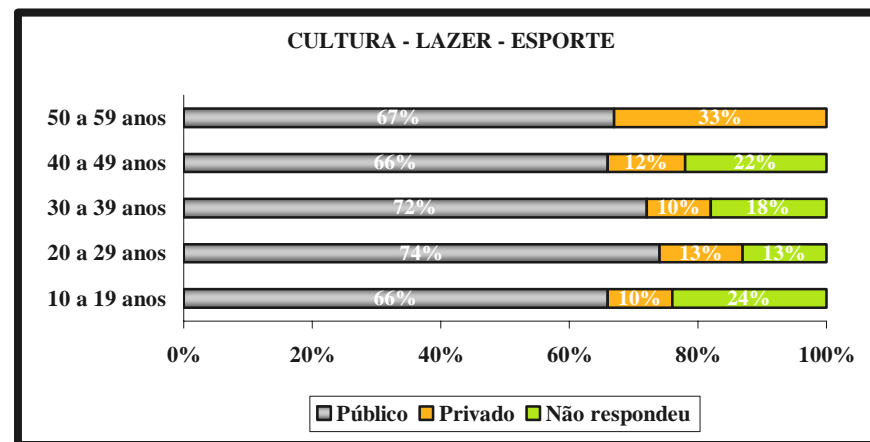
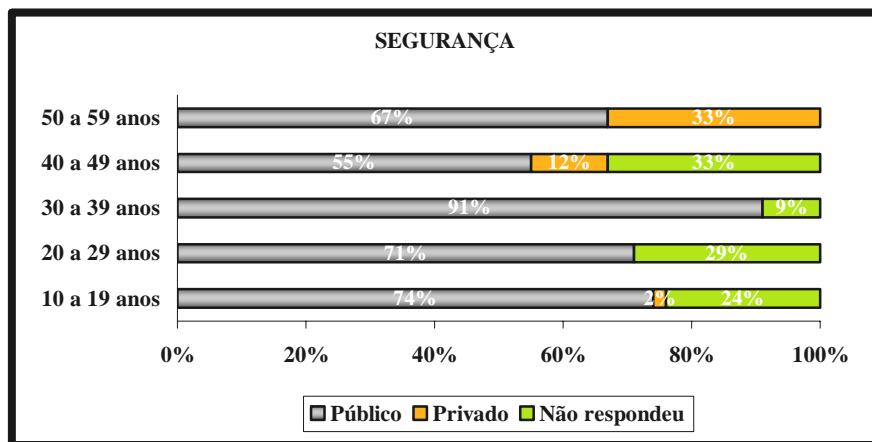
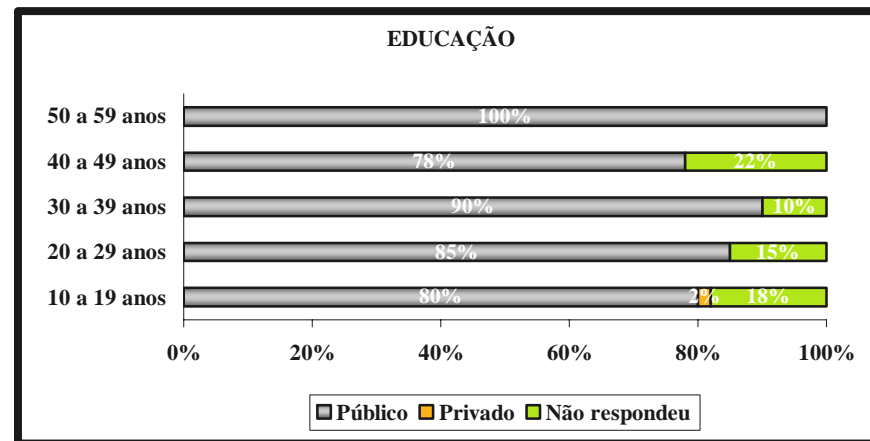
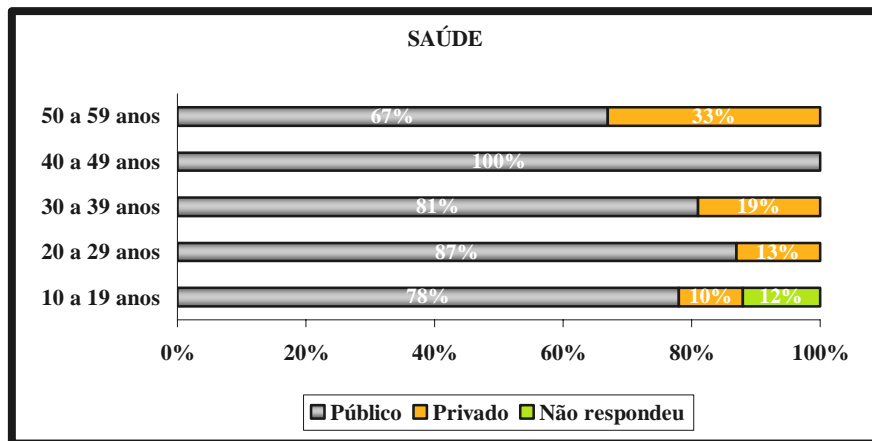
DADOS DO ENTREVISTADO:



SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ

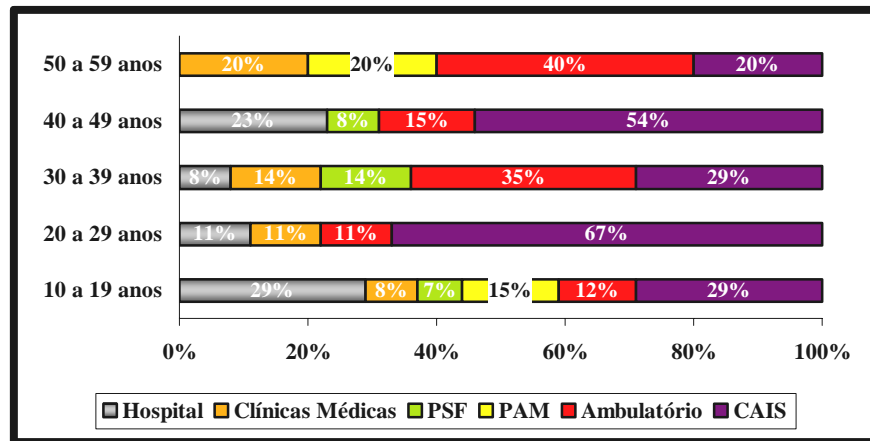
DADOS GERAIS SOBRE OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:

1 – Sua família utiliza com mais freqüência os equipamentos comunitários de:

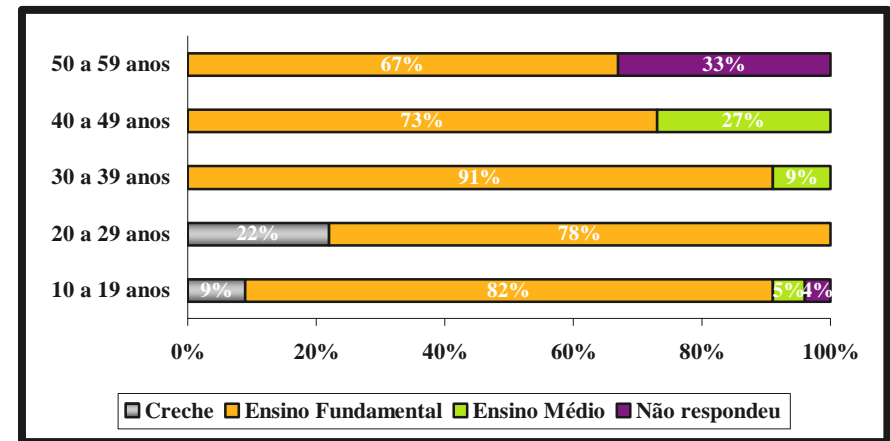


SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ

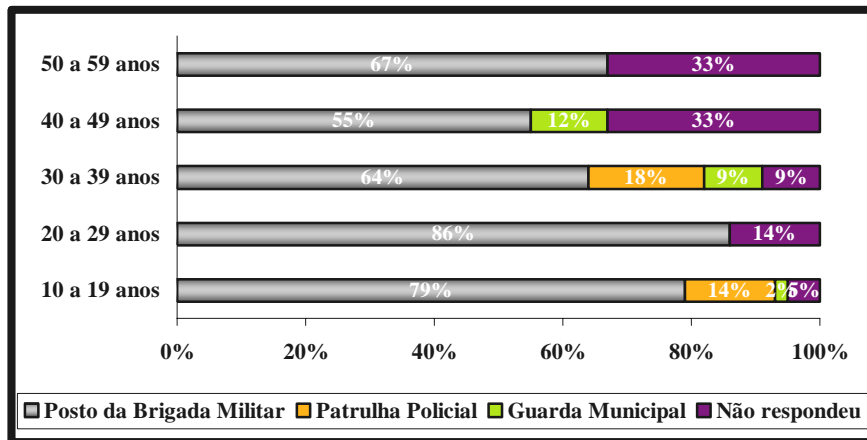
2 – Qual equipamento comunitário de SAÚDE que a família utiliza mais freqüentemente?



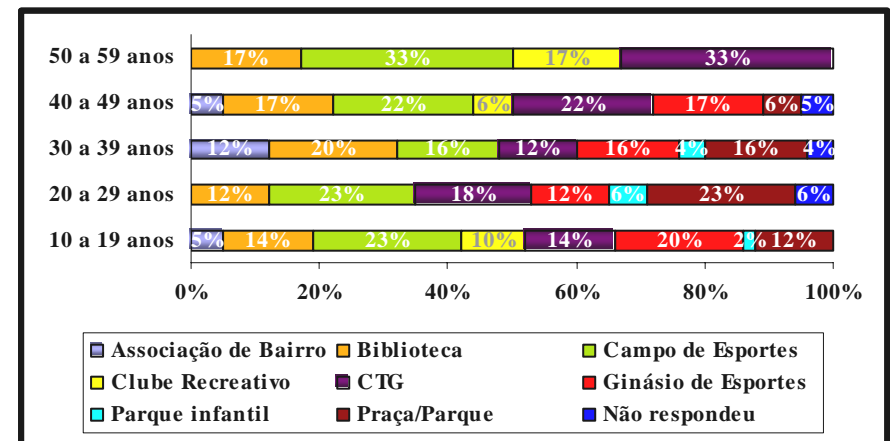
3 - Qual equipamento comunitário de EDUCAÇÃO que a família utiliza mais freqüentemente?



4 - Qual equipamento comunitário de SEGURANÇA que a família utiliza mais freqüentemente?

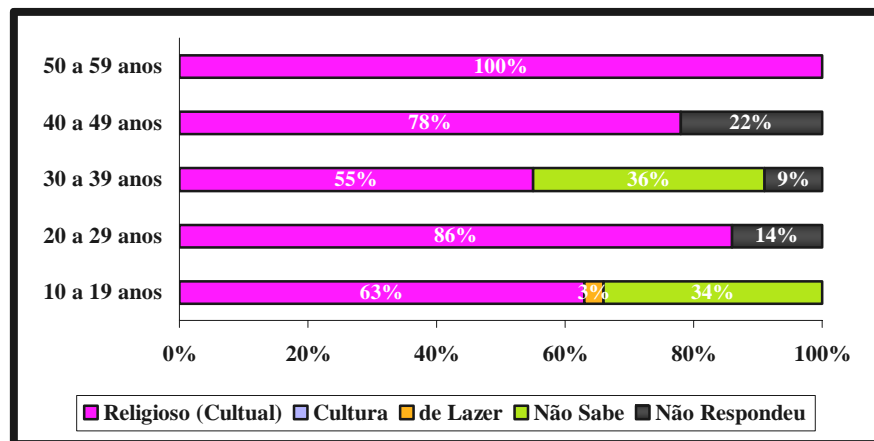


5 - Qual equipamento comunitário de CULTURA – LAZER - ESPORTE que a família utiliza mais freqüentemente? (Pode-se escolher até 3 deles)

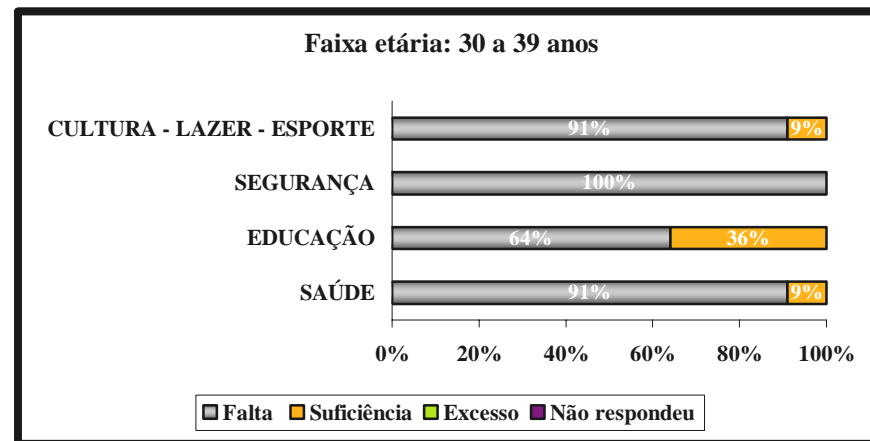
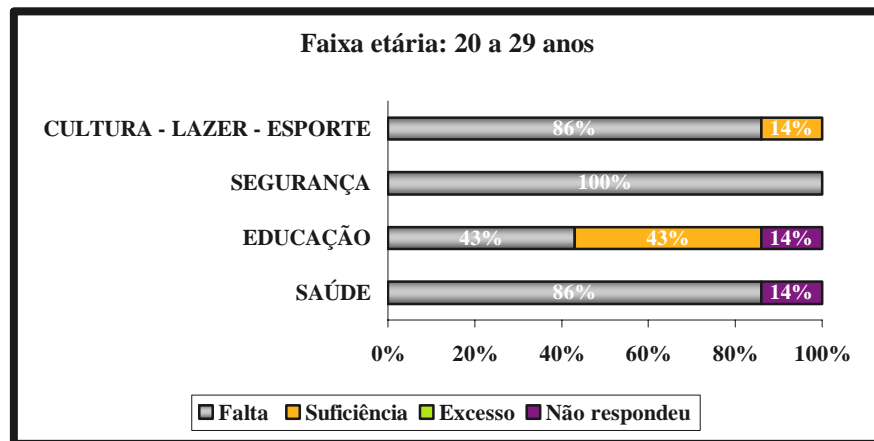
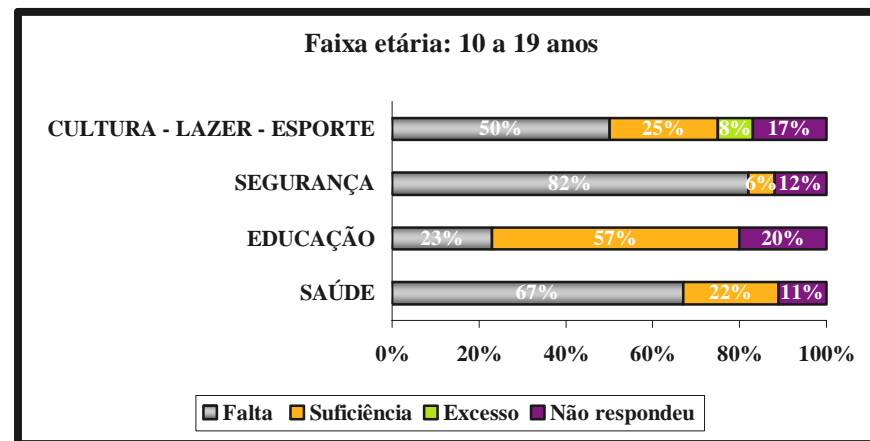


SETOR 11 – REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ

6 – Para você, o Templo pode ser considerado como um Equipamento Comunitário:

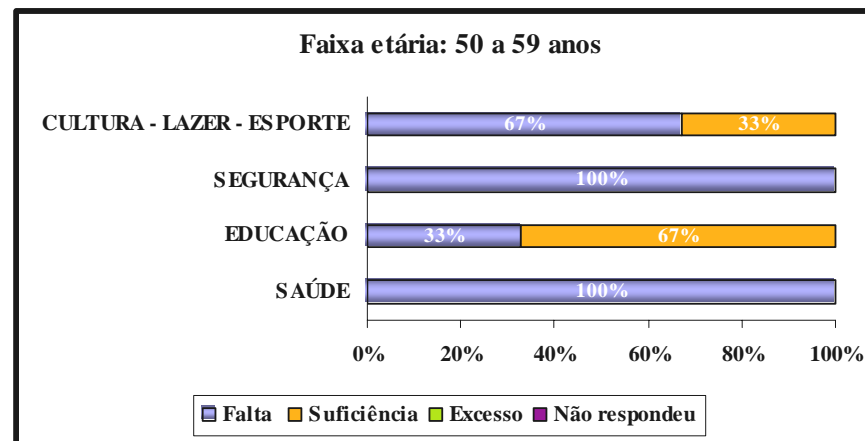
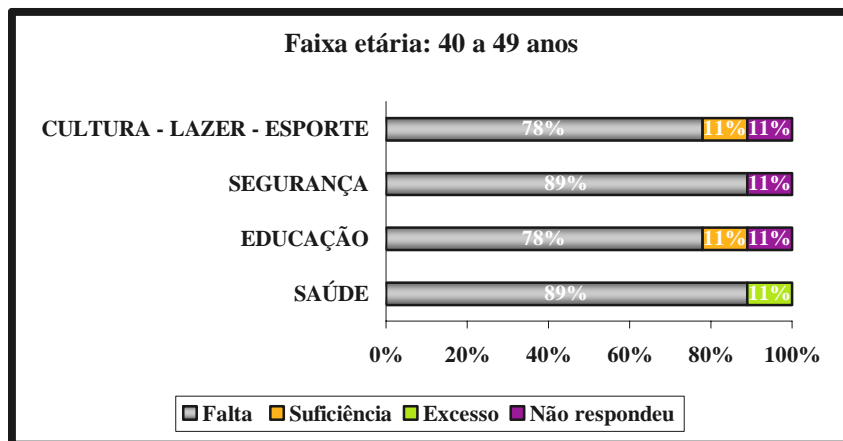


7 – Você acha que há (F) Falta – (S) Suficiência - (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários em seu bairro:

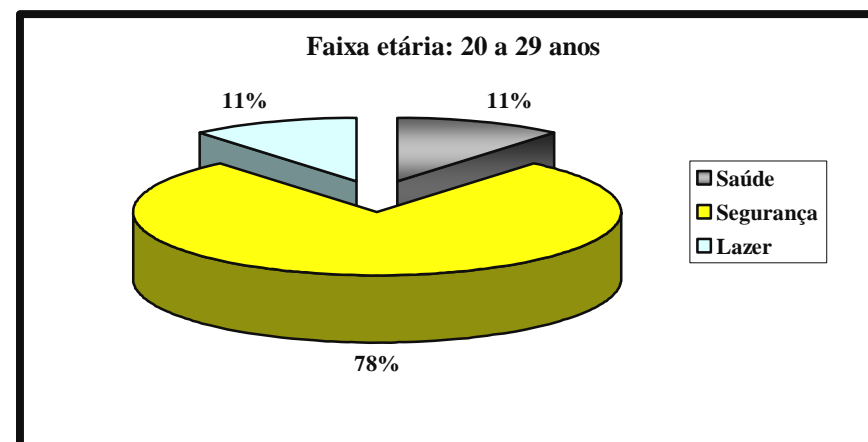
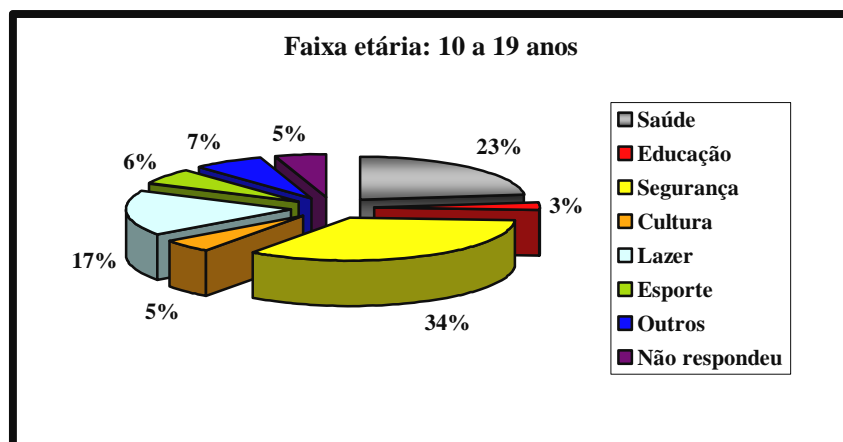


SETOR 11 – REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ

Continuação 7

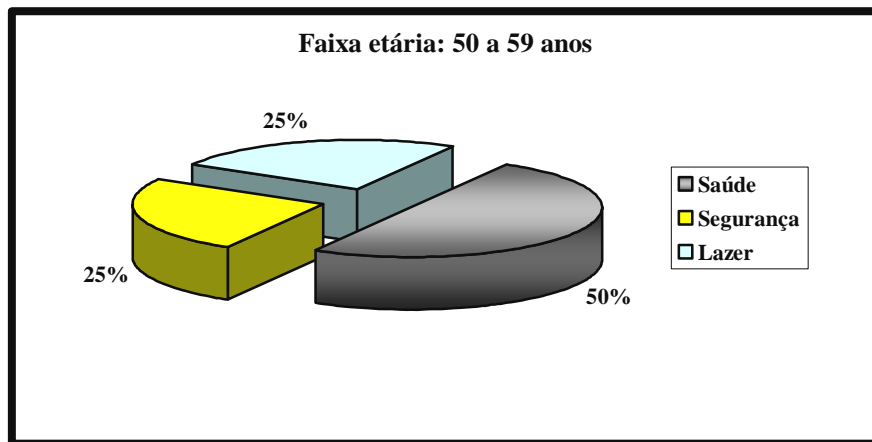
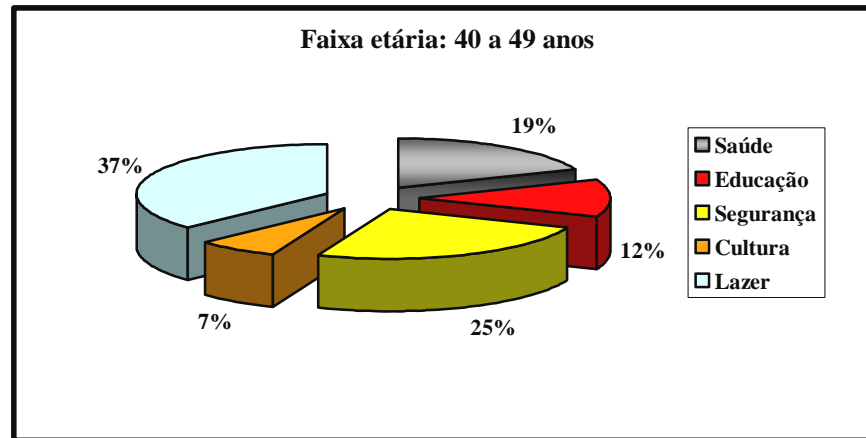
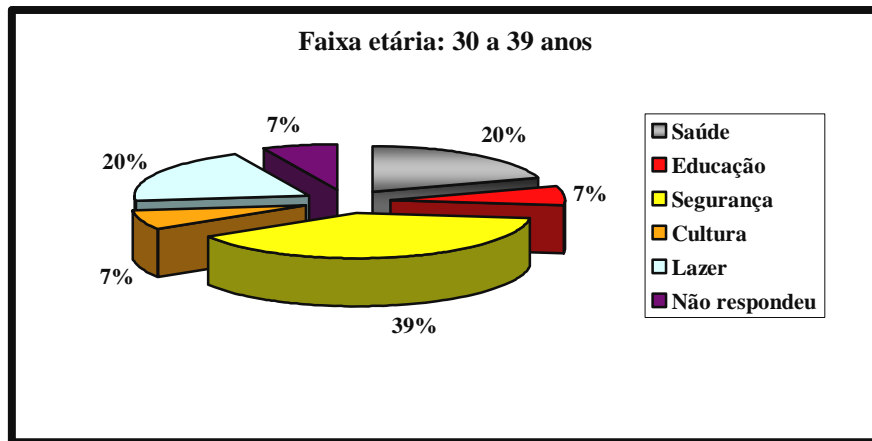


8 – Qual equipamento público é necessário para que seu bairro fique melhor?



SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ

Continuação 8



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)